

Rosângela Novaes Lima

DE BARBALHO A GUEIROS: CLIENTELISMO E

POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARÁ.

1983 - 1990

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1995

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FE/UNICAMP**

L628d Lima, Rosângela Novaes
De Barbalho a Gueiros : clientelismo e política educacional no
Pará, 1983-1990 / Rosângela Novaes Lima. -- Campinas, SP :
[s.n.], 1995.

Orientador : Lúcia Avelar
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Ciência política. 2. Política e educação. 3. Poder (Ciências
sociais). 4. *Clientelismo. I. Avelar, Lúcia. II. Universidade Estadual
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Rosângela Novaes Lima

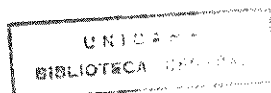
**DE BARBALHO A GUEIROS: CLIENTELISMO E
POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARÁ.
1983 - 1990**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por *Rosângela Novaes Lima* e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 06/9/1995

Assinatura: *R. Lima*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1995**



96 00 183

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de **MESTRE** em **EDUCAÇÃO** na Área de Concentração: *Ciências Sociais Aplicadas à Educação* à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Lúcia Mercês de Avelar.

Comissão Julgadora:

Cláudio Avelar

André Viana

[Signature]

*À memória de meu pai Arleto Alves de Lima
(1916 - 1986)*

*À minha mãe Maria Celeste Novaes Lima
amiga e cúmplice sempre*

AGRADECIMENTOS

Estou feliz por mim e pelas pessoas que acreditaram neste trabalho de dissertação, tornando possível a realização do mesmo.

A produção acadêmica, apesar de ser uma produção solitária, necessita de um trabalho coletivo, o que resultou neste produto que ora lhes apresento. Qualquer falha de interpretação, e toda a análise emitida é de minha inteira responsabilidade.

Meus sinceros agradecimentos à professora Lúcia Mercês de Avelar, minha orientadora, com quem pude travar diálogos penetrantes pelas críticas construtivas dispensadas ao presente trabalho. Obrigada pelo apoio e pela solidariedade.

Ao professor Samuel Sá, que desde o início acreditou neste trabalho, incentivando-o. Estimado amigo e constante interlocutor, minha gratidão.

Ao amigo e sociólogo Ricardo Antunes, de quem sempre recebi palavras de estímulo. Quando da decisão de fazer a seleção do Mestrado prestou-me um grande incentivo, encorajando-me a fazê-lo. Agradeço sua gentileza de ter aceito ser meu procurador para efetivação da matrícula no Mestrado.

Aos entrevistados que gentilmente me receberam e prestaram depoimentos, ajudando-me a esclarecer questões referentes à política paraense. Sou grata particularmente a Mariano Klautau de Araújo, Pedro Galvão de Lima, Luís Otávio Carvalho e Benedito Wilfredo Monteiro, por terem-me cedido material (documentos e fotografias) dos seus arquivos particulares para a elucidação deste trabalho.

Ao Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), na pessoa dos técnicos Antonio Claudio Andrade dos Reis, Maria Helena Smith de Oliveira, Maria de Nazaré Souza, e às

bibliotecárias Tereza Ione Souza Filho Moura e Julieta Batalha, pela disponibilidade com que me forneceram informações, facilitando a coleta de dados.

À Secretaria de Estado de Educação através de Violeta Refklefsky Loureiro(Diretora de Ensino); Sérgio Roberto Bacury de Lira (Diretor de Planejamento) e Maria Margareth Bezerra Dórea (Técnica), pelo envio do material solicitado, o que foi indispensável para a conclusão deste trabalho.

Agradeço muito especialmente à Misia de Nazaré Fonseca Guimarães, bibliotecária da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, pela atenção e paciência com que me forneceu todas as informações de que necessitava.

À Alda Mendes Gonçalves, amiga e Diretora do Arquivo Público do Estado do Pará à época de pesquisa, pela atenciosa colaboração em atender-me no Arquivo.

À Telma Maria Fernandes de Figueiredo, bibliotecária do Tribunal Regional Eleitoral, que colaborou em muito com o trabalho de coleta dos dados eleitorais.

À minha irmã Yêda Lima Martins, e à amiga Vera Jacob Chaves, por terem me fornecido importante material para o desenvolvimento do trabalho.

Ao professor David Verge Fleischer, cientista político, que tive o prazer de conhecer em 1990, passando a desfrutar do seu convívio através de conversas sempre proveitosas e esclarecedoras, dando-me suporte político consistente para a efetivação desse estudo. Agradeço sua participação no exame de qualificação, contribuindo com sugestões extremamente importantes.

Ao professor Sandoval Salvador, intelectual, com quem tive a satisfação de vivenciar momentos ricos em conversas acadêmicas, dando-me apoio intelectual e moral. Agradeço sua participação no exame de qualificação, contribuindo com suas críticas e sugestões para o acerto do trabalho.

Ao professor James Patrick Maher, intelectual, que valeu a pena ter conhecido, em quem encontrei um excelente interlocutor num momento difícil de tensão e ansiedade pela expectativa da redação final da dissertação. Obrigada pelo constante apoio intelectual e moral, e pela sua participação como suplente no exame de qualificação, contribuindo com seus comentários e outras contribuições para este trabalho.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, profissionais que aprendi a respeitar e admirar ao longo do curso.

À Aparecida Neri de Souza, amiga, cujo apoio e leitura crítica foram desde o início de um valor inestimável.

Aos amigos, meus interlocutores de "plantão", Sylvia Helena Silva, Cely do Socorro Costa Nunes, Rosa Lydia Corrêa, Maria Olinda de Souza Pimentel e Bento José Pimentel, que me foram particularmente importantes pela aplicação intelectual na leitura crítica que realizaram do trabalho, propiciando um ambiente de discussão essencial para o aprimoramento da dissertação. Muito obrigada.

À Maria José Acioli Ramos, amiga e bibliotecária da Universidade Federal do Pará, pela dedicação ao efetuar o trabalho de normalização da dissertação. Meu agradecimento.

A Adolfo Ramos Lamar, amigo, pela atenção permanente, pela generosidade, pelo "socorro" na área da informática, que várias vezes salvou informaticamente o trabalho.

A Artemirio de Barros Silva, amigo, professor do Instituto de Geociências da UNICAMP, pelo seu trabalho e apoio para a ilustração do trabalho, pois foi definitivo. Minha gratidão.

À Elvira Maria Ferreira Soares, amiga, por sua predisposição e competência no uso da microinformática que possibilitou a formatação definitiva da Dissertação.

À Nadir Gomes Camacho, funcionária da pós-graduação, que ao longo do curso colaborou das mais diversas formas, sempre disposta a auxiliar-me, assegurando apoio institucional, estimulando a seguir em frente. E, às funcionárias, Maria do Carmo Cardoso Marciano e Ana Maria Arantes, pela atenção e informações esclarecedoras sobre o trâmite burocrático do processo a ser obedecido para a defesa.

Aos colegas e funcionárias do Departamento de Metodologia Científica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, pelo apoio e confiança na perspectiva que realizaria a dissertação.

À Maria Iracema da Frota, amiga, minha procuradora junto à Universidade Federal do Pará, por ter cuidado dos meus interesses profissionais e funcionais. Minha gratidão.

À Universidade Federal do Pará pelo apoio institucional através do seu Plano de Capacitação Docente e à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de pós-graduação concedida, a qual que tornou possível a elaboração deste trabalho.

E, finalmente, agradeço aos demais amigos e colegas que, direta ou indiretamente, colaboraram nesse sofrido processo de converter um projeto em algo concreto - dissertação de Mestrado.

"O pensamento é uma espécie de exercício lúdico, para converter o quotidiano oficial numa irônica verdade que os espelhos em voga não refletem, falseiam ou cegam".

José Carlos Capinam, poeta.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas Desmatadas na Amazônia - 1988	56
Tabela 2 - Pessoas Assassinadas no Campo, segundo Papel Desempenhado ou Atividade Exercida Brasil - 1993	60
Tabela 3 - População Residente segundo as Microrregiões Homogêneas com Respectivas Taxas Geométricas de Crescimento Pará - 1970-1980 . . .	62
Tabela 4 - Produto Interno Bruto a Custo de Fatores mais Imputação de Serviços e Intermediação Financeira, por Ramos de Atividade - Pará - 1970-1980	64
Tabela 5 - Renda Per Capita Brasil, Região Norte e Pará - 1970-1980	65
Tabela 6 - População Economicamente Ativa Total, segundo Setores de Atividade Pará - 1970 - 1980	66
Tabela 7 - Distribuição da População Economicamente Ativa, segundo Rendimento Médio Mensal - Pará - 1980	67
Tabela 8 - Votação para Governador do Estado - Pará - 1982	102
Tabela 9 - Votação para o Senado Federal - Pará - 1982	103
Tabela 10 - Deputados Eleitos para a Câmara Federal - Pará - 1982	105
Tabela 11 - Deputados Estaduais Eleitos para a Assembléia Legislativa - Pará - 1982	106
Tabela 12 - Prefeitos e Vereadores Eleitos por Partido - Pará - 1982	107
Tabela 13 - Votação para Governador do Estado - Pará - 1986	117

Tabela 14 - Votação para o Senado Federal - Pará - 1986	119
Tabela 15 - Deputados Eleitos para a Câmara Federal - Pará - 1986	120
Tabela 16 - Deputados Estaduais Eleitos para a Assembléia Legislativa - Pará - 1986	122
Tabela 17 - Taxa de Acesso - Ensino Fundamental Pará - 1980-1986	147
Tabela 18 - Crescimento da População e Crescimento das Matrículas no Ensino Fundamental Pará - 1980-1986	148
Tabela 19 - Pessoal Docente por Nível de Atuação segundo Titulação, por Dependência Administrativa - Pará - 1980-1986	150
Tabela 20 - Relação Aluno/Professor - Ensino Fundamental - Pará - 1980-1986	152
Tabela 21 - Indicadores Básicos do Ensino Fundamental - Pará - 1980 1986 . .	153
Tabela 22 - Pessoal Docente por Nível de Atuação segundo Titulação, por Dependência Administrativa - Pará - 1987-1990	161
Tabela 23 - Indicadores Básicos do Ensino Fundamental - Pará - 1987-1990 . .	162
Tabela 24 - Taxa de Acesso - Ensino Fundamental - Pará - 1987-1990	167
Tabela 25 - Crescimento da População e Crescimento das Matrículas no Ensino Fundamental - Pará - 1987-1990	168
Tabela 26 - Relação Aluno/Professor - Ensino Fundamental e Médio - Pará - 1987-1990	169
Tabela 27 - Despesa com Educação - Pará - 1980-1990	177

LISTA DE SIGLAS

ALBRÁS ALUNORTE	-	Alumínio Brasileiro S/A - Alumínio do Norte S/A
ALCOA	-	Alumínio do Nordeste S/A
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
APEPA	-	Associação dos Professores do Estado do Pará
BASA	-	Banco de Desenvolvimento da Amazônia S/A
BIRD	-	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBB	-	Comissão de Bairros de Belém
CEBS	-	Centro de Ensino Básico
CENTUR	-	Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
CIED	-	Centro de Informática e Educação
COSANPA	-	Companhia de Saneamento do Pará
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CSE	-	Coordenadoria de Pesquisa Sócio-Econômica
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	-	Companhia Vale do Rio Doce
DAE	-	Diretoria de Alimentação Escolar
DEP	-	Departamento de Programação
DETRAN	-	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DIAP	-	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DPC	-	Departamento de Planejamento e Coordenação
EEMB	-	Escola de Enfermagem Magalhães Barata
ELETRONORTE	-	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEFPa	-	Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará
FAED	-	Faculdade Estadual de Educação do Pará
FBESP	-	Fundação do Bem-Estar Social do Pará
FCAP	-	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FCG	-	Fundação Carlos Gomes
FDO	-	Frente Democrática das Oposições
FECAMPA	-	Federação Estadual dos Centros Comunitários e Associações de

Moradores do Pará

FEMP	-	Faculdade Estadual de Medicina do Pará
FEP	-	Fundação Educacional do Pará
FEPPEP	-	Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará
FPM	-	Fundo de Participação dos Municípios
FPE	-	Fundo de Participação dos Estados
FRIMAPA	-	Frigoríficos e Matadouros do Pará
GEBAM	-	Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GEIF	-	Grupo de Estudo de Infra-Estrutura
GEIS	-	Grupo de Estudos de Infra-Estrutura Social
GETAT	-	Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins
IBAM	-	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	-	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IDESP	-	Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
IES	-	Instituições de Ensino Superior
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	-	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEP	-	Instituto Superior de Educação do Pará
MDP	-	Movimento Democrático do Pará
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	-	Ministério da Educação
MIRAD	-	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MR8	-	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NAEA	-	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PNRA	-	Plano Nacional de Reforma Agrária
PIB	-	Produto Interno Bruto
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	-	Partido Democrático Trabalhista
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PP	-	Partido Popular

PDS	-	Partido Democrático Social
PFL	-	Partido da Frente Liberal
PRN	-	Partido da Renovação Nacional
PCs	-	Partidos Comunistas
PSD	-	Partido Social Democrático
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	-	Partido Comunista do Brasil
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PTR	-	Partido Trabalhista Renovador
PST	-	Partido Social Trabalhista
PNAD	-	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSP	-	Partido Social Progressista
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro
PDC	-	Partido Democrata Cristão
PMB	-	Partido Municipalista Brasileiro
PRODEPA	-	Processamento de Dados do Estado do Pará
PEAE	-	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PPR	-	Partido Progressista Reformador
RJU	-	Regime Jurídico Único
SEDUC	-	Secretaria de Estado de Educação
SEPLAN	-	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SNI	-	Serviço Nacional de Informação
SPVEA	-	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	-	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SEC	-	Secretaria
SUDS	-	Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
SNI	-	Serviço Nacional de Informação
SETEPS	-	Secretaria do Trabalho e Promoção Social
SESMA	-	Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente
SAGRI	-	Secretaria de Estado de Agricultura

SINE	-	Sistema Nacional de Emprego
SINTEPP	-	Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará
T.R.E.	-	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral
T.C.U.	-	Tribunal de Contas da União
TDAS	-	Títulos da Dívida Agrária
UDN	-	União Democrática Nacional
UDR	-	União Democrática Rural
UEPA	-	Universidade do Estado do Pará
UFPA	-	Universidade Federal do Pará
URE	-	Unidade Regional de Educação
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Cartaz da Campanha de 1982 do Candidato a Governador Jáder Barbalho. Fotografia cedida pelo publicitário Pedro Galvão de Lima 212
- Figura 2** - Fotografia Correspondente ao Cartaz da Campanha de 1986 do Candidato a Governador Hélio Gueiros. Foto de Pedro Galvão de Lima . . . 213
- Figura 3** - Quadro das Microrregiões e seus Respectivos Municípios 214
- Figura 4** - Fotografia dos Estudantes Universitários Manifestando seu Apoio em 1982 ao Candidato a Governador Jáder Barbalho. Foto reproduzida do JORNAL DE CAMPANHA. PMDB. Jáder. É a vez do povo ganhar. . . . 215
- Figura 5** - Fotografia do Cartaz da Candidatura do político Benedito Monteiro a Governador em 1982. Foto reproduzida do Jornal "O LIBERAL". 1982 216
- Figura 6** - Protocolo Político Firmado entre os Políticos Jáder Barbalho e Benedito Monteiro 217
- Figura 7** - Ficha de Filiação ao PMDB do Político Benedito Monteiro em 1982. Reprodução do Jornal "O LIBERAL". 1982 218
- Figura 8** - Cartaz da Campanha de 1982 do Candidato a Governador Jáder Barbalho com Depoimentos de Artistas e Intelectuais. Foto cedida pelo publicitário Pedro Galvão de Lima 219
- Figura 9**- Organograma da Reforma Administrativa da Secretaria de Estado de Educação pelo Decreto nº 2999 de 31 de outubro de 1983 220

Figura 10- Organograma da Reforma Administrativa da Secretaria de Estado de Educação pelo Decreto nº 4373 de junho de 1986	221
Figura 11- Assembléia dos Professores realizada em Praça Pública para Deliberar sobre a Greve em 1988 no Governo Hélio Gueiros. Foto reproduzida do Jornal "A PROVÍNCIA DO PARÁ". 1988	222
Figura 12- Passeata dos Profissionais em Educação do Estado do Pará durante a Greve de 1990 no Governo Hélio Gueiros. Foto reproduzida do Jornal "O LIBERAL". 1990	223

RESUMO

O estudo analisa a atuação do Estado brasileiro nas duas últimas décadas, tendo as Políticas Sociais, e, especificamente, a Política Educacional como o centro de discussão. Analisa o poder local através dos Planos de Governo do Estado do Pará na gestão 1983 a março de 1991, sob a perspectiva da política clientelística e suas redes na área governamental. A análise da política pública da educação no Estado do Pará visa compreender a sua eficácia quanto às necessárias mudanças no processo pedagógico. Aceitou-se como premissa que os "atores" que formulam a política e os "atores" que executam essa política são distintos, mas ambos aceitam o desafio da formulação e da gestão da Política Educacional. Embora planejar e executar sejam processos relacionados, na prática, eles não ocorrem dessa forma. Empreendemos, ainda, uma análise comparativa entre os dois governos e as políticas públicas por eles elaboradas e implementadas. //

Optamos por trabalhar com a política a partir de 1982 - a primeira eleição direta para os Estados pós-64. Até o momento, não há no Estado do Pará estudos sistematizados sobre a gestão das Políticas Públicas da Educação nesse período. A pesquisa foi realizada tomando-se dados tanto de fontes primárias (entrevistas-depoimentos), como secundárias existentes (análise documental). //

ABSTRACT

This study analyzes the actions of the Brazilian State during the past two decades, having Social Policies, and, specifically, Educational Policies as the center of discussion. Local power is analyzed through Government Plans for the State of Para during the period of 1983 to March 1991, administrations from the perspective of political clientelism and its networks within the governmental area. An analysis of the State of Para educational public policy seeks to comprehend its effectiveness in relation to the necessary changes in the pedagogical process. It is accepted as a premise that the actors that formulate the policies and the actors that execute these policies are distinct, but, both, accept the challenge of the formulation and administration of Educational Policy. Although planning and execution are related processes, in practice, they do not occur in this form. We further attempt, a comparative analysis between the two administrations and the public policies elaborated and implemented by them. We opted to work with politics starting from 1982 - the first direct election in the States after 1964. Until the present moment there are no systematic studies in the State of Para, about the administration of Educational Public Policies during this period. The research used data from both primary sources (interviews - depoiments), as well as secondary sources (document analysis).

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTO	ii
EPÍGRAFE	iii
LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE SIGLAS	v
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	20
RELEVÂNCIA DO PROBLEMA PESQUISADO	27
OBJETIVOS	30
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
RESUMO DOS CAPÍTULOS	36
CAPÍTULO 1	
DIRETRIZES TEÓRICAS	39
1 O Movimento Educacional e suas Interpretações no Contexto da Sociologia da Educação	40
2 O Movimento Educacional no Brasil: alguns traços definidores	43
CAPÍTULO 2	
A AMAZÔNIA E O ESTADO DO PARÁ: UM QUADRO SÓCIO-ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO	48
1 Caracterização Geral da Amazônia	49
2 Caracterização Geral do Estado do Pará	57
2.1 Aspectos Geográficos e Históricos do Estado do Pará	57
2.2 Crescimento Demográfico e Migração	61

2.3 Aspectos Econômicos	63
-------------------------------	----

CAPÍTULO 3

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO PARÁ 69

1 Quadro Político Nacional	70
----------------------------------	----

2 A Transição Brasileira e a Consequente Crise Política.	76
---	----

3 Retrospecto Partidário a partir de 1930 e a Formação do Poder Oligárquico no Pará	88
---	----

4 A Vitória da "Frente Democrática das Oposições" - 1982	95
--	----

4.1 Perfil Político do Governo no Período - Março de 1983 a Março de 1987	100
---	-----

5 As Eleições de 1986 no Pará	115
-------------------------------------	-----

5.1 A Competição Eleitoral	115
----------------------------------	-----

5.2 Quadro Político do Governo no Período - Março de 1986 a Março de 1991	116
---	-----

6 Política Local: Do Partido para o Conflito Intra-Elites	131
---	-----

CAPÍTULO 4

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARÁ 135

1 As Políticas Sociais e Públicas para a Educação	136
---	-----

2 A Política da Educação no Governo Jáder Barbalho	141
--	-----

2.1 Plano de Educação - Período Março de 1983 a Março de 1987	142
---	-----

2.2 A Organização Sindical e as Greves	154
--	-----

3 A Política da Educação no Governo Hélio Gueiros	157
---	-----

3.1 Plano de Educação - Período Março de 1987 a Março de 1991	158
---	-----

3.2 A Organização Sindical e as Greves	173
--	-----

4	Participação na Administração da Educação com Relação aos Recursos Financeiros	176
4.1	A Centralização e Distribuição dos Recursos do Estado	176
4.2	Orçamento Nacional e do Estado do Pará para a Educação	179
5	Principais Diretrizes Políticas e Reformas no Sistema Educacional do Estado do Pará	179
5.1	A Política de Desenvolvimento da Rede Física Escolar	179
6	Avaliação da Gestão do Estado do Pará no Período Março de 1983 a Março de 1991	184
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
	ANEXOS	211

INTRODUÇÃO

"Desconfiai do mais trivial, na aparência do singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é o hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar".

Bertold Brecht

A educação, historicamente, tem estado como prioridade na agenda de discussões sobre desenvolvimento, nos projetos partidários e nos programas de governo. Parece natural, "nada deve parecer natural" diz **Brecht**. Alguém poderia dizer que a educação sempre foi considerada uma prioridade como política pública, "desconfiai do mais trivial", diz **Brecht**.

Esta dissertação tem a preocupação de imergir na história recente do Estado do Pará e analisar a política educacional deste Estado, no período compreendido entre 1983 a março de 1991.

A educação é uma necessidade básica da população e é integrante do núcleo duro das políticas sociais. A política educacional emerge da relação entre o Estado e a Educação, mediada, de um lado, pelas demandas sociais e, de outro, pelas demandas dos grupos hegemônicos com os quais o Estado se associa. A política educacional é simultaneamente mecanismo de transformação social e de redistribuição de renda, portanto de justiça e mecanismo de legitimação da política de grupos hegemônicos.

Assim, esta dissertação pretende apreender a política educacional na dimensão analítica de política da política.

Partindo da concepção de que os "atores" formuladores da política e os executores dessa política são distintos, trabalhou-se com a noção de mediação e conflito entre formulação e gestão da política educacional. Embora planejar e executar sejam parte do mesmo processo, a centralidade do problema é a ausência da execução e do planejamento. Com isso, o estudo pretendeu analisar a política educacional paraense no contexto das políticas públicas, ou seja, na dimensão das decisões do Estado e sua expressão como legitimadora e reguladora das ações

dirigidas aos setores sociais¹.

A avaliação da interrelação entre as diretrizes e estratégias de ação da política educacional possibilita apreender o processo de tomada de decisão, assim como a identificação das prioridades de ação possibilitam confrontar, analiticamente, as intenções com as práticas.

As diferentes opções e modos de se posicionar em relação às políticas educacionais podem ser apreendidas a partir da análise do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de governo.

A avaliação das alianças e dos interesses presentes no planejamento, na execução e na avaliação dos programas educacionais, possibilita a compreensão das múltiplas e renovadas estratégias de afirmação ou perpetuação social dos grupos hegemônicos associados ao Estado e identificados com a política tradicional.

Como apontam Reis e O' Donnell (1988, p.19), o processo político brasileiro, nas duas últimas décadas, tem se apresentado através,

"(...) de manifestações autoritárias e na instabilidade institucional vicissitudes decorrentes da transformação da estrutura social brasileira sob o impacto da expansão capitalista e dos processos de industrialização e urbanização (...) "política ideológica", caracterizada pela mobilização sócio-política que resulta daquela expansão pelo aparecimento das classes sociais como pontos de referência de importância crescente para a ação de atores relevantes no processo político, pontos de referência estes que passam a operar de maneira complementar ao papel dos vínculos de natureza particularística e clientelística sempre presentes".

As lideranças político-partidárias do Estado que estão no poder administram a educação conforme os seus valores e interesses. Se são clientelísticos e populistas, a administração da educação também o será. O político tendo poder, designa, por exemplo, o diretor da escola, respondendo a compromisso assumido durante a campanha eleitoral. A política em curso tem o apoio do governador que molda as suas decisões por critérios essencialmente político-partidários.

A importância atribuída à educação básica na atual conjuntura política do país faz parte de uma estratégia mais ampla dos referidos grupos dominantes, na busca de ampliação de sua base de sustentação popular. Na tentativa de estabelecer sua hegemonia, através de pactos sociais que atinjam amplas camadas, implementam uma política de benefícios sociais, como saúde, educação e outros.

¹ Neste sentido, ver a concepção de políticas públicas em: O DONNELL, G. & OSLAK, O. 1974 ; BARRETO, E.S. & ROSENBERG, F. 1987; HENRIQUE, W. & DRAIBE, S.M. 1987; DRAIBE, S.M. 1988; CARVALHO, I.M. & LANIADO, R.M. 1989; O DONNELL, G. 1989.

Entretanto, é também verdade que esses benefícios não constituem apenas concessões dos detentores do poder(clientelismo de Estado)², mas representam uma conquista das pressões e reivindicações das camadas populares(política da sociedade organizada). A participação desses segmentos da sociedade no conjunto destas reivindicações representa a possibilidade de se ampliar tanto as preocupações e dúvidas, quanto a problemática educacional. Tal problemática, cada vez mais, é objeto de discussão sobre a Educação Nacional.

Do ponto de vista estrito do ensino/educação (escola e práticas), o modelo educacional implantado no país, no período ditatorial consubstanciado pelas medidas da Reforma do Ensino (5692/71 e demais leis subsequentes), caracteriza-se por uma distorção entre o cultural e o econômico, ainda mesmo nos limites restritos do ensino formal oficial. A elitização da escola e do ensino tem permitido que milhares de crianças, somente na faixa de ensino de 7 a 14 anos, engrossem a cada ano as taxas de evasão escolar, em especial a 1a. e 4a. séries do ensino fundamental. Ou seja, a evasão de 50% entre a primeira e a segunda séries ocorre pela deficiência na escolarização. Os Estados da Região Norte/Nordeste apresentam as piores taxas de evasão e repetência, por sua inserção num sistema de idéias, valores e práticas de estrutura sócio-político-cultural do país sob um sistema em crise³.

Ao lado deste, enumeram-se muitos outros graves problemas tanto de ordem estrutural como conjuntural, que, em síntese, retratam a falência geral do modelo do ensino/escola existente no país.

O que se pretende considerar com tais afirmações?

Independentemente dos problemas decorrentes da disparidade escola/realidade econômico-político-social no país e, conseqüentemente, no Estado do Pará, não se pode perder de vista o papel que historicamente a escola tem desempenhado, qual seja, o de reproduzir modelos e estratégias importadas e de manutenção da ordem social vigente, nem sempre respondendo aos interesses da grande maioria da população, em especial das camadas periféricas, de baixo poder aquisitivo: e, o que é grave, das parcelas alijadas do poder de decisão. Não vem, portanto, a escola, servindo aos reais interesses da população, além de não proporcionar ao quadro docente,

²Sobre Clientelismo de Estado há uma vasta bibliografia. Os fundamentos para este estudo estão baseados em: JAGUARIBE, H. 1950; IANNI, O. 1971; FAORO, R. 1976; LEAL, V.N. 1976; WEFFORT, F. 1980; CAMMACK, P. 1982; DINIZ, E. 1983; BURSZTYN, M. 1985; CASTRO, M.H.G. 1987; AVELAR, L. 1989, 1994.

³BRANDÃO, Z. et. al. 1983, p. 23.

discente e comunidade em geral, a socialização do saber e as condições de interferência no processo de mudança do país. "A escola não sabe lidar com a heterogeneidade social. Depois de alguns anos elimina mais de 3/4 dos que nela ingressam⁴".

Partindo da concepção de que o processo educativo inclui processo de mudança (de mentalidade, de estruturas de poder, de políticas sociais), viu-se que a transformação desse quadro é um pressuposto básico para pensar a produção científica, mesmo que restrita aos limites da situação de órgão governamental de um quadro técnico e/ou administrativo, está intrinsecamente vinculado também:

- a capacidade de organização e mobilização da população de uma determinada comunidade/sociedade, na busca de alternativas técnico-científicas a partir da recuperação de sua identidade com o poder, saber e fazer próprios, e;
- ao reconhecimento do processo educativo como reciprocidade em ato, ou reconhecimento de que ninguém sabe sozinho.

Há consciência, por outro lado, de que a educação não se limita a ser "transmissão de saber acumulado" e de que no cerne do processo ensino/aprendizagem está colocada, principalmente, a necessidade de repensar a educação em sua função e relação com a comunidade e a história; a partir de um projeto pedagógico que direcione as formas de organização escolar, sob o ponto de vista administrativo e pedagógico, dando uma sistematicidade às ações, construindo uma nova relação educativa, resgatando a auto-estima pela escola pública, enfim, pensar a educação a partir da qualificação e universalização como forma de diminuir a desigualdade, dando respostas não-rotineiras à crise do ensino brasileiro.

A análise do processo educacional no Estado do Pará tem conduzido estudiosos, planejadores, educadores e alunos a concluir por um quadro cada vez mais grave da educação.

No Pará, além da questão estrutural, a análise do ensino, em especial nas primeiras séries do ensino fundamental, foi feita a partir de uma revisão crítica realizada pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) junto a todos os departamentos, em fins de dezembro de 1983. Os dados desse período serviram de fundamentação para a elaboração do Plano Estadual de

⁴ÉBOLI, N. 1974; ARNS, O. et al. 1978; DIAS, M.T.R. 1979; GATTI, B. et al. 1981; ROSENBERG, L. 1981.

Educação (1987-1990), apontando como maiores entraves ao encaminhamento de uma política educacional adequada e eficiente para o Estado os seguintes pontos:

- a - a evasão escolar, em especial na 1a. e 4a. séries do ensino fundamental, que se acentua a cada ano, como evidencia em nível local, a demonstração do censo de 1980, em que para cada 100 crianças matriculadas na 1a. série deste grau de ensino, mais de 50% não alcança a 2a.série do mesmo nível de ensino, isso sem considerar os excedentes de vagas nas escolas da rede oficial;
- b - o alto índice de reprovação e repetência e baixo nível de aprendizagem verificados;
- c - a distorção idade-série, em especial nas escolas de ensino fundamental de 1a. a 4a. série da zona rural;
- d - a insuficiência e in adequação de material ensino- aprendizagem nas escolas;
- e - a desarticulação entre os diferentes serviços técnicos nas escolas, tais como orientação, supervisão, legislação, biblioteca escolar, etc.;
- f - a precaridade administrativa da própria Secretaria de Estado de Educação.

Na análise apresentada e confirmada em vários encontros de educadores, nos estudos existentes sobre o tema e até nas reivindicações populares, esses problemas acima referidos têm suas causas imediatas localizadas:

- a - da defasagem quantitativa e qualitativa (principalmente) dos conteúdos oficiais, utilizados obrigatoriamente nas escolas da rede pública;
- b - da inadequação da escola à realidade social e econômica, política e cultural dos alunos;
- c - da forma como está organizada a escola em que professores e alunos não têm qualquer poder de decisão sobre métodos e conteúdos, além de outros;
- d - da dicotomia entre a escola e a realidade mais ampla e os diferentes contextos culturais em que está situada;
- e - da falta de autonomia e inovação das/nas escolas;
- f - da formação do professor pautada em mera repetição acadêmica de conteúdos

inadequados e conservadores⁵.

O trabalho desenvolvido tem suas origens numa experiência de administração educacional no Pará, como assessora especial da Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado de Educação de março de 1987 a dezembro de 1988⁶.

Neste período, vivenciou-se a distorção intenção x execução, porque para que o Plano Estadual de Educação fosse executado deveria estar vinculado à decisão política, o que na prática não aconteceu, apesar do discurso na esfera governamental continuar sendo a educação como prioridade, no período do Governo Hélio Gueiros que assumiu o poder Executivo Estadual em 1987, para uma gestão até março de 1991, substituindo o governador Jáder Barbalho.

As lutas pela redemocratização do país tiveram, durante a Campanha eleitoral aos governos estaduais, em 1982, um caráter de mudança. A opção de trabalhar com a política a partir de 1982, deu-se por considerá-lo um marco eleitoral da primeira eleição direta para os Estados pós-64.

Interessa fazer uma análise comparativa dos indicadores quantitativos e qualitativos das duas gestões de governo do Estado do Pará(1983 a março de 1987 - 1987 a março de 1991), no que diz respeito às propostas educacionais, com base nas políticas públicas da educação e tendo como parâmetro a política partidária.

Os indicadores educacionais são também relevantes para analisar as potencialidades sócio-econômicas da região amazônica, particularmente do Estado do Pará. O governo estadual administrou a educação fundamentado na escolha dos indicadores educacionais básicos de eficiência e efetividade do sistema de ensino com os dados referentes à:

- Cobertura (taxa de escolarização - Acesso e Déficit);
- Crescimento da População e Crescimento da Matrícula;
- Pessoal Docente por nível de atuação segundo Titulação;
- Taxa Professor X Aluno;

⁵LIMA, R.N. 1988, p.19.

⁶Em 1986, participei na elaboração do Plano Estadual de Educação (1987-1990). Na época, era técnica - pesquisadora do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), trabalhando na Coordenadoria de Pesquisa Sócio-Econômica (CSE) no Grupo de Estudos de Infra-Estrutura Social (GEIS) coordenando o Projeto "Experiências Educacionais Alternativas no Estado do Pará. Razões (Da Não - Rotina) em Educação que a Educação (Ainda) não Conhece."

- Indicadores Básicos do Ensino Fundamental: Matrícula Inicial/ Repetência/ Evasão/ Aprovação/ Reprovação;
- Dados de Despesas com Educação.

No Pará, o candidato a governador em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Jáder Fontenelle Barbalho, apresentava sua proposta de governo com o slogan "É a vez do povo ganhar" (Anexo A). É eleito governador, e após quatro anos indica, em 1986, como seu sucessor, pelo mesmo partido, o Senador Hélio Mota Gueiros que ganha para o governo do Estado com os slogans: na primeira fase da campanha, "**Hélio por todos. Todos por Hélio**" (Anexo B); na segunda fase, "**Hélio Gueiros.Comparou, votou**".

Para situar historicamente as "Propostas dos governos Jáder Barbalho e Hélio Gueiros" serão abordados aspectos da conjuntura política, da economia e da educação no período de 1982 a março de 1991, bem como caracterizar, em linhas gerais, os partidos políticos, particularmente o MDB/PMDB.

As maiores lacunas nos estudos sobre políticas estaduais no Brasil estão na ausência de estudos de casos regionalizados. Este trabalho partiu também desta constatação, que é a necessidade de estudos que objetivem o resgate da história política do Pará, através da gestão das políticas públicas da educação.

As concepções que foram desenvolvidas nesse trabalho de investigação com seus problemas e possíveis soluções são as seguintes: concepção de clientelismo , política pública e política educacional, e relações entre Estado e governo.

Procura-se contribuir, através dessa análise, para a história da política educacional no Pará, buscando, num horizonte mais amplo, provocar o surgimento de outros trabalhos na área da política educacional, com a perspectiva regional.

RELEVÂNCIA DO PROBLEMA PESQUISADO

A escolha do tema, como objeto de dissertação de Mestrado, deu-se por considerar que o Pará é um Estado que sofreu um processo irreversível de transformações econômicas. Além disto, são poucos os trabalhos de pesquisa no Brasil em políticas estaduais com uma visão de análise de conjunto dessas políticas nas décadas de 80 e o início de 90, por não haver ou

desconhecer no Estado estudos sistematizados sobre este período (pós-transição). Os governadores eleitos em 1982 e 1986, apesar de serem do mesmo partido (PMDB), não apresentaram programas coordenados de governo em relação às políticas públicas da educação.

Marx (1975, p. 456), em um dos seus trabalhos, afirmava: "antes da lei fabril emendada, de 1844, não eram raros os certificados de frequência à escola, subscritos por uma cruz por professores ou professoras que não sabiam escrever". Como dizia um dos Relatórios dos Inspectores de Fábrica, na Inglaterra, "não é apenas nesses lugares miseráveis que as crianças recebem atestados de frequência escolar e nenhum ensino; existem muitas escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante do perturbador amontoado de meninos de todas as idades, a partir de 3 anos. Sua subsistência, miserável, depende totalmente do número de pences⁷ recebidos, do maior número possível de crianças que conseguem empilhar num quarto.

Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças. Estive em muitas dessas escolas e nelas vi filas inteiras de crianças que não faziam absolutamente nada, e a isto se dá o atestado de frequência escolar, e esses meninos figuram na categoria de instruídos de nossas estatísticas oficiais".

A partir de algumas considerações iniciais que decorrem de uma avaliação em que instituições educacionais oficiais são hoje incapazes de, como tal, orientar de modo planejado e constante alternativas para os problemas gerais que afetam as necessidades da sociedade e do sistema educacional do país. E, também, que há criatividade em soluções que a sociedade vem elaborando e que tem sido lentamente absorvidas por instituições oficiais, constata-se que a expansão da oferta escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista: "a escola torna-se, assim, um aparelho de reprodução da mão-de-obra, de reprodução da divisão social do trabalho e da ideologia dominante, consolidando a estrutura de classe"⁸, criando uma das contradições mais sérias do sistema educacional, atingindo de forma desigual a Amazônia. A desigualdade detectada na expansão escolar e a baixa qualidade do ensino caracterizam um dualismo vivido pela sociedade amazônica.

⁷Pence: unidade fracionária da moeda inglesa (Libra Esterlina).

⁸GADOTTI, M. 1983, p.112.

Do que se fizer com essas questões vão depender consequências de uma escola que não é "eterna enquanto dure" (igualzinha sempre), mas que para permanecer enquanto existindo se transforme.

Em vista de tal quadro, o Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975 (II PND)⁹, o discurso oficial não apenas reafirma a importância da educação básica, como a retraduz na concepção de uma política social redistributiva da renda. A generalização e universalização da escola de oito anos, gratuita e obrigatória, foi colocada como uma das condições para a efetivação de uma distribuição mais justa da riqueza nacional, juntamente com outros serviços sociais públicos tais como: saúde, habitação, transporte, etc.

A evolução da pirâmide de matrículas nos vários graus e séries desde 1942 até hoje, revela que, em quatro décadas, a porcentagem de perda da 1a. para a 2a. série na escola básica mantém-se inalterada, em torno dos 60%. Esses 60%, pelos dados do PNAD¹⁰, ou foram engrossar o exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, ou foram se arrastando atrasados pelas diferentes séries. Em 1973, por exemplo, 90% dos alunos de todas as séries do ensino fundamental tinham pelo menos um ano de atraso, segundo dados do Ministério da Educação. O atraso escolar é, portanto, a regra não a exceção em nosso ensino.

O estudo da Realidade Educacional do Pará revela como uma de suas distorções que uma parcela significativa da população (24,96%)¹¹ não está tendo acesso à Escola Pública.

"A Educação Escolar Paraense tem evoluído nas últimas décadas, muito embora haja carência que persistem e progridem num dinamismo indesejável. No geral essas carências dizem respeito:

- a) - ao baixo nível de escolarização da população;
- b) - à não absorção de parcela da população em idade escolar;
- c) - às condições precárias em que se desenvolve o processo educativo escolar;
- d) - à carência de recursos financeiros para a aplicação na educação escolar;

⁹II Plano Nacional de Desenvolvimento.1975/1979. Rio de Janeiro, 1975.

¹⁰Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), 1976.

¹¹DPC/DEP/Divisão de Estatística/SEC-PA. 1984.

- e) - à baixa qualidade do ensino ministrado;
- f) - à deterioração dos níveis de deficiência escolar na educação pública, estadual e municipal;
- g) - à gestão centralizada e anti-democrática do sistema educacional, e;
- h) - ao descompasso na vinculação entre o processo educativo e a realidade sócio-econômica e cultural paraense, em especial a devastação do meio ambiente".¹²

O Estado do Pará vem passando, nessas duas últimas décadas, por um intenso e complexo processo de transformação de que, aliás, os fatos relativos a movimentos populacionais (quer em termos de volume, quer no que tange à distribuição espacial) e as modificações na estrutura produtiva do Estado, entre outros, são bem ilustrativos.

A área educacional dispõe ainda de poucas informações sobre a política educacional (carência de produção científica). Particularmente na esfera educacional do Estado do Pará, essa precariedade de produção é evidente, o que sugere a necessidade do investimento na produção de conhecimentos sobre a realidade educacional, no sentido de possibilitar descobertas quanto às alternativas práticas de solução que se compatibilizem com a realidade local.

Há evidências de que as aspirações da população não encontram a contrapartida nos planos de educação, que, no geral, têm sido impostos às populações periféricas e não periféricas.

O interesse em realizar este estudo justifica-se por toda a situação descrita até então, destacadamente as políticas sociais no contexto das políticas públicas, tendo a política educacional como centro de discussão.

OBJETIVOS

As questões deste trabalho foram desenvolvidas a partir do processo eleitoral de 1982 no Pará, contextualizando os acontecimentos da política local no período que se situam os governos de Jáder Barbalho e Hélio Gueiros, tendo como referência a política nacional.

A partir das formas concretas do Estado brasileiro, basicamente, o estilo clientelístico, analisamos de que modo se deu o desenvolvimento da forma de Estado em "mudança" na

¹²PARÁ, Governo. Plano Estadual de Educação 1987/1990. Belém: SEDUC, 1987.

Amazônia.

Este trabalho teve como objeto de estudo o processo político educacional do ensino fundamental, não ignorando as relações sócio-econômicas que interferem no processo educativo.

Examinamos, comparativamente, as gestões dos governos Jáder Barbalho e Hélio Gueiros através dos Plano de Governo com relação às Políticas Educacionais que têm sua essência na prática clientelista, que é o aspecto mais relevante na administração dos recursos educacionais. O nosso objetivo é compreender alguns problemas do ensino fundamental a partir de uma referência mais ampla, social-histórico-política, onde se encontram inseridos alguns dados que podem nos ajudar a circunscrever a questão da pesquisa:

- a) O ensino de Primeiro Grau com a lei 5692/71 passou a ser de oito anos. A Constituição Federal de 1988 denomina de fundamental a este grau de ensino, garantindo a sua obrigatoriedade e gratuidade;
- b) O ensino fundamental no Brasil não se constitui em prioridade. Sempre foi "usado" eleitoralmente, nunca como decisão e ação política-administrativa;
- c) Segundo os dados do IBGE, em termos quantitativos, o Brasil é um país de 32 milhões de analfabetos, apresentando a pior taxa de analfabetismo do mundo;
- d) Isto reflete-se na cobertura educacional da população de 7 a 14 anos que apresenta as maiores taxas de repetência da ordem de 52,5% da matrícula, constituindo-se no principal obstáculo à universalização da educação básica¹³;
- e) A evasão escolar é provocada pelo acúmulo de repetência e pelas dificuldades econômicas por que passa a maioria da população, levando os indivíduos à necessidade de trabalharem mais cedo. O exôdo nas escolas de ensino fundamental é bem mais intenso no Nordeste¹⁴.

¹³RIBEIRO, S.C. 1990, p.14

¹⁴Dados do IBGE sobre a Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD) relativa a 1982.

Apesar da instabilidade dos partidos políticos da época e ainda hoje, há necessidade de ser analisado, pois é uma das referências que se tem como parâmetro das eleições num processo democrático. Pretendeu-se, portanto:

- analisar a política educacional dentro de uma prática clientelista e como se manifesta em termos de política pública, tendo como foco o ensino fundamental;
- analisar a atuação do partido político dos governos estaduais que direcionam a política educacional em diferentes áreas, ou não direcionam ou direcionam parcialmente;
- avaliar o comportamento dos "atores" políticos através de suas estratégias, suas alianças, relações de poder e seus programas políticos, especificamente no item referente à educação e ao ensino fundamental;
- avaliar a formulação da política educacional, detectando a diferença de governo em processos de formular políticas e designar pessoas, analisando os resultados surtidos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A - Universo da Pesquisa

Partimos do suposto de que a realidade política educacional é complexa, contraditória e dinâmica, levando-se em conta a correlação de forças que atuam nas políticas públicas estaduais, e também, no fato denunciado de forma recorrente de que tais políticas na sua elaboração não envolvem uma preocupação em conjugar o passado e o futuro dessa realidade.

A partir dessas considerações determinou-se o tipo de abordagem adotado com relação a este estudo. Esse enfoque, sob o ponto de vista operacional, baseou-se na análise interpretativa das informações coletadas sobre as causas ou a origem dos fatos, e a ligação entre eles, apresentando-se assim uma explicação de sua ocorrência ou apreendendo o sentido fundamental.

A pesquisa abrange o Estado do Pará com suas microrregiões e respectivos municípios. Os dados estatísticos que subsidiaram este estudo têm como referência temporal básica, o período

compreendido entre os anos de 1980 a 1990(série estatística), disponíveis na Secretaria de Estado de Educação, bem como em outros órgãos.

O nosso universo situou-se num meio urbano e rural em uma sociedade "complexa", tendo uma série de características heterogêneas, sendo "espelhada" essa situação no crescimento demográfico do Estado na última década.

A migração é o principal determinante do crescimento demográfico no Pará, pois este, entre 1970 e 1980, absorveu 48% de contingente migratório líquido da Região Norte¹⁵.

Este crescimento acelerado e de forma desordenada da região, é devido ao fato de que a massa migrante expulsa de suas terras, deslocou-se para a cidade de Belém à procura de trabalho e de melhores condições de vida.

Com a intensificação desse processo de ocupação nos últimos anos, o quadro populacional da Área Metropolitana de Belém foi bastante alterado, sobretudo na sua parte mais periférica, onde, por exemplo, só "na grande Belém mais de 450.000 pessoas residem nas baixadas¹⁶".

B - Pesquisa de Campo

A coleta de dados foi realizada tomando-se dados tanto de fontes primárias: entrevistas-depoimentos, como secundárias existentes: documentos oficiais, relatórios, levantamento estatístico, arquivos particulares, atas partidárias, jornais, revistas e quaisquer outros registros disponíveis e considerados relevantes para o trabalho. Entretanto, é importante assinalar que não foi possível obter séries completas de informações para o período sob o estudo (1980-1990), devido à inexistência de uma sistematização estatística, em alguns casos, e em outros, devido ao curto período de tempo que se dispunha para tal tarefa.

Trabalhou-se com os dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Banco Mundial; IDESP (Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará); SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado do Pará); SEDUC (Secretaria de Educação do Pará); TRE(Tribunal Regional Eleitoral); Assembléia Legislativa do Estado (as Mensagens Legislativas); MEC(Ministério da Educação); elaborando tabelas e quadros a partir dos dados

¹⁵PARÁ, Governo. Plano Estadual de Educação 1987-1990. Belém: SEDUC, 1987.

¹⁶Id.

emitidos por esses órgãos.

Os indicadores quantitativos procuraram evidenciar a ação acontecida nas instalações escolares, equipamentos, corpo docente, matrículas e população escolarizável do ensino fundamental, além do número de eleitores e eleitos.

Após as entrevistas - depoimentos e a análise documental(etapas do processo de coleta de dados) foi realizada ainda uma compatibilização das informações, a partir da qual foi possível aprofundar aspectos ainda pouco claros ou não abordados nos procedimentos adotados.

C - Técnicas e Instrumentos de Coleta

As técnicas e instrumentos foram selecionados em função dos objetos da pesquisa para caracterizar o espaço físico, a clientela da rede escolar de ensino fundamental, a política e diretrizes sócio-econômica e educacional.

As informações e os dados necessários referentes à pesquisa foram obtidos mediante:

- Entrevista Individual-Depoimentos

Depoimentos de Secretários de Estado, jornalistas, liderança sindical e políticos locais agentes envolvidos no processo eleitoral de 1982-1986 e com as políticas sociais como cidadãos reivindicadores das mudanças políticas institucionais e, posteriormente, no governo como responsáveis por essas mudanças.

A partir dos depoimentos, construiu-se um arcabouço de reconstrução do processo político do Estado do Pará, evidenciando posturas individuais que estão interligadas à atuações político-ideológicas mais gerais.

Foi intencional a transcrição dos depoimentos para situar os seus responsáveis e as relações que formavam entre si, buscando interpretar o seu significado naquele momento.

Os entrevistados:

- **José Mariano Klautau de Araújo** - sociólogo, coordenador e articulador da "Frente Democrática das Oposições" no Pará, em 1982;

- **Benedito Wilfredo Monteiro** - advogado, político e escritor, ex-deputado federal pelo

PMDB por duas legislaturas (1983-1987) e (1988-1991), retirou sua candidatura em favor do candidato a governador Jáder Barbalho. Atualmente é assessor do Prefeito de Belém, Hélio Gueiros;

- **Pedro Galvão de Lima** - advogado, publicitário, coordenador das campanhas de Jáder Barbalho e Hélio Gueiros (1982-1986-1990) para governador na parte de Divulgação e Propaganda. Foi Secretário de Comunicação por quatro meses na segunda gestão do governador Jáder Barbalho (1991-1994);

- **Carlos Alberto Rocque** - jornalista, faz um trabalho jornalístico-histórico sobre o passado e presente político dos "atores" que fizeram e fazem a História do Pará. Foi presidente da Companhia Paraense de Turismo (Paratur) na gestão do governador Jáder Barbalho.

- **Luís Otávio Carvalho** - atuou no PTB do Pará desde 1947. Foi Secretário Geral da Juventude Trabalhista. Em 1964, exerceu o cargo de Assessor da Casa Civil da Presidência da República. Ex-Superintendente Administrativo da Rodobrás. Membro fundador do MDB, exercendo o cargo de Secretário. Participou também do PMDB. Segundo presidente do "Novo PTB". Atualmente é aposentado do Banco da Amazônia, presta assessoria política, administrativa e empresarial, além de atuar na área de Informática. Continua filiado ao PTB e é membro do diretório nacional.

- **Nelson de Figueiredo Ribeiro** - advogado. Presidente do Banco do Estado do Pará. Secretário de Indústria, Comércio e Mineração na gestão do governo Jáder Barbalho (1983 a março de 1987). Ministro da Reforma Agrária de março de 1985 a junho de 1986, responsável pelo "Plano Nacional de Reforma Agrária". Secretário de Indústria, Comércio e Mineração no governo Hélio Gueiros (1987 a março de 1991). Coordenador da Assessoria da Amazônia à Constituinte. Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente na segunda gestão do governador Jáder Barbalho (1991 a março de 1994). Atualmente é aposentado do Estado e da Universidade Federal do Pará. É consultor na área ambiental e educacional.

- **Edmilson Brito Rodrigues** - arquiteto. Fundador do Partido dos Trabalhadores sendo membro dos seus diretórios estadual e nacional. Fundador da CUT (Central Única dos

Trabalhadores) pertenceu às suas direções estadual e nacional. Participou da fundação da FEPPEP (Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará), posteriormente transformada em Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública, sendo eleito presidente da mesma, em duas gestões. Membro do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará). Ex-deputado estadual pelo PT nas gestões (1987/1990 e 1991/1994). Atualmente é professor de Departamento de Engenharia da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e da Escola Técnica Estadual do Pará. Concluiu o Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos).

- Análise Documental

- Boletins eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, além do material de campanha dos candidatos a governador e seus respectivos programas de governo;
- Consulta aos planos, projetos, orçamentos governamentais (dados de revisão dos recursos do Estado para investimentos); mapas; anuários estatísticos; relatórios; censos oficiais; dados estatísticos e histórias eleitorais dos eleitos governadores, senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores e qualquer outros registros disponíveis e considerados relevantes para a pesquisa;
- Jornais locais "O Liberal"; "O Diário do Pará "; "A Província do Pará " e o "Jornal Pessoal", publicados no período compreendido entre os anos de 1982 a março de 1991.

RESUMO DOS CAPÍTULOS

Na sistematização escrita do "corpus" da pesquisa, pretendeu-se uma organização por capítulos:

Capítulo I, "Diretrizes Teóricas"

Constitui-se numa análise do movimento educacional e suas (re)interpretações no âmbito da Sociologia da Educação, sinalizando uma discussão sobre a teoria e a possibilidade de

mudança no setor educacional do Estado capitalista, a partir das interpretações entre o político - cultural, histórico - social e econômico.

Capítulo II, "A Amazônia e o Estado do Pará: Um Quadro Sócio-Econômico e Demográfico"

Apresenta-se um quadro sócio - econômico da Amazônia e do Pará em seus aspectos geográficos - históricos , faixa etária e população produtiva. Analisa-se o desenvolvimento demográfico e as implicações dos serviços sob o impulso das políticas públicas para a região; este capítulo na presente análise é importante por mostrar o Estado do Pará, pois o mesmo não se encontra isolado do poder central, e a relação entre governo estadual e federal cria o perfil da política nacional.

Capítulo III, "Os Partidos Políticos no Estado do Pará"

É apresentado um panorama geral da política paraense com um breve retrospecto a partir de 1930, e o exercício do poder pelas lideranças regionais. Faz-se uma análise das eleições do período 1982 e 1986, identificando-se as lideranças que surgiram nesse processo. Na caracterização da estrutura do sistema partidário, enfatizou-se a representação dos partidos políticos, destacando-se a forma pela qual eram travadas as lutas políticas entre as diferentes facções e os acordos feitos, surgindo daí a formação de alianças e/ou coligações. A política partidária é uma das referências explícitas do poder local e a sua prática clientelista sobre a política educacional. Essas concepções foram enfatizadas como de relevância na apreensão dos objetivos estudados no capítulo subsequente.

Capítulo IV, "A Política Educacional no Estado do Pará"

Analisa-se, em especial, o ensino fundamental do Estado do Pará e suas demandas educacionais, através dos indicadores relativos à eficácia e efetividade das ações governamentais. Avalia-se o desempenho da política educacional de cada gestão dos governadores do período, caracterizando os objetivos e diretrizes da política, as propostas e/ou programas educacionais, a organização institucional, a política de recursos humanos e os recursos financeiros alocados. Buscou-se desvendar o modo como se constituem as políticas públicas da educação e os limites entre os quais operam.

No **último Capítulo** são feitas as considerações finais provenientes das relações descritas acima. Reflete-se sobre a implementação da política e seus resultados, respondendo aos objetivos desse trabalho.

CAPÍTULO 1

"A democracia talvez se expresse a nível das grandes organizações políticas e sociais; mas ela só se consolida, só ganha consistência, se existir, no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta das velhas estruturas".

Félix Guattari

DIRETRIZES TEÓRICAS

1 - O Movimento Educacional e suas Interpretações no Contexto da Sociologia da Educação

"Os padrões que norteiam uma pesquisa são extremamente específicos dela e dos que se envolvem na sua realização, o que lhe confere o caráter de origem e criação do conhecimento¹⁷".

Embora os fundamentos teóricos e metodológicos de cada ciência ofereçam técnicas e instrumentos diversos, a sua aplicação e resultados obtidos são produto de decisões que revelam o envolvimento e o compromisso do pesquisador com o fenômeno investigado.

Mais difícil ainda se torna o assunto, quando posiciona o seu estudo na linha de tentar identificar esse processo, supostamente racional, harmônico e lógico, manifestações de efeito contestador com intensidade reformistas, de acomodação e/ou revolucionárias.

O problema para o seu tratamento, os contornos da focalização no estudo, chegando a assumir fundamentações políticas (descolonizar), epistemológicas (reciprocidade na educação) e multiplicidade no sentido da quantidade de elementos que participam do processo de formação das políticas públicas para a educação (a comunidade) e finalmente sociológica, no caso específico a Secretaria de Estado de Educação; as verdades não são eternas, o saber é reconstruído. Colocado nestes termos, os objetivos a serem alcançados apresentam-se claros e os questionamentos a serem explicados, igualmente.

Um dos critérios básicos para o referencial teórico adotado é o "sentido

¹⁷ FERREIRA, R.M. 1981, p.1

político/pedagógico" de modo que o estudo seja tomado a partir da correlação de forças a serviço da estrutura produtiva.

As linhas teóricas que permeiam a complexidade do processo educacional e que se tem expressado sob alguns prismas, destacam-se em **Gramsci, Freire, Gadotti, Saviani** e outros, que dizem que na relação entre educação e sociedade, a primeira é posta nas mãos dos educadores como "uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado¹⁸".

Assim, é possível lutar através da escola, por uma transformação da realidade, desde que se lute por garantir um ensino de melhor qualidade nas atuais condições históricas.

Dáí se concluir que a teoria a respeito do tema pesquisado é parte da análise de vários especialistas da prática educacional, desde que esta prática busque mudar a relação sistema oficial de ensino e comunidade escolar.

A mudança da educação está vinculada à questão da organização e mobilização da população a partir da recuperação da sua identidade com o poder, saber e fazer próprios, influenciando dialeticamente para a nova concepção de escola.

É o momento histórico que encontra uma força de liderança capaz de integrar interesses únicos de uma sociedade e que leve o processo adiante.

O que ocorre é que a política educacional implantada pelo governo propicia algumas mudanças as quais também visam manter a classe dominante no poder.

É preciso rever os fundamentos de uma teoria de mudança privilegiando a mesma como resistência ao "status quo" burocrático (da educação mandada e não de co-autoria).

Basicamente, o esboço teórico indica limitação e uma fundamentação onde o conceito de resistência não é vinculado ao de resistência à mudança, mas resistência ao "status quo" (ou o alternativo não muda). É a resistência enquanto instrumento reivindicatório da população, enquanto movimento social. A limitação decorre do fato de que não se pode considerar alternativo "puro" tudo o que se encontra; há gradações possíveis porque as transformações têm uma história, se dão no tempo, no espaço, nas relações vivas.

A fundamentação procura o conceito de resistência com algumas raízes da análise social aplicada à educação. Isso sobretudo, como crítica ao conceito durkheimiano de educação ("como samba de uma nota só") que seja apenas igual à transmissão dos padrões das gerações

¹⁸SAVIANI, D. 1981, p.36

adultas para as gerações mais jovens: esse conceito despreza a possibilidade contrária via confronto inter e intragerações.

A resistência tem um fundamento político: descolonizar a educação; tem um fundamento epistemológico: a relação educacional é uma decisão recíproca; e depende de múltiplas pessoas (não só do educador) e da comunidade, por meio dos quais o processo de conhecimento se dá a conhecer; este fundamento está ligado à causação cognitiva em Ciências Sociais onde os fatos sociais sempre têm causação plural e não singular. Finalmente há uma fundamentação sociológica onde a instituição educacional é sempre inacabada; neste inacabamento é que podem operar o instituído em confronto com o instituinte saber reconhecido, e o saber não reconhecido.

Com isto, observa-se o agravamento dos desajustes sociais existentes. A atuação do sistema de educação escolar como fator de mudança social, ao mesmo tempo em que é limitado pela rigidez e pela resistência da estrutura do poder, pelas desigualdades na distribuição da renda e pelo baixo nível de vida da grande maioria da população, tem na crescente mobilização dessa parcela da população, as reivindicações econômicas e sociais em torno de lutas políticas através de um desempenho mais crítico, criativo e em maior sintonia com a realidade do contexto cultural abrangente.

Aqui torna-se evidente o questionamento a respeito da neutralidade da educação. De um lado, reproduz a crença de que a educação sozinha tem o papel de promotora da transformação social; de outro, camufla o fato de que as iniciativas são sempre tomadas pelos grupos dominantes em seu benefício e, tanto pelas possibilidades de acesso que oferecem, como pelos conteúdos e "experiências alternativas", só pode ser explicado como resistência às iniciativas dominantes. Daí o sentido da inovação:(como base do alternativo), entendido como mudança, como resistência emergente datada e situada, aberta, resistência à rotina estabelecida.

Estas afirmações serão constatadas nos estudos de Sociologia da Educação que sofreram, na última década, uma renovação considerável, que pode ser sintetizada em três tendências distintas: uma, que enfatiza os aspectos do aparelho escolar enquanto reprodutor das desigualdades sociais e da estrutura da sociedade; outra, que apesar de reconhecer o caráter reprodutor do sistema escolar, ainda assim, procura distinguir em situações sociais precisas, o significado que a educação pode ter numa situação de transformação; e uma terceira, que procura avaliar o real significado da educação através do estudo aprofundado da emergência e da expansão do sistema escolar, em sua peculiaridade numa dada sociedade.

Essas três tendências também marcam a pesquisa recente em Sociologia da Educação no

Brasil. O que se nota neste caso preciso é, por um lado, a predominância de estudos que tratam da reprodução principalmente nos anos 80, e, por outro, uma preocupação com ideologias e políticas educacionais com o sistema educacional como um todo, com a educação extra - escolar, com formas complementares e supletivas do ensino, com os quadros genéricos da educação popular. Há, porém, uma lacuna: ausência de estudos e pesquisas sobre o ensino fundamental como se os resultados de trabalhos sociológicos que desvendam a reprodução, através do aparelho escolar, tivessem imobilizado as considerações a respeito desse grau de ensino. Este é considerado apenas um produto das desigualdades sociais e como tal, acham-se os pesquisadores incapacitados de, através de seus estudos, perceberem algo que não seja meramente o reflexo puro e simples de uma reafirmação da dominação de classe e, conseqüentemente, de proporem alternativas que resultem numa ação transformadora¹⁹.

A política educacional desenvolve-se no espaço de uma conjuntura política autoritária com uma economia recessiva de intensa concentração de renda, em que o Estado prescinde dos compromissos sociais para com a sociedade. Entende-se, pois, que a política educacional faz parte das políticas sociais, portanto deve atingir a população na sua totalidade e não somente os carentes. As respostas para os problemas educacionais encontram-se nas áreas econômica, política e social²⁰.

2 - O Movimento Educacional no Brasil: alguns traços definidores

No Brasil, a condução das políticas sociais e a manutenção desse processo no futuro têm duas implicações fundamentais. A primeira e mais importante tem a ver com a concentração da pobreza nas capitais. E a segunda diz respeito à capacidade de investimentos no sistema educacional de atender aos déficits dos serviços desse sistema. Fica evidente que as políticas sociais adotadas no Brasil não atingem as dimensões dos serviços sociais públicos e nem cobrem todas as áreas que ocupam nos países industrializados.

Essa questão evidencia-se, antes de mais nada, na política salarial e de desemprego. E

¹⁹FUKUI, L. *et al.* 1981, p.72

²⁰Trabalhos que tratam do assunto: CUNHA, L.A. 1975; FREITAG, B. 1977; SAVIANI, D. 1983; SCHWARTZMAN, S. 1980, 1991; BARROS, R.P. 1991; GUSSO, T.A. 1991

finalmente, as políticas que modificam estruturalmente a geração de renda na economia brasileira, devem ser privilegiadas.

No Brasil, o modelo sócio-econômico vigente nos anos 60 e 70 foi conduzido pelo Estado autoritário e centralizador, sendo a educação submetida à racionalidade técnica, deixando de ser uma questão política, passando ao domínio quase que exclusivo da tecnocracia.

A educação constitui-se na visão tecnocrática fator primordial de capacitação para o pleno exercício da cidadania e para o trabalho. Os países que tem a educação como prioridade, possuem nível de desenvolvimento econômico e social considerável.

A Constituição de 1934 previu que caberia à União assegurar as diretrizes básicas da educação nacional, mas foi a Constituição de 1946 que estabeleceu que a União é quem fixaria essas diretrizes.

A Constituição de 1967, por sua vez, garantiu a gratuidade e a obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos de idade. Dois anos após, a Emenda Constitucional de 1969 obrigava os municípios a aplicarem 20% da receita tributária no ensino fundamental.

A Constituição de 1988 diz que o dever do Estado com a educação será através do "atendimento ao educando no ensino fundamental, através dos programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde" (Art.208, VII). Enquanto que, com relação ao Estatuto do Magistério no (Art. 206, V), assegura como princípio a "valorização dos profissionais do ensino garantida na forma da lei, plano de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando o Regime Jurídico Único para todas as Instituições mantidas pela União.

A política educacional voltada para o ensino básico estabeleceu algumas diretrizes, consolidadas na Reforma do Ensino de 1971. Entre as diretrizes destacam-se: a obrigatoriedade da educação de 4 a 8 anos de estudo, aumento da faixa etária de alunos de 7 a 14 anos de idade e a gratuidade do ensino fundamental na Rede Pública. Na medida em que se ampliam as responsabilidades do Estado para com a educação e a concomitante democratização do acesso, ocorrido nos anos 80, uma crise educacional é explicitada, fundamentalmente pelo seu caráter seletivo e excludente.

Sobre o sistema educacional brasileiro, diz **Fernandes** (1971, p. 197):

"(...) abrange instituições escolares que não se ajustam, nem qualitativa e nem quantitativamente a necessidades educacionais prementes, que são compartilhadas em escala nacional ou que variam de uma região para a outra do país. Daí ser urgente e vital alterar a estrutura, o funcionamento e o modo de integração dessas instituições".

Do contrário, por ser o sistema educacional qualitativamente ruim, fica cada vez mais inacessível, devido também ao seu alto custo. A escola, como registrou o educador Paulo Freire, é apenas uma das "peças" dessa grande máquina que é o Estado, que, no nosso caso, está efetivamente em crise. Não é só a escola pública, mas também as escolas privadas que demonstram a falência de um projeto educacional que necessita ser revisto: o ensino no país em todos os níveis está falido, por razões nem sempre compreensíveis aos modelos político-econômico-educacionais que foram colocados em prática ao longo dos anos.

A coexistência em nível das postulações teóricas, da legislação de organização do ensino e da prática educacional de uma educação "geral", humanista(consumo) e de uma outra, dita específica e técnica (investimento), apontam ou podem apontar uma mesma direção, ou seja, a escola como fornecedora de mão-de-obra necessária ao mercado."A diferenciação reside de um lado, na distinção entre os diferentes níveis de qualificação e, as populações que supostamente devem deles se apropriar e de outro lado, na vinculação mais distante ou mais estreita com as demandas imediatas do mercado de trabalho²¹".

Vale a pena um retrospecto do período de 1967 a 1970, quando "acelerou-se a divisão social do trabalho em bases capitalistas, isto é, a região amazônica integrou-se em bases regulares do mercado de mão-de-obra, primeiro local, depois nacional²²".

A partir daí "a Amazônia será então zona preferencial para aplicação de recursos gerados graças à política econômica e fiscal do governo central²³".

A configuração espacial da região amazônica, como espaço político, introduz nessa análise a questão regional, entendida não apenas por seus aspectos geográficos e econômicos, mas também em termos de fronteira política, através de um conjunto de atividades concretas e articuladas, cujo reflexo é sentido na Capital(Belém), caracterizada como um espaço geoeconômico abalado por impactos violentos resultantes das recentes intervenções do capital com

²¹MADEIRA, F.R. 1984, p.2

²²CARDOSO, F.H. 1977, p.12

²³Id., Ibid., p.14.

a implantação dos "Grandes Projetos na Amazônia".

Todo este quadro descrito em vários fatores estruturais, considerando as condições em que se realiza o crescimento econômico, resultantes de uma combinação específica de elementos componentes do modo de produção capitalista, pode ser entendido como referência ao papel e à função mais genérica da educação, ligado à realidade econômica, política e cultural que o caracteriza.

Analisando-se o processo educacional brasileiro dentro do contexto histórico-social e econômico, a partir de 1930 até os anos recentes, pode-se observar o problema da defasagem entre educação e desenvolvimento, "defasagem essa que vem se acentuando com a passagem de um novo modelo para outro²⁴".

Esta perspectiva para a qual a escola é uma "fábrica de mão-de-obra qualificada" a serviço da estrutura produtiva sofre de uma fragilidade elementar. Segundo **Madeira** (obra citada), na América Latina como um todo, "a heterogeneidade estrutural não permite sustentar um nível de coerência tão alto entre teoria educacional e necessidade social". Isto porque esta tese que a autora acima critica, tem como premissa a existência de uma correspondência muito grande entre a seleção escolar e as exigências do aparato produtivo. Olhando-se mais a fundo, veremos que tais exigências não respondem a uma racionalidade técnica, mas sim às necessidades de controle e exploração que definem a sociedade capitalista. Nesse sentido, a educação e a formação escolar são instrumentos complementares na tarefa da dominação e subjugação dos indivíduos; e, entretanto, podem provocar co-existência inteligente, eficaz e pacífica a este modelo.

A política da educação, por sua vez, não é apenas a política estadual, a política partidária, mas a política que tem outras preocupações: a que procura levar, fazer a caminhada, que não é essencialmente fantástica, mas sim o juntar de todas as "pedras do caminho". A questão do Estado entra aqui, como define **Gramsci**, como que "todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados". Significa que o Estado resulta numa correlação de força, conjugando os interesses da burguesia e dos trabalhadores para obter a hegemonia. São as correlações de força que vão definir, planejar e decidir as políticas públicas da educação.²⁵

²⁴ROMANELLI, O. de O. 1977, p.12

²⁵GRAMSCI, A. 1979

A República prometeu um Estado republicano, federativo, portanto descentralizado. Antes do colapso da monarquia, os fazendeiros de café movimentaram-se no sentido de associarem-se aos republicanos revolucionários e poucos deles eram realmente revolucionários ao ponto de repelirem essa conciliação pelo alto. Essa união conservadora é a sombra da imagem que existe como resultado da nossa história maléfica. Surgiu portanto a república oligárquica que com o tempo transformou-se numa república autocrática. Essa república autocrática, civil ou militar, serviu de instrumento para que brasileiros colonizassem, no caso particular, a Amazônia e ao mesmo tempo, transformassem a Amazônia numa oferta colonial para o grande capital estrangeiro.

CAPÍTULO 2

"Terras violadas dores devolutas várzeas de silêncio e solidão. Eu que era um pássaro voando no meu sonho hoje não tenho onde pousar meu coração (...) Ajuricabas, Fonteles e Josimos Adelaides, Chico Mendes e Quintinos. Tantos nomes de mártires tombados, que em nuvens de guarás foram levados pro coração de Tupã. Eu canto Guaimiaba, essa alvorada, com as penas do cantar do acauã".

Salomão Habib e Paes Loureiro

A AMAZÔNIA E O ESTADO DO PARÁ: UM QUADRO SÓCIO-ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

1 - Caracterização Geral da Amazônia

Neste capítulo buscou-se apresentar uma visão contextualizada do "subcontinente" da Amazônia, com suas singularidades histórico-culturais.

A Amazônia é uma região subdesenvolvida, de alta concentração fundiária e de renda, na qual quase a totalidade da população se encontra socialmente marginalizada.

Na Amazônia, o capitalismo dependente e as estruturas arcaicas de produção agrícola e de bens e serviços tiveram consequências de grande impacto. Imensas riquezas são exploradas mais intensamente, o que deveria contribuir para o enriquecimento da região.

No entanto, tal exploração ainda tem o caráter de colonização. É forte ainda a herança do colonialismo, gerando grandes periferias, que embora venham crescendo há dois séculos, estão muito longe da conquista de sua autonomia.

A região amazônica compreende os países da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Nessa região, localiza-se a floresta tropical úmida, cobrindo aproximadamente 7 milhões de quilômetros quadrados. No Brasil, a sua abrangência é de 500 milhões de hectares, sendo que mais da metade são de florestas tropicais nativas. O Rio Amazonas tem aproximadamente 25 mil quilômetros de percurso de rios navegáveis. Este rio tem uma função social, política e econômica, sendo a "estrada" da população da região, onde se dá toda a comercialização dos produtos e demais serviços.

O processo de ocupação produtiva da Amazônia deu-se, basicamente, em função do extrativismo vegetal, inicialmente com a exploração da borracha e, posteriormente, com a

exploração da castanha do Pará. Isso fez com que a estrutura produtiva favorecesse a concentração econômica, já que a incorporação do progresso técnico se deu através das empresas transnacionais.

Sua ocupação e integração à economia nacional e internacional priorizou o atendimento aos interesses do capitalismo nitidamente imperialista, no qual não foi prevista a participação da sociedade regional nos possíveis benefícios que a industrialização pudesse trazer.

Este modelo de desenvolvimento econômico e social, adotado nas últimas décadas, caracterizou-se como o modelo da modernização conservadora, ou seja, modernizou o capitalismo agrário no país, sem mexer num palmo de terra, sem fazer nenhuma reforma agrária.

Nascimento (1983, p.2) destaca:

"(...) as médias e grandes fazendas organizadas em moldes comerciais, sendo empresas ou não, tem um nível de capitalização, um volume de produção, uma concentração de terra muito maior do que a unidade produtiva familiar camponesa. Por outro lado, ainda contam com a ajuda do governo, quer financeiramente, quer em seu aparato institucional/organizacional, que lhes favorece, estimulando a expansão e ocupação".

Isso demonstra o viés intervencionista do Estado brasileiro no que tange ao período do extrativismo vegetal (borracha ou castanha do Pará), tendo historicamente desenvolvido um comportamento de favorecimento a grupos econômicos e classes oligárquicas, em detrimento das populações nativas e dos migrantes que emprestaram o seu trabalho e vida a essas atividades.

Fazendo um exercício de revisão acerca da Amazônia, depara-se com a contradição entre capital e trabalho, e nesse sentido é absolutamente necessário recuperar a interpretação de Santos (1977, p.5) sobre a acumulação primitiva na Amazônia. Diz ele:

"(...) na Amazônia o que está por explicar não é a gestação do capital (o mesmo que acumulação primitiva ou originária), já que os capitais estão chegando lá transferidos de outras áreas do país e do exterior. Sem a menor dúvida, o processo de expropriação de sitiantes, posseiros, etc. aumenta e acelera a acumulação de capital, mas não é a origem de um capital industrial, mercantil, agrícola ou financeiro, e sim o efeito do afluxo desse capital, o resultado da ação de quem o controla".

Nessa análise, é importante compreender o que Furtado (1967, p.80-94) diz sobre a natureza do subdesenvolvimento:

"(...) é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (...) e o processo de circulação, os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural, que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes".

Dáí se deprender que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no período de 1930 a 1961, como afirma Nascimento (1983, p.191),

"(...) teve seu elemento dinâmico no modelo de substituição de importações, o qual foi responsável pela industrialização e modernização do país, em moldes capitalistas".

Ainda Nascimento (1983, p.285) centra a análise da ocupação produtiva da Amazônia

"(...) no processo de aquisição dos meios de produção organizado pelo Estado em várias frentes de ação, ao mesmo tempo que ele empreendia a implantação de infraestrutura viária. No entanto, esse processo se caracteriza pelo fato de ser o Estado proprietário de capital - dinheiro e terras, e o controlador da distribuição desses recursos, criando, para isso, os canais de transferência - órgãos, resoluções, planos, programas e projetos - de grande parte deles para a iniciativa privada, enquanto instituiu medidas de ordem autoritária, que se constituem em empecilho à apropriação desses meios materiais de produção pelos trabalhadores diretos".

Assim, o que aprofundou o desequilíbrio externo foi a importação de bens-equipamentos e uma acentuada distribuição desigual de renda devido à concentração das atividades modernas, tendo-se, em contra-partida, uma imensa massa de sub-empregados provocada pela dinâmica da industrialização que expulsava o homem do campo, não havendo possibilidades de absorver, à altura, toda essa mão-de-obra, apesar das altas taxas de crescimento de emprego.

No Brasil houve o desenvolvimento de uma burocracia que levou ao limite o modelo desenvolvimentista: esse modelo de intervenção do Estado como indutor de uma industrialização e como gerador de um processo histórico que se reflete atualmente no plano político, econômico e, principalmente, ideológico, quando a correlação de forças se explicitam.

Com relação à política de integração nacional, Martins (1987, p.408) esclarece:

"(...) o Brasil é um dos poucos países do mundo em que a expansão capitalista ainda está associada à expansão territorial. Na recente ditadura militar, a política de integração nacional constituiu-se numa política de construção de estradas que permitiram reorientar o fluxo das mercadorias, antes escoadas pelas vias fluviais para os portos de Manaus, Belém, São Luís, voltados para o exterior, típicos entrepostos de uma economia agrário-exportadora ou, mais precisamente, extrativista-exportadora. As rodovias fizeram das regiões interiores, antes tributárias dos grandes rios, colônias de exploração e colônias demográficas do sudeste industrializado".

O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia tem seu ápice com a construção da rodovia Belém-Brasília, ganhando impulso com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1967, transforma-se em Superintendência de

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco de Desenvolvimento da Amazônia S.A. (BASA), que tinham como uma das suas principais funções a política de incentivos fiscais e creditícios, beneficiando os que tinham condições de expandir-se e oferecer um retorno; no caso da indústria - mais lucro com menores gastos; na agricultura estimula a produção para exportação e não para o consumo, conseqüentemente em detrimento das culturas para a alimentação.

A Amazônia sendo uma das regiões mais ricas do mundo, sofreu a devastação, a ocupação destrutiva e a satelização econômica, cultural e política.²⁶ Satelização que vinha do Sul ou de regiões onde as fazendas de criação se expandiram ou vinham do exterior. Quer dizer que, o médio e grande capital, dentro do país, e o grande capital internacional acabaram promovendo a satelização do desenvolvimento amazônico.

No período do Governo Vargas (1937-1945) e Kubitschek (1956-1961), a forma de ocupação da Amazônia esteve vinculada às instituições oficiais que visavam acelerar o desenvolvimento econômico. Pensava-se que, com tal aceleração, iriam corrigir-se as desigualdades econômicas, sociais e políticas que, ademais, acabaram se aprofundando.

A questão do desenvolvimento da Amazônia foi uma estratégia geopolítica militar, à época da ditadura de 64 e da chamada "Nova República". Em 1990, esse projeto ganha um novo estágio, com maior intensidade, com o chamado "Brasil Novo". Essa concepção geopolítica militar proporcionou a "ocupação" da Amazônia e processos internos de concentração ainda maior da riqueza e do poder.

Primeiro foram os fazendeiros do Estado de Mato Grosso, de Goiás, do Sul do Brasil, de São Paulo, e alguns do Pará que se beneficiaram com os incentivos, com os empréstimos e desenvolveram economias de criação de gado, empresas agro-pastoris, empresas de mineração, pequenas e médias empresas que se desenvolveram por conta própria.

O polo militar do programa configura-se como: é preciso ocupar a Amazônia dentro do prazo mais curto possível e com a maior eficácia na criação de atividades econômicas, capazes de alimentar o processo de crescimento e diferenciação da economia regional.

Foram transferidos para diferentes áreas da Amazônia vultosos recursos, que não foram para as mãos da população trabalhadora, mas sim para financiar empresários e empresas, fazendo

²⁶ Satelização é um termo de origem contemporânea. Aplicável na descrição de qualquer Estado sujeito à hegemonia de outro. Quando e onde existe um vazio de poder político, econômico e militar capaz de atrair o dinamismo natural de uma potência "colonizadora" contígua. BOBBIO, N. et. al. 1986, p. 1141.

com que estes implantassem projetos que não vêm atendendo às necessidades da população da Amazônia.

O Instituto do Desenvolvimento Sócio-Econômico do Pará (IDESP), em trabalhos recentes, mostra que os projetos implantados na região amazônica vêm desempregando muito mais do que o previsto, além do que esses projetos não conseguiram se integrar à economia regional, constituindo-se num entrave, com uma tecnologia obsoleta em relação às disponíveis nos países desenvolvidos.

As grandes estatais, instaladas na região com poder de mando são: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

No quadro atual da Amazônia os **Grandes Projetos** são parte integrante do processo de ocupação, destacando-se os seguintes:

- a) **Construção da Ferrovia Norte-Sul** - parte da cidade de Açailândia no Complexo Carajás, interligando o Sistema Sudeste/Centro-Oeste com o Sistema Norte/Nordeste, em íntima cooperação com o setor privado. Tem como objetivo atender os interesses dos Estados amazônicos. É uma ferrovia que apresentou um custo menor em relação a sua importância, devido as irregularidades na sua licitação. Esta ferrovia consolidará a proposta de transformar a região em "região siderúrgica", haja visto os empresários estarem reservando espaços privilegiados para a instalação das suas usinas. Apesar da bancada dos deputados federais no Congresso Nacional terem feito sérias restrições ao projeto, os governadores amazônicos manifestaram apoio à ferrovia.

- b) **Grande Carajás** - maior projeto econômico do Brasil, já que possui a maior jazida de ferro do mundo, está situado no Estado do Pará, a cerca de 550 Km de Belém, na Serra do Carajás, a oeste de Marabá. Este projeto constitui-se em verdadeira intervenção no Estado, dirigido por um Conselho Interministerial, onde um Secretário Executivo²⁷ dispõe do solo, sub-solo, da cobertura florestal e até da vida dos cidadãos, como se fosse um Território Federal, mas sem os compromissos financeiros e administrativos. No Conselho não têm assento os governos dos Estados do Pará, Goiás

²⁷O primeiro Secretário Executivo do Conselho Interministerial do Projeto Carajás foi o médico e empresário Oziel Carneiro, candidato ao governo do Estado do Pará pelo PDS, nas eleições de 1982, indicado pelo Senador Jarbas Passarinho.

e Maranhão. Estes não foram ouvidos na intervenção que se processou. O Projeto Carajás desenvolve um complexo integrado mina-ferrovia-porto;

- c) **Tucuruí** - maior hidrelétrica nacional, foi a primeira das vinte e sete hidrelétricas que estão sendo construídas na rede hidroviária do Tocantins-Araguaia. A hidrelétrica de Tucuruí foi planejada e construída sem levar em conta as modificações ecológicas de toda uma região hidrográfica. É um dos fatores de desequilíbrio ecológico trazendo consequências para a flora e a fauna. A inundação do reservatório de Tucuruí gera, ainda, um grave problema social: transferência das populações residentes nas localidades inundadas pela hidrelétrica. Tem-se ainda os gastos elevados com a devastação, em prol da produção de energia barata para as regiões Nordeste e Sul.
- d) **Trombetas** - o projeto compreende a Microrregião de Trombetas, que são os municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém e Terra Santa. A atividade central envolve extração e exportação da bauxita;
- e) **Albrás-Alunorte e Alcoa** - a Albrás é a maior fábrica de alumínio da América do Sul. A Alcoa, por sua vez, instalada em São Luis - Maranhão, é a maior produtora mundial de alumínio primário. No início do seu empreendimento propôs-se a fornecer para a Albrás, a preço inferior do mercado internacional, alumina fabricada com bauxita vinda da Austrália, colocando em "risco" o parque industrial da Albrás-Alunorte. Estes dois projetos são um dos mais poluidores já implantados na região amazônica, pois despejam nos rios milhões de toneladas de lama vermelha, resíduo poluidor, constituído de soda cáustica, ferro, sílica entre outros;
- f) **Projeto Calha Norte** - é um projeto econômico que visa a ocupação da Amazônia, utilizando para tal a justificativa de proteção à ganância e aos conflitos internacionais e a segurança das fronteiras em áreas de grandes reservas indígenas e auríferas. É um paradoxo apresentar este projeto como uma forma de proteger a Amazônia contra a ocupação estrangeira ou o capital associado, já que a penetração da ocupação estrangeira é naturalmente dirigida e limitada.

g) **Serra Pelada** - não é considerado um grande projeto, mas destaca-se devido à organização de garimpos. É uma montanha localizada ao Sul do Pará, próximo a Marabá. Ocorreu que a atividade de garimpeiro transformou-se em frentes garimpeiras de fácil mobilidade, espaços ocupados onde há total ausência do Estado, através de programas na área da organização do trabalho e da saúde. Desaparece o garimpeiro independente, surgindo uma estrutura com grau de hierarquia e poder.

Serra Pelada, com todo o ouro que possui, não trás nenhum retorno para o Estado do Pará, inclusive porque o escoamento se dá através do Porto de Itaquí em São Luís do Maranhão, além das "crateras" e da miséria da maioria dos garimpeiros, não passando de uma grande ilusão. Os trabalhadores que exploraram o ouro nas piores condições configuram populações arruinadas. São comuns os casos de "trabalho" no tráfico da cocaína, realizando as tarefas mais difíceis e ao final morrem assassinados. O trabalhos sobre o assunto avaliam que, na sua maioria, os garimpeiros são agricultores sem terra.

A implantação desses projetos desenvolvimentistas trouxeram, conseqüentemente, a implantação do desemprego, da marginalidade e da prostituição, entre outros para a região. Tais conseqüências refletem-se na qualidade de vida da população e atingem a relação equilibrada com o meio ambiente.

É desta forma que o lavrador, índio, garimpeiro, peão, posseiro e assalariado são expulsos de suas terras e dos outros meios de produção pelo capitalista que destas se apropriam, provocando o êxodo rural, o qual contribui para o "inchaço" do espaço periférico urbano. Por causa deste quadro, os problemas de saúde mais relevantes como desnutrição, doenças infecciosas, malária, cólera, hanseníase deslocam-se do campo para a cidade, sem que tivessem sido resolvidos nos lugares de origem²⁸.

O tamanho dos projetos implantados na região, a estratificação das populações, a maneira

²⁸ A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988, estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações".

A Constituição do Estado do Pará, promulgada em 05.10.1989, estabelece em seu artigo 254 que "o Poder Público Estadual realizará o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, de modo a compatibilizar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, bem como promoverá o levantamento e o monitoramento periódico da Área Geográfica Estadual, de acordo com as tendências e desenvolvimento científico e tecnológico, de modo que o Zoneamento Ecológico-Econômico esteja atualizado, garantindo a conservação das amostras representativas dos ecossistemas".

O órgão responsável pela execução do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado é o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará - IDESP.

pela qual o trabalho qualitativo e inventivo é preservado para uma massa de talentos que vem do exterior tornam-se uma realidade paralela crescente dos "miseráveis" da terra, que passaram a se deslocar daqui para acolá como se fossem condenados a uma eterna peregrinação e pobreza. Agravaram-se os conflitos pela posse e uso da terra, transformando o território amazônico no alvo da violência no processo de ocupação da terra.

A Amazônia vem, desta forma, sofrendo alterações devido ao desmatamento causado pelas grandes empresas que são as responsáveis pelas queimadas das florestas, pela desorganização social e pelos conflitos sociais. Exportam produtos semi-acabados de baixo preço, sendo pequena a margem de lucro que fica no Brasil. A realização do lucro máximo vai se dar no exterior onde acontece a transformação final dos produtos e a elaboração industrial, pela qual a matéria-prima se transforma em máquinas e utensílios modernos.

Com relação às áreas desmatadas na região da Amazônia Legal, o percentual destas está demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1
ÁREAS DESMATADAS NA AMAZÔNIA - 1988

Estado	Área Desmatada	Mata Original	Porcentagem
Acre	8.654	152.589	5,7%
Amapá	843	1.206	0,9%
Amazonas	12.882	1.567.953	0,8%
Pará	148.111	1.246.833	11,9%
Rondônia	41.521	243.044	17,1%
Roraima	3.565	225.017	1,6 %
Totais na Amazônia Legal ²⁹	582.86	94.988.939	11,7%

Fonte: Tabela transcrita do livro "O Empate contra Chico Mendes". Márcio Souza, 1990.

Os dados desta tabela confirmam o que estudos a respeito do meio ambiente apontam sobre o agravamento da devastação da Amazônia. O Estado do Pará apresenta a maior incidência (Tabela 1) de áreas desmatadas e, em contrapartida, o Estado de Rondônia tem o maior

²⁹ Considera-se como Amazônia Legal os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Oeste do Maranhão, Norte do Mato Grosso e Tocantins. Esta ressalva é para esclarecimento do leitor, já que o autor da (Tabela 1) não se refere à totalidade da Amazônia Legal.

percentual de desmatamento em relação à sua área. Atualmente é o Estado do Acre que apresenta a maior área de desmatamento.

A configuração espacial da região amazônica, enquanto espaço político, introduz nessa análise a questão regional e estadual entendida não apenas por seus aspectos geográficos e econômicos, mas também em termos de fronteiras políticas, traduzidas num conjunto de atividades concretas e articuladas.

2 - Caracterização Geral do Estado do Pará

2.1 - Aspectos Geográficos e Históricos do Estado do Pará

O Pará possui uma área terrestre de 1.224.259,00 km², representando 1/4 da Amazônia Legal e correspondendo à segunda maior área terrestre do Brasil, ou seja, 15% do território nacional. O Estado conta ainda com 20.512 km² de águas internas, o que corresponde a 40% do percentual de águas do Estado brasileiro e 62% em relação à Amazônia³⁰.

O Estado é cortado ao Norte pela linha do Equador. Limita-se com as Guianas e Suriname, com os Estados de Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Amapá e Roraima, e com o Oceano Atlântico.

Possui uma altitude de 1.200 metros e um clima que é quente e úmido, com a umidade relativa do ar de 87%. As vias de acesso se dão por transporte aéreo, terrestre e fluvial. É um Estado que apresenta matas de terra firme, de várzeas e de igarapés. Cerca de 47% da sua área física apresenta níveis de fertilidade média a alta.

O Pará destaca-se por algumas características, entre elas:

- maior região mineral do Brasil;
- maior reserva florestal do mundo;
- a foz do Rio Amazonas na confluência do Estado com o Oceano Atlântico é responsável, ao menos, com 40% da produção do pescado nacional;
- possui a posição geográfica, a nível de porto, mais privilegiada do Brasil, porque está mais próximo dos mercados consumidores internacionais, sejam os Estados Unidos,

³⁰ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. Belém, 1991

seja a Europa ou a Ásia, através do Canal do Panamá.

Administrativamente, o Estado do Pará possui 22 microrregiões homogêneas, perfazendo um total de 136 municípios, e a Região Metropolitana de Belém. (Anexo C)

A História do Pará tem um de seus grandes marcos no período da borracha, quando se imprime ao Estado uma dinâmica de ocupação através de núcleos coloniais vinculados às missões religiosas. Desenvolve-se também a pecuária, as lavouras de subsistência, entre outras culturas eventuais, mas, fundamentalmente, a base da economia regional foi a coleta de produtos silvestres.

Tal coleta é deslanchada a partir de 1930 com a crise da borracha. Há um aumento do êxodo contribuindo para o alto crescimento vegetativo da população, o qual foi intensificado a partir de 1960. Com a abertura da rodovia Belém-Brasília e, posteriormente, com a implantação dos programas de desenvolvimento regional através de alguns eixos viários como: Transamazônica e Santarém-Cuiabá, intensifica-se não só o crescimento da região, como também rompe-se o "isolamento" desta com o resto do país.

- Distribuição da Terra

Há muitas formas de analisar a distribuição da terra. No contexto desse trabalho o que parece mais significativo (em uma região, até o momento, de vocação agrícola) é fazer as análises a partir das características gerais das terras dedicadas a explorações agropecuárias, de castanhais, de áreas de mineração e garimpo.

A terra que anteriormente era ocupada por pequenas unidades de produção familiar, agora passa a ser explorada pelos projetos pecuários e madeireiros, apoiados pela política de incentivos fiscais centrada nos interesses do modelo econômico nacional. Daí a posse como a forma de uso da terra ter mudado, formando um quadro fundiário concentrador³¹.

A estrutura fundiária é complexa, apresentando propriedades legalmente constituídas. Além disso, proliferaram as posses com títulos falsos, as invasões das terras públicas e privadas e a violência daí decorrentes. Estas terras estão concentradas nas Microrregiões do Médio Amazonas

³¹Criados em 1980 com o objetivo de agilizar a regularização fundiária, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM) acabaram por reforçar a estrutura de concentração da terra.

Paraense, Baixo Tocantins, Araguaia Paraense e o Município de Vizeu. As terras nessas localidades, em sua grande parte, eram ocupadas por posseiros, principalmente em Vizeu, onde eles ocupavam 90% da área.

O aspecto importante a ressaltar da questão fundiária do Estado do Pará é que seu domínio é relativo, pois, o Estado detém menos de 60% sob sua jurisdição, estando o restante em mãos da União, sob a forma de áreas indígenas, áreas militares e unidades de conservação ambiental.

A concentração da terra tem sido o fator determinante dos problemas agrários, os quais se expressam especialmente através das terras perdidas por parte dos pequenos proprietários, da reprodução das unidades econômicas muito pequenas e isoladas que não permitem uma exploração nacional, do empobrecimento do campesinato e das invasões de terras³².

A falta de ação do Estado diante da necessidade da reforma agrária desencadeia um processo de violência que transforma a vida numa "tragédia" cotidiana. No Pará, o latifúndio organiza seu "braço armado" às sombras da omissão do poder público, elaborando e anunciando listas de cidadãos que serão executados³³.

Sob esta ótica é o que revela a Tabela 2.

³²No IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em maio de 1985, o governo federal lança o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), visando combater através de ações mais eficazes os conflitos agrários no país. Entretanto, no período subsequente ao lançamento do Plano, ocorreu um aumento nos registros dos conflitos agrários.

³³Em junho de 1984, o então deputado estadual Paulo Fonteles de Lima denunciou no plenário da Assembléia Legislativa do Pará uma lista do Sul do Pará de ameaçados de morte, na qual constava o nome do próprio deputado, dos advogados Benedito Monteiro e João Carlos Batista, entre outros. Ex-deputado estadual do PMDB e membro da direção do Partido Comunista do Brasil no Pará, como advogado e deputado estadual defendia a causa dos trabalhadores rurais e posseiros. Paulo Fonteles de Lima foi assassinado em junho de 1987, transformando-se em um símbolo do extermínio de líderes esquerdistas da política paraense.

Em dezembro de 1988, o deputado estadual e advogado João Carlos Batista foi assassinado em circunstâncias semelhantes às de Paulo Fonteles de Lima.

Após seis anos, o crime contra Paulo Fonteles de Lima foi julgado e o intermediário agenciador, James Vita Lopes, condenado a vinte e um anos de reclusão.

TABELA 2
PESSOAS ASSASSINADAS NO CAMPO, SEGUNDO PAPEL DESEMPENHADO OU
ATIVIDADE EXERCIDA
BRASIL - 1993

Estado	Trab. Rural*	Sem Terra	Dir. Sind.*	Posseiro	Ecol.*	Peão	Outros**
NORTE							
PA	1		1	17			
RO	1						
NORDESTE							
AL	1						
BA	1						
MA			2	1			2
PE	2		1				2
PI	1						
RN	1						
SUDESTE							
ES					1		
RJ			2		1		1
SUL							
PR	1	1	1				
SC	1						
C. OESTE							
MT				2		2	
TO	1		1	2			1
BRASIL	10	2	8	22	2	2	6

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra(CPT) Nacional.

*Trabalhador Rural - Dirigente Sindical - Ecologista.

**Outros: Líder comunitário, lavrador, advogado, guarda florestal e pequeno proprietário.

A informação mais recente referente aos conflitos no campo com conseqüente morte é a registrada pelos dados da publicação anual da Comissão Pastoral da Terra(CPT), também utilizados na elaboração da tabela.

No campo, a política da escravidão, do coronelismo e da violência nunca deixou de existir, hajam vistas as lutas travadas contra a expulsão das terras e os constantes assassinatos, os quais transformam o Pará no Estado onde mais se mata e mais se morre na luta pela posse da terra.

Devido ao processo abrupto de ocupação da Amazônia, a atividade em franca expansão é a extração indiscriminada de madeiras selecionadas e a implantação de grandes projetos pecuários.

O uso inadequado dos recursos hídricos tem provocado impactos sociais nefastos como, por exemplo, a construção da barragem de Tucuruí, a atuação das indústrias de pesca, as empresas mineradoras, entre outros setores.

Por um colonialismo interno³⁴, os minerais e a madeira, o palmito, o pescado são exportados, não recebendo o Estado nenhum imposto sobre toda essa exportação. Desconsidera-se, portanto, os efeitos dessa exploração para o Pará, enquanto espaço econômico, social e político que integra o país.

2.2 - Crescimento Demográfico e Migração

O Pará pode ser considerado um Estado de médio porte, embora tenha apresentado um rápido crescimento populacional na última década, com uma taxa média anual de crescimento em torno de 4,6% entre 1970 e 1980.

Em 1989, a população total do Estado era de 6.332.380 habitantes, estando localizados 3.668.178 na zona urbana e 2.664.202 na zona rural.³⁵ O aumento da população urbana poderá ser explicado através de um intenso fluxo migratório. Toda essa pressão demográfica requer uma expansão da demanda por serviços básicos. Este crescimento populacional está demonstrado na Tabela 3.

³⁴Colonialismo interno significa que os "limites dos países colonizados são definidos segundo os interesses das potências coloniais, a economia é organizada em função das necessidades de matérias-primas das metrópoles, e a sociedade é administrada com métodos que permitam a exploração da força-trabalho a baixo preço e, ao mesmo tempo, mantenham o equilíbrio necessário para não haver infrações à lei e à ordem impostas". BOBBIO, N. *et al.* 1986, p.181

³⁵ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ. Belém, 1991

TABELA 3
POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS COM
RESPECTIVAS TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL
PARÁ 1970-1980

Microrregiões	População Residente				
	1960	T.C.	1970	T.C.	1980
Pará	1.538.193	3,49	2.167.018	4,65	3.403.391
M.A. Paraense	199.324	3,19	272.773	3,30	377.179
Tapajós	13.589	4,70	21.509	9,09	51.329
Baixo Amazonas	22.629	3,44	31.716	11,03	90.297
Xingu	11.987	3,96	17.677	11,29	51.491
Furos	103.493	2,12	127.556	4,17	191.849
Campos de Marajó	75.096	1,29	85.305	0,45	89.182
Baixo Tocantins	180.676	2,47	230.503	2,85	305.294
Marabá	30.103	6,65	57.295	12,58	187.336
Araguaia Paraense	11.283	12,93	38.038	12,56	124.173
Tomé-Açu	26.383	6,31	48.619	4,52	75.606
Guajarina	83.990	5,75	146.820	5,63	253.726
Salgado	117.621	2,36	148.508	1,89	179.045
Bragantina	214.793	1,03	237.917	3,89	348.431
Belém	419.552	4,79	669.768	4,32	1.021.486
Vizeu	27.674	1,78	33.014	5,62	57.017

Fonte: IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1986
 Cálculos: SEPLAN/IDESP - PARÁ

O crescimento populacional, observado na Tabela 3, demonstra que a população paraense, no período 1970-1980, teve um acréscimo populacional nas microrregiões do Araguaia Paraense, Marabá, Xingu, Baixo Amazonas, Tapajós, Guajarina e Vizeu, acima da média estadual. Provavelmente continuam com crescimentos explosivos na presente década.

Para se caracterizar a formação do Estado do Pará não se pode deixar de analisar em paralelo a questão dos contingentes migratórios que para lá se dirigiram, visto que o fenômeno migratório se constitui num fator de fundamental importância para a dinâmica populacional.

O aumento populacional significativo nas décadas de 70 e 80 pode ser debitado, basicamente, à migração atraída pela implementação dos grandes projetos, e a consequente

expansão do mercado de trabalho, isso com relação ao Estado. Na capital tem-se outras variáveis contribuindo para esse fenômeno como: migração do campo para área mais urbanizada; liberação dos trabalhadores após o término das obras referentes aos grandes projetos; localização de Belém como centro aéreo-fluvial-rodoviário do Pará; construção de novos conjuntos habitacionais, pois o acesso à moradia representa um dos problemas vivenciados pelos trabalhadores urbanos, frente ao intenso processo de migração rural-urbano, ao conseqüente crescimento da oferta de mão-de-obra nas cidades, aos salários comprimidos que não cobrem as necessidades mínimas de sobrevivência, agravados pela especulação imobiliária, além do processo vegetativo natural de crescimento.

O Estado do Pará cresce a uma taxa de 15% ao ano, principalmente no sul do Estado, nas Microrregiões de Marabá e Araguaia Paraense, num processo migratório incontrolável. Significativa é a dificuldade de construir vínculos mais duradouros, já que são pessoas que chegam com outras raízes históricas e culturais de outros pontos do país, promovendo um choque com os amazônidas. Trata-se de uma população constituída em sua maioria por pessoas que mantêm laços superficiais com a região, dificultando a formação de identidades sociais e culturais, registrando uma maior dificuldade na vinculação a partidos e aos políticos. Uma das conseqüências que isto gera é o fortalecimento das relações clientelistas no âmbito político.

2.3 - Aspectos Econômicos

No que diz respeito ao Setor Economia, o Pará possui algumas das maiores reservas de bens minerais, entre os quais se destacam: bauxita, cobre, ferro, manganês. Entre os minerais não-metálicos tem relevância a gipsita e o caulim.

Com relação à estrutura produtiva, o Estado sofreu grandes mudanças. A partir da década de 70, passou a ter no Brasil e até internacionalmente uma posição de destaque, devido a implantação dos grandes projetos e outros investimentos de grande porte.

O que ocorreu no Pará tem correspondência com as mudanças conjunturais ocorridas nacionalmente, provocando transformações econômicas, políticas e sociais, alterando as condições de vida no Estado.

As alterações na política econômica nacional como: decretação da moratória, descongelamentos de preços, oscilações na política salarial e de juros internos e a retração dos investimentos produtivos em geral modelam um quadro recessivo nos diversos setores da vida

social, segundo o apresentado pela Tabela 4.

TABELA 4
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES MAIS IMPUTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, POR RAMOS DE ATIVIDADE
PARÁ 1970-1980
(VALORES CORRENTES)

Ramos de Atividade	1970 Cz\$ 1.000	%	1975 Cz\$ 1.00	%	1980 Cz\$ 1.00	%
Total	1.765	100,00	9.152	100,00	187.871	100,00
Agropecuária	402	22,78	2.154	23,54	37.680	20,06
Indústria	219	12,41	1.494	16,32	58.886	31,34
Serviços	—	—	—	—	—	—
Total	1.144	64,82	5.504	60,14	91.305	48,60
- Comércio	437	24,76	1.827	19,96	32.217	17,15
- Transp. e Comun.	93	5,27	410	4,48	7.066	3,76
- Instit. Financ.	92	5,21	297	3,24	5.585	2,97
- Admin. Públicas	213	12,07	1.141	12,47	12.885	6,86
- Aluguéis	194	10,99	905	9,89	14.197	7,56
- Outros	115	6,52	924	10,10	19.355	10,30

Fonte: IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1986

A Tabela 4, mostra a evolução do PIB por ramos de atividade nos anos de 1970, 1975 e 1980, encontrados no Estado.

A participação do Setor Agropecuário que em 1970 era de 22,78%, decresceu para 20,06% em 1980.

Por outro lado, as atividades industriais apresentaram no mesmo período um crescimento acentuado, de 12,41% em 1970 para 31,34% em 1980. No Setor Serviços a queda foi de 64,82% para 48,60%.

Teve-se uma expansão para novos ramos da economia e para o fornecimento de novos serviços sociais. O Estado ampara uma crescente clientela, sendo o maior gerador de emprego público. Segundo estudos realizados, um quarto de todo o Setor Serviços é emprego do Estado, representando uma diversidade de trabalhos estatais, os quais incluem governo (administrativo), educação, saúde, transporte, comunicação, entre outros.

A Tabela 5, fornece alguns dados relevantes para o Brasil, Região Norte e Pará.

TABELA 5
RENDA PER CAPITA BRASIL, REGIÃO NORTE E PARÁ 1970-1980

(VALORES CORRENTES)

Discriminação	1970 Cz\$	% sobre o Brasil	1975 Cz\$	% sobre o Brasil	1980 Cz\$	% sobre o Brasil
Brasil	1,61	100,00	7,65	100,00	95,97	100,00
Região Norte	0,94	58,39	3,85	50,33	62,87	65,61
Pará	0,79	49,07	3,25	42,48	54,00	56,27

Fonte: IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1986

Na Tabela 5, constata-se que a renda per capita do Pará no ano de 1970 correspondia a 48% da brasileira, passando para 54% em 1980, o que significa dizer que os índices da Região Norte e do Pará estão bem abaixo dos índices brasileiros.

A centralização fiscal iniciada pós-64 fortaleceu o Governo Federal. A reforma do imposto em 1966, incorporada na Constituição de 1967, concentrou os recursos financeiros no Governo Federal. Nessa reforma, os Estados ficaram com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), e para os municípios o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Instituiu também o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE), com os repasses para os Estados sendo relacionados à renda per capita, ficando como um instrumento de redistribuição fiscal territorial. Segundo o IBAM³⁶, o governo central determinava como os governos estaduais e municipais podiam usar os recursos e em quê. Com relação à FPE, 20% seria para a educação, 10% para a extensão rural e 10% para o desenvolvimento dos fundos. A FPM destinava 20% para a educação, 10% para a saúde e saneamento e aproximadamente 50% para investimento de capital.

Nestas circunstâncias, a Tabela 6 mostra a população economicamente ativa, segundo os setores de atividade.

³⁶INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rio de Janeiro, 1976

TABELA 6
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA TOTAL, SEGUNDO
SETORES DE ATIVIDADE
PARÁ 1970-1988

Setores Econômicos	1970	%	1980	%	1988(*)	%
Agropecuário	347,161	55,96	440,668	42,89	533,305	34,38
Indústria	72,772	11,73	182,455	18,17	380,635	24,54
Serviços	200,381	32,31	381,006	38,94	637,077	41,08
Pea	620,314	100,00	1,004,129	100,00	1,551,017	100,00

Fonte: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980
 (*) Estimativas IDESP/CEE - PARÁ

Ao observar a Tabela 6 sobre o pessoal ocupado em função da população economicamente ativa por ramo de atividade, percebe-se que, em 1970, o número de pessoas na atividade agropecuária era de 55,96% , maior que o número de pessoas ligadas às atividades industriais e de serviços que era de 11,73% e de 32,31% respectivamente. Em 1988, a diferença fica fundamentalmente entre a agropecuária e o Setor Serviços, ou seja, há uma queda para 34,38% da agropecuária contra um aumento de 41,08% no Setor Serviços, enquanto que a indústria eleva-se para 24,54% na ocupação da mão-de-obra.

Quanto ao Setor Serviços, o aumento de pessoas ocupadas, relacionado a uma queda no PIB, ocorre devido ao crescimento demográfico no Estado, que na falta de alternativas de emprego, tem sido absorvido pela ocupação de baixa produtividade e sub-remunerada.

Uma das oportunidades de emprego foi na construção civil. Segundo o IBGE³⁷, em 1980, através das Caixas Econômicas Federais e Estaduais e do Banco Nacional de Habitação, os Estados brasileiros foram aquinhoados com aproximadamente 3/4 (73%) do capital no mercado para a construção de casas populares. Com isso, o governo estadual implementou programas especiais de habitação para beneficiar a população de baixa renda. Esses programas tiveram grande efeito político, ampliando o clientelismo , pois proporcionavam, além de casa para a população pobre morar, empregos na construção civil.

Com relação à renda da população economicamente ativa a Tabela 7 faz a correlação tendo como base o salário mínimo.

³⁷IBGE. Censo Demográfico do Pará. Rio de Janeiro, 1983, V.1

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL
PARÁ - 1980

Classe de Renda Salário Mínimo (SM)	População Economicamente Ativa (PEA)		
	Número	% Simples	% Acumulado
Até 1 SM	352.536	35,11	35,11
1 --- > 2 SM	312.085	31,08	66,14
2 --- > 3 SM	109.646	10,92	77,11
3 --- > 5 SM	79.138	7,88	84,99
5 --- > 10 SM	42.044	4,19	89,18
10 --- > 20 SM	17.932	1,78	90,96
+ de 20 SM	7.305	0,73	91,96
Sem Rendimento	79.057	7,87	7,87
Sem Declaração	4.387	0,44	0,44
Total	1.004.129	100,00	100,00

Fonte: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1980
 Tabulação: SCE/GEIF - PARÁ

Quanto à distribuição do rendimento médio mensal pelo total da população considerada acima de dez anos de idade, a Tabela 7 evidencia uma concentração de renda, possibilitando inferir que a população produtiva está vivendo em condições sub-humanas, ou seja, em um nível de vida muito baixo, com os trabalhadores, na sua maioria, ganhando até dois salários mínimos. Confirma-se o grave problema social que vive o Estado do Pará.

A análise do conjunto destas variáveis fornece alguns elementos indicativos do "quadro sócio-político-econômico" do Estado do Pará, tendo em vista o modo de produção, a desigualdade das condições de existência estabelecidas na sociedade, manifestadas através das diferenciações sociais.

A intenção deste capítulo foi fazer uma sistematização dos dados referentes à Amazônia e ao Pará no que tange às condições sócio-econômicas e demográficas que permita uma análise articulada da política educacional e de outras políticas que interfiram no contexto sócio-econômico-cultural do Pará.

O sistema educacional paraense enfrenta os seguintes efeitos: intensos fluxos migratórios, concentração da população na periferia da capital, falta de um planejamento adequado à rede

escolar, resultando em redução dos gastos públicos com educação, a não compatibilização de currículos e metodologias de ensino com as especificidades locais, refletindo nas condições de acesso à escola, extensão da escolaridade, levando à acumulação da repetência no ensino fundamental.

A rede estadual de educação no Estado do Pará deverá ser avaliada não apenas em termos de estrutura funcional da Secretaria de Estado de Educação, mas, avaliá-la a nível da realidade sócio-política-econômica e demográfica na qual as ações são praticadas.

Um dos problemas da política educacional paraense é a oferta de seus serviços em relação ao crescimento demográfico e às formas de distribuição da população no espaço geográfico. O atendimento às necessidades básicas da população não é priorizado, devido ao descumprimento do Estado em relação aos direitos assegurados pela Constituição, como: direito à educação, saúde, habitação e emprego.

CAPÍTULO 3

"A cédula atirada silenciosamente pelo votante na urna é um mistério que encerra talvez muita mentira, muita fraude, muita infâmia. Em nosso país ninguém ignora o que a astúcia tem sugerido".

José de Alencar

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO PARÁ

1 - O Quadro Político Nacional

Programa político costuma ser mera carta de intenção, em que os candidatos prometem o que não farão. Por isso, há falta de credibilidade sobre eles. Na leitura das propostas de política educacional que constam dos programas dos governadores Jáder Barbalho e Hélio Gueiros, há fortes impressões sobre o caráter estritamente político - no sentido eleitoreiro-, na administração pública da educação. Cada governador que sucede procura desfazer o que o outro fez para consolidar-se como liderança. Na análise inicial dos programas de educação dos candidatos ao governo do Estado, a impressão que se tem em vários momentos, é que não se está avaliando programas de governo, e sim de campanha eleitoral.

Há muita retórica em relação ao ensino fundamental no Brasil. São elaborados diagnósticos, propostas e projetos educacionais, só que no cotidiano é muito difícil a implantação e administração pela ingerência político-partidária. O planejamento no Estado é pura ficção. As ordens superiores, alianças e acordos políticos valem mais do que um consistente trabalho técnico. Estes são substituídos por técnicos comprometidos com a implantação de medidas de impacto que garantam os interesses eleitorais do partido situacionista.

Este panorama é caracterizado pelos limites da política educacional no Estado do Pará que se contextualiza através de alguns entraves: falta de apreensão da política pública da educação enquanto ação social e sua conseqüente articulação com a sociedade civil; ausência de formulação de políticas que tem se configurado pela atuação clientelista dos governantes às políticas de educação; falta de um projeto político-pedagógico que repercuta eficientemente na escola pública; e as políticas educacionais implementadas ou apenas propostas.

Para reverter essa situação, os gestores da política educacional transformaram a escola de

ensino fundamental em instituição assistencialista, com o fornecimento de merenda escolar; construção de escolas; equipamentos e mobiliário; material didático; assistência médica e odontológica. Medidas que sofrem intermediação dos políticos com vinculação partidária na concessão do que é obrigação do Estado e que, ademais, são práticas pedagógicas danosas ao bom desenvolvimento da educação. São fatores que se acentuam mais ainda, dado as especificidades regionais trabalhadas no capítulo anterior.

É nesse quadro que se procurou situar este capítulo, analisando-se a estrutura do sistema partidário brasileiro, especificamente o quadro político no Estado do Pará (MDB/PMDB).

É consenso na história do país o autoritarismo das elites e o seu distanciamento das grandes massas, sempre marginalizadas. Elas sempre foram utilizadas em função de interesses de determinados setores ou segmentos sociais, sem que tivessem uma participação efetiva nos projetos de mudança.

Nos 104 anos de República, a marca do personalismo sempre esteve presente, sem que se tivesse uma história política partidária consistente. Somente na "Nova República" é que surgiram novos partidos com maior conteúdo ideológico.

A tradição partidária sempre manteve a troca de favores (partidos conservadores), de tutela (partidos populistas), de cooptação dos setores organizados da sociedade (partidos de centro) e de substituição pedagógica (partidos vanguardas de esquerda)³⁸.

Como fica a conjuntura política em relação aos partidos políticos?

Para responder a essa pergunta, iniciar-se-á pela definição de partido segundo a ótica de vários autores. Na visão de **Cardoso** (1988, p.51) sobre a gênese do partido, argumenta:

"(...) ele não é sempre a expressão de um interesse de classe somado a uma idéia transformadora, a uma concepção do mundo. Mas não quero eliminar a temática, também de Cerroni - ou de Gramsci, de que, de qualquer forma, o partido é o lugar da "mediação" entre "idéia" e "interesse", no górdio de toda política. Apenas quero dizer que esta mediação assume formas historicamente muito variáveis, das quais a noção do partido como "embrião de uma estrutura estatal", e, portanto, revolucionário porque em choque com a estrutura estatal prevalecente, é o resultado de uma situação histórica específica e não a matriz de toda definição "essencial" de partido".

³⁸Alguns estudos realizados sobre o processo partidário e eleitoral por vários autores, como CARVALHO, O. 1958; SOARES, G.A.D. 1973; LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F.H. 1975; SOUZA, M.C. 1976; REIS, F.W. 1978; SANTOS, W.G. 1979; LIMA JR, O.B. 1983; LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. 1986; FLEISCHER, D. 1988; REIS, F.W. & O' DONNELL, G. 1988; LAVAREDA, A. 1991.

O autor reduz o conceito de partido quando afirma que o mesmo é "embrião de uma estrutura estatal", enquanto este é produto de um Estado burguês.

Numa outra ótica, Souza (1976, p.32-42) analisa que:

"(...) a fraqueza do sistema partidário é ela mesma sintoma da não institucionalização da participação política no Brasil (...) Nossa premissa geral é que a maior ou menor coesão de um partido bem como sua efetividade como instituição política, dependem do grau e da forma de sua participação nas decisões do Estado (...) A estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pró-varguismo) e não por clivagens sócio-econômicas nítidas".

Na era pós-embrionária, os partidos, "ao mesmo tempo" que eram moldados pelo Estado, serviam também como instrumentos de organização da luta das classes, das idéias, inclusive daquelas antiestado.

Em contrapartida, diz Reis (1988, p.23):

"Uma dimensão central do debate a respeito gira em torno do confronto entre "autenticidade" ideológica e pragmatismo eleitoral, e a posição provavelmente dominante é a que cobra autenticidade dos partidos - envolvendo uma especificação do modelo de "política ideológica" na qual os partidos se distribuem com clareza em suas propostas ao longo de um eixo esquerda-direita e representam ideologicamente (ou seja, de acordo com "valores" ou com interesses compartilhados universalisticamente e definidos em perspectiva de longo prazo). Essa visão encerra uma idealização do processo político-partidário que não encontra correspondência mais estreita com a realidade política de qualquer país".

Os partidos mais próximos do Estado são considerados de esquerda e os mais próximos ao Mercado são de direita. Resta saber se hoje, com todas as mudanças que ocorreram, este tipo de afirmação ainda é considerada³⁹.

Na história do Brasil entre 1982 a 1990, a população foi às urnas oito vezes. Essas oito eleições crescentemente livres são frutos de um processo de resistência, fundamental para o exercício da democracia, criando condições institucionais para que elas permaneçam.

Quando se apresentava outra sigla partidária de apelo popular, o governo tratava de fazer desaparecer esse partido. Foi assim com o Partido Trabalhista Brasileiro(PTB) em 1964 e 1965,

³⁹Esquerda define-se como grupo político comprometido com a mudança do "status quo", enquanto direita é grupo político comprometido em manter o "status quo".

com o Movimento Democrático Brasileiro(MDB) em 1979 e 1980 e com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB) a partir de 1985.

Na rearrumação partidária, a corrente trabalhista dividiu-se em duas siglas: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT); criou-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular (PP), além do fortalecimento do PMDB.

Na visão de Reis, (1992, p. 28) o quadro multipartidário inclui:

"(...) um grande número de siglas destituídas de qualquer significação, além dos partidos que como o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL) se sucedem à ARENA, e que tendem a mostrar reduzida substância eleitoral. As novidades mais importantes se dão com a fragmentação, em duas etapas principais, da antiga frente oposicionista representada pelo MDB. A primeira etapa corresponde ao momento imediatamente posterior à ruptura do bipartidarismo, no qual emergem dois dos partidos que mostram atualmente presença relevante. Refiro-me ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). O PDT representa a tentativa de retomada, sob o comando personalista de Leonel Brizola, da herança do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que Getúlio Vargas fundara ao final da ditadura pessoal que exerceu de 1930 a 1945 e que crescera de maneira continuada desde então, atraindo especialmente as massas trabalhadoras urbanas em expansão através do apelo eleitoral das iniciativas de Vargas na área trabalhista, em particular a legislação do trabalho introduzida como parte da estrutura corporativa montada durante o Estado Novo (1937-45). Quanto ao PT, sua formação se dá em torno de novas lideranças sindicais paulistas surgidas da movimentação grevista que se expande com os passos iniciais da abertura do regime de 1964. Pela extração social de algumas de suas lideranças mais importantes e pelo apego mais intransigente e ideologicamente orientado a certas posições, ele merece ser visto, sem dúvida, como a grande novidade do cenário partidário do país -novidade que se acentua ainda pela clara viabilidade eleitoral do partido, evidenciada por sua rápida expansão e pelo fato de que já chegou a disputar o segundo turno das eleições presidenciais de 1989 com chances reais de vitória".

Existem experiências partidárias que são exceções. Os partidos comunistas no Brasil, por exemplo, têm uma formação, uma gênese, uma organização, uma característica específica que o distingue de outros partidos. A noção de "partidos de massa" está associada à criação do Partido dos Trabalhadores, que tem uma trajetória completamente diferente da marca comum de todos os partidos: construção da base do movimento social e da sociedade para tentar disputar, dentro da institucionalidade, o poder.

Fruto desses interesses governamentais, historicamente a Legislação Partidária, ao longo dos anos, tem facilitado a criação de "partidos fracos" e "legendas de aluguel", muitas vezes com passagens efêmeras. Estas, em períodos eleitorais, ficam à disposição dos interesses do grupo que as controlam.

No Brasil, são frequentes as práticas políticas e eleitorais tais como: trocas frequentes de partido, falta de fidelidade partidária, coligações feitas para as eleições, as quais contribuem para a instabilidade e a descontinuidade do sistema partidário.

Não é de outra maneira que se assistiu a um partido como o Partido da Renovação Nacional (PRN) vencendo as eleições presidenciais de 1989. Fernando Collor de Mello, representante desse partido, conseguiu em poucos meses e através das alianças políticas formar a maioria no Congresso Nacional para aprovar todas as medidas contidas no Plano Econômico que decretou a toda a sociedade. Então, a superação da fragilidade do sistema político-partidário brasileiro é um desafio que se coloca diante de todos os partidos que pretendem de fato firmarem-se como partido político, fundado numa linha programática e política-ideológica.

É no Legislativo que os partidos têm condições de costurar as alianças e conseguir apoio para chegar ao poder e trabalhar para legitimar o sistema de dominação.

No Brasil, o sistema eleitoral com o atual sistema proporcional enfraquece os partidos. Esse enfraquecimento é fruto desse sistema proporcional que leva o eleitor a votar no candidato e não na legenda ou na lista partidária, impedindo o debate sobre o programa e as propostas. As eleições, portanto, tem como base as posturas personalistas dos candidatos, o que faz com que as questões ideológicas levem vantagem sobre os problemas concretos da sociedade.

Sobre esta questão, Avelar (1989, p.52) diz:

"(...) a base de decisão do voto, quer seja ela motivada por critérios personalistas quer por critérios partidários, parece ser uma questão complementar altamente elucidativa (...) Ainda hoje é grande a influência e o peso da grande propriedade, com o complexo de relações sociais e de poder que a sustentam, na estruturação de formas de ação política personalistas ou pré-ideológicas. A isto se deve acrescentar o fato de que as organizações partidárias, no Brasil, apresentam muito mais a característica de formações jurídicas com forte influência do Estado, do que propriamente de partidos. Uma das consequências deste quadro é a orientação do voto, reconhecidamente personalista."

Durante um longo período, determinadas castas dentro do próprio capitalismo brasileiro, apropriaram-se do Estado. No processo de privatização do Estado brasileiro, tanto os banqueiros bem como os grupos voltados para a exportação detiveram brutal condição econômica e política no país, determinando o caminho do ponto de vista político. Por outro lado, a opressão da população como um todo e a marginalização de um número representativo de brasileiros desencadeou um processo de organização destes em centros comunitários, sindicatos e em novos

partidos políticos.

Os partidos políticos não se constituem em um instrumento de poder usado pela massa. Como instrumento eleitoral tem servido, ao longo de nosso período histórico, muito mais aos interesses da classe dominante. Exceções aos PCs mais antigos e, na última, década ao Partido dos Trabalhadores (PT), que se formaram com uma visão ideológica definida, posicionando-se em defesa do interesse da maioria da população.

Isto também só vem reforçar a extrema fragilidade dos partidos políticos, que precisa ser enfrentada através de um processo de politização da população. Nas sociedades democráticas, uma das instituições que tem condições e é capaz de chamar a atenção da população para os problemas são os partidos políticos. Estes dão a oportunidade ao cidadão de "escolha" através do voto.

No Brasil, o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro, chamados partidos nacionais, que movimentaram o maior número de eleitores conseqüentemente caracterizado-os como partidos dominantes. Soares (1973, p.69) expunha:

"(...) o PSD e a UDN., ainda que inexistentes durante a ditadura como partidos políticos formais, dispunham das bases sócio-econômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual, sendo sua formação um problema de articulação entre os líderes estaduais. Em boa parte, o P.S.D. representava o situacionismo da época da ditadura e a U.D.N. a oposição (...) Tanto o P.S.D. quanto a U.D.N. ancoravam boa parte do seu poder na dominação sócio-econômica local, seja exclusiva de um dos dois, ou dividida entre eles".

O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) foram partidos oligárquicos. O clientelismo de estado era realizado pelo PSD que tinha acesso aos recursos nacionais do Estado, ou seja, o uso da máquina governamental, que é sempre um fator decisório nas disputas eleitorais.

Determinadas literaturas que analisam os partidos políticos dessa época concluem que o PSD era um partido de base rural (elites agrárias) e a UDN (classes urbanas) de base urbana. Na realidade, o que ocorreu foi que os dois partidos tinham representação tanto na área rural como na urbana. Sobre está análise, Souza (1976, p.145) esclarece:

"(...) a UDN, embora continuando a dividir com o PSD o eleitorado do interior rural, passaria a depender cada vez mais dos estratos médios e altos das cidades médias e das capitais, compensando, em parte, a escassez numérica dessa base com

a regularidade de sua participação eleitoral e com sua fidelidade às bandeiras clássicas do udenismo".

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contou com o apoio de Getúlio Vargas para a sua fundação, revelando-se como um partido eminentemente clientelista - populista, mantendo sob seu controle as entidades ligadas às instituições trabalhistas. Acrescenta-se o que diz Souza (1976, p.147): "a viabilidade da aliança PSD - PTB durante os anos cinquenta repousava nos ganhos que reciprocamente se asseguravam em termos de controle da máquina burocrática do Estado".

2 - A Transição Brasileira e a Consequente Crise Política

A transição decorre de um conjunto de ações e omissões de "atores" sociais diversos.

Uma das idéias consensuais sobre a transição brasileira, exposta por O' Donnell, é a de que vivemos uma transição entre um regime militar, denominado de burocrático-autoritário, e um regime democrático moderno, à semelhança dos países europeus.

É frequente confundirmos a transição com o processo de "abertura". Mas não existe identidade entre ambas, a primeira significa a passagem do regime, a ruptura, enquanto a segunda é o processo de atualização do regime, de perpetuação do mesmo.

A ambiguidade, segundo Keck (1991, p.42-48),

"(...) é uma característica definidora da transição brasileira e reflete não só o modo pelo qual os militares deixaram o poder, como também alguns aspectos duradouros do sistema político brasileiro (...) Para as elites políticas da oposição, o que estava em jogo na transição brasileira era a construção de um regime democrático, e não a de condições institucionais para uma política democrática".

Essa aparente relação entre transição e "abertura" foi uma estratégia do poder, para continuar manipulando o Estado. O que Pereira (1988, p.20), examinando essa relação, concluiu: "estabelece-se, assim, uma dialética entre a democratização e a "abertura" (...) Governo e sociedade participam assim de um jogo de demandas e concessões mútuas".

É imprescindível para ocorrer a passagem de um sistema civil consolidado para uma democracia participativa que as instituições elaborem e executem as necessidades reais da população, com ampla descentralização dos recursos e do poder de decisão.

Nesse sentido, a idéia de transição é fundamental para a compreensão da crise de esgotamento de um regime político, incapaz de reproduzir, e o surgimento de um outro, ainda não vigente.

A Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil, provocou profunda reorganização das relações entre Estado e sociedade, fato que influenciou sobre cada aspecto da política social.

A ampliação das atividades estatais no Brasil, tanto na sustentação de um determinado padrão de desenvolvimento, bem como na constituição de um aparato institucional previdenciário, só se torna realidade a partir dos anos 30, quando começa a se estruturar no país um Estado capitalista moderno e efetivamente nacional.

A grande crise levou os Estados capitalistas avançados a adotarem medidas de emergência para dar trabalho e assistência à população. A forma de dar trabalho foi o desenvolvimento de obras públicas, como estradas, escolas, redes de água e energia. Nas obras públicas havia somente um contrato de emergência porque os capitalistas se opunham à intervenção permanente do Estado em certos setores que lhes eram muito lucrativos e para que a mão-de-obra se mantivesse disponível quando da recuperação econômica. Neste mesmo período, os países periféricos diminuíam suas exportações e renegociavam a sua dívida externa. Impulsionou o Brasil também uma industrialização de substituição de importações.

O quadro geral da crise do setor estatal e de suas estratégias de desenvolvimento são analisados por Barreto (1987, p.17) sob o prisma:

"(...) o Estado brasileiro, fortemente pressionado pelas exigências relativas ao pagamento da dívida externa, pela insistência dos grupos empresariais na manutenção de subsídios, pelo crescente corporativismo em seu próprio interior, e pelos compromissos assumidos junto à população de atendimento das demandas sociais, encontra-se sem possibilidades de expandir as fontes fiscais. Assim sendo, perde cada vez mais a capacidade de programar e implementar (de maneira consistente) as políticas públicas".

Em períodos de forte pressão social e de crise, os governos buscam legitimar-se para manter a paz social, a divisão das forças dominadas e o consenso social. Como os recursos são limitados, é necessário que certos setores suportem mais o peso dos custos da redução das crises. O quadro social produzido pelo regime autoritário foi a crise econômica marcada por elevados índices inflacionários, a enorme dívida interna e externa, o descontrole governamental, a herança legislativa e institucional autoritária.

O período de 1964 a 1980 indica que o início da transição democrática foi determinado pelas pressões eleitorais, a partir de 1974.

A crise econômica mundial, que foi deflagrada pelos choques petrolíferos entre 1973 e 1979, gerando uma nova situação política nos países ocidentais, pela primeira vez durante o período do pós-guerra faz com que o desemprego em massa esteja de regresso.

As grandes desigualdades e a extrema miséria são as duas pontas mais visíveis do processo de empobrecimento que atinge a população, o qual se agravou com a recessão econômica do período 1979-1984 e suas consequências em termos de desemprego e redução do salário real. Este tempo de crise constitui o momento de transição democrática no Brasil.

Na década de 70 começam a emergir movimentos populares. No decorrer desta década, o ensino passa a ser a via formal de ascensão para as classes assalariadas. Nesta década, o Brasil desencadeou um projeto de desenvolvimento, revisto em 1974, para se ajustar à crise de energia resultante do choque do petróleo caro, como em grande parte dos investimentos tanto os em infra-estrutura econômico-social quanto os diretamente produtivos. Nestes anos, o Estado investiu em saneamento, habitação, educação etc., refletindo melhores níveis de desenvolvimento e qualidade de vida.

Na década de 80, o Governo Federal, em especial em meio a grave crise financeira, foi forçado a reduzir esses investimentos. Inexistiu projeto de política de desenvolvimento com o Estado perdendo a capacidade política de atuar como catalisador das decisões econômico-sociais-privadas. Como consequência, tem-se o exercício pela estagnação e pelo acirramento decorrente do conflito distributivo, cujo sintoma mais evidente é a escalada inflacionária.

No Brasil, a redemocratização veio acompanhada de uma explosão de demandas sociais que incidem sobre o estado de conflitos econômicos entre agentes privados. Em meio à crise econômica, em que há menos para dividir, a institucionalidade da representação de interesses está mal aparelhada para lidar com o conflito entre o privado e o público.

A luta política no Brasil passou a girar em torno do significado da democracia, tanto como instrumento da conquista do poder, quanto como requisito básico para a superação da profunda desigualdade social e econômica.

O Brasil viveu mudanças profundas nas duas últimas décadas. De uma economia que sustentou durante anos, elevadas taxas de crescimento gerando o "milagre econômico", passou-se a um dramático período de crise a ponto de a década de 80 ter recebido a classificação de "perdida".

Ao mesmo tempo, o país conseguiu transitar de forma "pacífica" de um regime militar para uma democracia, consolidada por uma nova Constituição. A partir da crise dos anos 70 e, sobretudo, dos ajustes efetuados no início de década de 80, a necessidade dos governos foi repensar estruturas de gasto, financiamento e gestão das políticas sociais.

Os estudiosos da transição para a democracia destacam que o fator mais relevante é o papel da elite política tradicional. **O' Donnell**⁴⁰ reconheceu a capacidade de uma elite beneficiária, de um regime autoritário, de controlar a transição para a democracia como uma variante crítica em explicar o sucesso e a direção da democratização. **Werneck**⁴¹ argumentou que o poder retido pelas forças do velho regime irá em alto grau determinar o resultado das mais importantes consequências encarando o Brasil em sua transição para a democracia: a reforma agrária, as leis de choque e a definição de centro político na estrutura do partido e do sistema político.

A elite brasileira é que foi a controladora da transição. Uma vez que a democratização ganhou espaço, a elite tradicional que abraçou o "golpe de 64", beneficiando-se do regime autoritário, tornou-se forte para pleitear uma liberalização controlada.

O' Donnell, por sua vez, reconheceu três fases distintas da democratização: a) a consolidação da democracia política; b) a extensão da democracia política; c) a democratização sócio-econômica. A primeira fase é definida como uma lei civil que se materializa através das garantias institucionais, que são: a liberdade de formar organizações partidárias, sindicais e civis; liberdade de expressão; eleições livres e justas. A extensão da democracia servia a "transparência crescente na deliberação política na representação do interesse". E, por último, a terceira fase expande o reconhecimento de cidadãos para as organizações públicas e privadas, trazendo ganhos de distribuição igualitária.⁴²

A origem e o papel das políticas sociais no contexto de consolidação do Estado e da Nação brasileira incluem tentativas de lidar com os problemas da institucionalização política, da participação social e da redistribuição de renda, com o intuito de discernir as distintas trajetórias do capitalismo moderno e situar o "caso brasileiro". A ênfase é dada nas questões relacionadas com a formação de identidades coletivas e com a legitimação dos canais de influência no cenário

⁴⁰O' DONNELL, G. 1985, p.11

⁴¹WERNECK, V.L. 1985, p.31

⁴²O' DONNELL, G. 1985, p. 8.

político, que revela não só a precariedade dos sistemas formais de intermediação política no Brasil, como, e principalmente, as consequências dessa precariedade sobre a concepção e o exercício da cidadania. E, ainda, os esforços, não menos elucidadores, de incorporar ao estudo das políticas sociais as relações público e privado, e os elementos que transformam o aparato público em fazer política, por exemplo, o clientelismo e o corporativismo.

Na visão de **Martins** (1983, p. 3).

"(...) a forma mediocre com que foi conduzida a transição para o regime democrático, sem nenhuma preocupação em pensar a reforma do Estado como instrumental ao funcionamento da democracia, projetou-se nas distorções corporatistas que permeiam a nova Constituição e escancarou as portas para a prática do clientelismo".

Sendo assim, o país, através das políticas sociais, do processo de cooptação pela burguesia ou da classe trabalhadora, tentou resolver algumas questões emergentes no país, como a superação da pobreza e a participação da população nas decisões nacionais. Com isto, ocorre em 1982 a primeira eleição pós-64. Daí sua importância no processo de redemocratização do país, porque ela significou uma abertura, foi a volta ao pluripartidarismo e à consolidação, através da via eleitoral, da perda de legitimidade do regime militar. A bandeira da luta era a volta ao Estado de direito, o retorno à democracia, o fim da censura, o respeito aos direitos individuais. Era a luta contra a repressão política, contra a tortura, a favor da anistia ampla, geral e irrestrita.

Com isso, 1982 foi uma etapa na luta pela recuperação do direito de votar. As bandeiras da esquerda e do PMDB confundiam-se naquele momento em que se completavam vinte e um anos durante os quais um regime autoritário não tinha resolvido os grandes problemas sociais do Brasil. Tinha havido algum sucesso no final da década de 60, no começo da década de 70, por conta de uma política econômica herdada da era Castelo Branco, hoje em dia reconhecida como portadora de acertos, quando se viveu alguns momentos de relativa estabilidade econômica no país.

O resumo desse processo político será demonstrado através de uma síntese cronológica e de um panorama cronológico do MDB/PMDB

a - Síntese Cronológica (1930 a 1990)

O período de 1930 caracterizou-se pela relação com as antigas facções políticas no poder

ao lado de novos grupos que chegaram para fazer parte dele. Surge o Partido Nacional em 1933, permanecendo até 1934, reunindo o grupo de oposição a Getúlio Vargas.

Em 1937, o Congresso Nacional é fechado. No mesmo ano, publica-se o Decreto-Lei nº 37, dissolvendo os partidos políticos. Instala-se o Estado Novo.

Em 1945 ocorreu a redefinição do sistema político em bases democráticas.

Já em 1946, inicia-se o pluralismo partidário, tendo em vista as eleições diretas. Ocorre a Assembleia Nacional Constituinte, determinada pela Carta Constitucional de 1946.

Segundo Kinzo (1988, p. 31), os partidos entre 1945 e 1946,

"(...) estavam longe de ter uma orientação ideológica clara e definida, minados como eram pelo clientelismo, populismo e por disputas regionais e locais. Eram costumeiras as alianças eleitorais em nível local e regional, firmadas independentemente das diretrizes nacionais dos partidos, dando origem, assim, às mais diversificadas alianças e coligações partidárias. Além disso, a legislação permitia aos parlamentares mudar livremente de partido".

Em 1947, o PCB foi cassado, embora continuasse a existir na clandestinidade. Seus deputados eram eleitos pelo PTB. Alguns outros partidos além do PTB foram eleitos. Houve eleições estaduais e municipais.

As eleições de 1950 foram as últimas nas quais foram disputados os cargos para presidente da República, governador de Estado, senador, deputados federais e estaduais, ocorrendo também eleições Municipais.

Foi eleito para presidente Getúlio Vargas, do PTB, cujo partido não estava estruturado em todo o país.

O PSD elegeu a maioria dos governadores, senadores e deputados.

O Partido Comunista, na ilegalidade, era o principal partido de esquerda e, nesta eleição, defendeu o voto em branco. Entretanto, seus filiados, contrariando a decisão, votaram em Getúlio Vargas.

A UDN concorreu às eleições, sendo derrotada. Sua última "cartada" foi tentar impedir Getúlio Vargas de tomar posse, recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral, arguindo a maioria absoluta porque Getúlio Vargas não havia alcançado esta maioria absoluta.

A década de 60 foi de mudanças políticas. Segundo Kinzo (1988, p. 21), os partidos foram forçados "a assumir posições ideológicas mais estritas. A esta época, a tendência eleitoral indicava o declínio dos partidos conservadores, isto é, do PSD e UDN, e a ascensão dos partidos trabalhistas e reformistas".

Contradizendo esta afirmação, Lavareda (1991, p. 94) diz que,

"(...) é evidente o declínio do PSD no período, conforme é sempre lembrado por toda a literatura a partir de Carvalho (1958), porém, havia nuances nesse processo. Assim é que esse declínio se dava de maneira irregular nas diversas categorias eleitorais. O partido apresentava até mesmo uma certa estabilidade em cadeiras senatoriais e no nível municipal, assegurando, ainda no final do período, a dianteira em número de senadores, deputados federais e estaduais, além de prefeitos e vereadores (...) Por outro lado, independentemente da classificação ideológica que se faça da UDN ("conservadora" ou não), o certo é que não tem respaldo nos dados a suposição de que acompanhava o PSD no processo de declínio (...) Na verdade, era marcante a estabilidade do desempenho udenista, (...) chegando em 1962 a partilhar o governo na metade dos Estados brasileiros, superando todos os demais partidos, além de manter considerável regularidade nas disputas vice-presidenciais. Aliás não se verifica no nível das eleições majoritárias nacionais indícios que apontassem o crescimento eleitoral constante do PTB, em oposição ao declínio udenista".

Em 1966 é instituído o bipartidarismo quando os partidos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) são legalmente reconhecidos como partido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A Constituição de 1967 torna obrigatória a nomeação de prefeitos das capitais e dos municípios considerados áreas de Segurança Nacional e estâncias hidrominerais.

Em 1968 é editado o Ato Institucional nº5.

Em 1969, o Presidente do país era Emílio Garrastazu Médici(1969-1974), com um perfil ditatorial.

Em 1976 entra em vigor o Decreto-Lei nº6.639 assinado por Armando Falcão Ministro da Justiça do Governo Geisel. Chamado de "Lei Falcão" decretava que durante as eleições municipais os partidos, através dos seus candidatos, só poderiam apresentar na rádio e televisão o nome e currículo, sendo que, nesta última, era permitida a fotografia do candidato.

O Presidente Ernesto Geisel em 1977, lança o "Pacote de Abril", e, na esfera eleitoral, decreta a Emenda Constitucional nº8 que:

- a) mantém a eleição indireta para governador do Estado, anteriormente realizada pela Assembléia Legislativa. Em 1974, com o MDB elegendo em 26 Estados as Assembléias Legislativas, dá lugar para o surgimento do "Colégio Eleitoral" estadual;
- b) surge a figura do "senador biônico", eleito indiretamente;
- c) a Câmara Federal passa a ter 420 deputados, aumentando a representação do Norte e Nordeste, calculada com base na população e não mais no eleitorado;
- d) redução do "quorum" constitucional de dois terços para a maioria simples;
- e) mantém a Lei Falcão para a eleição de 1978, voltando a usar o quantitativo populacional.

para calcular as bancadas estaduais. Ao deixar de usar o tamanho geográfico do Estado, modifica a representação na Câmara Federal.

A Lei Orgânica dos Partidos de 1979 reformula o sistema partidário, instituindo o pluripartidarismo em substituição ao bipartidarismo como forma de dividir as oposições. O Brasil era então governado por João Baptista Figueiredo (1979-1985), sendo este o último presidente militar. Eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral em 1978, defendeu a emenda Leitão de Abreu que restabelecia as eleições diretas para 1988 e reduzia o mandato de cinco para quatro anos do próximo presidente eleito indiretamente. A emenda Leitão de Abreu foi apresentada três dias antes das "Diretas Já" em abril de 1984 numa tentativa de refrear a debandada dos deputados do PDS para votar a emenda das "Diretas Já". Na sua gestão é promulgada a Lei da Anistia que permitiu a volta dos exilados ao país. Neste ano, José Sarney era Presidente Nacional da ARENA.

Em 1980 é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), continuando como Presidente do Partido Democrático Social (PDS), José Sarney, pois era presidente da ARENA.

Extinto o bipartidarismo, ocorre a reorganização dos partidos, significando o retorno ao pluripartidarismo e transformando-se no ponto de inflexão das eleições de 1982. Neste ano, considerado o marco da transição política, são criados seis partidos políticos (PDS, PMDB, PDT, PTB, PT, PP), sendo que este último incorpora-se ao PMDB. O PMDB deixou de ser o único partido de oposição e passou a perder o eleitorado oposicionista para o PT e PDT.

A partir de 1983, o país passa a ter a gestão de nove governadores de oposição, eleitos pelo voto direto, assumindo a responsabilidade de implementar o processo democrático de uma nova identidade para o Brasil.

Em 1985, os partidos comunistas (PCB e PCdoB) são legalizados. O Colégio Eleitoral elege a chapa Tancredo/Sarney para a Presidência da República, vindo a assumir de fato e de direito a Presidência, o vice José Sarney, após o falecimento de Tancredo Neves. Instala-se, dessa forma, o governo da "Nova República".

As eleições de 1986 com a participação de mais de vinte partidos realizaram-se em circunstâncias favoráveis para o governo, pois o país estava na euforia do "Plano Cruzado I". O vitorioso nesta eleição é o PMDB. Com isto, a "Aliança Democrática" (PMDB e PFL) constitui-se em maioria no Congresso Nacional.

Em 1987 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, com a atuação de duas principais forças políticas que se constituíam no "Centrão"⁴³ e na esquerda.

Na eleição para prefeito e Câmara Municipal em 1988, o PMDB conquistou o maior número de prefeituras no interior. As divergências internas no PMDB ocasionam porém, a grande devassa no partido, a qual culmina na criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1989 foi criado o Partido da Renovação Nacional (PRN) para servir de suporte partidário à campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, coligando-se com o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e Partido Social Trabalhista (PST). Collor é eleito no segundo turno na primeira eleição presidencial por via direta desde 1960, pregando a austeridade e a "caça aos marajás". Além de ter sido o mais jovem presidente da República, também foi o primeiro chefe de Estado a ser destituído do poder legalmente através do "impeachment", em dezembro de 1992.

As eleições de 1990 para governador do Estado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa apresentaram um índice muito maior de divisão partidária. Das regiões brasileiras, a que elegeu o maior número de deputados novos, renovando sua bancada, foi a Região Norte, enquanto que o PMDB, PFL e PDT passaram a ser os três maiores partidos na Câmara Federal.

b - Cronologia do MDB/PMDB

O enfoque maior será dado ao desenvolvimento partidário do MDB/PMDB, por ser o partido que os "atores" (governadores) do período estudado são originários.

O MDB foi o único partido de oposição "permitido" oficialmente durante a ditadura militar.

1965 - Criação da ARENA e MDB⁴⁴.

1966 - Primeira eleição em que o MDB participa. O Tribunal Eleitoral reconhece e aprova, em caráter definitivo, o MDB, como partido político.

⁴³ Formado por parlamentares considerados de centro, centro-direita e direita de vários partidos. Segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) a representação por partidos estava assim constituída: 152 parlamentares - 80 do PFL, 43 do PMDB, 19 do PDS, 6 do PTB, 3 do PDC e 1 do PL.

⁴⁴ - A gênese e trajetória do MDB, ver KINZO, M.D.G. 1988.

- 1970** - O MDB sofre sua pior derrota nas urnas.
- 1971** - O deputado federal Ulysses Guimarães torna-se Presidente Nacional do MDB/PMDB, exercendo esse cargo até 1991.
- 1972** - O MDB sai derrotado nas eleições municipais e lança Ulysses Guimarães como o anticandidato à Presidência da República.
- 1974** - O MDB vence a eleição nas principais cidades da região Sul e Sudeste, elegendo a maioria dos senadores, legitimando-se como partido de oposição⁴⁵. Levanta a questão da eleição direta para Presidente da República como uma forma de se posicionar contra o autoritarismo. Assume a Presidência da República o General Ernesto Geisel (1974-1979), que dá início ao processo de "abertura gradual", o que se mostra inviável para assegurar o processo de redemocratização⁴⁶.
- 1975** - Devido ao resultado das eleições ocorridas no ano anterior, o MDB passa a ter uma atuação mais efetiva no Congresso, exigindo do Governo Federal esclarecimentos sobre o desaparecimento dos presos políticos.
- 1976** - O MDB vence as eleições para prefeito na maioria dos grandes municípios brasileiros.
- 1977** - Em Brasília, a Convenção Nacional do MDB decide mobilizar a população em prol de uma Assembléia Constituinte como forma de estabelecer a democracia no país.
- 1978** - Neste ano, o MDB ganha novamente as eleições. O resultado eleitoral de 1978 foi muito semelhante para deputado das eleições de 1974, enquanto que a eleição para senador por causa do "biônico" e outras razões foi bastante aquém do resultado de

⁴⁵Sobre o crescimento do MDB nas eleições legislativas de 1974, ver LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. 1975.

⁴⁶Nas eleições desse ano, o MDB no Pará elegeu três deputados federais e dez deputados estaduais.

1974. O General Ernesto Geisel indica o General Figueiredo para seu sucessor na Presidência da República⁴⁷.

Defini-se o Programa de Ação do MDB:

- Implantação da normalidade democrática e a conseqüente condenação de todos os tipos de ditadura, de institucionalização de regime de exceção, do continuísmo;
- Defesa do regime representativo com sufrágio universal, voto direto e secreto para todos os cargos eletivos; voto dos analfabetos;
- Controle legal da repressão policial, mesmo nos casos de elevado interesse da segurança nacional;
- Restauração do "habeas corpus;"
- Liberdade de organização partidária;
- Liberdade de imprensa;
- Revogação do AI-5;
- Anistia ampla e total⁴⁸.

1979 - Os partidos foram extintos por votação do Congresso Nacional em dezembro.

1980 - Inicia-se em janeiro deste ano a transformação dos partidos.

1982 - O Partido Popular, tendo como um dos seus fundadores Tancredo Neves, junta-se ao PMDB, formando um só partido⁴⁹. Depois de 17 anos, a população vota para governador do Estado, apesar da Lei Falcão preconizar a vinculação do voto, fazendo com que o candidato a governador puxasse a votação. Neste ano, o PMDB enfrenta a falta de unidade

⁴⁷ Neste ano, no Pará, o resultado das eleições não se constituiu num expressivo quadro capaz de configurar um significativo avanço. Não obstante, conseguiu um percentual de votos substancial na capital, em oposição ao fracasso do interior. Elegeu-se quatro deputados federais e onze deputados estaduais. Sobre os governos militares ver CRUZ, S. V. & MARTINS, C. E. 1984.

⁴⁸ MOVIMENTO Democrático Brasileiro - Princípios Fundamentais, In CHACON, V. 1985, p. 526-536.

⁴⁹ Sobre a reincorporação do PP ao PMDB ver FLEISCHER, D. 1988.

interna, bem como o poder da máquina do partido governista, (PDS). Mesmo assim, vence as eleições para os governos estaduais em nove Estados.

- 1983 - O deputado federal pelo PMDB, Dante de Oliveira, apresenta no Congresso Nacional a emenda que estabelece as eleições diretas para a Presidência da República.
- 1984 - José Sarney filiou-se ao PMDB. A Convenção do PMDB escolhe Tancredo Neves e José Sarney como seus candidatos à presidente e vice-presidente da República. A Convenção do PDS elege Paulo Maluf como seu candidato à Presidência da República.
- 1985 - Legalizam-se os partidos de esquerda que estavam na clandestinidade como o PCB e o PCdoB. Nas eleições municipais, o PMDB elege a maioria dos Prefeitos das capitais brasileiras. Tancredo Neves é eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Com sua morte, no mesmo ano, o cargo foi assumido pelo vice José Sarney, começando o governo da Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal dissidência do PDS).

Em relação ao período mais recente, diz **Kinzo** (1993, p.2):

"(...) num país de tradição partidária tão débil não é de se surpreender que o PMDB, com apenas 27 anos de existência, tenha se tornado o mais antigo partido brasileiro. Com a maior representação no Congresso Nacional é, entre os grandes partidos, o único que conserva seu nome de identificação e de alguma forma o mesmo perfil político (...) Ressalte-se também que o PCB, criado na década de 1920, seria o mais antigo partido se não fosse o fato de lhe ter sido permitido existir legalmente apenas por dois anos na década de 1940 e a partir de 1985".

- 1986 - Para as eleições desse ano, suspenderam-se as restrições à criação de novos partidos. Foi abolida a Lei Falcão e o voto não era mais vinculado. O PMDB elege 23 governadores estaduais e mais da metade dos deputados federais.
- 1987 - O PMDB foi o maior partido da Constituinte com 304 parlamentares perfazendo

maioria absoluta, tendo sido "minado" pelo centrão solidificando-se nessa postura. O PFL, por sua vez, ficou com a segunda maior bancada com 134 constituintes⁵⁰.

- 1988** - Parlamentares da tendência centro-esquerda do PMDB criaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nas eleições municipais, o PMDB nas 100 maiores cidades do País perdeu 75 prefeituras passando a ter aproximadamente 22 prefeituras sob a sua administração.
- 1989** - Ulysses Guimarães é lançado candidato à Presidência da República pelo PMDB. Sua candidatura foi prejudicada pela identificação com o governo Sarney, obtendo o candidato sexto lugar na eleição presidencial. Neste pleito, o vitorioso é o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.
- 1990** - O PMDB continua sendo o maior partido, com a maior representação no Senado e na Câmara Federal, embora com uma bancada federal menor do que a de 1986, vencendo as eleições para o governo em alguns Estados.

O MDB/PMDB tem sua origem como um partido de oposição. Entretanto, o seu desempenho nestas últimas eleições evidencia uma profunda crise de identidade: oposição e/ou situação. Ressalta-se sua importância em contribuir para o processo de redemocratização do país.

3 - Retrospecto Partidário a partir de 1930 e a Formação do Poder Oligárquico no Pará

a) Retrospecto Partidário a partir de 1930

Com o objetivo de estudar a política do Pará contemporaneamente, considerou-se alguns antecedentes históricos. Na década de 1930⁵¹, a liderança de Joaquim de Magalhães Cardoso

⁵⁰KINZO, M.D.G. 1993.

⁵¹Sobre a Revolução de 30 no Pará, ver: RODRIGUES, D.S.S. 1979; COIMBRA, C. 1981; ROCQUE, C. 1981; ÁLVARES, M.L.M. 1990; CARNEIRO, J.Q. 1991; CRUZ, E. 1965.

Barata (Magalhães Barata), militar que havia participado das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, foi de considerável importância.

Depois de sua atuação como Interventor Federal do Pará 1930-1935 e 1943-1945, a política paraense ficou dividida em dois grupos: o baratista e o anti-baratista⁵². Esses dois grupos degladiaram-se até a morte do general Barata em 1959, quando este era Governador do Estado. O general Barata exerceu também o cargo de Senador em duas gestões.

O sistema partidário no Pará é marcado pela disputa de poder entre facções. Diz **Álvares** (1990, p.42-624-663):

"(...) a partir de dezembro de 1931, será organizado um novo quadro partidário local, iniciando-se pela criação do Partido Liberal do Pará. As propostas de reforma do sistema político e partidário entre os grupos que lideraram o movimento de 1930, denunciavam uma ruptura com o quadro oligárquico anterior, descrença no Estado liberal e suas instituições, e na democracia, que passou a ser reavaliada criticamente, procurando dar-se-lhe novo sentido e conteúdo (...) Martins Silva fundou o Partido Social Trabalhista do Pará, março de 1934, partido que deu sustentação ao Partido Liberal cujo chefe era o Interventor Magalhães Barata, nas eleições ocorridas em outubro desse ano".

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nasceu em 1945. A formação do partido no Pará deu-se através dos sindicalistas, com a predominância dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Garçons, Sindicato dos Panificadores, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Oficiais Marceneiros, Sindicato dos Comerciantes, Sindicato das Indústrias e um grupo do Sindicato dos Bancários que, segundo depoimento do **Sr. Luís Otávio**,

"(...) este grupo, estava no partido sem ser do partido, porque era um grupo da esquerda radical, que era uma co-participação do Partido Comunista nesse processo, já que não tinha espaço político e via o PTB como o único partido que tinha possibilidade de justificar até mesmo um discurso, que era aquele discurso por todos nós conhecido. A atividade deles era uma atividade subterrânea⁵³".
(Informação Verbal)

No Pará, em 1950, duas vertentes estavam presentes: a vertente nacional com Getúlio Vargas retornando e uma vertente que se sobrepunha a essa que era o anti-baratismo.

Na eleição de 15 de dezembro de 1950 que resultou na eleição do presidente Getúlio Vargas, o Pará foi o único Estado do Brasil no qual Cristiano Machado ganhou. Para governador

⁵²Sobre o baratismo e o anti-baratismo, consultar: MESQUITA, L. 1944; RODRIGUES, D.S.S. 1979; ROCQUE, C. 1981, 1983; MEIRA, C. 1989; ÁLVARES, M.L.M. 1990; CARNEIRO, J.Q. 1991.

⁵³Depoimento concedido à autora pelo Sr. Luís Otávio Carvalho. Belém, janeiro de 1995.

do Estado o Marechal Zacarias de Assunção vence, derrotando o general Magalhães Barata, embora este faça a maioria na Câmara. Em síntese, o general Barata e o presidente Vargas perdem no Pará⁵⁴.

O PTB foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº 2.

Com a redemocratização do país em 1945 e a eleição em 1946, o general Barata fundou no Pará o Partido Social Democrático (PSD). Os demais partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Progressista (PSP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) uniram-se, estabelecendo a "Coligação Democrática Paraense" para fazer frente ao general Magalhães Barata. Em 1950, a Coligação conseguiu derrubar o general Barata, vencendo a eleição. Em 1955, o general Barata volta ao poder. Em decorrência da aliança nacional entre Juscelino Kubitschek e João Goulart, no Pará o PSD coliga-se com o PTB⁵⁵. O general Barata manteve uma relação arbitrária com o poder público que pode ser expressa na sua célebre frase "**lei, neste Estado, é potoca**".

A votação do general Barata era, fundamentalmente, de base popular. Populista no estilo, distanciava-se de quem o rejeitava. Mas ele ganhava a eleição, enquanto a elite perdia sistematicamente, com exceção das eleições de 1950.

Sendo militar, o Marechal Zacarias de Assunção foi cooptado pelas oposições baratistas para ser candidato e combater o General Barata. O antagonista deste precisava ser outro militar, uma vez que o General Barata não era só uma figura expressiva, mas um militar que detinha também uma certa respeitabilidade.

O Sociólogo **Mariano Klautau** explica a indicação:

"Assunção não encarnava como pessoa ou como projeção política a oposição, mas sim o Clóvis Ferro Costa, Aldebaro Klautau, Cléo Bernardo que pertenciam aos partidos da coligação (UDN, PSB, PTB). Assunção foi apenas uma cooptação desses partidos, achando que era uma tática um militar combater outro militar"⁵⁶.
(Informação Verbal)

Apesar da morte do governador Barata em 1959, a política baratista continua. Assumiu o

⁵⁴ O PTB no governo do Zacarias de Assunção assume a Secretaria de Educação, sendo Secretário o Prof. De Campos Ribeiro.

⁵⁵ Sobre a educação no governo de Magalhães Barata, ver ÁLVARES, M. L. M. 1990

⁵⁶ Depoimento concedido à autora pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1993.

Governo do Estado o General Luis de Geolá Moura Carvalho, também do PSD, eleito pela Assembléia Legislativa vice-Governador, às vésperas da morte do governador Barata. Em 1960 elegeu seu sucessor Aurélio do Carmo, cassado pela Assembléia Legislativa em 1964, mantendo-se assim a continuidade do grupo no poder com a ajuda da máquina política.

Em 1965, novamente o PSD ganha a eleição para o governo do Estado com Moura Carvalho, então Prefeito de Belém, sendo cassado pela Assembléia Legislativa, em junho de 64. Pela primeira vez, o PSD ganhou uma eleição na capital paraense. Com o golpe de 64, no Pará, a máquina do PSD foi destruída. Caçaram os direitos políticos e os mandatos dos principais líderes pesedistas, de modo que não se tivesse candidato para concorrer às eleições de 1965.⁵⁷ Com o golpe de 64, a chamada elite ou a antiga "Coligação Democrática Paraense" subiu ao poder (última eleição para governador antes de 1982).

A política paraense sempre foi permeada por uma imprensa partidária, a qual inclusive, foi o grande apoio para a disputa bi-partida.

O Jornal "A Folha do Norte", embora combatesse o general Barata, apoiava a política do PSD porque era simpática ao jornal. Os velhos baratistas foram, ao longo dos anos, "chicoteados" pelo jornalista Paulo Maranhão, proprietário do referido jornal e considerado o maior editorialista da imprensa no Pará. O Jornal "O Liberal" foi fundado pelo general Magalhães Barata para fazer frente à "Folha do Norte", passando a apoiar o candidato do golpe, o Major Alacid da Silva Nunes. Houve uma inversão completa, o PTB do Pará apoiou o candidato do golpe e o PTB do João Goulart foi o principal alvo do golpe de Estado. Ganhou o candidato da Coligação, mantendo-se no poder ao longo dos anos de domínio da ditadura militar.

Nesse período, decretou-se o Ato Institucional N^o2, extinguindo todos os partidos políticos.

Após as eleições proporcionais de 1966, os antigos próceres do velho PSD, que não aderiram ao golpe e contrários ao bipartidarismo, agruparam-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os "simpáticos" aos donos do poder, a elite, os velhos remanescentes da UDN, PSP, PTB (partidos que nunca tinham vencido a eleição majoritária para a Presidência da República) foram para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

⁵⁷O coronel Jarbas Passarinho e o deputado federal Hélio Gueiros foram adversários na eleição de 1965. Gueiros foi candidato a vice na chapa do Marechal Assunção e o coronel Passarinho e a Liga Revolucionária lançaram o tenente-coronel Alacid Nunes. Entre 1975 e 1976, pela primeira vez no Pará, houve um debate na televisão, na extinta TV Marajoara, entre Passarinho e Gueiros.

Em 1967 é promulgada a Constituição que encerra o primeiro ciclo iniciado em 1964. Nas eleições desse ano, o coronel Jarbas Passarinho é eleito Senador pelo Pará, candidato pela ARENA. Assume o Senado por um mês e meio pois logo em seguida é nomeado pelo Presidente Costa e Silva Ministro do Trabalho. Em 1969, no governo do presidente Emilio Garrastazu Médici, o Senador Passarinho é nomeado Ministro da Educação e Cultura, marcando sua passagem, pela aplicação do Decreto-Lei 477, desligando-se do Ministério em 1974, retornando ao Senado.

No ano de 1974, em todo o Brasil, ocorreu o fortalecimento da oposição ao regime militar. Diferentes manifestações eclodiam, como a Guerrilha do Araguaia, que, eleitoralmente, não teve visibilidade devido à censura do Regime Autoritário. As notícias sobre a guerrilha só vieram a público depois, havendo ainda muitas questões não esclarecidas⁵⁸. Nas eleições de 1974, o MDB elegeu a maioria dos Senadores. Somente nos Estados onde não havia lideranças peemedebistas a ARENA saiu-se vitoriosa. Assim foi no Pará. O coronel Jarbas Passarinho, pertencente à ARENA, foi eleito Senador sem outro nome que lhe fizesse frente. Em Belém, ele ganhou por uma pequena diferença sobre o candidato de protesto do MDB, Álvaro Paes do Nascimento, que teve uma votação expressiva. Naquela altura, se o Pará tivesse um nome para fazer frente ao coronel Passarinho, este teria perdido em virtude da insatisfação nacional contra o domínio da ditadura.

A ascensão do General Ernesto Geisel em 1975 à Presidência da República trouxe alguns problemas para o Senador Passarinho, pois até então, sua hegemonia sobre o Pará nunca havia sido contestada. No governo Geisel, o Senador Passarinho foi buscar apoio no Senado Federal, enquanto o tenente-coronel Alacid Nunes contava com apoio e prestígio do presidente. No final do governo do Presidente Figueiredo o Senador Passarinho foi nomeado Ministro da Previdência Social.

Em 1978, o Marechal Cordeiro de Farias intervém decisivamente em favor do tenente-coronel Alacid Nunes, indicando-o ao Colégio Eleitoral como governador da ARENA em detrimento do Senador Passarinho.

No ano seguinte, inicia-se prematuramente a rearticulação do PTB no Pará, o que vem afetar o partido do governo (ARENA), pois quase todos os ex-petebistas estavam exercendo cargos na administração estadual. Os membros do antigo PTB fundam em Belém o Centro Cívico "Getúlio Vargas", embrião do novo PTB no Pará. Em 1980, surge o novo PTB no Estado, com Américo Silva (deputado federal cassado em 1964) na presidência do partido, que era

⁵⁸Na medida que foi aprofundando seus contatos com a luta dos posseiros, ia penetrando no mundo secreto e perigoso da guerrilha, certificando-se que a "Guerrilha do Araguaia teve apoio da massa camponesa da região. E mais: há indicadores seríssimos de que a guerrilha teve apoio e participação das amplas massas.(...) No mais, quantos jornalistas aparecerem, a resposta vai ser sempre a mesma: ninguém viu nada, ninguém sabe de nada, ninguém participou de nada." CARVALHO, L.M. 1994, p. 338.

remanescente do antigo PTB. Com a ameaça de expulsão do grupo alacidista do PDS, estes decidem ingressar no PTB de Ivete Vargas, com a justificativa de que não haveria problemas em relação às posições políticas, podendo o governador Alacid Nunes não correr riscos partidários, bem como a viabilidade do partido, de acordo com a lei eleitoral.

Em novembro deste mesmo ano, o PDT desaparece, antes de chegar a consolidar-se frente ao eleitorado enquanto partido, com a saída dos políticos Benedito Monteiro, Hélio Dourado e Carlos Levy que ingressam no PMDB, PT e PP respectivamente.

Em breve retrospecto histórico, pode-se afirmar que o Estado do Pará sempre foi marcado pela bipolaridade partidária. No início do século eram os Lemistas (partidários de Antonio Lemos) e os Lauristas (partidários de Lauro Sodré). Nos anos 1930 a 1950 eram os Baratistas (partidários de Magalhães Barata) e os anti-baratistas (contrários a este). A partir de 1964 eram os Jarbistas (partidários de Jarbas Passarinho) e os Alacidistas (partidários de Alacid Nunes).

O Governador em 1982, tenente-coronel Alacid da Silva Nunes(segundo mandato), rompido com o Senador Jarbas Passarinho, passa a apoiar o peemedebista Jäder Barbalho para o governo do Estado e o jornalista Hélio Gueiros para o Senado. Sua intenção é derrotar o PDS, partido do qual fizera parte, mas do qual estava desalojado por causa do seu rompimento com o coronel Passarinho⁵⁹. Mesmo com o apoio do governador Alacid Nunes ao candidato do PMDB, Jäder Barbalho, explícito durante a campanha eleitoral de 1982, este continuou sendo o candidato preferencial das esquerdas ao governo do Estado.

Com o processo de redemocratização, o PMDB continuou em 1982 sendo uma frente ampla, ganhando as eleições em nove Estados e deslegitimando o regime.

b) A Formação do Poder Oligárquico

O uso do termo oligarquia no presente estudo foi fundamentado com base na análise feita por **Bobbio** (1986, p. 835):

⁵⁹Segundo o testemunho das pessoas que falaram sobre o assunto, "o rompimento entre o coronel Jarbas Passarinho e o tenente-coronel Alacid Nunes, o tema recorrente da política paraense desde a metade da década de 60, começou às vésperas da campanha eleitoral de 1965 (pela qual Alacid se tornou o sucessor de Passarinho no governo do Estado). O então governador acusou seu sucessor de ter "conspirado a Revolução", cuja liderança ambos haviam assumido pouco mais de um ano antes de aceitar um cheque do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, um dos primeiros políticos a ser cassado pelos militares estabelecidos no poder, sob a acusação de corrupção."JORNAL PESSOAL. Belém, 1991, p.3.

"(...) que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar"⁶⁰.

No Brasil, a oligarquia na Primeira República (1889-1930) consolida-se através da servidão a seus interesses, principalmente agrário, perpetuando seu poder. Com a Revolução de 30, e com a industrialização, o Estado brasileiro sofre algumas consequências, dentre elas, aponta **Martins** (1987, p. 408):

"(...) que à centralização política do Estado autoritário se opõe a descentralização política, regionalista do liberalismo, opõe-se as oligarquias regionais em nome da integração nacional(...) O liberalismo oligárquico e liberal apenas por contraposição ao autoritarismo do Estado nacional e centralizador. E se apoia contraditoriamente, e por isso mesmo, no poder pessoal e no predomínio da ordem privada sobre a ordem pública, enquanto que o Estado autoritário impõe a ordem pública a ordem privada, sem distinguir a dominação pessoal da liberdade individual e sem reconhecer no dominado a mesma liberdade que tem ou quer o dominador ferindo assim, a um só tempo, o poder pessoal e os direitos civis".

No modelo Nacional Desenvolvimentista, o poder oligárquico fortaleceu-se politicamente, principalmente através das elites do Centro-Sul, fortalecendo seu poder pela formação de uma camada de clientes do Estado.

Estes clientes do Estado fazem parte da política do poder oligárquico mantida pelos Estados e respectivos municípios. Sobre isto, explica **Soares** (1973, p.98):

"(...) foi precisamente a existência das oligarquias políticas em dezenas ou centenas de municípios que tornou possível a supremacia da política tradicional a nível de Estado, em detrimento da política moderna baseada no interesse de classe. A política de muitos Estados brasileiros seria fundamentalmente diferente se a política municipal fosse caracterizada por uma completa participação política eleitoral dos setores menos favorecidos, se não houvesse dominação pelas famílias tradicionais, e se os partidos políticos representassem os interesses das diferentes classes sociais e não das diferentes oligarquias e famílias tradicionais".

O poder oligárquico na Amazônia, cuja economia estava baseada no extrativismo vegetal de capital mercantil, tem um caráter singular. Reafirma **Martins** (1987, p.409):

⁶⁰Sobre a oligarquia como poder, ver: CARDOSO, F.H. & FALLETO, E. 1973; MOSCA, G. 1939; WEBER, M. 1977; IANNI, O. 1971; LEAL, V.N. 1976; SOARES, G.A.D. 1973; BAER, W. 1976; MARTINS, J.S. 1977; HAGOPIAN, F. 1986.

"O planejamento tem sido a forma de imposição de diretrizes nacionais, de integração nacional, as províncias e regiões, contra diretrizes de ordem local e regional, segundo os interesses das oligarquias e grupos locais. Isso é bem característico da história recente da Amazônia (...) o enfraquecimento das oligarquias regionais, a partir do desenvolvimento da Amazônia imposta pelo Estado autoritário, e que abriu brechas políticas importantes para que as tensões e conflitos emergissem, tendo como atores fundamentais os posseiros e os povos indígenas⁶¹".

No Estado brasileiro, apesar de não existir mais a escravidão como uma forma de opressão, ele continua oprimindo uma parcela substancial da população, através da baixa qualidade da infra-estrutura social, especialmente no tocante à saúde, educação, habitação, saneamento básico, emprego, transporte de massa, alimentação etc. Então, o grande ausente é a Nação, uma sociedade civil que não sofreu a revolução nacional, que não passou por uma revolução democrática de alcance nacional e que só levou a fundo a descolonização quando ela se deu nos extratos privilegiados os extratos coloniais, como ocorreu em 1822. Com isso, o traço característico da crise do Estado, independentemente das qualidades de suas relações, quer capitalistas, quer socialistas, é não trazer no seu projeto a Nação, e muito menos representam a sociedade civil, o que significa um triplice rompimento: Estado, Nação e sociedade civil.

4 - A Vitória da "FRENTE DEMOCRÁTICA DAS OPOSIÇÕES" - 1982

Em 1980, com a reforma partidária, volta-se ao pluripartidarismo. Há reorganização de partidos como o PTB, PDT, com os partidos comunistas ainda na clandestinidade, atuando tacitamente nesses partidos e no PMDB.

As eleições de 1982 foram um avanço no processo de redemocratização do país por dois motivos: foi a primeira eleição direta para governador, desde 1965, e possibilitou, pela primeira vez depois de uma longa interrupção, a revitalização da política de alianças entre os setores da esquerda. As alianças constituíram-se em práticas das organizações populares, visando a expressão nacional.

⁶¹ Não é proposta deste estudo analisar a oligarquia paraense.

Desta forma, no Pará, foi criada a "**Frente Democrática das Oposições**" - **FDO**, reunindo membros dos partidos progressistas, os quais se propunham a lutar contra os setores oligárquicos e remanescentes da ditadura.

O Sociólogo **Mariano Klautau** analisa a formação da **FDO**:

"A dificuldade em montar essa "Frente" era porque as esquerdas tinham uma unidade de proposta, e em consequência, uma unidade de ação. Esta não deveria ficar muito ligada ao candidato para que tivesse uma certa autonomia nas propostas. Existia naquela altura, claro que hoje não existe mais, uma proximidade entre o candidato Jáder Barbalho e as esquerdas. Segundo, porque a "Frente" não queria limitar essa oposição, queria ser mais abrangente. Dizia-se democrática porque ia buscar apoio em outros partidos como o PMDB, PDT e o PT, buscando até mesmo pessoas independentes, apartidárias, com uma vocação democrática que, como cidadão, deveria fazer parte da **FDO**. Ficou conhecida porque representava a luta que estava sendo travada em todos os Estados contra as oligarquias que se juntaram à fração do golpe militar nos Estados. Tinha-se de um lado o PMDB e, no interior desse, estavam todos dos partidos clandestinos, transitoriamente como tática. Nesse processo, ocorreu um certo racha no PT, porque a facção "Caminhando" veio para a aliança e ficou como participante da **FDO**."(Anexo D)⁶²
(Informação Verbal)

A direção da "**Frente Democrática das Oposições**" reunia-se na Livraria Jinkings, pertencente a um dos membros do PCB.

Nas eleições de 1982, a "Frente" posicionou-se pela candidatura Jáder Barbalho.

O PMDB, em convenção, definiu como seu candidato ao Governo do Estado, Jáder Fontenelle Barbalho, 39 anos, Bacharel em Direito e vereador pelo MDB de 1967 a 1971. Nesse período, assume a presidência da Comissão Executiva Municipal do MDB. Foi também deputado estadual de 1971 a 1975, exercendo a função de relator da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa; deputado federal com dois mandatos, na legislatura de 1975 a 1979 foi o segundo secretário da mesa da Câmara dos Deputados; presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, assim como vice-líder do PMDB naquela casa. Como parlamentar, assumiu posições democráticas e de resistência à ditadura.

Concorrendo como oposição à candidatura Jáder Barbalho estava o político Benedito Monteiro, indicado por alguns membros dos partidos de esquerda do Pará. O Sr. **Luís Otávio** contesta esta afirmação, pois segundo o petebista,

"Em 1981, Benedito auto-lançou sua candidatura ao governo do Estado. Naquela altura, mesmo com todas as heresias que cometeu, entendíamos que era o candidato ideal, mesmo desalinhado a nível de PTB, mesmo já passando por outros dissabores"⁶³.(Informação Verbal)

⁶²Depoimento concedido à autora pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1993.

Benedito Wilfredo Monteiro, 58 anos, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais foi vereador no Município de Alenquer, no início dos anos 50 e deputado estadual por duas legislaturas consecutivas, nas décadas de 50 e 60. Pertenceu ao PSP, extinto PTB e foi presidente do diretório regional do PDT em 82. Foi também Promotor Público, Juíz de Direito, Secretário de Estado de Terras nos governos Moura Carvalho e Aurélio do Carmo. Havia sido a vítima central da repressão na Região Norte. Cassado dos seus direitos políticos, em 1964, personificava a oposição ao governo, e ao golpe de 64. O lançamento da sua candidatura foi feita através de cartazes que trazia a sua figura, preso, algemado chegando em Belém vindo de São Paulo. (Anexo E)

O candidato do PDS era o empresário e médico Oziel Carneiro. Filiou-se ao PDS em 1981 para ser candidato, sendo seu vice Jarbas Passarinho. Representava o candidato das oligarquias, tinha toda a estrutura governamental, econômica e política disponível.

Como se pode observar, a "Frente" deveria arregimentar forças da esquerda para poder disputar, eleitoralmente, com alguma possibilidade de ganho.

Assim, as articulações e decisões tomadas pela **FDO** foram ressaltadas pelo Sociólogo **Mariano Klautau**:

"Uma das primeiras ações da **FDO** foi articular uma conversa com o Benedito Monteiro. A primeira reunião foi no seu escritório. Estavam presentes eu, Jinkings e o Roberto Corrêa. A partir daí começamos a aproximação do Jáder com o Benedito Monteiro, porque ambos chegavam a ter uma hostilidade. Depois as reuniões em número de três passaram a ser no escritório do Dr. Álvaro Magno nos finais de tarde e ambos entravam no escritório para não serem reconhecidos foi mantida em tal sigilo que a imprensa nem tomou conhecimento. Quando a coisa veio à público, foi a renúncia do Benedito Monteiro e sua inscrição no PMDB. Acho que levei ao extremo do exagero a questão do interlocutor, esta é a primeira revelação que faço. O Dr. Álvaro Mário é a testemunha que abria a porta do escritório, trabalhávamos juntos. A argumentação fundamental que passávamos para o companheiro Benedito Monteiro, era de que a oligarquia no Pará tinha a mídia, governo do Estado e a Prefeitura a seu favor, porque os prefeitos também eram nomeados. Qualquer candidatura, por menor que fosse, e a do companheiro Benedito Monteiro era expressiva, resultaria na perda da esquerda ao governo do Estado e a continuação dessa oligarquia com o PDS. O Benedito Monteiro não renunciou para ser Secretário de Estado ou qualquer outro cargo. Isso faço questão de afirmar porque na imprensa ficou dúvida. Este compreendeu o apelo histórico feito a ele, nunca em termos de cargo ou coisa parecida. Histórico, em nome do que tínhamos passado, particularmente ele e toda uma história que estava sendo reconstruída no Brasil a partir das eleições, pela primeira vez diretas para governador. Ele poderia entregar o governo aos seus algozes com os votos que tiraria do Jáder."⁶⁴ (Informação Verbal)

Por seu turno, o próprio **Benedito Monteiro** assim se expressou sobre as articulações da

⁶⁴Depoimento concedido à autora pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1993.

sua candidatura e o fracasso da mesma:

"O Mariano procurou-me em nome das esquerdas, bem como o pessoal do PT, PCdoB, para que renunciasse a minha candidatura. Eu disse: não sou candidato, essa candidatura não é minha, não tenho por que renunciar, já que não era a minha candidatura oficial. Não foi o partido que indicou, foi um grupo de pessoas da esquerda que resolveram lançar a minha candidatura na rua em cartazes. Queremos que tu conversees com o Jáder, não o conheço pessoalmente. Mas nós conhecemos. Foi marcado um encontro com o Jáder; durante o encontro ele (Jáder) assinou o documento de compromisso que tenho guardado até hoje, comprometendo-se com o processo democrático. (Anexo F). O pessoal indicou-me para ser candidato a deputado federal, mas não poderia ser pela legenda do PDT (presidente regional do PDT) já que este não tem candidato a governador. Então, programou-se meu ingresso no PMDB para efeito exclusivamente da minha candidatura. Conversei com o Jáder e pedi a ele que só assinasse a minha ficha no momento da minha entrada, pois não podia tomar uma atitude sem primeiro comunicar ao Presidente Nacional do partido, que era o Brizola. O mesmo se comprometeu a guardar a minha ficha até o momento da divulgação. Uma semana depois, o Jáder manda publicar a minha ficha no jornal filiado ao PMDB." (Anexo G)⁶⁵. (Informação Verbal)

Em função dessas divergências internas ocasionadas pela escolha do candidato a governador do Estado, o político **Benedito Monteiro** continua sua interlocução:

"Fiz um escândalo, disse que ia voltar a ser candidato. Quando as esquerdas voltaram a se reunir, chamaram o Jáder e este pediu desculpas. Disse que não tinha sido ele, que ele havia entregue para o Vinagre e o mesmo divulgou. Enfim, deu uma desculpa e voltei. A partir daí começou a deslealdade política em relação a mim⁶⁶". (Informação Verbal)

Essa foi uma atitude estratégica do político **Benedito Monteiro** apesar de seu depoimento caracterizar-se como contraditório. Inicialmente, este não era candidato a governador do Estado, enquanto que, em um segundo momento, reconheceu-se como candidato. Esta é uma forma de valorizar-se como político, para poder continuar negociando no mesmo nível de igualdade com o candidato **Barbalho**.

Nesse período de transição democrática, com as eleições de 1982, ocorreu o engajamento de uma geração de militantes políticos em diferentes áreas e níveis pela volta das liberdades democráticas. Uma das áreas de maior importância nesse processo foi a da criação de propaganda por ser esta a formadora de opinião pública. O publicitário **Pedro Galvão de Lima**, principal responsável pela programação das duas campanhas eleitorais que levaram o político **Jáder Barbalho** ao governo do Estado, assim se expressa:

⁶⁵Depoimento concedido à autora pelo político e escritor **Benedito Monteiro**. Belém, agosto de 1993.

⁶⁶- Id.

"(...) nesse ano participei ativamente da campanha do Miro Teixeira ao governo do Rio de Janeiro, mas quem ganhou foi o Brizola. Fui procurado no Rio por um amigo, o Delmiro, para que me dispusesse a ajudar o Jáder na campanha para governo do Estado. Jáder foi até o Rio para conversarmos. Fiz uma pergunta para ele: há condição de ganhar? ele respondeu que havia. Criei a campanha lá no Rio, fiz cartazes, folhetos etc. O tema da campanha era "É a vez do povo ganhar". (Anexo H). Criei também o "jingle" dessa campanha junto com o dono de uma produtora do Rio que é o Jorginho Abigail, e fizemos vários spots para a campanha. O spot do próprio PMDB dizia "Eu sou PMDB e você sabe por quê". Porque não podíamos explicitar tantas críticas à ditadura ainda naquele momento, era um jingle de luta⁶⁷". (Informação Verbal)

O publicitário **Pedro Galvão de Lima**⁶⁸, em seu depoimento, reafirma o comando político do qual fazia parte:

"No Pará, esse processo caracterizou-se pela emergência no cenário político de uma nova geração de políticos. Uma geração da qual participei quando era estudante em Belém, como presidente da União Acadêmica Paraense, deposto em 64 pelo golpe. Esta geração era engajada nas lutas sociais, com pensamento socialista, com ideais generosos de resgate do trabalhador e de valores que não eram exatamente os valores da ortodoxia capitalista. O que aconteceu no Pará foi a ascensão no cenário político dessa geração, através do Jáder, que nunca foi um militante de esquerda, e sim um militante em 68 da política estudantil. Como deputado do PMDB participou ativamente da luta pela volta do estado de direito, que era uma bandeira das esquerdas naquele momento⁶⁹". (Informação Verbal)

A propósito de estar-se falando sobre campanha eleitoral, pressupõe gasto financeiro, o publicitário **Pedro Galvão de Lima** tem sua própria versão para o fato, revelando os interesses, as articulações e as alianças:

"Entre na campanha sem cobrar absolutamente um centavo. O dinheiro da campanha, não sei de onde vinha, honestamente falando. O que posso dizer é que naquele momento, sequer tinha visão da origem desse dinheiro para a campanha. Não tínhamos experiência de campanha, hoje em dia a gente já sabe como é. Possivelmente era dinheiro gerado, seja por empresários, seja pelo próprio partido em outros Estados interessados na eleição. Devia haver um fundo nacional, que canalizava dinheiro para cá. Era uma luta global, pela volta do estado de direito e pela possibilidade efetiva de eleição de um governador. Acho que o PMDB se empenhou. Até o ponto que pude trabalhar, foram recursos modestos, porque procurei mobilizar profissionais, empresas que não cobraram absolutamente nada. Fiz um folheto com artistas e intelectuais engajados na luta das esquerdas pela volta do país à democracia. Aqueles profissionais, pelos depoimentos, não cobraram absolutamente nada, as fotos deles foram cedidas, não paguei nada porque mobilizei um diretor de arte para trabalhar junto comigo, sem cobrar. O que se pagou foi o fotolito e o jingle da campanha, que foi pago a preço de mercado à empresa do Jorginho Abigail. (Anexo J) A minha participação deu-se pela consciência de que tinha que

⁶⁷ Depoimento concedido à autora pelo publicitário Pedro Galvão de Lima. Belém, agosto de 1993.

⁶⁸ Participou como Secretário de Comunicação do segundo governo do Jáder Barbalho (1990-1995), permanecendo no cargo por quatro meses.

⁶⁹ Depoimento concedido à autora pelo publicitário Pedro Galvão de Lima. Belém, agosto de 1993.

lutar naquele momento, para que aqui no Pará ganhássemos a eleição. Nós que eu falo eram as forças que lutaram pelo estado de direito onde as esquerdas se incluíam⁷⁰." (Informação Verbal)

As eleições de 1982, de uma maneira geral, foram empolgantes em todo o país porque cada Estado tinha candidatos com posições democráticas. A campanha do candidato da "Frente" nesse período foi difícil. Àquela época empresário algum financiava uma campanha em que as esquerdas, pela primeira vez, saíam às ruas. O político Barbalho, como candidato das esquerdas, não era na época simpático as oligarquias. Para exemplificar essa situação, o coronel Jarbas Passarinho escreveu vários artigos em jornais, chamando o político Barbalho de "aquele moleque". Era como o coronel Passarinho dirigia-se ao político Barbalho, inclusive como governador eleito.

Observa-se que havia um voluntarismo incontestado de alguns militantes nesse processo, como demonstra o depoimento do Sociólogo **Mariano Klautau**:

"(...) tal era a garra, estou dando esse exemplo porque nós não ganhávamos nada. Abandonei o serviço, meu escritório, era vendedor de tudo, todo mundo abandonou tudo. O companheiro Pedro Galvão de Lima, já estava com sua vida feita no Rio de Janeiro, abandonou tudo para ser o assessor de campanha do Jáder. Dantas também veio aventurar. Enfim, toda uma história, todo um passado que cada um de nós, pela primeira vez depois de 20 poucos anos, a gente podia pintar o rosto, podia fazer comércio, podia falar com toda aquela garra pela democratização. Ninguém queria saber. Se o Jáder tivesse perdido, todos estávamos retornando à "estaca zero" porque perdemos emprego, tudo⁷¹." (Informação Verbal)

4.1 - Perfil Político do Governo no Período - Março de 1983 a Março de 1987

Apresentar-se-á, de forma condensada, uma exposição da administração estadual, suas ações e omissões com pronunciamentos, mensagens e manifestações que sugerem um cenário de lutas políticas que permite posturas e compromissos assumidos diante de alguns temas e questões relevantes para o Estado.

O Programa de Governo Jáder Barbalho para o quadriênio março de 1983 a março de 1987, apresentou diretrizes setoriais elaboradas por grupos de áreas afins: agricultura e abastecimento; a questão urbana; habitação; transporte; educação; saúde; saneamento; meio ambiente; cultura; política mineral; política agrária.

⁷⁰Id.

⁷¹Depoimento concedido à autora pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1993.

Tão logo assumiu o governo, Jáder Barbalho estabeleceu como diretrizes básicas de sua administração para o sistema fazendário estadual, três metas fundamentais: ampliação da arrecadação, tendo em vista a necessidade de financiar com recursos próprios, não somente o custeio da máquina administrativa, mas também um vasto e diferenciado programa de investimentos; aprimoração do controle de gastos públicos, objetivando estabelecer critérios para garantir maior eficácia na alocação de recursos e, finalmente, a ampliação da capacidade de pagamento do Pará, permitindo o seu endividamento responsável e considerando a absoluta impossibilidade do Governo estadual financiar, com recursos próprios, a execução de projetos de grande envergadura, especialmente nas áreas de saneamento (abastecimento de água), energia e transporte (abertura e recuperação de estradas)⁷².

a) Os Partidos, os Eleitos e os Nomeados

O Diretório Regional do PDT no Pará foi organizado pelo político e escritor paraense Benedito Monteiro. Este organizou o diretório nos municípios, em virtude da Lei Eleitoral decretar a obrigatoriedade de determinado número de diretórios regionais no Estado para que o partido tivesse registro. Nessa época, a figura do governador Leonel Brizola não era expressiva em termos numéricos no Norte, dificultando a organização do PDT. Foi organizado, portanto, em função do nome do político Benedito Monteiro. Nas eleições de 1982, o PDT não tinha candidato a governador nem condições de eleger a legenda como os outros partidos. Isto em decorrência da lei de cassação. Anterior a este fato, as forças das esquerdas, sem exceção no Pará, como PT, PCdoB, PCB, MR8, inicialmente lançaram a candidatura do político Benedito Monteiro ao governo do Estado.

Com a saída do candidato ao governo do Estado, Benedito Monteiro do PDT o partido ficou acéfalo por algum tempo. Várias pessoas assumiram a direção do partido, mas não deram continuidade. Ficou um partido sem expressão até que o médico e pecuarista Giovani Queiroz foi para o PDT, assumindo a sua direção fazendo ressurgir o partido.

A eleição para o governo do Estado foi ganha pelo PMDB. A Tabela 8 demonstra esse resultado.

⁷²JORNAL DE CAMPANHA DO PMDB. JÁDER. É a vez do povo ganhar. 1982.

TABELA 8
VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR
PARÁ - 1982

Partido	Candidatos	Total dos Votos	% dos Votos	
			Válidos	Total
PMDB	Jáder F. Barbalho	501.605	47,99	45,61
PSD	Oziel R. Carneiro	461.969	44,20	42,01
PT	Hélio V. Dourado	11.010	1,05	1,00
PTB	Mario N.M. Sampaio	7.214	0,69	0,66
Branco	-	63.365	6,06	5,76
Votos Válidos	-	1.045.163	100	95,03
Nulos	-	54.631	-	4,97
Total de Votos	-	1.099.794	-	100,00

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Brasília. Tribunal Superior Eleitoral, 1988.

Obs.: O Pará compunha-se de 87 municípios.

Das eleições disputadas (1982-1986) para o governo do Estado, o PMDB foi o vitorioso. Nessas eleições, os candidatos do PMDB polarizaram com os do PDS (1982) e PMB(1986). Esses confrontos reafirmaram, assim, a cultura política paraense bipartidária e a tradição de confrontos ideológicos do Estado.

O deputado federal Jáder Fontenelle Barbalho é eleito governador do Estado do Pará para o período 1983-1987, sendo votado por 501.605 paraenses entre capital e interior. Os candidatos, nesta eleição, disputaram o voto de 1.475.009 eleitores⁷³.

O resultado eleitoral, como se observa na Tabela 8, revela uma polarização entre o PMDB e PDS, que juntos somaram 87,62% dos votos apurados contra 1,66% atribuídos ao PT e PTB.

A vitória para o governo do Estado coube ao candidato Jáder Barbalho do PMDB com uma margem de diferença de 45,61% sobre o segundo colocado 42,01% candidato do PDS. Esta eleição marcou o início da hegemonia do PMDB no Pará.

⁷³BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 1988.

O governador Jáder Barbalho e seu vice Laércio Dias Franco vencem a eleição por 39.636 votos, considerada uma vitória apertada, difícil, segundo as previsões. O governador Barbalho definiu seu governo como de conciliação. Em 1983, a população do Estado era de aproximadamente quatro milhões de habitantes, crescendo, em média, cerca de cinco por cento ao ano. E para o Senado, a vitória foi também do PMDB, retratada na Tabela 9 abaixo.

TABELA 9
VOTAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL
PARÁ - 1982

Partido	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
PMDB	Hélio M. Gueiros	225.120	21,78	474.298	43,13
	João P. Menezes	176.124	17,04		
	Itair Sá da Silva	73.054	7,07		
PDS	Jarbas G. Passarinho	445.628	43,12	445.628	40,52
	Carlos A.L. de Alcantarino	-	-		
	Francisco R.C. Lobato	-	-		
	Manuel F.F. de Almeida	10.436	1,01		
PT	Oreste P. R. de Oliveira	-	-	10.436	0,95
	Miguel E. S. Silva	-	-		
PTB(1)	Carlos Costa de Oliveira	6.812	0,66	6.812	0,62
	Maria de Fátima F. Silva	-	-		
Branco	-	96.226	9,31	96.226	8,75
Votos Válidos	-	1.033.400	100,00	1.033.400	93,96
Nulos	-	-	-	66.394	6,04
Total de Votos	-	-	-	1.099.794	100,00

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Brasília. Tribunal Superior Eleitoral, 1988. (1) O T.R.E. registrou apenas um suplente.

O resultado eleitoral para o Senado acompanhou, por conta da vinculação dos votos, a votação do candidato a governador. Esta vinculação prejudicou os partidos organizados como PTB, PDT e PT. A eleição para Senador assume um caráter personalístico mais acentuado do que para deputado. Apesar do bom desempenho eleitoral na disputa para o Senado em 1982, o PMDB manteve a média nas eleições proporcionais como se pode observar nas tabelas subsequentes. Com toda a queda eleitoral que o PDS sofre no período, este mantém-se ainda com uma razoável representação. O PMDB, com

uma votação expressiva no Estado para Senador, tem uma porcentagem inferior à de deputado federal e estadual.

Para o Senado foi eleito o peemedebista Hélio da Mota Gueiros que tinha como candidatos da sub-legenda do PMDB o deputado federal João Menezes e o advogado Itair Silva. O candidato único do PDS, tentando a reeleição ao Senado, o Senador Passarinho o candidato mais votado individualmente apesar de não ter sido eleito. O Senador Gueiros, deputado federal no final da década de 60 ressurgiu na política paraense nas eleições de 1982.

Os eleitos para a bancada federal demonstrados através da Tabela 10 com seus respectivos partidos e percentuais de votos.

TABELA 10
DEPUTADOS ELEITOS PARA A CÂMARA FEDERAL
PARÁ - 1982

Partido	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
PMDB	Fernando Coutinho Jorge	63.040	6,18	453.296	41,22
	Dionísio J. Hage	60.274	5,91		
	Oswaldo B. de Carvalho	49.908	4,89		
	Carlos A. A. Vinagre	45.395	4,45		
	José R. Campos de Souza	43.412	4,26		
	Domingos J.N. de Souza ⁷⁴	41.722	4,09		
	Ademir G. Andrade	39.311	3,85		
	Vicente de Paula Queiroz	29.626	2,91		
PDS	Lúcia D. Viveiros	69.384	6,80	429.526	39,06
	Manoel N. S. Ribeiro	65.885	6,46		
	Gérson S. Peres	54.465	5,34		
	Sebastião Curió R. Moura	49.529	4,86		
	Antonio N. Amaral	36.866	3,61		
	Oswaldo S. Melo	34.283	3,36		
	Jorge W. Arbage	25.624	2,51		
Branco	-	117.638	11,54	117.638	10,70
Votos Válidos	-	1.019.827	100,00	1.019.827	92,73
Nulos	-	-	-	79.967	7,27
Total de Votos	-	-	-	1.099.794	100,00

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982.
Brasília. Tribunal Superior Eleitoral, 1988.

Obs.: O PT e o PTB não obtiveram o quociente eleitoral

Os números referentes à disputa proporcional foram, por conta da vinculação obrigatória dos votos, semelhantes aos do cargo majoritário. O candidato eleito com maior votação foi a candidata à deputada federal pelo PDS, Lúcia Viveiros, com 69.384 votos. Esta deputada já tinha conquistado um eleitorado pessoal pelo trabalhossistencialista que desenvolveu ao longo dos anos no Estado.

Na Tabela 11, a representação paraense na Assembléia Legislativa estava assim constituída nesse período.

⁷⁴O deputado Domingos Juvenil afastou-se da Câmara Federal para assumir a chefia da Casa Civil do Governo do Pará, no período de 1985 a 1986.

TABELA 11
DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PARÁ - 1982

Partido	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
PMDB	Maria de Nazaré Barbosa	33.818	3,35	443.209	40,30
	Nilson Célio G. Sampaio	32.422	3,21		
	Antonio Alves Teixeira	19.929	1,98		
	Nicias Lopes Ribeiro	16.757	1,66		
	Paulo R. de Souza Matos	15.131	1,50		
	Marinadir J. M. Santos	14.545	1,44		
	Amílcar B. Moreira	13.831	1,37		
	Alcides M.T. Correa	13.425	1,33		
	Hermínio Calvino Filho	13.192	1,31		
	Paulo C. Fonteles de Lima	13.039	1,29		
	Manoel G. S. Guerreiro	12.613	1,25		
	Lucival de Barros Barbalho ⁷⁵	12.513	1,24		
	Luis M. de Jesus Soares	10.645	1,06		
	José Guilherme S. Ribeiro	10.504	1,04		
	Edson Souza Batista	10.332	1,02		
	Aldo Bernal de Almeida	10.083	1,00		
	Eladyr Nogueira Lima	10.001	0,99		
	Romero Ximenes Ponte	9.910	0,98		
	Mario Moraes Chernomt	9.597	0,95		
	José Itamar P. Francez	9.595	0,95		
	Ronaldo Passarinho P. Souza	41.103	4,07		
	Eloy A. de O. Santos	20.412	2,02		
	Milton dos Santos Peres	16.621	1,65		
	Fernando José Bahia	13.860	1,37		
Hebert Matos Verissimo	13.451	1,33			
Paulo Imbiriba	12.142	1,20			
Aziz Mutran Neto	11.919	1,18			
PDS	Carlos Antonio Estácio	11.583	1,15	414.174	37,66
	Antonio Edson da S. Matoso	11.352	1,13		
	José Alfredo S. Hage	11.167	1,11		
	Fausto Fernandes	11.066	1,10		
	Flávio Cezar Franco	11.006	1,09		
	Antonio da Silva Pereira	10.336	1,02		
	Haroldo Costa Bezerra	10.319	1,02		
	Victor Hilário da Paz	9.796	0,97		
	Álvaro de Oliveira Freitas	9.498	0,94		
	Almir Tavares Lima	9.105	0,90		
	Guaracy Batista da Silveira	8.960	0,89		
	Aldebaro B. R. Klautau	8.599	0,85		
	Branco	-	-		
Votos Válidos	-	100,00	1.008.665	91,71	
Nulos	-	-	91.129	8,29	
Total de Votos	-	-	1.099.794	100,00	

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos; eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Brasília. Tribunal Superior Eleitoral, 1988.

Obs. O PT e o PTB não obtiveram quociente eleitoral.

⁷⁵ O presidente da Assembléia Legislativa para o biênio 1983-1984 foi o deputado Lucival Barbalho eleito pela chapa do PMDB.

A composição partidária do legislativo mostra que o PMDB e PDS eram majoritários no período considerado. Como legendas secundárias apareciam o PT e PTB, dado, porém, que a tendência dessas legendas era o PTB compor-se com o PMDB. O PT continua sendo oposição aos partidos mais de centro e ao governador do Estado também.

As eleições municipais têm sua atenção voltada por parte do eleitorado de forma personalizada na pessoa do prefeito. O voto para prefeito e vereadores tem características bem marcantes que são valores revestidos de ausência político-partidária e conseqüentemente, menos ideológico; pragmático; personalistas e clientelistas. Resultando para o legislativo municipal as "máquinas" eleitorais mobilizarem eficientemente o voto, mas não conseguem ainda hoje orientar a votação para cargos majoritários, principalmente para cargos federais.

TABELA 12
PREFEITOS E VEREADORES ELEITOS POR PARTIDO
PARÁ - 1982

Partido	Número de Prefeitos		Número de Vereadores	
	ABS	%	ABS	%
PMDB	72	82.76	461	63.15
PDS	5	5.75	216	29.59
PFL	-	-	34	4.66
PDT	-	-	5	0.68
PT	-	-	5	0.68
PTB	-	-	3	0.41
Sem Partido	10	11.49	6	0.82
Total	87	100	730	100

Fonte: Governo do Estado do Pará. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, junho, 1987.

A votação nos municípios paraenses esteve dentro da tendência eleitoral pela força do voto vinculado. Entretanto, o que sobressai é a porcentagem muito maior de votos obtidos pelos candidatos a prefeito e vereador do PMDB que ultrapassava em 82,76% de votos obtidos pelo PDS. No âmbito municipal do Estado do Pará, o PMDB elegeu 72 prefeitos e 461 vereadores.

Para Prefeito de Belém, inicialmente, o Governador Jáder Barbalho nomeou o empresário

empresário Oziel Carneiro, este, candidato do Senador ao governo do Estado.

Em contrapartida a essas afirmações, o Dr. **Nelson Ribeiro** diz sobre a aliança:

"Alacid foi o governador de Estado que rompeu com o presidente Figueiredo. Então, este determinou a todo o Serviço Público Federal que criasse embaraços ao Governo Estadual do Pará, porque o Sr. Alacid era um revolucionário traidor, pois não cumpria as ordens da "revolução". Encostado na parede dessa maneira o governador, para sobreviver, a primeira coisa que fez foi o acordo formal. Houve documento sobre a formalidade da aliança com o Jáder, que era um homem do PMDB querendo derrubar o golpe. Alacid contribuiu para eleger Jáder, indicando o vice-governador que foi Laércio Franco⁷⁸". (Informação Verbal)

O apoio do Alacid ao Barbalho foi fundamental pois este, enquanto governador do Estado, conseguiu mobilizar a máquina administrativa em defesa da candidatura do governador Barbalho.

O PDS, fundado e organizado em 1980, sucedeu a ARENA, não mantendo o perfil do partido antecessor. O processo de abertura política fragilizou-o. Este manteve aliança com o PTB até 1985. Partido de herança autoritária, adotou uma série de medidas casuísticas, com o objetivo de descaracterizar o processo eleitoral. No Pará, o PDS está comprometido com os setores mais retrógrados da política local. O personagem de maior prestígio no Estado e a nível federal, o Senador Jarbas Passarinho, que integra a chamada "nova direita", grupo mais intelectualizado do partido. Conquistou apoio do governador Jáder Barbalho, atendendo solicitação do presidente José Sarney, derrotando seu adversário local, o ex-governador Alacid Nunes.

Caracteriza este processo a ascensão de uma nova geração na política paraense. Durante esta mesma década, esta geração começou a mesclar-se com as gerações anteriores de políticos, reforçando o continuismo dos interesses conservadores com a eleição dos colaboradores do regime militar e dos defensores dos interesses das oligarquias. Este processo refletiu-se nas eleições seguintes quando o governador Barbalho praticamente ressuscitou o coronel Passarinho, dando um apoio fundamental para este eleger-se Senador em 1986. Portanto, houve uma série de alianças e rompimentos no processo, envolvendo pessoas dessa nova geração de políticos, incluindo o empresário Said Xerfan, ideologicamente vinculado às forças conservadoras.

A aliança feita em 1982 com os partidos clandestinos e o PMDB para eleger o governador foi um acordo nacional. Depois, o PMDB passa de um partido quase social-democrata para um

⁷⁸ Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

"cinturão de transmissão" de interesses oligárquicos⁷⁹, descaracterizado, fruto da redemocratização do país que fez voltar o PCB, PCdoB, toda a esquerda clandestina que se filiava naquelas alianças com o PMDB. Os partidos clandestinos, agora legalizados, passam a ter seu corredor próprio de expressão. Com isso, ampliou-se a faixa legal de protesto, de propostas, de candidaturas fortes, retornando o PMDB ao seu perfil de partido de centro direita.

O PFL até então era um grupo dissidente que estava no PDS, surge em junho de 1984, sendo fundado oficialmente em janeiro de 1985 na sucessão presidencial (eleição Tancredo e Sarney). A política no Pará continuou, naquele primeiro período do governo Barbalho, entre jaderistas e alacidistas contra jarbistas. As esquerdas, por tradição, ficaram ao lado do governador Barbalho, já que as representavam. Quando ocorreu o problema do Colégio Eleitoral para a eleição do Tancredo Neves, o ex-governador Alacid queria tutelar o governo do Barbalho. Este aproveitou-se do momento político e rompeu com Alacid, mandando para o colégio eleitoral membros de sua inteira confiança que votassem no candidato Tancredo Neves.

Com o rompimento de Barbalho e Alacid, três correntes políticas no Pará se estabelecem: jarbistas, alacidistas e jaderistas, isso até as eleições de 1986.

Este processo político local de rompimento da aliança, segundo o Dr. Nelson Ribeiro consiste,

"(...) assumindo o poder, Jáder procurou não ficar ligado ao ex-governador. Isso não deu maiores problemas, continuavam entrosados. Quando tiveram que confrontar as suas lideranças no Pará, foram começando a romper na medida em que Alacid queria influenciar aqui e acolá e Jáder não aceitava. Em 1986, Jáder lançava Hélio candidato a governador, enquanto renunciava para ser candidato a Senador, assumindo o governo do Estado o "homem do Alacid". Para isto, Jáder costurou uma aliança pela qual Laércio Franco assumiria, permanecendo todo mundo no mesmo "barco", apoiando Hélio. Quando Jáder é informado que Alacid pretendia lançar-se candidato a governador contra Hélio, assim que Jáder se desicompatibilizasse para ser candidato ao Senado, decidiu manter-se no governo com a "máquina do Estado na mão". Foi por este incidente político que se formalizou o rompimento. Alacid teve que conformar-se com um mandato de deputado federal⁸⁰". (Informação Verbal)

Durante a formação do governo Tancredo Neves, o governador Jáder Barbalho não fez nenhuma composição. Sua estratégia foi de fortalecer cada vez mais o PMDB e estar numa posição de força quando chegasse o momento da negociação, de composição com o PFL ou com o PDS. Neste caso, o ex-governador Alacid Nunes, se quisesse uma coligação, teria que abdicar

⁷⁹Sobre o assunto, ver HAGOPIAN, F. 1986.

⁸⁰Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995

de candidatar-se ao governo do Estado ou de ter participação direta no primeiro escalão da administração federal na região. O governador Barbalho fechou ardorosamente com a candidatura Tancredo Neves para a Presidência da República, tanto que foi o único governador durante a campanha que esteve presente ao palanque em todos os comícios realizados ao lado do candidato Tancredo Neves.

c) A "Modernidade Conservadora" - Fraude Eleitoral

A Legislação Eleitoral da Primeira República permitia que os coronéis exercessem controle total sobre os mecanismos eleitorais, afirmação constatada por Leal (1976, p. 166):

"(...) a primeira era praticada pelas mesas eleitorais com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena toda poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das Câmaras Legislativas no reconhecimento dos poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na aprovação final".

Ao se falar em processo eleitoral no Brasil e, particularmente no Pará, a fraude eleitoral é um fenômeno presente em todos os períodos eleitorais. Tupiassú (1964, p. 27) define o que é fraude:

"(...) por este nome, que passou entre as camadas populares do Pará a ser sinônimo de fraude eleitoral, entende alteração fraudulenta dos mapas que computam os resultados de diversas urnas apuradas por uma Junta".

Nas eleições de 1982, o candidato a deputado federal pelo PMDB, **Benedito Monteiro**, teve uma expressiva votação sem ter sido eleito. Assim expressa-se:

"Em Belém tive quase dezessete mil votos, e, em todo o Estado, um total aproximado de vinte cinco mil votos. Mas, na hora da minha votação, quando Belém estava jorrando votos com o meu nome, tinha urnas, por exemplo que dava noventa a cem votos em Belém. Quando estava havendo este jogo de votos com o meu nome, Jáder veio comigo e pediu-me para ir resolver a questão de Marabá. Hoje está provado e comprovado, acabei não sendo eleito em 1982. Fui candidato a deputado federal e o objetivo das forças que me apoiavam era me eleger. Quando chegou na hora, houve a fraude. Roubaram os votos de Belém e do interior. Se roubaram de Belém que eu tinha o controle, do interior desapareceram completamente. O Jáder deve-me a eleição dele as vezes, primeiro por eu ter aberto a minha candidatura; segundo pelo serviço que fui prestar a ele em Marabá. A minha presença em Marabá foi fundamental, pois, caso contrário, Jáder teria perdido a eleição. Estou revelando isso pela primeira vez porque é para a história⁸¹".(Informação Verbal)

⁸¹Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, agosto de 1993.

A fraude eleitoral é um fato recorrente nas eleições no Pará. O "voto de cabresto" e a "troca de voto" nos grandes percursos (devido às distâncias e às dificuldades de transporte) são situações tácitas que exemplificam este fato.

Hoje acrescenta-se a questão do domínio da tecnologia por uns poucos. É a prática recorrente da política partidária local, denominada de "modernidade conservadora".

Este trecho do depoimento do político **Benedito Monteiro** demonstra como são distribuídos os cargos públicos e a composição do Secretariado:

"O Jáder disse que não me preocupasse que ele nomearia um dos deputados eleitos, por exemplo o Vinagre, para ser Prefeito de Belém ou Vicente Queirós que seria Secretário de Justiça. Enfim, ele nomearia alguém, assegurando a minha vaga como deputado. Não aconteceu nada disso, ele não convidou ninguém para ocupar cargo algum. Ele julgou-se na obrigação de me convidar para o secretariado dele. Só que, quando ele me convidou, não tinha mais Secretaria, havia sobrado a Secretaria do Interior e Justiça. Ele disse: "olha Bené, reservei para ti a Secretaria do Interior e Justiça". Disse a ele: é a única que não quero, porque está Secretaria não é uma Secretaria política, e eu sou um político⁸². (Informação Verbal)

Na primeira parte do esclarecimento, não há dúvidas quanto às qualidades do candidato, pois eram inquestionáveis a nível popular. Mas, logo depois, entra na política da barganha de cargos, admitindo inclusive acordos e interesses antes negados, confirmando a manipulação da máquina do Estado pelo seu dirigente.

De 1983 até metade de 1986, Benedito Monteiro assume o cargo de Procurador Geral do Estado. Nesse período aguarda que o governador Barbalho nomeie algum deputado federal para que ele assuma a Câmara Federal que era o seu objetivo. Com a eleição dos deputados federais, Fernando Coutinho Jorge e Ronaldo Campos, para prefeito de Belém e Santarém respectivamente, o político Benedito Monteiro assume o mandato como deputado federal em 1986, já que tinha ficado na primeira suplência, na eleição de 1982⁸³.

Em 1985 ocorreram as eleições diretas para prefeitos das capitais. O candidato do PMDB para a Prefeitura de Belém foi o deputado federal Fernando Coutinho Jorge, economista, empresário rural, professor da Universidade Federal do Pará, Secretário Geral do Instituto do Desenvolvimento Econômico - Social do Pará. Participou administrativamente durante os

⁸² Id.

⁸³ Na segunda suplência para a Câmara Federal na eleição de 1982 ficou o deputado Arnaldo Moraes do PMDB, assumindo a cadeira do deputado Fernando Coutinho Jorge.

governos da ditadura como Secretário de Planejamento e Coordenação Geral na gestão do Aloisio Chaves, do Alacid Nunes, do Fernando Guilhon. Membro do Conselho Superior da SUDAM. Indicado pelo Governador Jáder Barbalho, constituiu-se num forte candidato em virtude das circunstâncias do governo em dispor do poder. Ao assumir tantos cargos públicos, floresceu como político vinculando-se ao PMDB. Com o apoio do Governador Jáder Barbalho saiu-se vitorioso nas eleições para prefeito⁸⁴.

d) Situação Política do Jáder Barbalho a partir de março 1987

No governo do presidente José Sarney, o governador Jáder Barbalho assumiu a pasta do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), de setembro de 1987 a julho de 1988, em substituição ao ex-ministro Marcos Freire, morto em desastre de avião no município de Carajás no Estado do Pará.

Entre as primeiras providências tomadas pelo Ministro Jáder Barbalho, destaca-se a descentralização da Reforma Agrária no Pará. Para isso assinou convênio com o governo paraense (ainda mantinha aliança com o governador Hélio Gueiros), para tornar possível a implementação do programa de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Argumentou o Ministro que o Estado possuía mecanismos para promover a infra-estrutura básica nas áreas de assentamento, assim como todos os outros Estados do país.

Outras medidas tomadas:

- Decreto-Lei da Presidência da República, extinguindo o INCRA e transferindo para o MIRAD a parte executiva da Reforma Agrária, criando uma nova autarquia;
- Criação da autarquia Instituto Jurídico de Terras Rurais.

Ao deixar o Ministério, o Ministro Barbalho desapropriou mais de dois milhões de hectares de terras, viabilizou cerca de 50 mil assentamentos, proporcionando a posse do solo e a esperança de trabalho para alguns milhares de cidadãos.

⁸⁴Para a Presidência da Assembléia Legislativa foi eleito o deputado estadual do PMDB, Herminio Calvinho Filho, para o biênio 1985-1986.

O Tribunal de Contas da União, através de relatório, concluiu que o Ministro Jäder Barbalho deverá devolver aos cofres da União Cr\$159,610 bilhões por irregularidades cometidas no MIRAD⁸⁵.

Para substituir o Ministro Renato Archer na pasta da Previdência e Assistência Social, Jäder Barbalho foi nomeado em julho de 1988.

Providências tomadas ao assumir:

- Liberação de verba para a Prefeitura de Belém;
- Liberação de verba para revitalizar o Pronto Socorro Municipal;
- Repasse de verba para a Santa Casa de Misericórdia do Pará;
- Assinatura de convênio com a Universidade Federal do Pará para a construção do Hospital Universitário;
- Assinatura da Portaria estabelecendo normas complementares para o funcionamento do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde, (Suds)⁸⁶.

O governador Jäder Barbalho foi um dos poucos Ministros que ficou até o final do mandato e término do governo Sarney, março de 1980. Retornou ao Pará para ser candidato novamente ao governo do Estado no processo eleitoral de 1990.

⁸⁵O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu como "ilegítimo" o pagamento dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) de terras adquiridas para fazer a reforma agrária.

O documento do T.C.U atesta que houve "interno desacato à legislação nas desapropriações e compra de terras, falta de pareceres técnicos, superfaturamento dos preços e aquisição de áreas impróprias para a agropecuária."

Como confirmação desse parecer, o INCRA através de relatório mostrou o "completo abandono das áreas desapropriadas, onde nenhum assentamento foi efetivamente implantado."

Em onze meses no comando do MIRAD, o ex- governador paraense foi responsável por 71% de todos os TDAs emitidos desde a criação do título, 1964.

Estas informações encontram-se publicadas no JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 29.06.1993.

⁸⁶Sobre a gestão de Jäder Barbalho como Ministro da Previdência e Assistência Social, há uma série de acusações contra ele, principalmente de corrupção, devidas a algumas irregularidades na compra de material hospitalar superfaturado, levando o SNI a elaborar um dossiê sobre a sua vida pública. Ver sobre o assunto a REVISTA VEJA, São Paulo, junho de 1989.

5 - As Eleições de 1986 no Pará

5.1 - A Competição Eleitoral

O jornal "O Liberal" nasceu como um veículo de comunicação do Partido Social Democrático (PSD). O General Magalhães Barata montou este jornal para servir aos interesses do partido. Hélio Gueiros foi o principal jornalista-repórter da imprensa partidária, tendo mantido estreita relação com o General Barata.

A partir de então, o líder político fortalece seu papel dentro do espaço público⁸⁷. Adquirido pelo jornalista Rômulo Maiorana, que o transformou numa imprensa sem característica de partido, Gueiros era o jornalista predileto do General Barata. Dizia-se ser um dos poucos jornalistas a ter acesso direto ao General, um jornalista em quem este tinha total confiança.

O jornalista Hélio Gueiros foi deputado estadual e federal pelo PSD cassado em 1968 pelo Ato Institucional Nº5. Foi eleito Senador pelo PMDB de 1983 a março de 1991. Deixa o Senado na metade do mandato em 1987 para ser governador do Estado pelo PMDB, recebendo o apoio do governador Jáder Barbalho. Em 1986, o governador Barbalho começava a compor aliança com o coronel Jarbas Passarinho. Apoiava os candidatos ao Senado Almir Gabriel, Fernando Coutinho Jorge e Jarbas Passarinho. Consta-se que o clientelismo político é muito forte, essas transações políticas eleitorais vão presidindo o processo decisório⁸⁸.

O governador Barbalho para derrotar o ex-governador Alacid, aliou-se ao coronel Passarinho. Este, ao ser "desarquivado," é eleito Senador, derrotando Alacid, candidato ao Senado pelo PDS. Elegeu também o governador Gueiros, praticamente sem nenhuma oposição. Disputando com Gueiros o governo do Estado estava o Senador João Menezes do PDC. Suplente do Senador Gueiros, se perdesse a eleição ganhava o Senado. O outro candidato ao governo do

⁸⁷Sobre a "Comunicação Política através das Mídias" ver WOLTON, D. 1994.

⁸⁸Como Senador, Hélio Gueiros "defendeu todos os atos de Jáder, chegando a obstruir sessões apenas para garantir a aprovação de empréstimo externo solicitado pelo Estado. Ele participou da negociação do maior empréstimo feito pelo governo Jáder Barbalho, de 102 milhões de dólares, que o Senado autorizou a ser contraído em setembro de 86, um pouco antes da eleição que fez de Gueiros governador. A Construtora Andrade Gutierrez fora a responsável pela obtenção desse dinheiro junto às agências do Banco do Brasil em Grand Cayman e em Nassau. Dos US\$ 102 milhões, US\$ 47,2 milhões seriam para as obras das rodovias BR-222 (de Marabá à Belém-Brasília) e PA-150, beneficiando a Andrade Gutierrez. Os restantes US\$ 55 milhões serviriam para a construção da hidrelétrica de Aparai, na margem esquerda do Rio Amazonas, onde a Gutierrez provavelmente também entraria. Uma parcela de 20% seria reservada ao uso pessoal do governador." JORNAL PESSOAL. Belém, 1992.

Estado era o presidente do Sindicato dos Bancários, Carlos Levy, do PMB que não constituía nenhuma ameaça. Na ânsia de conquistar o eleitorado, denegriu os concorrentes. O economista Nazarenho Noronha também candidato pelo PT, não conseguiu expressar os anseios dos trabalhadores.

5.2 - Quadro Político do Governo no Período - Março de 1986 a Março de 1991

a) Os Partidos, os Eleitos e os Nomeados em 1986

O Governador Hélio Gueiros acompanhou a transformação política no Estado do Pará.

Nas eleições de 1986, o PSD volta ao poder. O fundador do MDB no Pará foi o jornalista Laércio Barbalho, deputado estadual pelo PSD cassado em 64, e pai do Jáder Barbalho, que também participou da fundação do MDB, ou seja, Gueiros e Barbalho são ex-PSD.

O governador Hélio da Mota Gueiros e o vice, Herminio Calvinho Filho, eleito governador do Estado do Pará para o período 1987 a março de 1991, recebem a faixa do seu amigo e correligionário político, Jáder Barbalho. No seu discurso de posse, o governador Gueiros saudou seu antecessor como "um estadista" e disse estar recebendo o governo de "mãos honradas, eficientes e zelosas⁸⁹".

A análise das forças políticas serão feitas, com base nos dados apresentados na Tabela 13.

A disputa pelo governo estadual, ao contrário de 1982, pelo menos formalmente, assumiu uma configuração multipartidária. Nesta eleição, as alianças que se tornaram uma constante no processo político paraense mostra a sua força eleitoral no Estado, dando uma vitória expressiva ao PMDB.

⁸⁹A composição das Secretarias de Estado deu-se de forma bastante eclética, tendo como critério fundamental a amizade, provocando com isso a acumulação de cargos. Como exemplo, cita-se o Coronel da Polícia Militar Hércules José da Silva, diretor do DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado do Pará), que, após o afastamento da presidente Adelaide Júlia de Lima Soares da FBESP (Fundação do Bem-Estar Social do Pará), assume a presidência da Fundação, continuando na direção do DETRAN.

TABELA 13
VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR DO ESTADO
PARÁ - 1986

Partido/coligação	Candidatos	Total de Votos	% dos Votos	
			Válidos	Total
MDP ⁽¹⁾	Hélio M. Gueiros	707.536	48,82	46,27
PMB	Carlos N. Levy	186.053	12,84	12,17
PFL	João P. Menezes	139.724	9,64	9,14
PT	Mario Nazareno Noronha	57.576	3,97	3,77
Branços	-	350.289	24,72	23,43
Votos Válidos	-	1.449.178	100	94,77
Nulos	-	79.942	-	5,23
Total de Votos	-	1.529.120	-	100

Fonte: Governo do Estado do Pará. Coordenadoria de Estatística Estadual. Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, junho, 1987.

⁽¹⁾Coligação MDP (PMDB, PTB, PCB, PC DO B, PDS).

As alianças eleitorais articuladas pelo governador de então, Jäder Barbalho, bem como a popularidade nacional que o PMDB atravessava naquele momento por conta do Plano Cruzado, garantiram, como se poderá constatar comparando as Tabelas 8 e 13, o crescimento eleitoral da legenda. Nesta eleição não existe o predomínio de uma legenda partidária, mas sim o da Coligação MDP (Movimento Democrático do Pará). Verifica-se que os resultados eleitorais no Estado do Pará muito pouco afastam-se do consenso geral. Os candidatos do PMDB venceram por larga margem de votos, demonstrando que suas bases tinham sido montadas eficazmente durante o período anterior de 1986.

Estas eleições para governador do Estado foram uma espécie de teste para o então governador Jäder Barbalho. Neste pleito, os eleitores tinham praticamente uma opção que era o candidato da Coligação MDP que contou com o apoio ostensivo do governo do Estado que tinha a seu favor todo o aparato do Estado e o partido (PMDB). O segundo candidato, Carlos Levy (PMB), tinha poucas possibilidades de vitória. Nessa eleição houve a união da maioria das facções políticas do Estado em torno da candidatura do Senador Hélio Gueiros. Isto é, os acordos foram efetuados de modo a dar a maioria eleitoral para o candidato peemedebista. Seus principais adversários foram os candidatos Carlos

Levy(PMB) e João Menezes(PFL), que juntos, somaram 21,31% dos votos contra 46,27% atribuídos ao candidato Hélio Gueiros. (Tabela 13)

Os candidatos, neste pleito, disputaram o voto de 1.748.332 eleitores.⁹⁰

A evolução dos votos brancos e nulos não garante, no entanto, a interpretação de que o índice crescente de comparecimento às urnas corresponda à redução desses votos (brancos e nulos). O retorno do multipartidarismo na eleição de 1986, com crescimento do número de partidos e permitindo alianças/coligações tornam mais complexa a decisão eleitoral para o eleitor. O mesmo eleitor que votou e elegeu o candidato da Coligação MDP para o governo do Estado (46,27%) porém, votou em branco ou anulou o voto na eleição para o Senado Federal (45,81%). Tabela 14.

Apesar do Governador Hélio Gueiros ter sido eleito por uma coligação (PTB, PCB, PCdoB e PDS) comandada sobretudo pelo PMDB, através do governador Barbalho, os políticos eleitos nesse período ficaram insatisfeitos com a autonomia do governador Gueiros, a ponto de fazerem pronunciamentos na Assembléia Legislativa do Estado.

Os eleitos para o Senado em 1986 são apresentados na Tabela 14 com seus respectivos partidos, coligações e percentuais de votação.

⁹⁰BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, 1989.

TABELA 14
VOTAÇÃO PARA O SENADO FEDERAL
PARÁ - 1986

Partido/Coligação	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
MDP ⁽¹⁾	Almir J. O. Gabriel ⁹¹	463.774	16,81	1.155.346	37,78
	Jarbas G. Passarinho ⁹²	336.041	12,18		
	Vicente P. Queiroz	177.124	6,42		
	Oziel R. Carneiro	115.564	4,19		
	Aldebaro C.M. Klautau Filho	62.843	2,28		
PFL	Alacid S. Nunes	191.910	6,96	255.656	8,36
	Clovis F. Costa	35.964	1,30		
	Aziz Nutran Neto	27.782	1,01		
PT	Alvelino Ganzer	73.115	2,65	131.122	4,29
PMB	Roberto M. Cortez de Souza	58.007	2,10	115.183	3,77
	Hélio V. Dourado	60.195	2,18		
	Maria do Socorro S. Leão	54.988	1,99		
Branco	-	1.101.842	39,93	1.101.842	36,03
Votos Válidos	-	2.759.149	100,00	2.759.149	90,22
Nulos	-	-	-	299.091	9,78
Total de Votos	-	-	-	3.058.240	100,00

Fonte: Governo do Estado do Pará. Coordenadoria de Estatística Estadual. Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, junho, 1987

⁽¹⁾Coligação MDP (PMDB, PTB, PCB, PC DO B, PDS).

A vaga para o Senado da República ficou com o peemedebista Almir Gabriel e pessedista Jarbas Passarinho. Pertencendo à mesma Coligação MDP, suplantaram seus adversários. O pleito foi polarizado entre PMDB e PDS. A sigla que recebeu 1.155.346 votos, constituindo a maioria,

⁹¹O médico Almir Gabriel do PMDB foi o Senador mais votado do Estado. Seu suplente foi o ex-deputado federal Vicente Queiroz (PMDB). Na Assembleia Nacional Constituinte presidiu a Comissão de Ordem Nacional e votou pelos quatro anos de mandato para o Presidente Sarney.

⁹²O coronel Jarbas Passarinho, eleito Senador pelo PDS, que teve como suplente o empresário Oziel Carneiro, veio a assumir o mandato em novembro de 1990, já que o Senador Passarinho foi indicado para o Ministério da Justiça no governo Collor. O segundo suplente do Senador Passarinho foi o professor e advogado Aldebaro Klautau Filho.

foi o PMDB(em Coligação com PTB, PCdoB, PDS).

Neste ano, na eleição senatorial, a Coligação MDP obteve uma votação inferior à de 1982 para deputado federal e estadual (Tabelas 10/11).

Os deputados federais eleitos em 1986 pelo Pará para a Câmara Federal apresentam os resultados demonstrados na Tabela 15.

TABELA 15
DEPUTADOS ELEITOS PARA A CÂMARA FEDERAL
PARÁ - 1986

Partido	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
PMDB ⁽¹⁾	Ademir Galvão de Andrade	53.396	3,81	610.090	39,90
	Asdrubal Mendes Bentes	37.211	2,66		
	Amílcar B. Moreira	35.191	2,51		
	Carlos Alberto A. Vinagre	34.791	2,49		
	Domingos Juvenil N. de Souza	28.511	2,04		
	Manoel N. S. Ribeiro	26.897	1,92		
	Fernando Nilson Velasco	26.410	1,89		
	Paulo Roberto de S. Matos	24.786	1,77		
	Manoel G. Siqueira Guerreiro	24.469	1,75		
	Fausto Fernandes	24.442	1,75		
	Elieíl Rodrigues	23.294	1,66		
	Benedito W. Monteiro	20.552	1,47		
	Arnaldo Moraes Filho	19.235	1,37		
PDS	Gerson dos Santos Peres	28.179	2,01	120.464	7,88
	Jorge W. Arbage	27.145	1,94		
PFL	Aloysio da Costa Chaves	22.746	1,62	103.708	6,78
	Dionísio João Hage	20.241	1,45		
Branços	-	464.006	33,14	464.006	30,34
Votos Válidos	-	1.400.016	100,00	1.400.016	91,56
Nulos	-	-	-	129.104	8,44
Total de Votos	-	-	-	1.529.120	100,00

Fonte: Governo do Estado do Pará. Coordenadoria de Estatística Estadual. Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, junho, 1987.
Obs.: O PT, PDT e PMB não obtiveram o quociente eleitoral.
⁽¹⁾ Coligação MDP (PMDB, PTB, PCB e PC do B).

No que diz respeito à Câmara Federal, 40% dos deputados foram reconduzidos. Assim, o índice de renovação da bancada do Estado do Pará foi de 60%. (Tabelas 10/15).

Dos candidatos à deputado federal, foi Ademir Andrade (MDP) o eleito com maior número de votos, 53.396 votos, (Tabela 15). Sua reeleição deu-se com base na identificação ideológica. Integrava a esquerda do PMDB, recebendo apoio do PCdoB. Sua base eleitoral estava concentrada no sul do Pará, região conflitada por questões de terras, e contava com o apoio dos trabalhadores rurais e dos sem-terra, pela sua defesa a favor da Reforma Agrária.

Deputados eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado, estão mostrados na Tabela 16, com seus partidos e percentuais de votação.

TABELA 16
DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PARÁ -1986

Partido	Candidatos	Total de Votos		Total de Votos por Legenda	
		ABS	%	ABS	%
PMDB ⁽¹⁾	93 Carlos Jeta Kayath	21.406	1,51	597.994	39,11
	Nicias Lopes Ribeiro	19.778	1,39		
	Maria de Nazaré Barbosa	18.556	1,31		
	Alcides M. T. Corrêa	17.037	1,20		
	94 Marianadir José M. Santos	15.152	1,07		
	José Hamar Pontes Francoz	14.536	1,02		
	Fernando de Castro Ribeiro	14.498	1,02		
	Oti Silva Santos	13.841	0,97		
	Luiz M. de Jesus Soares	13.134	0,92		
	Haroldo Costa Bezerra	12.797	0,90		
	Aldebaro B. da Rocha Klantau	12.711	0,89		
	João de Deus Ferreira	12.474	0,88		
	Manoel de Jesus A. Franco	11.725	0,83		
	Wanderkoll Pasteur Gonçalves	11.636	0,82		
	Mário Moraes Chernoni	11.330	0,80		
	José F. E. do Nascimento	10.961	0,77		
	Carlos A. Cavalcante Barros	10.057	0,71		
	Hamilton F. de A. Guedes	9.812	0,69		
	Paulo Antonio Dutra	9.766	0,69		
	Nuno Alvaro Miranda	9.764	0,69		
	Agenor B. Moreira	9203	0,65		
	Raimundo N. M. de Vasconcelos	8679	0,61		
	Nilson Barros Pinheiro	8569	0,60		
Raimundo T. R. do Nascimento	8511	0,60			
João Carlos Batista	8309	0,58			
Manoel Kzani Lourenço	13.238	0,93			
José Joaquim Diogo	11.836	0,83			
PDS	Fernando José Bahia	9.717	0,68	153.066	10,01
Milton dos Santos Peres	7.674	0,54			
Ronaldo Passarinho P. de Souza	6.935	0,49			
Antonio Edson da Silva Matoso	6.606	0,46			
Guaracy Batista da Silveira	8.084	0,57			
Emílio Dias Ramos	7.813	0,55			
PFL	Raimundo José P. dos Santos	6.313	0,44	130.238	8,52
Nilson Célio Guedes Sampaio	5.743	0,40			
Antonio M. Z. Costa Filho	5.536	0,38			
PT	Valdir Ganzer	9.643	0,68	59.818	3,91
Edmilson Brito Rodrigues	5.937	0,42			
PDY	Giovanni Corrêa Queiroz	13.792	0,97	37.387	2,45
PTB ⁽¹⁾	José Rufino de Souza	9.180	0,65		
PMB	Agostinho Linhares de Souza	4.284	0,30	35.331	2,31
Branco	-	407.333	28,66	407.333	26,64
Votos Válidos	-	1.421.167	100,00	1.421.167	92,94
Nulos	-	-	-	107.953	7,06
Total de Votos	-	-	-	1.529.120	100,00

Fonte: Governo do Estado do Pará. Coordenadoria de Estatística Estadual. Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, junho, 1987.

⁽¹⁾Coligação MDP (PMDB, PTB, PCB, PC do B).

⁹³ Carlos Kayath foi o deputado estadual mais votado, assumiu a Secretaria do Trabalho e Promoção Social (SETEPS).

⁹⁴ O deputado estadual do PMDB, Marianadir Santos, foi eleito presidente da Assembléia Legislativa para o biênio 1987-1988.

Sobre a Assembléia Legislativa, 38,46% dos deputados estaduais foram reeleitos. Assim o índice de renovação foi de 61,54% (Tabelas 11/16).

O Partido dos Trabalhadores no Pará, por sua vez, lançou candidatos próprios em todos os níveis da disputa e, embora apresentando um desempenho eleitoral fraco, conseguiu eleger seus primeiros deputados estaduais, Valdir Ganzer e Edmilson Rodrigues. O primeiro, oriundo do movimento dos trabalhadores rurais, enquanto, o segundo, o eixo prioritário do seu trabalho político concentra-se nos servidores públicos e na educação paraense.

No balanço, das eleições de 1986 no Pará, várias questões podem ser levantadas: a manipulação de votos brancos e nulos; o aparecimento de um grande número de representantes de novos partidos. Mesmo assim, o PMDB levou a maioria esmagadora de votos.

Como resultado, tem-se o crescimento do PMDB, com conseqüente esvaziamento do PFL, enfraquecendo as bases políticas de sustentação do presidente José Sarney. Com isto, o presidente vai apoiar-se na base militar para conduzir o processo de transição proposto.

Neste balanço, destaca-se também a repercussão do primeiro Plano Cruzado no Pará que se deu mais ou menos como a nível nacional. Uma crença muito grande no plano com a perspectiva de estabilidade da economia, principalmente da moeda. Mas o momento de euforia durou pouco. Com a alta da inflação em patamares jamais vistos, o Plano Cruzado desaba. O Estado tinha um certo rigor financeiro e conseguiu acompanhar. De acordo com a inflação, o governo reajustava o salário. Isto criou para os assalariados uma imagem positiva do governo Hélio Gueiros. Ocorre que este período coincide com o momento do governo Sarney em que, mensalmente, eram concedidos reajustes, porque a inflação chegou até a 80% ao mes, passando como sendo aumentos mensais para os assalariados, que, a rigor, eram aumentos nominais.

b) A Política de Alianças em 1986

Em 1986, efetivamente, o governador Barbalho dá início a sua prática de alianças e começa a perder seus primeiros aliados de 1982. O depoimento do Sociólogo **Mariano Klautau** reforça esta afirmativa:

"Com a aliança entre Jäder e Passarinho, escrevi uma carta ao Jäder retirando-me do PMDB. Dizia que a partir do momento que o PMDB se aliava ao PDS, esgotava-se historicamente o papel revolucionário e democrático do PMDB. Pedia, então, meu desligamento. Foi aí que o Jäder começava a sua nova fase

de composição, já não tendo mais as composições anteriores nada a ver com uma consciência política de redemocratização. O novo governador era um político que fazia alianças para se manter⁹⁵". (Informação Verbal)

O rompimento do ex-governador Barbalho com o governador Gueiros deu-se entre o primeiro e o segundo ano de governo Gueiros, em meados de 1988. As coisas foram se definindo no primeiro ano, mas só ficaram claras no segundo ano de governo. Observa-se, desta forma, os interesses de grupo, o personalismo e ascensão política por parte de ambos.

Sobre esta abordagem, o depoimento do Dr. **Nelson Ribeiro** sustenta,

"Hélio mostrou-se temeroso que Jáder fosse ficar como seu tutor político superior. Eleito, manifestou essa preocupação, desaparecendo para Brasília, participando até o último dia da Constituinte, retornando para Belém na véspera da posse, escolhendo seu secretariado para que Jáder não viesse dizer quem ele deveria escolher. Isto significa que, além do distanciamento, já existia um rompimento de fato, e eles falavam-se formalmente. A posição adotada por ele quando o governo federal beneficiou Jáder com o Ministério, foi profundamente prejudicial ao Estado do Pará sob o ponto de vista político. Encastelou-se no seu gabinete, criando um certo "ranso" com o governo federal. Jáder estava lá evidentemente numa posição de não beneficiar o Hélio politicamente, sob o ponto de vista de clientela. A atitude do Hélio foi não querer enfrentar o problema, e criando um estilo de administrar que era não ir a Brasília conversar com o governo federal. Seus interlocutores a nível de Ministério eram o deputado Manoel Ribeiro e eu, por termos trânsito na área federal. Mesmo assim constituía-se numa desvantagem, pois não é a mesma coisa e o governador do Estado é que deve negociar com o governo federal⁹⁶". (Informação Verbal)

Neste depoimento depreende-se ainda o que Dr. **Nelson Ribeiro** traduz como a prática política exercida via clientelismo,

"(...) dois meses depois do Hélio governador, fui conversar com Jáder lá no Jornal "O Diário do Pará". Este olhou-me e disse: "Dr. Nelson o Hélio bloqueou totalmente qualquer acesso meu." Eu disse: "Essa é uma situação difícil, porque quando vocês romperam politicamente propiciaram a estratégia administrativa que leva ao clientelismo⁹⁷". (Informação Verbal)

Correlaciona-se que, quando ex-governador Barbalho e o governador Gueiros passaram a disputar espaço, a prática clientelista se fez presente, as pessoas procurando apoiar-se no máximo de clientes: prefeitos, senadores, deputados, amigos seus, os dele, os que são a favor de cada um, advindo daí o clientelismo de Estado.

⁹⁵Depoimento concedido à autora pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1983.

⁹⁶Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

⁹⁷Id.

No Brasil, após ao "milagre econômico", com base no Estado, surge um clientelismo político moderno, tornando-se a forma dominante de organização e representação.

A relação clientelista, ou seja, "clientelismo partidário" dá-se entre o eleitor que é o "cliente", e o candidato que virá a ser o político eleito. O cidadão (eleitor) espera do político que este cumpra o seu mandato popular, e exige do parlamentar o cumprimento de suas solicitações como: emprego público; reconhecimento da amizade ligado a interesses corporativos-chamado de "clientelismo de categoria" e obtenção de vantagens pessoais designado de "clientelismo personalista"⁹⁸.

Desta forma **Abranches**, (1973, p. 16) destaca a função clientelista que se baseia:

"(...) no controle e utilização de cargos públicos, verbas e influência, na manutenção de seu prestígio junto ao eleitorado, ou a pessoas que representam a possibilidade de ganhar votos. Outro aspecto do clientelismo: liga-se à capacidade dos políticos em facilitar a tramitação dos interesses de seu eleitorado, ou de pessoas ligadas à ele, junto à burocracia".

Por fim, observa-se que a política local segue o mesmo padrão da política nacional, são as práticas clientelistas e personalistas. Consta-se na atuação dos políticos sem compromisso com os interesses coletivos que, por sua vez, não há por parte da sociedade uma cobrança em relação aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Nas práticas clientelistas, o governo do Estado é o responsável pela rede de cumplicidades e de privilégios com os políticos locais.

Na eleição de 1986, um dos deputados federais reeleitos pelo PMDB foi **Benedito Monteiro** que, nesse mandato, ganhou notoriedade nacional pois, durante a votação na Constituinte, o seu voto seria decisivo na subcomissão da reforma agrária, e, no entanto, o mesmo não compareceu para votar.

Eis a sua versão para o ocorrido:

"É bom falar, já que estou sendo entrevistado para a história, sobre a reforma agrária. Discuti como deputado federal essa questão no Congresso Nacional, antes mesmo da Constituinte. Começou o meu interesse com o Plano Nacional de Reforma Agrária do Nelson Ribeiro, foi quando ele publicou aquele famoso "Plano", e eu pedi ao Ulysses Guimarães que formasse uma comissão parlamentar e intra-parlamentar do PMDB para termos uma opinião, um ponto de vista sobre a reforma agrária e sobre o

⁹⁸Sobre estes tipos de clientelismo, consultar DINIZ, E. 1983, p.14.

*Consultar também GRAZIANO, L. 1976, p. 155-160 sobre clientelismo partidário de massa" que significa que os favores são dirigidos a grupos ou até a comunidades inteiras - caracterizado pela emergência de novos mecanismos de intermediação de interesses, os quais permeiam tanto o nível administrativo quanto o legislativo, como por exemplo, a alocação de verbas e projetos para localidades específicas, que se convertem em votos para deputados ao tornar pública a sua mediação política".

Plano Nacional, como medidas coletivas. Ele constituiu a comissão de Senadores e deputados e ao invés de eu ser nomeado relator, ele nomeou Osvaldo Bernardino que era uma pessoa ligada à Igreja, e tinha sido Ministro da Agricultura. Tentei discutir nessa comissão, e não consegui (...). A minha bancada não quis indicar-me para participar da comissão de Reforma Agrária e da sub-comissão. Consegui, através da eleição do Mário Covas como líder da bancada, a indicação dele para a sub-comissão com o compromisso de que eu seria indicado novamente. Por pressão da Igreja foi indicado Osvaldo Bernardino. Durante todo o período que estive na sub-comissão esta foi praticamente só de audiência, onde ouvimos centenas de pessoas e não se debateu o assunto. Quando chegou a véspera da votação da sub-comissão, Osvaldo Bernardino apresentou um parecer que não tinha condições de discutir. Como tenho um livro sobre "Direito Agrário e Processo Fundiário", inclusive foi adotado nas Universidades, foi uma posição intelectual sobre o assunto e, não tendo como discutir esse problema, preferi ausentar-me para não causar nenhum problema. O meu substituto que era do PMDB, deputado Antero, parece-me que do Mato Grosso era favorável à reforma agrária. Então, a minha ausência não iria alterar em nada, porque ele votaria. Apenas apareceu na hora de assumir, não tinha problema nenhum. Só que quando ele foi assumir o lugar, o presidente da sub-comissão, que era o Edson Lobão, recusou-se a empossá-lo. Mesmo contra o Regimento, ele recorreu ao presidente da Constituinte, que era o Ulysses Guimarães, e este, ao invés de obedecer ao Regimento, mandou o requerimento para Comissão de Justiça, quer dizer, não havia tempo de fazer coisa alguma. Chegou na hora da votação, eu estava ausente porque a minha preocupação era não criar uma dissidência no grupo que defendia a reforma agrária. Esta foi derrotada por um voto e depois não tinha mais solução, sendo derrotada por uma grande massa na Comissão de Sistematização. No Plenário foi uma grande massa também⁹⁹. (Informação Verbal)

Depoimento do Assessor da Constituinte Dr. Nelson Ribeiro sobre este fato político da reforma agrária:

"A imagem que Benedito transpassava era daquele cidadão radical para a reforma agrária, daí não ter sido escolhido. O Dr. Ulysses entendia que o relator deveria ser uma pessoa que não tivesse uma inflexão muito forte a favor de uma determinada posição teórica, uma vez que isto era contrário a uma Constituição altamente negociada pela Constituição Federal Brasileira e acabou sendo assim, porque do ponto de vista jurídico, a reforma agrária não foi prejudicada pela Constituinte. A Conferência sobre reforma agrária na Constituinte que produziu o primeiro pretexto, estava ocorrendo em Belém, ele e eu éramos os conferencistas convidados. Estávamos no auditório quando ele chega. Isto coincidia com a data da votação, mas nunca se entendeu como uma razão séria deixar de votar na Constituinte para ir fazer uma Conferência. Depois ele deu outras explicações de consciência, mas estas não tem nada que ver com o fato político em si, que é não ter votado favorável à reforma agrária, quando teve oportunidade de fazê-lo. Existia a maior antítese entre pessoas favoráveis e pessoas contra a reforma agrária, a maior polarização, ele absteve-se. Não podia fazer isso. Essa estória de indicar um suplente para uma reunião decisiva, não haveria tempo de convocá-lo porque tinha que caracterizar a sua falta para poder chamar o suplente. Como a falta seria caracterizada? Só se o pessoal do outro lado fosse "bobo"! A justificativa do suplente não têm nexos porque todas as explicações do Benedito não têm consistência. Nenhuma pessoa que conheço do conjunto das forças favoráveis à reforma agrária acolheu as suas explicações. E todas não são anteriores, são posteriores e, portanto, de um valor secundário. O importante seria a explicação anterior, essa não houve, todo mundo esperava que ele chegasse lá e ele não apareceu. Pode ser que o Bené até tenha razão de consciência para isso, seja sincero, mas o fato é que por um voto perdemos, esse voto que faltou foi decisivo. Isso se deve a uma exacerbação da vaidade. Essa foi a explicação, eu diria, mais razoável e que mais se aproxima da realidade. Ele fez uma coisa contra aqueles que não o elegeram relator da Constituinte. Ficou magoado, nunca escondeu isso. Por que o Benedito se achava com o direito de fazer isso? Ele não foi escolhido, e daí? Onde está a

⁹⁹ Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, agosto de 1993.

democracia dessas pessoas? Acho até que o Bené é muito sincero por ter a coragem de dizer que não compareceu porque não foi escolhido para relator da reforma agrária. Mas é muita "cara de pau".¹⁰⁰ (Informação Verbal)

O deputado **Benedito Monteiro** expõe a repercussão causada pela sua ausência,

"(...) esta minha ausência da comissão foi pega pelos meus adversários, concorrentes e até inimigos gratuitos do Pará, como se eu estivesse ausentado-me porque a UDR tinha pago um milhão de dólares. Gente que está aí na política e acha que eu estava ocupando o lugar deles. Pessoas que viviam dentro da minha casa durante todo esse tempo não tiveram a consideração de dar um telefonema para dizer: "Bené, por que saíste? qual a razão?" Nunca me pediram e explicação, eu fui para as rádios, para as revistas, escrevi um livro. Fiquei chateado não com os meus adversários, que eu sempre enfrentei com toda a coragem, como é a minha história toda, mas com os companheiros, aqueles que deveriam preservar minha figura, pelo menos para a história. Aproveitaram-se da situação, foram para a televisão, rádio, jornais contra mim, inexplicavelmente. Pessoalmente nunca agredi nenhum deles, apenas uma questão de concorrência, isso é uma coisa muito séria, mas fiquei profundamente chocado com essa posição¹⁰¹". (Informação Verbal)

Este comportamento trouxe-lhe prejuízos políticos irrecuperáveis na avaliação do Dr. **Nelson Ribeiro**,

"(...) o Bené prejudicou-se muito nesse episódio. Essa avaliação que ele não tem, porque poderia ter sido uma pessoa que tivesse crescido politicamente, não é apenas isso, têm outros problemas que o levaram a realmente não ter mais expressão política no Pará. Estes são todos ligados ao problema de uma vaidade incontida que tinha em relação a todas as funções que exerceu. Tinha uma tribuna para defender-se, o problema é que não tinha defesa. Todo mundo do lado da reforma agrária ficou esperando: qual é a resposta? a explicação? Na verdade estava magoado porque tiraram-o da relatoria da Constituinte, vingou-se, teve um ar de vingança que surtiu um efeito "bumerangue" fatal para ele. Do mesmo modo, a repercussão política foi desastrosa para a reforma agrária. Foram dois momentos na Constituinte que aconteceram o primeiro, na Comissão Temática e o outro, no Plenário quando se mostrou a questão da propriedade produtiva e da propriedade não produtiva. Todos os dois a UDR ganhou, ficando a imagem nacional de que a sociedade brasileira era contra a reforma agrária com a maioria. Como se a causa da reforma agrária fosse uma causa de alguns obstinados. Isso teve efeitos, todos os Presidentes da República passaram a basear-se nessa questão para resolver, por ações tópicas e não estratégicas, a reforma agrária no país".¹⁰² (Informação Verbal)

O depoimento abaixo reforça este posicionamento,

¹⁰⁰ Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

¹⁰¹ Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, janeiro de 1995.

¹⁰² Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

"(...) ninguém quer discutir, porque não está interessado na reforma agrária. Esta que é a verdade, digo isto por experiência própria. A luta que tive durante anos, nunca chegou a mim um trabalhador rural diretamente interessado na reforma agrária, esta questão é de um grupo de ativistas partidários, isso interessa a ativistas da Igreja também. A sociedade brasileira não está interessada na reforma agrária, nunca esteve, e nunca estará. Complementando o relato à Comissão Parlamentar de Inquérito, pude ali descobrir que os vinte e dois (22) parlamentares da comissão do PMDB eram todos proprietários de terra, inclusive eu, sou filho e neto de latifundiários, tinha terras, só que renunciei às fazendas deixadas pelo meu pai no oeste do Estado do Pará, mas todos eram proprietários de terra¹⁰³". (Informação Verbal)

d) Eleição Municipal de 1988

Na eleição para a Prefeitura Municipal de Belém, um dos candidatos a prefeito foi o empresário Said Xerfan, tendo como vice o também empresário Augusto Rezende, ambos do PTB. O coordenador da campanha foi o ex-governador Alacid Nunes.

O empresário Xerfan aproveitou as desavenças com o governador na época, Barbalho, devido ao fato de o mesmo tê-lo exonerado do cargo de Prefeito em 1983, para capitalizar apoio de vários segmentos da sociedade. Sendo apoiado pelo governador Hélio Gueiros, ganha a eleição de forma "esmagadora" sobre seu adversário do PMDB, advogado Fernando Velasco, candidato do governador Jáder Barbalho.

Este processo eleitoral demonstra como se dá a dinâmica das forças políticas através da correlação de poder entre as duas maiores lideranças do Estado do Pará: Barbalho e Gueiros.

Ocorre neste período, em 29 de setembro de 1988, a instalação da Assembleia Constituinte Estadual.

e) Eleição Presidencial de 1989

Na sucessão presidencial de 1989, inicialmente o governador Hélio Gueiros estava apoiando o deputado Ulysses Guimarães, isto para se contrapor ao Ministro Jáder Barbalho.

Por seu lado, o Ministro Barbalho mantinha uma posição dúbia em relação ao apoio à eleição presidencial porque não acreditava na candidatura Ulysses; não queria romper publicamente com o PMDB e continuar Ministro da Previdência e Assistência Social e,

¹⁰³ Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, janeiro de 1995.

finalmente, estava mantendo apenas uma atitude de observação ao candidato Fernando Collor de Mello, que lhe parecia sair vitorioso.

O Governador Gueiros, por sua vez, assumiu a candidatura Collor de Mello publicamente. Inclusive usou a "honestidade" como a grande marca Collor, o que fez com que este tivesse uma expressiva votação em Belém, ajudando-o a eleger-se¹⁰⁴.

f) Eleição para o Governo do Estado - 1990

A competição eleitoral deu-se entre o Ministro Jáder Barbalho pelo PMDB e o prefeito Said Xerfan do PTB. Este surpreendeu a todos quando lançou sua candidatura, enfrentando os empresários, os veículos de comunicação, além do Governador Hélio Gueiros. Em outro momento histórico, após o rompimento, o governador Hélio Geuiros desfere acusações ao Ministro Jáder Barbalho chamando-o de "mãos sujas¹⁰⁵".

O Senador Almir Gabriel filiou-se ao PSDB em 1989, sendo candidato ao governo do Estado por uma coligação de partidos de esquerda (PSDB, PSB, PCB, PT, PDT, PCdoB). O então prefeito Said Xerfan do PTB descompatibiliza-se do cargo para concorrer como sucessor do governador Gueiros ao governo do Estado. Para o Senado os candidatos foram Fernando Coutinho Jorge¹⁰⁶ e Ademir Andrade do PMDB¹⁰⁷.

Dos candidatos que estavam na disputa, o Ministro Barbalho era o que tinha mais possibilidade de sair vitorioso devido a sua representação eleitoral, apesar de só poder contar com seus próprios recursos e apoio financeiro e político de Orestes Quércia, com o trabalho

¹⁰⁴"Aprovado o empréstimo em setembro de 1986, a primeira parcela do dinheiro, de US\$30,5 milhões, só saiu em agosto de 1987, quando Hélio Gueiros já era governador. Ele aplicou US\$26,2 milhões na PA-150 e transferiu para um fundo sob seu controle pessoal US\$4,3 milhões. A segunda parcela foi liberada em abril de 1988, mas apenas US\$44,7 milhões, do total de US\$71,6 milhões, foram usados em obras rodoviárias." JORNAL PESSOAL, Belém, 1992.

¹⁰⁵A Construtora Andrade Gutierrez foi uma das empresas que financiou a campanha de Jáder Barbalho à reeleição. No entanto, já como governador, Jáder foi informado que as maiores irregularidades da administração Hélio Gueiros foram cometidas nas obras da Rodovia Pará -150, que estava sob a responsabilidade da referida construtora. A ordem do governador foi a apuração rigorosa dos fatos "doa a quem doer." JORNAL PESSOAL, Belém, 1991.

¹⁰⁶Fernando Coutinho Jorge vence a eleição para o Senado, mas desincompatibiliza-se para assumir o Ministério do Meio Ambiente no governo Itamar Franco.

¹⁰⁷O ex-deputado federal Ademir Andrade atualmente está no PSB. Elegeu-se Senador nas eleições de 1994.

político que realizou nos Ministérios da Reforma Agrária e Previdência e Assistência Social da administração Sarney. O prefeito Xerfan, por sua vez, contava com o apoio dos setores econômicos dominantes por pertencer a esta categoria e com a "máquina" do Estado, através do Governador Hélio Gueiros¹⁰⁸.

É importante destacar o apoio financeiro e político do Presidente Nacional do PMDB Orestes Quércia, ao Governador Jáder Barbalho. Entende-se que este é um processo composto de dois momentos:

- um primeiro momento, compreendido na prática de ambos, a nível de Estado, com base na conjuntura nacional, consolidando-se como dirigente;
- um outro que trata da trajetória de ambos como: integrantes de uma mesma geração, originários do MDB e parte da esquerda do PMDB. Também defenderam as mesmas bandeiras de luta contra o Estado autoritário no momento de transição política, foram companheiros de bancada federal e, finalmente, assumiram a governança, alcançando a hegemonia econômica e política, passando a produtores do poder local em termos de liderança regional.

O sucesso da eleição em 1990 do governador Barbalho deveu-se a outras forças que não são do poder local, que foram o empresariado do Estado de São Paulo ligado ao político Quércia, e o estabelecimento da aliança Pará e São Paulo - extra território paraense, que estava operando com uma força que não é de base local.

Havia interesse no alinhamento mediante a Amazônia estar despontando para a ecologia mostrando-se internacionalmente enquanto potência econômica, e Quércia acreditava nisso, daí ter investido nesta eleição que não só fortaleceria o PMDB, como também o tornaria um forte aliado em suas intenções de disputar a Presidência da República. Conclui-se que todo este

¹⁰⁸"Desde a derrota na eleição para o governo do Estado, o ex-prefeito de Belém havia se retraído e dedicou inteiramente os meses seguintes ao trabalho dentro da empresa, que estava em situação difícil. Os amigos calculam que Xerfan aplicou o equivalente a dois milhões de dólares, de seu próprio bolso, na campanha eleitoral. Essa perda foi acumulada com a má gestão dos negócios durante o tempo em que esteve envolvido com a política. Uma recuperação teria que envolver a boa vontade do governo. Embora Jáder e Xerfan não tenham conversado pessoalmente, terceiros promoveram uma reaproximação entre os dois. O rescaldo da campanha foi tratado. Xerfan não apoiará Hélio Gueiros, se ele for candidato à prefeitura." JORNAL PESSOAL, Belém, 1991.

arcabouço fazia parte de um projeto nacional que numa primeira investida fracassou, e uma das razões talvez seja porque a questão regional sempre foi uma "pedra" no avanço desse projeto.

A disputa concentrou-se entre o Ministro Barbalho e o prefeito Xerfan, tanto que ambos acabaram indo para o segundo turno. Vivencia-se mais uma vez o poder sendo disputado por frações políticas que têm a mesma origem, separadas não por divergências ideológicas, mas por interesses antagônicos.

Essa eleição apresentou uma campanha de caráter extremamente passional, acusações de ambos os lados. Eram os baratistas revivendo as décadas de 30 e 50, só que se "degladiavam" entre si.

O Ministro Jáder Barbalho é eleito governador do Estado, sendo seu vice o cantor e empresário Carlos Santos. Toma posse sem receber o cargo e a faixa do ex-governador Hélio Gueiros, que se negou a comparecer à solenidade¹⁰⁹.

6 - Política Local: Do Partido para o Conflito Intra-Elites

A elite sobreviveu em um regime comprometido com a restauração econômica e política da ordem com à aquiescência dos políticos do passado. Daí a permanência da dominação tradicional.

O conceito de "elite política", de acordo com **Roberts** (1971, p.79), compreende:

"(...) a minoria dentro de uma coletividade social (...) que exerce uma influência preponderante sobre essa mesma coletividade. Uma elite que exerce uma influência política preponderante é chamada de elite dominante, ou, segundo outros autores, de elite política".

Zuckerman (1975, p.28) afirmava que **Mosca** e **Dahl** aplicaram rótulos diferentes a fenômenos similares: **Dahl** usou o termo "oligarquia" como sinônimo de "elite governante"¹¹⁰. **Mosca** considerou a "oligarquia" como um sinônimo de "classe dominante"¹¹¹.

¹⁰⁹Nas eleições de 1994, o governador Jáder Barbalho elegeu-se Senador pelo PMDB.

¹¹⁰DAHL, R. 1970, p. 90.

¹¹¹MOSCA, G. 1939 p. 354.

A diferença teórica básica entre os estudos citados reside nos usos que fazem das características das variáveis da elite política ("classe dominante" - "estrato político").

As elites políticas tradicionais solidificam a política tradicional. No geral o poder é concentrado, o acesso à decisão é restrito, a representação política é organizada hierarquicamente e a competição política é controlada. Nos sistemas políticos nos quais as elites tradicionais estão presentes, os partidos políticos são veículos de controle oligárquico.

Mesmo com mudanças do sistema político brasileiro deve-se ficar atento à continuidade das elites políticas tradicionais, dado que estas, predominantemente, continuam a dominar politicamente o país.

Dentro deste processo de base histórica de mudança que o país vem atravessando nas duas últimas décadas, **Avelar** (1993, p.2) chama a atenção para:

"(...) o processo secular de mudança política, envolvendo o conflito inter-elites diferentemente do conflito intra-elites que predominou em toda a nossa História republicana".

O Brasil é dirigido pelas elites tradicionais a partir dos Estados. Voltemos ao caso do Pará.

Com a eleição do político Jáder Barbalho em 1982 para governar o Estado do Pará, reaparece nitidamente no Estado a centralização do poder local, ou seja, depois do general Magalhães Barata, o político Barbalho foi o governador que conseguiu construir um esquema de poder imbatível. Um dos instrumentos utilizados para isso foi a criação da Associação dos Municípios do Estado do Pará, tornando-se o "braço" local do governador. Com isso, foi esvaziada a proposta de descentralização e de participação, já que ele sozinho decide o que deve ou não ser executado. **Castro & Marin** (1986-1987, p.13) colocam da seguinte forma o problema:

"(...) num primeiro momento o aparelho do Estado pretendeu que a CBB (Comissão de Bairros de Belém) se constituísse num canal de negociações e de defesa dos interesses do Estado, traduzindo dessa forma um poder legitimado e a expressão viva e real do movimento social (...) A criação no Palácio do Governo de uma Assessoria Comunitária foi a investida mais organizada. Centros Comunitários de expressiva força, submeteram-se à Assessoria, quebrando a unidade da CBB (...) Concordaram que o canal legal de negociação passava a ser a assessoria, que transmitiria ao Governo Estadual e às Secretarias os pleitos e as reivindicações. Foi igualmente forjada a criação de uma Federação Estadual (Fecampa) que pretendia reunir todas as associações dos bairros de Belém e de outros municípios do Estado (...) O processo de cooptação de lideranças foi disciplinado e positivo, sofrendo crescente retração o movimento comunitário conduzido pela CBB".

Isto evidencia fatos característicos da política paraense.

Dentre os instrumentos utilizados com o objetivo de controle político - eleitoral, em nome da descentralização, destacam-se as Reuniões Administrativas Regionalizadas (Governo Itinerante), da qual participavam Secretários Estaduais, Prefeitos, lideranças municipais e lideranças comunitárias, sob a coordenação do Governador. Essas reuniões eram organizadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) que reunia os municípios, agregando-os de acordo com a sua identidade regional.

A descentralização no governo Jáder Barbalho foi descrita por Castro & Marin (1986-1987, p.13) como:

"(...) a institucionalização de práticas de descentralização ambíguas no exercício 1982-1986 [sic 1983-1987] presta-se a confusões sobre o caráter da descentralização do Estado (...) O governo do Estado desloca-se para despachar e ter audiências com os Prefeitos (...) São as reuniões regionalizadas que objetivam o deslocamento temporário do poder central do Estado aos municípios (...) Nessas ações de descentralização, estava em pauta a concentração de poder na Seplan e no próprio governador, onde as decisões encontravam o fórum principal".

Essa é a ação dos "novos coróneis" da região com práticas de formação de curral eleitoral, práticas de cooptação e controle via assessorias e concessões de supostos favores como distribuição de verbas e privilégios.

O governador Jáder Barbalho, que inicialmente, enfrentou o empresário Oziel Carneiro, o Senador Passarinho, o político Aloisio Chaves, alia-se a todos eles que representam a "oligarquia militarista paraense"¹¹². Nesse processo, a sua bandeira de luta confundiu-se com as bandeiras de luta da esquerda, no momento que isso era conveniente politicamente para ele e seu partido. Hoje está aliado a tudo que combateu. A justificativa para esta aliança é a "velha" e "surrada" unidade da sociedade paraense, argumento utilizado pelos governos de outrora: Barata e o anti-baratismo, depois Alacid e Passarinho, agora Barbalho e Gueiros.

As alianças que o governador Barbalho faz não são mais simplesmente alianças políticas. Participa agora do grupo oligárquico militarista, porque detém um poderio econômico: possui três emissoras de televisão, um jornal, seis emissoras de rádio, fazendas, etc.

Detém o capital e faz parte dele, não sendo, portanto, uma posição tática ou de aliança, ingressou numa classe da qual faz parte, a aliança política corresponde a esse novo porte de

¹¹²Expressão que define a parcela da sociedade representante da oligarquia do Pará avalizada pelo grupo militar que apoiou a ditadura.

classe social do governador Barbalho. É uma situação política refletindo sua nova posição de detentor do capital. Mudou de posição nas relações entre capital e trabalho, ligada à área do trabalho, portanto, não são mais alianças, mas uma situação de classe a composição dele com o Senador Passarinho, o empresário Oziel entre outros. Possivelmente este discurso da "unidade da família paraense" vai ser a maior das divergências a nível local para manter o poder no Pará.

CAPÍTULO 4

"Gostaria de render homenagem a um personagem meio ridículo: o professor. O lugar que lhe é reservado na sociedade atual é um dos mais inferiores. O status do professor é inferior ao do proprietário de armazém de artigos baratos, está mais distanciado do status do médico em seu papel de bruxo moderno, do status de uma cantora de segunda categoria, de um manequim ou de um lutador de boxe. A única exceção é para o professor que ajuda a fabricar a superbomba ou que descobre um procedimento eficaz para aumentar as vendas de um produto desodorante. De pouco pode vangloriar-se o pobre professor(...) No entanto, pode vingar-se sigilosamente. São as idéias que movem as coisas. Neste sentido, os professores manipulam, sem serem vistos, os cordões dos fantoches da história, forjam as opiniões, os valores e descobrem as soluções."

L. Von Bertalanffy

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

1 - As Políticas Sociais e Públicas para a Educação

O objetivo deste capítulo é desvendar o modo como se constituem as políticas públicas da educação e os limites entre os quais operam, conforme as distintas práticas dos governos do Estado do Pará, no período de 1983 a março de 1991. Destacou-se as políticas educacionais via os planos de governo na busca de compreender o Estado concreto gerador das políticas clientelistas. Optou-se por analisar as gestões dos dois governos separadamente, por acreditar-se que, desta forma, maiores seriam as possibilidades de entendimento.

Por volta de 1977, o sistema de políticas sociais no Brasil passou por um movimento de expansão bastante significativo em termos de sua capacidade de cobertura social. Ao mesmo tempo, porém, observa-se uma crise do sistema, em seus aspectos financeiros, políticos e sociais. As fontes de financiamento de boa parte das políticas sociais do Estado brasileiro, derivam de contribuições e impostos pagos pelos próprios beneficiários, além da garantia de empréstimos junto às agências internacionais de crédito.

A inclusão do Estado para dentro da economia estimulou a prática do clientelismo político, organizado pelos políticos tradicionais que distribuíam recursos do Estado para a política de

vantagem pessoal.

No Brasil, há uma diminuição similar dos recursos do Estado, oportunidade da autoridade do Estado servir ao corporativismo e clientelismo numa ação entre a sociedade e o Estado, quando deveria acompanhar a sociedade através dos seus setores organizados, como partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, para que se formassem e crescessem fortemente.

A análise da conjuntura política ou da correlação de forças num momento determinado é assim fundamental para a compreensão das políticas sociais.

A articulação e o desenvolvimento das políticas e das lutas sociais são condicionadas pelas formas de organização do Estado. O Estado, além do seu papel de gestor, assumiu vários investimentos produtivos e infra-estruturais no país, sendo ainda o avalista e repassador dos recursos provenientes do exterior. O Estado deve manter ou criar condições de harmonia social.

No Brasil, a condução das políticas sociais e a manutenção desse processo no futuro têm duas implicações fundamentais: a primeira, e mais importante, é a concentração da pobreza nas Regiões Metropolitanas; a segunda diz respeito à capacidade dos investimentos no sistema educacional de atender os déficits dos serviços desse sistema. Fica evidente que as políticas sociais adotadas no Brasil não atingem as dimensões e nem cobrem todas as áreas que ocupam nos países industrializados.

Interessa na discussão das políticas públicas da área educacional menos o estudo sobre como o Estado "pensa" e "organiza", do que a forma como as diversas forças sociais se organizam para fazer valer seus interesses e os processos de confronto com os vários organismos estatais.

Uma premissa básica que orientou as políticas públicas da educação nas últimas décadas foi a universalização e democratização do ensino fundamental.

Tal condição apontava para a efetivação de um maior acesso à educação, e uma distribuição mais justa da riqueza nacional, juntamente com outros benefícios como: saúde, habitação, transporte, etc., remetendo a discussão para a descentralização da educação.

Na década de 20 ocorreu a criação do Ministério da Educação e do Conselho de Educação que era a descentralização centralizada, mas esta, efetivamente estendeu-se quando a Lei 5.692/71 estabeleceu atribuições ao Conselho Federal de Educação, aos Conselhos Estaduais de Educação e às escolas. Ao Conselho Federal de Educação, o "Art. 4º, I, parágrafo 3º e 4º" estabelece o núcleo comum, obrigatório para todas as escolas brasileiras. Aos Conselhos Estaduais de Educação, o "Art. 4º II e III" cabe fazer a elaboração das relações com as disciplinas que compõem a parte diversificada, correspondente à educação geral. E as escolas no

"Art. 4º, II e III, parágrafos 4º e 5º" elaboram o currículo pleno com as disciplinas que constituem a parte diversificada.

A educação é descentralizada pelo fato de o governo Federal definir os princípios gerais da educação e os Estados serem responsáveis pela elaboração das políticas educacionais, operacionalização e gestão do sistema.

Na descentralização tem que se levar em consideração algumas questões como: o quantitativo de pessoal envolvido no processo educacional, a dimensão geográfica, e as especificidades culturais regionais.

Como estratégia política, os governadores descentralizam para as prefeituras e não para a comunidade, ou seja, as decisões não são descentralizadas. O que se constata é que, principalmente nos municípios pobres onde a prática clientelística é uma constante, os prefeitos chegam a nomear diretores e professores para as escolas.

A municipalização do ensino, principalmente na pré-escola e no ensino fundamental, é uma das questões mais polêmicas da descentralização na educação¹¹³.

Na área da educação, as atividades descentralizadas restringem-se à merenda escolar e concursos públicos para os profissionais da educação.

As consequências políticas da descentralização são: a descentralização do que se estuda, do que se utiliza na escola, da forma como a escola é proposta; a descentralização de recursos, sistematização das unidades de ensino em todos os níveis por região; enfim, a descentralização de métodos, meios e finalidades.

Finalmente, a descentralização deve ter como objetivo melhorar a qualidade do ensino, democratizando o saber com a integração de um quantitativo cada vez maior de pessoas que estão fora da escola. A democratização da educação está baseada em duas linhas reguladoras de viabilização que são a participação e a descentralização.

Um dos pontos a destacar nas relações de poder é a descentralização.

O movimento pela descentralização do Estado brasileiro teve início em 1934.

Entende-se a descentralização como um movimento, uma vontade organizada das pessoas de cada comunidade, com o objetivo de definir os planos, metas, ações em todos os setores do Estado.

¹¹³Sobre Municipalização do Ensino ver: ARELARO, L.R.G. 1981; ROSENBERG, L. et al., 1984; MELLO, G.N. et al., 1985; BARRETO, E.S. & ARELARO, L.R.G. 1986; DELGADO, G. at al., 1989; PAIVA, V. & PAIVA, C. 1986; PALMA FILHO, J.C. 1990.

A discussão sobre descentralização do Estado foi intensificada na década de 80 em consequência do regime militar; da transição para a democracia; das eleições diretas em 1982; a pressão exercida pelas organizações da sociedade civil; a Constituinte e o entusiasmo pelo neoliberalismo.

Com a Constituição de 1988, a descentralização e a participação foram introduzidas na estrutura das políticas públicas. Através da descentralização, buscou-se resgatar a Federação na implementação de políticas sociais. A participação implicaria numa nova relação Estado X sociedade civil com os cidadãos participando das decisões governamentais.

Esta mesma Constituição introduziu mudanças essenciais no campo das políticas sociais, tais como: centralização autoritária versus centralização democrática na história do capitalismo moderno; a funcionalidade para o poder dominante, da fragmentação institucional e da superposição de competências; óticas recorrentes à participação da sociedade nos processos decisórios; o significado do discurso liberal em relação à privatização de determinados serviços públicos; a incapacidade dos mecanismos de financiamento diante da estrutura de distribuição de renda em vigor.

Assistiu-se à emergência, no mundo contemporâneo, de uma nova concepção de Estado, conhecido por Welfare State, ou seja, o estado de bem estar que marca o fim do séc. XIX com uma série de eventos conjugados: a Primeira Grande Guerra; a Revolução Bolchevique, que levou à criação do primeiro regime socialista; a Conferência e o Tratado de Versalhes; a República de Weimar, de curta duração, mas que procurou transformar a Alemanha, derrotada militarmente, num país capaz de enfrentar seus próprios problemas e crises, em um modelo de Estado neoliberal¹¹⁴.

A política social ocupa uma importância estratégica na etapa do capitalismo monopolista de Estado. Isto vem do papel que o Estado exerce para proteger, financiar e suportar o capitalismo monopolista nos países dependentes.

A construção de um estado de direito no Brasil requer uma maior oferta a favor das demandas sociais e políticas. A qualificação dessas demandas deve começar pela capacitação técnica e política dos gestores das políticas públicas, para solucionar os problemas que condicionam a qualidade de vida da população.

¹¹⁴ Na visão neoliberal, a excessiva presença do Estado engessa a economia e é a causa da crise de desenvolvimento. O liberalismo necessita de ordem, para com base nela, se chegar a liberdade. Não é fruto de um Estado anárquico ou resultado da incompetência governamental.

Os dirigentes de políticas públicas enfrentam algumas dificuldades quando tentam implementar uma nova ordem jurídica do Estado social brasileiro, pois as leis sociais no Brasil têm a mesma estrutura.

A dificuldade maior para essa implementação está em fazer com que essa legislação saia do papel e torne-se real, mas para isso é necessário descentralizar, abrindo espaços institucionais à participação da população na sua implementação, pressupondo uma mobilização ética, social e política.

O poder a que o cidadão tem acesso direto é o municipal, surgindo daí alianças e conflitos. Segundo **Castells**, o governo local é a representação popular mais próxima dos cidadãos, é onde chegam as demandas populares juntamente com as promessas eleitorais para serem cumpridas ou não¹¹⁵.

O poder político local é constituído pelos poderes executivo, legislativo e o administrativo local. O governo estadual e municipal sempre enfrentou um problema que é o repasse de verbas, pois, a partir dela, o governador e o prefeito exercem seu poder de controle e de barganha.

Com relação à tributação, foram transferidos recursos da União para Estados e Municípios, sem transferir as responsabilidades. Isso resultou na falência do Estado brasileiro, desvirtuando e destruindo a capacidade de operação do Estado, atrofiando a indústria e concentrando a renda, ficando sem recursos para atender às necessidades básicas da população nos setores de educação, saúde, transporte, habitação e segurança.

Uma análise que conclue está abordagem é a de **Barreto** (1989, p.36), quanto diz:

"(...) a falta de um projeto nacional minimamente coerente e a ausência de claras diretrizes de governo, a orientação política geral e a das políticas públicas, em particular, termina se definindo sobretudo ao sabor das pressões conjunturais, e a partir das reivindicações dos segmentos mais organizados e com maior poder de barganha, tanto fora quanto dentro do próprio Estado, transformado no maior de todos os empregadores".

Isto que dizer que o projeto histórico do Estado só pode ser de um Estado democrático que seja capaz de ter, como princípio, as prioridades reais de uma Nação.

¹¹⁵CASTELLS, M. 1981, p.1 - 19

2 - A Política da Educação no Governo Jáder Barbalho

No Pará três são os órgãos específicos da educação do Governo Estadual.

A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, órgão da Administração Direta, é responsável pelo planejamento, execução, avaliação e coordenação da política de educação no Estado, no que se refere aos ensinos fundamental e médio. Tem como órgãos vinculados a Fundação Educacional do Pará - FEP e a Fundação Carlos Gomes - FCG.

A FEP, a partir de 1981, dedica-se às atividades de Ensino Superior, com ensino, pesquisa e extensão, englobando as Instituições de Ensino Superior - IES¹¹⁶ que são:

- Escola de Enfermagem "Magalhães Barata" (EEMB) com o Curso de Enfermagem nas habilitações Obstetrícia, Saúde Pública e o Curso de Enfermagem;
- Escola Superior de Educação Física do Estado do Pará (ESEFPa), com o Curso de Educação Física e Cursos de Pós-Graduação "lato-sensu";
- Faculdade Estadual de Educação do Pará (FAED), com o Curso de Pedagogia envolvendo as habilitações em Magistério, Administração Escolar e Educação Especial; curso de Licenciatura Plena em Matemática e curso de Educação Artística com habilitação em Educação Musical;
- Faculdade Estadual de Medicina do Pará (FEMP), com Cursos de Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional;
- Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP), com o Curso de Formação de Professores para Pré-Escolar e 1a. a 4a. Séries do Ensino Fundamental.

A FCG coordena e executa a política cultural musical com o tripé ensino, pesquisa e extensão em todo o Estado. O Instituto Carlos Gomes é o órgão responsável pelo ensino, que forma profissionais no setor musical a nível de ensino médio.

¹¹⁶ A UEPA absorveu as unidades de ensino da FEP com seus respectivos cursos de graduação, que foram vinculados aos Institutos de Ciências da Saúde e Ciências Sociais, este incorporando o ISEP.

Um dos primeiros atos do Governador Jáder Barbalho ao assumir o governo foi extinguir a UEPA em março de 1991, atendendo a compromissos políticos assumidos com o então Ministro da Justiça Jarbas Gonçalves Passarinho.

A Universidade do Estado do Pará - UEPA foi reinstalada oficialmente em 18 de maio de 1993 através da Lei Estadual n. 5747, tendo como função básica a execução da política educacional de nível superior, desenvolvendo a pesquisa, o ensino e a extensão.

Segundo os discursos de campanha e os oficiais, a opção pela educação é sempre defendida como prioridade quando o governo se apresenta preocupado em assegurar a escolarização gratuita e de qualidade à população de modo geral, principalmente às localizadas nas periferias urbanas e regiões de maior densidade populacional. Propõe-se também a viabilizar a redução das taxas de evasão, repetência e reprovação, promovendo a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Desde a Constituição de 1824, a educação básica faz parte das prioridades educacionais proclamadas pelo discurso oficial. Todavia, a permanência do caráter seletivo dessa educação indica que essa prioridade não vem sendo efetivamente praticada no sistema educacional. Por ser a problemática evidenciada uma constante, a intenção foi priorizá-la na discussão, mostrando que a política pública da educação está apenas na esfera do discurso, nos planos dos governos período que abrange março de 1983 a março de 1991.

2.1 - Plano de Educação - Período Março de 1983 a Março de 1987

Em 1982, o objetivo era fazer uma plataforma política de governo e de campanha que normalmente é, em grandes linhas, consignadas para efeito de campanha. Depois foi transformada em diretrizes num plano de desenvolvimento, conforme o caso. Essas diretrizes seguiam a orientação do programa nacional do PMDB, respeitando as identidades estaduais e locais dos Estados com as suas especificidades regionais ou micro-regionais.

As diretrizes elaboradas para a educação na gestão março de 1983 a março de 1987, propunha:

- Abandonar os meios convencionais como forma de atacar as profundas deficiências que o setor apresenta. Somente os meios alternativos e poupadores de recursos poderão alterar a situação presente;
- Produzir livros didáticos para o ensino fundamental e médio no próprio Estado, através da formação de equipes com postura interdisciplinar, para que o texto didático tenha relação com o contexto sócio-cultural paraense, o que não acontece presentemente;
- Reciclagem urgente do quadro docente da rede pública e qualificação dos docentes leigos;
- Criação urgente de uma rede pública pré - escolar, especialmente no interior do

Estado;

- Construção de novas escolas pela própria comunidade - através de mutirões, associações, etc. - para suprir o déficit do ensino pré-escolar e do ensino médio;
- Criar mecanismos que permitam uma participação efetiva da comunidade na administração, orientação e construção das escolas;
- Interiorização do ensino fundamental e médio;
- Criação de um plano intensivo e alternativo de alfabetização de adultos, no qual fossem utilizados estudantes universitários como monitores, aproveitando-se os períodos de férias¹¹⁷.

Essas propostas, para serem viabilizadas, teriam que ser implementadas juntamente com as forças políticas estaduais buscando, para sua execução, o compromisso com as políticas públicas da educação.

Na educação, a democratização está relacionada à gestão da Secretaria de Estado de Educação que significa participação da comunidade escolar nas decisões que lhe dizem respeito como: ampliação do número de vagas; maior permanência do aluno na escola; melhoria nas condições físicas da escola; discussão sobre o conteúdo programático forma de ocupação de cargos e funções do pessoal da escola (direção, professores, técnicos, pessoal administrativo e de apoio).

A distribuição dos cargos para o exercício de determinadas funções no setor educação tem o político como critério. Tem-se como exemplo a indicação para Secretário de Educação, Delegado do Ministério da Educação, Diretores de Divisões Regionais e diretores de escolas.

À frente da Secretaria Estadual de Educação neste período, estiveram: o Prof. Wilton de Queiroz Moreira, de abril de 1983 até meados de 1985, que deixa a SEDUC, aposentando-se como Secretário de Estado; o deputado federal pelo PMDB, Fernando Coutinho Jorge, o qual permanece no cargo por 45 dias e o Assistente Social Ariberto Venturini, de julho de 1985 até 15 de março de 1987, assumindo interinamente até o final do mandato.

O cargo de Secretário de Estado, por ser de confiança, não é orientado por razões técnicas, mas por determinações eleitorais. No geral, a atuação desses Secretários é de conteúdo populista,

¹¹⁷JORNAL DE CAMPANHA. PMDB. JÁDER. É a vez do povo ganhar. Pará, 1982

principalmente o Secretário de Educação que, durante sua gestão, procura aliar as reivindicações dos docentes através de práticas populistas, na tentativa de cooptar as suas lideranças.

No caso específico do Pará, essas práticas continuam a fazer parte da cultura política. O deputado federal Fernando Coutinho Jorge foi nomeado para Secretário de Educação do Estado pelo governador Jáder Barbalho com intenções eleitoreiras, visando as eleições de 1985, quando este era candidato a prefeito de Belém pelo PMDB, corroborando para a sua vitória nas urnas.

Para a organização dos profissionais da educação, o Secretário de Educação Coutinho Jorge prepara a sua entrada na prefeitura a partir dessa passagem rápida pela SEDUC, onde pouso como grande negociador, assinando documentos, comprometendo-se com a categoria. Nesta fase, o movimento político estava aflorando com vigor. Na consideração do deputado estadual **Edmilson Rodrigues** vejamos como esta prática reverteu para o movimento:

"Isso foi histórico. Nunca tínhamos sido reconhecidos formalmente. E na gestão Coutinho talvez tenha sido um erro do movimento apresentar uns trinta pontos de reivindicação. Cada artigo que pudesse ser transformado em parte do Estatuto do Magistério, foi posto na mesa. Então, ele vem: "olha aqui, atendemos vinte e tantos pontos", muitos secundários, pois algumas coisas fundamentais não foram atendidas. De qualquer forma, foi colocado no papel, assinado pelo Secretário que também era deputado federal e pela direção do movimento".¹¹⁸ (Informação Verbal)

Analisando-se a estrutura da Secretaria de Estado de Educação, depara-se com uma estrutura autoritária-burocrática, com interferências político-partidárias, percebendo-se uma dicotomia entre este órgão e as escolas, ou seja, quando os órgãos centrais da educação param, por exemplo, com a saída do Secretário de Educação, a escola continua as suas atividades diárias como se nada tivesse ocorrido. Depreende-se daí a independência da escola em relação aos setores burocráticos da educação.

O Governo do Estado do Pará, no período 1983 a março de 1987, na linha de reestruturação administrativa da SEDUC, iniciou pela instalação da Secretaria no prédio construído na Rodovia Augusto Montenegro, onde deveria ficar localizado o Centro Administrativo do Estado¹¹⁹.

¹¹⁸ Depoimento concedido à autora pelo professor e deputado estadual Edmilson Rodrigues. Belém, janeiro de 1995.

¹¹⁹ A primeira reforma administrativa na SEDUC ocorreu na gestão do Secretário Wilton de Queiroz Moreira, através do Decreto n. 2999 de 31 de outubro de 1983, que "aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC". (Anexo I).

A segunda reforma administrativa na SEDUC ocorreu na gestão do Secretário Ariberto Venturini, através do Decreto n. 4373 de 23 de junho de 1986, que "aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado

A opção pela educação básica deve-se à consideração de um fator preponderante: sendo o ensino fundamental gratuito e obrigatório de responsabilidade do Estado, cabe analisar a extensão do cumprimento público desse princípio.

Considera-se educação básica aquela que possibilita a leitura, a escrita e a compreensão da língua, o domínio dos códigos sociais e dos símbolos, bem como operações matemáticas básicas, além de informações acessíveis ao posicionamento crítico do indivíduo face a sua realidade.

A taxa de alfabetização no Brasil é da ordem de 71,84%. Entre a faixa etária de 5 a 15 anos o índice de alfabetizados é de apenas 55,34%, enquanto nos acima de 15 anos, ele sobe para 78,08%¹²⁰.

A entrada precoce do brasileiro no mercado de trabalho, em parte, tem contribuído para a redução do nível de desemprego, pois o contingente infantil de trabalhadores faz parte da chamada "economia invisível" onde vem se registrando progressivo aumento das pessoas que trabalham por conta própria¹²¹. A erradicação do analfabetismo no Brasil é a aparente preocupação maior dos setores da educação pública do país, pois existem 45 milhões de analfabetos, o que corresponde a 1/3 da sua população.

Como o problema não é local, o governo estadual deverá buscar parceria com o governo federal e os demais países latino-americanos para uma ação conjunta, uma vez que o analfabetismo é um problema político na América Latina e uma questão de sobrevivência e integração.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará assumiu o "Projeto Monhangara" como resultado de um acordo de financiamento entre o Ministério da Educação e Cultura e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre o período de 1983 a 1988, tendo como objetivo universalizar o ensino fundamental nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil a curto prazo, assegurando um mínimo de quatro anos de escolaridade para as crianças carentes das sedes urbanas, fortalecendo e racionalizando as estruturas educacionais.

O "Monhangara" deu ênfase aos trabalhos de alfabetização, atuando, sobretudo, na melhoria da rede física, aquisição de material escolar, fortalecimento institucional e treinamento

de Educação do Pará - SEDUC". (Anexo J).

¹²⁰O conceito de alfabetização utilizado pelo IBGE é a pessoa que sabe ler e escrever um texto que lhe foi ditado.

¹²¹Dados divulgados pelo IBGE sobre a Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD) relativa a 1983.

de recursos humanos. A SEDUC participou com material de ensino-aprendizagem, rede física, recursos humanos, além do fortalecimento institucional do Estado.

O Projeto Monhangara foi um dos mais importantes na gestão do governo Barbalho. A partir dele acelerou-se a reflexão sobre a qualidade (projeto) das unidades escolares, mostrando que as escolas poderiam e deveriam ser bem melhores do que eram efetivamente, principalmente com relação à proposta arquitetônica: construção com padrão adequado ao clima da região, permanecendo como referência para toda a rede; transformação do mobiliário, destacando as carteiras ergometricamente adequadas para o uso dos alunos: a parte pedagógica, porém, não alcançou o desenvolvimento pretendido pelo projeto.

Na avaliação dos Secretários de Educação, o projeto foi bem intencionado, mas deu margem a críticas por vários fatores:

- a) metodologia de trabalho que não contemplava a universalização da rede escolar;
- b) pagamento diferenciado dos professores e serventes das escolas atendidas pelo projeto, em relação aos demais profissionais da SEDUC;
- c) prestação de contas, por parte da coordenação do projeto, diretamente com o Ministério da Educação em Brasília sem nenhuma gerência do Secretário de Educação.

Com a desarticulação da equipe do projeto, a SEDUC conseguiu universalizar, para toda a rede estadual, a metodologia "Monhangara", construindo 50 escolas como uma das formas de eliminar o turno intermediário. Na gestão seguinte, (governo Gueiros) este turno reaparece. Com o não cumprimento das metas propostas pelas regiões responsáveis pela viabilização do projeto, o acordo MEC-BIRD foi cancelado.

Não obstante, as oportunidades de acesso, a permanência na escola não está ao alcance da maioria da população, marginalizados pela dispersão geográfica, desigualdade econômica e social e pelas disparidades regionais. Além da distorção idade-série, provocada fundamentalmente pelo acúmulo de repetência, o que gera a não-permanência na escola fundamental. Como constatação, segundo Mello (1991, p.18),

"(...) costuma-se proclamar de modo espetaculoso que temos mais de 4.000.000 crianças de 7 a 14 anos fora da escola. No entanto, pesquisa recente feita com base domiciliar pela PNAD revela que cerca de 2.000.000 delas tiveram acesso à escola, mas se evadiram, após várias repetências".

A taxa de acesso permite avaliar a universalização do sistema educacional. Os dados estatísticos relativos ao acesso escolar mostram que vem ocorrendo a universalização do ensino

básico, embora ainda um número representativo de crianças na faixa de escolaridade obrigatória esteja fora da escola.

Pretendeu-se avaliar na Tabela 17 o grau de acessibilidade ao sistema educacional, no que se refere à oferta de ensino: taxa de escolarização dos 7 aos 14 anos, percentual de escolarização, déficit de escolaridade e taxa de acesso à escola aos 7 anos.

TABELA 17
TAXA DE ACESSO - ENSINO FUNDAMENTAL
PARÁ - 1980-1986

Ano	População 7 a 14 anos	Matricula Inicial		Taxa de Acesso		Déficit	
		7 a 14 anos	Total	Real	Virtual	Real	Virtual
1980	740.959	542.257	675.740	73,18	91,20	26,82	8,80
1981	781.546	572.544	718.524	73,26	91,94	26,74	8,06
1982	826.426	613.702	783.828	74,26	94,85	25,74	5,15
1983	876.225	650.888	832.268	74,28	94,98	25,72	5,02
1984	931.525	706.917	896.055	75,89	96,19	24,11	3,81
1985	1.037.342	740.137	934.838	71,35	90,12	28,65	9,88
1986	1.115.879	807.580	1.014.757	72,37	90,94	27,63	9,06

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - Estado do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 2/1986 (dados 1980-84) e n. 3/1991 (dados 1985-87)

No início do século XX, o ensino fundamental era somente um programa social principal, mantido pelo Estado, disponível a uma determinada parcela da população. A população na idade escolar de 7 a 14 anos mantém uma proporção estável em comparação à população total que era de 23,88% em média. Em 1980, o déficit real escolar no Estado do Pará estava em torno de 26,82%, tendo decrescido entre 1981-1984, voltando a crescer em 1985, ficando em 1986 em torno de 27,63%. Embora o déficit real tenha oscilado ao longo de 1980-1990, situando-se em 40,20% no último ano do período. (Tabelas 17/24)

Sobre a taxa de escolarização, deve-se levar em consideração o grave problema da distorção idade/série, resultante dos altos índices de evasão e repetência no ensino fundamental. Os programas e projetos que buscaram atingir os objetivos e metas para a melhoria do acesso à rede escolar do ensino fundamental visaram prioritariamente a construção, reforma e ampliação de unidades escolares.

No Brasil, no que tange à expansão do ensino público, se por um lado aumenta a oferta de vagas, por outro diminui a qualidade, reforçando indiretamente a rede privada, capaz de oferecer um "ensino melhor". Com isto, afunila-se a pirâmide não somente na passagem para o curso médio, mas também para o curso superior, principalmente nas melhores universidades públicas.

O crescimento populacional e o crescimento das matrículas, expostos na Tabela 18, ocorreram concomitantemente ao processo de migração.

TABELA 18
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E CRESCIMENTO DAS MATRICULAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL
PARÁ - 1980-1986

Ano	População		Matricula Inicial Total		Relação Matrícula/População	
	Números Absolutos	Taxa de Crescimento	Números Absolutos	Taxa de Crescimento	%	Taxa
1980	3.468.700	75,62	675.740	64,68	19,48	85,54
1981	3.625.200	79,03	718.524	68,78	19,82	87,03
1982	3.789.500	82,61	783.828	75,03	20,68	90,83
1983	3.959.800	86,32	832.268	79,67	21,02	92,29
1984	4.136.100	90,17	896.055	85,77	21,66	95,13
1985	4.318.400	94,14	934.838	89,49	21,65	95,06
1986	4.451.700	97,05	1.014.757	97,14	22,79	100,09

Fonte: Dados da população - Anuário Estatístico - IBGE/1989.

Dados matrícula inicial - Secretaria de Estado de Educação - Estado do Pará, Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 2/1989 (dados 1980-84), n. 3/1991 (dados 1985-87).

Nas duas últimas décadas, a população do Pará tem-se se expandido com base no crescimento vegetativo e no acelerado crescimento migratório, em função da abertura de estradas, implantação do programa de colonização ao longo da Transamazônica, além da instalação dos Grandes Projetos. Estes, portanto, foram os fatores propulsores do crescimento populacional, contribuindo para a expansão da população no Estado.

O crescimento da população paraense no período de 1980-1986 foi em torno de 22,43% (Tabela 18).

O desenvolvimento econômico constitui-se em um dos fatores explicativos fundamentais para se entender a expansão do sistema educacional. A crise econômica no início dos anos 80

agravou-se em 1986, quando a economia paraense sofre os efeitos do Plano Cruzado.

A relação matrícula/população, a partir de 1984, apresenta uma condição mais favorável quanto ao acesso à escola. A Tabela 18 demonstra isto claramente. Em 1986, estavam matriculados no ensino fundamental do Estado 1.014.757 alunos, significando um crescimento da matrícula inicial em torno de 50,17%, no período de 1980-1986. Nesse intervalo de tempo, o ritmo de crescimento da população foi em torno de 3,4% ao ano.

O quantitativo de crianças, neste grau de ensino, fora da escola, está caindo paulatinamente.

Outra causa apontada pela SEDUC é o contingente de professores sem qualificação para o magistério.

Um fenômeno comum no Brasil foi a perda de qualidade do corpo docente em vista da explosão educacional, ocorrida nas décadas de 60 e 70, aumentando a demanda e baixando as exigências para o recrutamento e qualificação dos professores.

A Secretaria de Estado de Educação é a maior Secretaria de Estado, tendo um quadro funcional sob o controle da escolha do Estado. Os profissionais que trabalham no setor educacional constituem os seguintes quadros: Quadro do Magistério, composto por docentes e especialistas de educação e Quadro da Secretaria de Educação, composto por técnicos e agentes administrativos.

A implantação da política educacional no Estado via Secretaria de Estado de Educação tem nos docentes os implementadores das principais diretrizes de ação. A Tabela 19 demonstra a distribuição dos docentes segundo a titulação por dependência administrativa.

TABELA 19
PESSOAL DOCENTE POR NÍVEL DE ATUAÇÃO SEGUNDO TITULAÇÃO POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
PARÁ - 1980-1986

Ano	Grau de Formação	Ensino Fundamental				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1980	Titulado	8.129	98	5.952	467	1.612
	Não Tit.	12.765	172	6.032	5.443	1.118
	Total	20.894	270	11.984	5.910	2.730
1981	Titulado	10.657	140	6.898	1.767	1.852
	Não Tit.	11.582	111	5.981	4.277	1.213
	Total	22.239	251	12.879	6.044	3.065
1982	Titulado	11.431	122	7.789	1.535	1.985
	Não Tit.	12.973	152	6.112	5.602	1.107
	Total	24.404	274	13.901	7.137	3.092
1983	Titulado	13.070	157	9.037	1.844	2.032
	Não Tit.	13.498	94	6.310	6.265	829
	Total	26.568	252	15.347	8.109	2.861
1984	Titulado	14.439	172	10.076	2.193	1.998
	Não Tit.	13.223	47	5.753	6.842	581
	Total	27.662	219	15.829	9.035	2.579
1985	Titulado	15.398	283	10.183	2.805	2.127
	Não tit.	14.157	38	6.142	7.378	599
	Total	29.555	321	16.325	10.183	2.726
1986	Titulado	15.030	248	9.935	2.718	2.129
	Não Tit.	12.423	6	5.419	6.496	502
	Total	27.453	254	15.354	9.214	3.631

Fonte: Secretaria de Estado de Educação-Estado do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n.2/1986 (dados 1980-84 e n.3/1991 (dados 1985-86).

A Secretaria de Estado de Educação, para executar a sua função essencial de oferecer ensino fundamental no período de 1980-1986, (Tabela 19) contou com a força de trabalho de docentes titulados e não titulados¹²². Em 1980, atuavam na rede estadual 11.984 professores, sendo que deste total, 49,6% eram titulados. Já em 1986, o percentual de professores titulados passa a ser em torno de 64,7% de um total de 15.354 professores, representando um crescimento em torno de 28,12% no período de 1980-1986.

Segundo o demonstrado na tabela acima, 70% em média do corpo docente da rede particular constituiu-se de professores titulados. Na rede municipal, a média de docentes titulados foi em torno de 23%, enquanto na rede federal foi em torno de 66% professores titulados. Na rede estadual em torno de 41% e municipal em torno de 77% é que se encontra o maior número de professores não titulados. Contra apenas 30% dos docentes da rede particular e em torno de 34% da rede federal.

Outro problema apontado pela SEDUC é a relação aluno/professor, ou seja excesso de aluno por turma.

O percentual professor-aluno exposto na Tabela 20 indica, em grande medida, a atenção e comprometimento do governo com a educação. Isto porque os gastos com salários do pessoal docente é o ítem de custo mais expressivo no total do orçamento educacional. Este percentual, entretanto, tomado isoladamente, não tem poder explicativo quanto à produtividade do sistema: ele demonstra uma estratégia quantitativa da política educacional vigente, mas não revela o caráter qualitativo desta mesma política. Para ultrapassar a simples comparação de valores, uma análise mais apurada do indicador número de alunos por professor deveria contemplar métodos e critérios de avaliação e qualificação do docente.

¹²²Docente titulado refere-se ao professor com formação a nível de 2º Grau com Magistério completo, a nível de 3º Grau com Licenciatura Curta ou Licenciatura Plena.

Docente não titulado são os profissionais que exercem a função de professor, mas não tem formação de Magistério, como por exemplo engenheiro, economista, etc...

TABELA 20
RELAÇÃO ALUNO/ PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
PARÁ - 1980-1986

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Alunos Matriculados	Número de Docentes	Relação Aluno/professor	Alunos Matriculados	Número de Docentes	Relação Aluno/professor
1980	6.75.740	20.894	32,34	61.932	2.879	21,51
1981	718.524	22.239	32,31	64.721	2.984	21,69
1982	783.828	24.404	32,12	69.149	3.292	21,01
1983	832.268	26.568	31,33	68.517	3.310	20,70
1984	896.055	27.662	32,39	68.028	3.335	20,40
1985	934.838	29.555	31,63	71.475	3.399	21,03
1986	1.014.757	27.453	36,96	77.018	3.216	23,95

Fonte: Secretaria do Estado de Educação. Boletim Informativo Estatístico Educacional do Estado do Pará, 1985-88, n° 3.

Segundo os dados demonstrados na Tabela 20 há uma melhoria representativa no sistema educacional, já que os dados refletem um aumento no número de professor por aluno ou redução do número de aluno por professor. Nos anos de 1980-1986, os professores do nível de ensino fundamental apresentaram um crescimento em torno de 31,39% enquanto os do ensino médio apresentaram um crescimento em torno de 11,7%; por sua vez o número de alunos matriculados no ensino médio cresceu em torno de 24,36%, enquanto no ensino fundamental ficou em torno de 50,17%, evidenciando a relação aluno/professor.

A taxa de escolarização possibilita avaliar a cobertura dos indicadores básicos de eficiência e efetividade do sistema de ensino com os dados que demonstram a capacidade de retenção e aprovação dos alunos atendidos no ensino fundamental.

Evidenciam-se as causas da defasagem escolar nos indicadores da repetência, evasão, reprovação e aprovação, dificultando uma maior oferta de vagas no ensino fundamental. Dentre as razões que originam o fracasso escolar, as pesquisas realizadas apontam o ambiente cultural do aluno que dificulta apreender valores diferenciados dos de seu meio; pouca disponibilidade para as obrigações escolares e a distorção da faixa etária para começar a frequentar a escola. São alguns desses fatores que determinam a seletividade do sistema educacional.

Na Tabela 21 é demonstrado o fluxo escolar com o dimensionamento do sistema

educacional, no que tange ao ensino fundamental.

TABELA 21
INDICADORES BÁSICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.
PARÁ - 1980-1986

Ano	Matricula Inicial Total	Repetência		Evasão		Aprovação		Reprovação	
		ABS	(%)	ABS	(%)	ABS	(%)	ABS	(%)
1980	675.740	127.398	18,85	62.047	9,18	455.037	73,21	166.541	26,79
1981	718.524	141.044	19,63	76.010	10,58	476.220	72,82	177.735	27,18
1982	783.828	166.991	21,30	97.088	12,39	498.320	71,51	198.539	28,49
1983	832.268	-	-	103.687	12,46	497.853	71,51	198.395	28,49
1984	896.055	185.390	20,69	129.843	14,49	553.807	72,71	207.881	27,29
1985	934.838	178.827	19,13	128.283	13,72	521.810	71,70	205.921	28,30
1986	1.014.757	166.470	16,40	140.489	13,84	530.083	70,61	220.661	29,39

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacionais, n. 2/1986 (dados 1980-84) e n. 3/1991 (dados 1985-88).

Os dados das Tabelas 21/27 evidenciam que ocorreu um crescimento da matrícula inicial no período 1980-1990 em torno de 59,78%. A política educacional para o ensino fundamental, implementada a partir dos anos 80 e demonstrada na Tabela 21, resultou num crescimento das taxas de matrículas. No período de 1980-1986, a matrícula inicial cresceu em torno de 7% da taxa de crescimento médio anual. A taxa de repetência calculada indica que é excessivamente alta para o ensino fundamental no Pará, constituindo-se como principal obstáculo para a universalização da educação básica. Os dados da Tabela 21 indicam que a repetência no ensino fundamental oscila em torno de 18,85% em 1980 para 16,40% em 1986. Todavia, a evasão correspondente passou de 9,18% em 1980 a 13,84% em 1986. Constatou-se que cerca de 737.447 alunos abandonaram a escola neste grau de ensino, na sua grande maioria pelo excesso de repetências acumuladas. No que se refere à reprovação, que se constitui num dos principais mecanismos de seletividade do sistema educacional, vê-se que em 1986, do total dos alunos matriculados no Estado, em torno de 29,39% foram reprovados e em torno de 13,84% evadiram-se.

A análise dos indicadores básicos de qualidade para o ensino fundamental aponta para um quadro crítico de altas taxas de repetência, evasão e reprovação no período analisado.

2.2 - A Organização Sindical e as Greves

A participação e organização sindical dos professores do ensino fundamental e médio da rede pública estadual iniciou-se via Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA), fundada em 1979.

Com a desarticulação da APEPA em 1983, o movimento dos professores passou a discutir a necessidade de ter uma direção para encaminhar as lutas da categoria. Decidem pela formação de uma "Comissão Central do Movimento", encaminhando em outubro de 1983 a primeira greve do magistério do ensino fundamental, reivindicando um reajuste salarial de 90% . Estendeu-se esta por quinze dias no governo Jáder Barbalho.

Reivindicações atendidas pelo governo:

- Salário mínimo para professor primário;
- Instalação de uma Comissão Paritária entre técnicos da Secretaria de Estado de Educação e professores para reformar o Estatuto do Magistério;
- Readmissão dos professores demitidos na greve de 1980;
- Doação de um prédio público para sede da entidade.

Em dezembro de 1983, foi realizado o I Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará, sendo fundada a Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará (FEPPEP). Para reafirmar-se como entidade classista, filia-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No II Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará, realizado em dezembro de 1984, foram aprovadas as seguintes propostas:

- a) Piso de três salários mínimos;
- b) Eleição direta para diretor da escola pela comunidade escolar;
- c) instalação da Comissão Paritária para o Estatuto do Magistério que não foi cumprida em 1983.

Em maio de 1985, a categoria dos professores e servidores, reunida em Assembléia Geral, deliberou entrar em greve. Está durou noventa dias, foi a mais longa do período estudado (1983 a março de 1991). A longa paralisação trouxe vitórias econômicas e funcionais, além do fortalecimento da entidade e do movimento. (Anexo L)

Nesta greve, um episódio de ação violenta foi a invasão da Polícia Militar do Estado no

prédio da Assembléia Legislativa, para a retirada dos professores do recinto.

O que foi conquistado:

- a) Enquadramento do excedente a 100 horas como pró-labore. Esta medida retira os direitos adquiridos pela categoria com muita luta;
- b) Salário mínimo para os servidores;
- c) A formação da Comissão para reformulação do Estatuto do Magistério;
- d) Um ano de aluguel, por parte da Secretaria de Estado de Educação de um prédio para a sede da FEPPEP;
- e) Desconto, em folha de pagamento, da mensalidade dos filiados da FEPPEP;
- f) Liberação de cinco membros da Diretoria para que fiquem à disposição do trabalho sindical.

O III Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará ocorreu em dezembro de 1985, transformando a FEPPEP em Federação dos Profissionais da Educação Pública do Pará, devido à incorporação dos servidores e técnicos numa entidade única.

Em Assembléia Geral realizada no dia 26-09-86, os professores e servidores da rede pública de ensino decidiram, por unanimidade, paralisar durante quinze dias, visando pressionar o governador Jáder Barbalho a reabrir as negociações em torno dos salários e da aprovação do novo Estatuto do Magistério Público Estadual.

Os diretores e supervisores das escolas da rede pública decidiram apoiar e aderir à greve dos professores. Estes profissionais (diretores e supervisores) são lotados como professores especialistas e reivindicavam, como os professores pedagógicos, melhorias salariais.

Um dos impasses nas negociações é o fato de o Governador não aceitar a inclusão dos servidores das escolas públicas na pauta de reivindicações dos professores.

Com a pressão da greve, a FEPPEP cobrava do governo do Estado o cumprimento de pontos acertados na greve de 1985 e não cumpridos, bem como apresentava uma contraproposta ao governador onde estabelecia:

- Dois salários mínimos para o professor primário e quatro para o licenciado pleno;
- Para o Servidor, um e meio salário mínimo para formação de 1º grau e quatro para nível superior;
- Gratificação de nível superior de 80% sobre toda a jornada de trabalho;

- Gratificação de pó de giz de 10% sobre toda a carga horária;
- Definição da jornada de trabalho em 100,150 e 200 horas mensais e gratificações sobre estas jornadas;
- Carreira de dez referências;
- Progressão vertical automática;
- Reajuste de salários duas etapas: a primeira, em outubro de 1986 e, a segunda, em fevereiro de 1987.

A resposta do governador foi positiva quanto ao valor dos salários, mas não quanto ao início da vigência. O governador Jáder Barbalho propôs que entrassem em vigor somente em dezembro de 1988. Inclusive, o governo enviou à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de Lei referente ao novo Estatuto do Magistério, elaborado sem qualquer participação dos professores, rompendo as negociações. O Estatuto entrou em vigor no dia primeiro de outubro de 1986¹²³, um mes antes da eleição em que o governador Jáder Barbalho elegeria seu sucessor.

O IV Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará, realizado em novembro de 1986, deliberou a reivindicação junto ao governo do Estado, de um piso salarial de cinco salários mínimos, tendo como referência o professor de formação pedagógica; cumprimento do acordo feito com o Governador em convocar eleições diretas para diretor de escola e a reformulação do Estatuto do Magistério.

Ainda com relação à educação no período 1983 a março de 1987, têm-se a materialização de algumas diretrizes:

- a) concessão de isonomia salarial para técnicos;
- b) melhoria salarial para funcionários de nível médio;
- c) regularização funcional dos servidores, através de classificação de cargos;
- d) implantação da 1/2 passagem para os estudantes da rede Estadual e Federal;
- e) implantação do Estatuto do Magistério pela Lei 5351/86;
- f) implantação da Rede Educativa em Belém;
- g) em relação ao Ensino Superior, criação e implantação via Fundação Educacional do

¹²³Sobre o que dispõe e regulamenta o novo Estatuto do Magistério ver PARÁ, Governo. Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará - Decreto N.4714/87 de 09.02.87. Aprova o Regulamento da Lei N. 5351/86 de 21.11.86 - Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação, 1987.

Pará, dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Licenciatura Plena em Matemática; Educação Artística com habilitação em Educação Musical.

A discussão sobre as greves no interior da educação expõe, entre outras coisas, a heterogeneidade das condições de trabalho docente nas escolas estaduais. O que se observa é uma situação de precariedade, no referente à carreira docente. Os serviços públicos são desmoralizados, ficando os servidores públicos da educação sem uma política salarial justa. De fato, o governo não tem critérios para a operacionalização desta, chegando ao ponto de não prever reajustes salariais no seu orçamento anual. Finalmente, as diretrizes essenciais consideradas pela categoria dos servidores públicos da educação são: estreitar cada vez mais o vínculo e o compromisso da educação com a realidade regional e nacional; buscar a qualificação de seus recursos humanos e investir na qualidade do ensino; intensificar o processo de democratização, buscando a gestão descentralizada.

3 - A Política da Educação no Governo Hélio Gueiros

Nos seus pronunciamentos, ainda quando candidato ao governo do Estado, o governador Hélio Gueiros anunciava que dois setores seriam prioritários na sua administração: educação e agricultura. Para sistematizar e implementar as propostas de governo, (gestão 1987 a março 1991), foi criada uma Equipe de Planejamento com grupos de trabalho em áreas específicas.

Nesse período, (1987 a março de 1991) o governador Hélio Gueiros nomeou como Secretária de Educação sua esposa Profa. Therezinha Moraes Gueiros¹²⁴. Segundo o governador, a nova Secretária foi escolhida não por ser sua esposa, mas, devido a todo o seu trabalho pela educação no Estado.

Diante do quadro da Educação Pública, constata-se que um dos problemas da educação no Brasil é a dicotomia entre o planejamento e a execução. Na maioria das vezes, o planejamento

¹²⁴Therezinha Moraes Gueiros é graduada pela Universidade Federal do Pará em Filosofia. Professora do Depto. de Filosofia da referida Universidade. Foi chefe do Depto. e Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Foi Superintendente da Fundação Educacional do Pará e posteriormente Reitora da Universidade do Estado do Pará até o final do governo Gueiros. Atualmente, é Secretaria Municipal de Educação e seu marido, Hélio Gueiros, é o atual Prefeito de Belém.

não leva em consideração as condições reais da escola, bem como as necessidades da população em potencial da Escola Pública. Além de uma questão crucial que é a decisão política que o planejamento requer para ser executado.

Esta situação é percebida no âmbito dos sistemas de ensino, enfatizando-se que o sistema estadual recebe a maior carga de responsabilidade e que a Região Norte não tem condições de responder às necessidades regionais. Urge revertê-la, afim de ter-se políticas públicas que possam proporcionar mudanças substanciais no processo pedagógico. Os "atores" que executam esta política devem aceitar o desafio de tornar mais pública a formulação e a gestão da Política Educacional

3.1 - Plano de Educação - Período Março de 1987 a Março de 1991

No Estado do Pará, no período 1987 a março de 1991 foi estabelecida a educação como prioridade e, para torná-la, real foram chamados alguns educadores para a elaboração do Plano Estadual de Educação.

O ponto de partida do trabalho foi a indagação: COMO TRANSFORMAR A PRIORIDADE QUE TEMOS, QUE É UMA PRIORIDADE AO NÍVEL DO DISCURSO, NUMA PRIORIDADE DE FATO?

Segundo o Plano Estadual de Educação - 1987-1990 (1987, p.39) do Pará, "a Educação Escolar Paraense tem evoluído nas últimas décadas, muito embora haja carência que persistem e progridem num dinamismo indesejável. No geral essas carências dizem respeito:

- a) ao baixo nível de escolarização da população;
- b) à não absorção de parcela da população em idade escolar;
- c) às condições precárias em que se desenvolve o processo educativo escolar;
- d) à carência de recursos financeiros para a aplicação na educação escolar;
- e) à baixa qualidade do ensino ministrado;
- f) à deterioração dos níveis de deficiência escolar na educação pública, estadual e municipal;
- g) à gestão centralizada e anti-democrática do sistema educacional;
- h) ao descompasso na vinculação entre o processo educativo e a realidade sócio econômica e cultural paraense, em especial a devastação do meio ambiente".

Para enfrentar tais carências foi proposto:

- Expandir e diversificar a oferta de vagas para atender à clientela na idade escolar, visando a redução dos déficits existentes;
- Melhorar as condições materiais e pedagógicas do processo educativo, visando à formação da cidadania, o desenvolvimento da consciência ecológica e o aumento dos níveis de eficiência escolar;
- Modernizar o Sistema Educacional com vistas à maior eficiência e participação dos atores envolvidos¹²⁵.

Observa-se, inicialmente, na formulação do Plano Estadual de Educação, a ausência de uma análise das dificuldades enfrentadas pelos técnicos e assessores da Secretaria de Educação com relação à educação. No entanto, afirma-se que "tem evoluído nas últimas décadas". Pergunta-se: evoluído em que sentido? quantitativa ou qualitativamente? em que aspectos? como se caracteriza essa evolução?

Deve-se observar algumas conquistas dos grupos da sociedade civil organizada, que, em algumas propostas, incluíam o discurso da defesa da ecologia.

Com base no exposto acima, a Secretaria de Estado de Educação desenvolveu alguns projetos, visando à ampliação das oportunidades educacionais, corroborando para o estímulo ao ensino de boa qualidade e conseqüentemente, a recuperação da Escola Pública, apresentando-se assim configurado:

A) Expansão e Melhoria do Ensino, tendo como sub-projetos:

a.a - Projeto Novo Instituto Estadual de Educação do Pará: consiste em dotar o município de Belém de uma Instituição física e pedagógica, adequada ao atendimento das necessidades inerentes à habilitação do magistério a nível médio. Expandir a oferta de vagas na habilitação magistério, melhorando as condições de formação do professor, através da construção de um novo Instituto de Educação no Pará, de acordo com uma nova proposta pedagógica.

¹²⁵ PARÁ. Governador, 1987-1991 (Hélio Mota Gueiros). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 1º de março de 1988: Imp. Oficial, p.95-97.

Na discussão deste processo, surge a proposta de investir na formação do professor com nível superior, assim garantindo o salto qualitativo desta formação, ou seja, transformar a Escola Normal da capital em escola de nível superior, continuando como as Escolas Normais no interior do Estado. Esta reforma consiste na formação do professor de educação básica para trabalhar com crianças na faixa etária de 0 a 10 anos¹²⁶.

A justificativa para este projeto é a valorização do professor de Educação Básica, através de uma formação especializada e com embasamento científico. O Governo do Estado, através da SEDUC, ligado à FEP, implantou, em março de 1990, o Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP), que está funcionando com o "Curso de Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental" de forma integrada e multidisciplinar. O horário do curso é integral (manhã e tarde), o professor da rede pública estadual que fizer o curso é liberado das suas atividades docentes e continua recebendo seus vencimentos. A idéia do governo é que, com isto, haja condições desse professor cursar o Ensino Superior, priorizando os que atuam na área, e visando também a melhoria salarial¹²⁷.

Constata-se que o governo tem uma forma de "segurar" o professor na rede pública. Um exemplo desta afirmação encontra-se na fala da Secretária de Educação sobre o Projeto de Lei do Executivo:

"(...) além de desobrigar os funcionários da carga horária, prevê a permanência do profissional formado pelo ISEP no quadro da Seduc pelo prazo mínimo de quatro anos, permitindo, depois, a opção pelo ensino privado. A decisão de mandar mensagem à Assembléia Legislativa, visava evitar que futuros governos estaduais promovessem a extinção do benefício, prejudicando um princípio básico do Instituto. Era possível que um próximo governo quisesse o retorno dos professores às salas de aula, antes do término do curso¹²⁸".

¹²⁶Cf. ISEP, Série Caminhos de Educação 1, 1989.

¹²⁷A respeito do ISEP, ver a dissertação de Mestrado "ISEP, Realidades e Possibilidades para a Formação do Professor da Escola Básica" de Cely do Socorro Costa Nunes. UNICAMP. Faculdade de Educação, 1995. (em fase de defesa).

¹²⁸Entrevista da Secretária de Educação Profa. Therezinha de Moraes Gueiros, para o jornal "A PROVÍNCIA DO PARÁ", Belém, 06.03.1990.

Ao assumir o seu segundo mandato, (1990 a março de 1994) o Governador Jáder Barbalho extinguiu alguns benefícios com relação ao ISEP, como: funcionários do Estado que eram do ISEP foram devolvidos para as suas Instituições de origem ou dispensados; professores foram obrigados a fazer concurso público, enquanto os funcionários são recontratados pela FEP; transferiu-se o prédio do ISEP para a sede da FEP e a Faculdade Estadual de Medicina passa a ocupar o prédio ex-ISEP os argumentos do governador para tal ato foram dois: a) espaço físico ocioso devido o número de alunos ser irrisório; b) proximidade com o Hospital das Clínicas, onde os alunos de Medicina farão estágio. Cria o Convênio entre FEP e SEDUC, passando o ISEP a ser de responsabilidade administrativa da FEP, anula o ato de criação da Universidade Estadual do Pará.

Embora venha crescendo quantitativamente os docentes habilitados para o magistério, detecta-se que há deficiências na qualidade do seu desempenho em consequência dos cursos de formação e quanto às práticas de seleção, admissão e lotação desses profissionais, contribuindo para este quadro a falta de garantia de um plano de carreira e de política salarial. Ilustrando este quadro ver Tabela 22.

TABELA 22
PESSOAL DOCENTE POR NÍVEL DE ATUAÇÃO SEGUNDO TITULAÇÃO, POR
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
PARÁ - 1987-1989

Ano	Grau de Formação	Ensino Fundamental Dependência Administrativa				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1987	Titulado	16.067	272	10.391	3.036	2.368
	Não Tit.	14.385	14	5.995	7.706	670
	Total	30.452	286	16.386	10.742	3.038
1988	Titulado	16.708	203	10.592	3.483	2.430
	Não Tit.	14.701	11	5.779	8.171	740
	Total	31.409	214	16.371	11.654	3.170
1989	Titulado	5.802	131	3.648	520	1.503
	Não Tit.	29.869	47	13.972	13.486	2.364
	Total	35.671	178	17.620	14.006	3.867

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - Estado do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 2/1986 (dados 1980-84) e n. 3/1991 (dados 1985-86)

Ao se examinar a Tabela 22 quanto à titulação dos docentes segundo a dependência administrativa em que atuam, constatou-se que na rede estadual, em torno de 50% dos docentes possuíam graduação com nível superior, vindo em seguida a rede municipal em torno de 21%, sendo que a rede particular apresentou um percentual significativo em torno de 64% de docentes portadores de titulação. A rede federal apresentou uma média em torno de 88% professores titulados. É significativa a presença de docentes não titulados nas redes de ensino estadual em torno de 50% e municipal em torno de 79%. É importante registrar que o docente ganha pela titulação. A formação de nível superior representa a melhoria salarial com aprimoramento profissional e intelectual.

a.b - Centro de Informática e Educação (CIED): projeto voltado para a informática na educação, com ênfase na linguagem "logo", que consiste no desenvolvimento das estruturas de pensamento. Objetivando habilitar professores e alunos do ensino fundamental e médio da rede pública na utilização de recursos computacionais na educação, tornou-se um núcleo de pesquisa e desenvolvimento de metodologias e softwares. Este centro foi implantado em cooperação com o Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e convênio com o Ministério da Educação.

a.c - Centro de Ensino Básico (CEBS): Projeto Especial que constituiu uma alternativa encontrada pela SEDUC para o desenvolvimento do Ciclo Básico de Alfabetização nas escolas de ensino fundamental, a fim de reduzir os índices de repetência e evasão na 1a. série. Funcionaram como laboratório de ensino-aprendizagem, dando oportunidade aos professores de aplicar e avaliar diferentes processos de Alfabetização num período de dois anos. O treinamento abrangeu todas as disciplinas do currículo do ensino fundamental¹²⁹.

Ao citar projetos com o objetivo de eliminar a alfabetização, a Tabela 23 oferece subsídios para avaliar o comportamento dos indicadores básicos do ensino fundamental.

TABELA 23
INDICADORES BÁSICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PARÁ - 1987-1990

Ano	Matrícula Inicial Total	Repetência		Evasão		Aprovação		Reprovação	
		ABS	(%)	ABS	(%)	ABS	(%)	ABS	(%)
1987	1.044.670	212.578	20,35	144.764	20,35	523.230	71,29	210.759	28,71
1988	1.071.566	203.430	18,98	152.345	18,98	543.614	71,31	218.683	28,69
1989	1.041.390	215.072	20,65	143.108	13,74	522.483	71,45	208.807	28,55
1990	1.079.683	116.076	10,75	81.390	7,54	304.369	10,12	129.671	29,88

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 3/1991. IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1989.

¹²⁹ Esta experiência já vinha sendo desenvolvida nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Pernambuco e Rio Grande do Sul, com o objetivo de reduzir os resultados da repetência e da evasão nas séries iniciais do ensino fundamental.

A média da matrícula inicial no ensino fundamental no período de 1987-1990 segundo a Tabela 23, foi de 1.059.327. Vale salientar que os percentuais de repetência no período 1987-1990 foram decrescendo progressivamente. Um outro mecanismo de seletividade do sistema educacional é a evasão escolar. Quando se observa a taxa de evasão que ocorre durante o ano letivo, o nível de qualidade do ensino agrava-se: 20,35% do total dos alunos do Estado, matriculados no ensino fundamental em 1987, deixam as escolas antes de terminarem o ano letivo. Além disso, houve uma redução dessa taxa para 7,54% em 1990 (Tabela 23). Os crescentes índices de reprovação no ensino fundamental constituem-se em indicadores significativos das condições deficientes do ensino. Em 1987, no Pará, 28,71% dos alunos foram reprovados, enquanto em 1990, este percentual aumentou em torno de 29,88%. Entretanto, as taxas de aprovação apresentaram uma estabilidade no período citado, passando o número de aprovações em torno de 71,29% em 1987 e 70,12% em 1990 (Tabela 23). Dos cerca de 73,21% que foram aprovados no ensino fundamental em 1980 (Tabela 21), passou-se a 70,12% da população escolar deste grau de ensino em 1990 (Tabela 23). Constata-se, portanto, que, do ponto de vista formal, a cobertura da educação básica para o Estado do Pará vem aumentando de forma significativa.

a.d - Plano Impacto: visa a recuperação das escolas em estado precário de conservação, com a participação de segmentos da Secretaria de Estado de Educação, da escola e da comunidade. Objetiva a recuperação física das escolas de ensino fundamental e médio, atingindo os serviços hidráulicos, elétricos, de pintura, bem como de capina e limpeza. Foi priorizada a capital e pretendia estender o atendimento aos municípios do Estado.

Com este plano, surgiu um tipo de sistema periódico de manutenção das escolas, reduzindo os gastos com a recuperação e manutenção, com a participação da comunidade escolar. Ocorreu também uma distribuição mais eficiente de equipamento e material permanente nas escolas. A decisão do plano de construção e recuperação de unidades escolares reveste-se de um caráter político, pois é a gestão da "obra simbólica".

B) Projetos Especiais, e seus respectivos sub-projetos:

b.a - Projeto "A Escola Pedê Paz": com o objetivo de minimizar a violência nas escolas,

visava definir medidas preventivas e ações educativas imediatas, para diminuir os fenômenos de agressividade contra o ambiente escolar, bem como atender às necessidades da comunidade. Era um trabalho integrado entre comunidade/órgãos de segurança, como Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

b.b - Projeto "Despertar": era um alerta à comunidade escolar sobre o interesse pelas questões que diziam respeito ao meio ambiente, objetivando a formação da consciência ecológica e a preservação do patrimônio público escolar. Desenvolvido em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente (SESMA).

b.c - Projeto "Campanha SEDUC na Escola": foi adotada uma metodologia, partindo desde a definição da quantidade estatisticamente projetada até a entrega do material ao seu destinatário. As escolas da capital e do interior recebiam direto, sem intermédio dos "atores" políticos, o material da SEDUC como: carteiras escolares, caixas de giz, impressos gerais (diários de classe, boletins escolares, fichas de avaliação, carteiras de estudantes, etc.), cartazes impressos e livros didáticos para o atendimento do ano letivo. Tal medida foi para resgatar a credibilidade da SEDUC junto às escolas, além de possibilitar as condições mínimas de funcionamento. Para este trabalho foram deslocados oitenta funcionários, sendo sessenta ligados diretamente à SEDUC e vinte para trabalhar no setor de apoio à entrega do material, dinamizando a campanha.

É importante frisar que, contraditoriamente, a dotação das escolas do material para o seu funcionamento consta de equipar estas unidades com carteiras e armários, isto é, o mínimo indispensável em uma escola por um lado. Enquanto isto, o sistema já executa um programa "logo", e o computador está dentro da sala de aula.

Apesar da contradição, talvez este tenha sido um dos projetos mais importantes desenvolvidos no governo Gueiros, fundamentalmente devido ao seu caráter político. Com isso, ocorreu um desmantelamento dos "currais" eleitorais dos deputados e vereadores, já que, anteriormente, o material era entregue nas mãos dos políticos e estes distribuíam a quem lhes convinha, o que poderia significar que, na escola, o material nunca chegava. A reação dos deputados estaduais foi imediata, com pronunciamentos feitos na Assembléia Legislativa pedindo a "cabeça" dos assessores da SEDUC, pois da Secretária não poderiam pedir, já que a mesma era mulher do governador. A resposta da Secretária veio através da imprensa em defesa do

projeto e dos assessores. Com o rompimento entre Gueiros e Barbalho, alguns projetos são prejudicados, principalmente aqueles de caráter político, devido à necessidade de reordenação nas bases de sustentação política do governo do Estado. Conseqüentemente, a educação não é mais prioridade. Contraditoriamente, o governador Gueiros consegue conviver com grande parcela dos assessores do ex-governador Barbalho que não romperam com ele. Também consegue trabalhar muito facilmente com a Assembléia Legislativa, composta na sua grande maioria por deputados do PMDB integrados ao ex-governador. Além disso, para levá-los a apoiá-lo, passa a manter uma relação fisiológica, governando através de protocolos que, a rigor, seriam o ressurgimento dos currais eleitorais.

Assim, à medida que o governador precisa ter maioria, ele cede mais politicamente. Reforçando esta análise, avalia o deputado estadual **Edmilson Rodrigues**,

"Os deputados, na verdade, passaram a vender-se caro, porque faziam o jogo de um conflito que estava latente entre Gueiros e Jáder, pressionando o governador, visando exclusivamente seus interesses pessoais. E a imprensa trabalhava com isso. Os deputados do PMDB, na sua maioria, ficam com Gueiros até o momento que percebem que Jáder poderá retornar, passando todos para o seu lado¹³⁰".(Informação Verbal)

Nesse momento político afloram também as divergências com relação à proposta de trabalho dentro da própria administração da SEDUC, havendo um incremento do empreguismo como instrumento do clientelismo. Constata-se, dessa forma, que a educação tem sido um espaço fundamental para a reprodução da política ideológica-clientelista.

Criado em 1988, o Fundo Rotativo (recursos repassados às escolas para compra de material de consumo e realização de pequenos serviços) revelou-se uma experiência positiva. Pela primeira vez, a Secretaria de Estado de Educação repassou verbas às escolas do ensino fundamental, seja da sede ou do interior do Estado. E, com o material, houve também o repasse aos diretores de uma verba para pequenas despesas. A SEDUC chegou à conclusão de que a rede escolar deteriora-se rapidamente porque quando quebra uma telha, queima uma lâmpada, escangalha uma torneira, o diretor tem de ficar à espera da Secretaria de Obras para providenciar o conserto. Agora, com essa verba, o diretor tem como fazer frente às suas necessidades imediatas, ficando liberado para dar maior atenção à parte pedagógica. Esta verba foi entregue diretamente aos diretores das escolas, com autonomia para administrá-la, prestando contas com

¹³⁰ Depoimento concedido à autora pelo professor e deputado estadual Edmilson Rodrigues. Belém, janeiro de 1995.

a SEDUC e esta com o Tribunal de Contas do Estado.

A experiência é inédita, tanto no que se refere à entrega direta do material escolar, como da verba às escolas estaduais. Inclusive foram utilizadas vias de acesso, como estradas, rios e até serviços aéreos.

b.d - Capacitação de Diretores de Escola: promovido com a finalidade de capacitar os diretores na área de administração escolar, através de um curso de especialização, tendo como metodologia a administração escolar, currículo, planejamento, visão política e sociológica da educação. A finalidade do curso não era só qualificar, mas substituir os que não estavam correspondendo e selecionar também novos diretores. O critério utilizado para a seleção foi a inscrição e uma prova escrita. Qualquer servidor da escola pública (pessoal da área de ensino e administrativa), desde que tivesse curso superior, poderia candidatar-se ao mesmo.

No caso de quem era diretor, o curso era obrigatório, caso contrário, este perderia o cargo.

As turmas funcionaram com 30 a 40 alunos, perfazendo um total de quatro turmas ao longo dessa gestão. Não ocorreram desistências, pois havia uma "promessa" de assumir direção de escola. No final do curso era entregue uma monografia que versava sobre temas específicos da área de administração escolar.

Os cargos de direção de escola, remetem-nos para a organização burocrática, incluindo a autoridade, a legitimidade e a hierarquia. O que se discute hoje é a pertinência das eleições diretas, com caráter de efetivação, baseadas no princípio democrático, que é a escolha pela maioria da comunidade escolar, legitimando o cargo de diretor. Neste caso, a polêmica está em quem poderia ser o candidato ao cargo. Qualquer membro da comunidade escolar ou apenas o administrador escolar?¹³¹

b.e - Microplanejamento da Rede Física Escolar: este projeto visa expandir a oferta de vagas na rede oficial de ensino através da construção, ampliação, recuperação, conservação e adequação dos espaços físicos, via o mapeamento da rede escolar, além de dar condições ao desenvolvimento de propostas pedagógicas. Objetiva também o planejamento da distribuição, do tamanho e do número de vagas das escolas, além de identificar as necessidades físicas, como

¹³¹A Constituição Estadual no seu Art. 278, regulamentada em Lei Complementar de 07.03.1991, garante a lista tríplice para a escolha de diretor da escola pelos Conselhos Escolares.

estratégias de captação de novas vagas a serem oferecidas. Além disso, a Secretaria de Estado de Educação procurou, através da compra de vagas na rede particular de ensino e distribuição de bolsas de estudos, diminuir o déficit escolar, a taxa de evasão, melhorando a qualidade do ensino fundamental.

Apesar da justificativa da SEDUC para com o projeto, o que ela está promovendo é a privatização do ensino ao invés de expandir a sua rede.

Um dos indicadores clássicos educacionais é a taxa de escolarização. A demanda por ensino fundamental no Estado do Pará, no período 1987-1990, é demonstrada na Tabela 24 quanto ao atendimento à população escolarizada na faixa etária obrigatória.

TABELA 24
TAXA DE ACESSO - ENSINO FUNDAMENTAL
PARÁ - 1987-1990

Ano	População 7 a 14 anos	Matricula Inicial		Taxa de Acesso		Déficit	
		7 a 14 anos	Total	Real	Virtual	Real	Virtual
1987	1.199.922	768.998	1.044.670	64,09	87,06	35,91	12,94
1988	1.293.549	803.095	1.071.566	62,08	82,84	37,92	17,16
1989	1.348.018	834.493	1.041.390	61,91	77,25	38,09	22,75
1990	1.444.550	863.907	1.079.683	59,80	74,74	40,20	25,26

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - Estado do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 3/1991. (dados 1987-88).
Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará - IDESP, Estatísticas Educacionais do Pará (1989-90).

Os anos compreendidos entre 1980-1990 revelam uma oscilação no acesso ao ensino fundamental pela população. Em 1980, o Estado do Pará compunha-se de uma população em idade escolar de 740.959 pessoas (Tabela 17), entre 7 e 14 anos, dos quais 73,18% eram atendidas pela rede estadual. No final do período, em 1990, apresenta um déficit real em torno de 40,20% (Tabela 24)

Como um dos resultados da política educacional tem-se a estabilidade da taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos num período de 10 anos (Tabelas 17/24). Talvez teoricamente o sistema educacional tenha condições de absorver e oferecer a educação básica para a população que a ela tem direito. Mesmo assim, em torno de 27,38% da população de 7 a 14 anos não têm ingresso na escola básica, além do número significativo dos alunos que

frequentam o ensino fundamental, fora dessa faixa etária. Revela-se, portanto, que a obrigatoriedade assumida pelo Estado em gerenciar o ensino fundamental a partir de 1971, está no campo das intenções, enquanto a concentração de vagas se localiza nas séries iniciais.

O processo de expansão matrícula/população está relacionado ao fenômeno da urbanização que foi abrupto. Em dez anos, a população paraense, que em 1980 era 3.403.391 (Tabela 18) passa para 4.768.748 em 1990 (Tabela 25). A relação matrícula/população nesse período manteve o índice de escolarização equilibrado.

TABELA 25
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E CRESCIMENTO DAS MATRICULAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL
PARÁ - 1987-1990

Ano	População		Matricula Inicial Total		Relação Matrícula/População	
	Números Absolutos	Taxa de Crescimento	Números Absolutos	Taxa de Crescimento	%	Taxa
1987	4.587.200	100,00	1.044.670	100,00	22,77	100,00
1988	4.724.400	102,99	1.071.566	102,57	22,68	99,60
1989	4.862.800	106,01	1.041.390	99,69	21,42	94,04
1990	5.001.800	109,04	1.079.683	103,35	21,59	94,78

Fonte: Dados da população - Anuário Estatístico - IBGE/1989.

Dados matrícula inicial - Secretaria de Estado de Educação - Estado do Pará. Boletim Informativo Estatístico-Educacional n. 3/1991 (dados 1987/88). Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará IDESP. Estatística Educacional do Pará (1989-90).

O contingente populacional chegado ao Estado do Pará exerceu um impacto no sistema educacional. A retomada de crescimento das matrículas desenvolveu-se num cenário de intensificação do processo de urbanização.

Analisando-se o resultado, constata-se que, no Estado, de 1987-1990, o total de alunos matriculados era em torno de 3,4% no ensino fundamental, enquanto a população cresceu em torno de 10,6% no período (Tabela 25)

Dentro da escola, o centro do processo educacional é a relação ensino-aprendizagem. O professor é responsável pela sustentação didática e pedagógica de todo este processo. Mas, as condições de trabalho não permitem desenvolver uma educação de qualidade ou aprimorar a própria formação. Na Tabela 26 é demonstrada como se desenvolveu, no período 1987-1990, a relação aluno/professor.

TABELA 26
RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
PARÁ - 1987-1990

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Alunos Matriculados	Número de Docentes	Relação Aluno/Professor	Alunos Matriculados	Número de Docentes	Relação Aluno/Professor
1987	1.044.670	30.452	34,31	81.072	3.806	21,30
1988	1.071.566	31.409	34,12	85.318	3.768	22,64
1989	1.041.390	35.671	29,19	94.069	4.261	22,08
1990	1.079.683	-	-	100.302	-	-

Fonte: Secretaria de Estado de Educação, Boletim Informativo Estatístico Educacional do Estado do Pará, 1985-88, n.3
 IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1989.

O número de professores de 1987-1989 (Tabela 26) cresceu em torno de 17%, representando uma relação aluno/professor, neste período em torno de 32 alunos matriculados no ensino fundamental para cada professor. Por outro lado, a relação aluno/professor no ensino médio foi em torno de 22 alunos matriculados no período. Como uma das causas dessa oscilação, remete-se para a realização do concurso público e a execução do Estatuto do Magistério. Dessa forma, não é apenas o aumento do número de matrículas que ocasiona as novas contratações de professores.

b.f - Descentralização Administrativa: pela complexidade do sistema educacional no Estado do Pará, onde a centralização administrativa e decisória se concentra totalmente na Secretaria de Estado de Educação, foram propostos sub-projetos que envolviam delegação de execução administrativa, física e financeira às Unidades Regionais de Educação¹³² e Escolas Sede¹³³ que se tornaram mais independentes e descentralizadas do órgão central. Os sub-projetos são: Administração de Recursos Humanos; Fundo Rotativo e Melhoria da Rede Física Escolar.

¹³² Unidades Regionais de Educação (UREs) são uma extensão ou representação da Secretaria de Estado de Educação nos municípios do Estado do Pará, com a função de coordenar, comandar e controlar as atividades relativas à educação.

¹³³ Escolas Sede possuem as mesmas funções da URE, com ações limitadas ao município onde se localizam, com dificuldades de integração a uma URE, pela distância geográfica.

b.f.1 - Administração de Recursos Humanos: foi viabilizado o Estatuto do Magistério em 1987, assegurando:

- enquadramento de quadros do magistério, incluindo os Especialistas de Educação;
- progressão Vertical através de títulos;
- progressão Horizontal por tempo de serviço na função de magistério e assiduidade;
- efetivação do Concurso Público para professores do ensino fundamental e médio buscando resgatar a credibilidade e moralidade, bem como democratizar o acesso e a permanência no Serviço Público.

Entretanto, a dicotomia entre o real e o legal pode ser sentida quando os professores concursados não são contratados, mesmo tendo sido aprovados em disciplinas fundamentais e mesmo havendo carência desses profissionais.

A aprovação do Estatuto do Magistério garantiu piso salarial que é de dois salários mínimos compatível e incentivos financeiros para os que exercem a função docente. (sobre o assunto ver o item 3.2 deste capítulo)

b.f.2 - Fundo Rotativo e Melhoria da Rede Física Escolar: repassar recursos financeiros suplementares às escolas, e às Unidades Regionais de Educação (UREs), a fim de supri-las de material de consumo básico, fornecendo-lhes condições para realizarem pequenos reparos, o que contribuirá para a manutenção e conservação do patrimônio público escolar.

As Ações na Área Pedagógica foram:

- **Implantação de uma política de descentralização da educação:** a descentralização é uma ação reforçada pelo MEC. Isto fez com que a Secretaria de Estado de Educação formasse uma equipe inter-institucional de trabalho para elaboração do projeto de "Descentralização e Regionalização" das ações da SEDUC em todo o Estado.

O que vêm sendo desenvolvido com relação à descentralização/municipalização são atividades municipalizadas como: merenda escolar, material da escola, alocação de professor e construção.

Ressalta-se que a merenda escolar foi a grande "bandeira" dentro do programa da

municipalização. O grande desafio da descentralização/municipalização esta na organização da sociedade civil.

- **Implantação dos Conselhos Escolares:** nas escolas de ensino fundamental e médio, com a finalidade de desenvolver experiências de caráter participativo no Sistema Educacional Paraense.

Em 1987, os primeiros Conselhos Escolares foram criados através de acordo entre a FEPPEP e a SEDUC. Após a greve de 1988, a SEDUC passa a "boicotar" os Conselhos. Este seria composto de membros representantes de professores, funcionários, alunos e seus responsáveis, com a função consultiva sobre a gestão da escola, pedagogia adotada e a relação escola-comunidade.

Na Constituinte Estadual, os trabalhadores da Educação conquistaram a aprovação dos Conselhos Escolares, sendo-lhes atribuída a função consultiva-deliberativa.

A avaliação sobre os Conselhos Escolares é que a sua implantação em algumas escolas foi positiva. Em outras, recebeu rejeição, por colocar em risco o poder ali instituído.

- A "Escola Aberta": foi uma das formas alternativas de educação. Esta é integrada aos Centros de Convivência da Fundação do Bem Estar Social do Pará (FBESP), destinando-se a oportunizar aos meninos e meninas de rua atividades de trabalho, cultura e lazer

Na **Área Administrativa** as medidas desenvolvidas privilegiaram:

- **Informatização**, abrangendo os setores financeiro, estatístico-educacional e de pessoal;
- **Reordenamentos de espaços** quanto a Gabinete, Departamento de Pessoal, Diretoria de Alimentação Escolar, Diretoria de Ensino e Assessoria Jurídica;
- **Construção** de um refeitório, que pode ser utilizado como sala de reunião, atendendo a um público maior. Modificação na sistemática de distribuição de alimentação aos funcionários;

- **Transferência da Diretoria de Alimentação** para o galpão/armazém situado na Sede-SEDUC;
- "**Campanha de Conservação e Saúde**" efetivou um sistema de manutenção e limpeza da sede, concomitantemente a um serviço de jardinagem e arborização, tendo a colaboração dos órgãos públicos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A (FRIMAPA);
- **Construção** de uma garagem para manutenção e recolhimento dos veículos da Secretaria, e:
- **Criação de novas unidades**, objetivando:
 - . Divisão de Assistência ao Servidor, com atendimento na área de saúde;
 - . Divisão de Apoio Social através do serviço de orientação e acompanhamento social;
 - . Assessoria e Psicologia Organizacional com orientação, aconselhamento e acompanhamento psicológico aos servidores.

Quanto às **Ações Rotineiras**, resumiu-se na Diretoria de Alimentação Escolar(DAE), que assumiu a responsabilidade de gerenciar e executar o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), com o compromisso de desencadear um processo de alimentação escolar voltado para a clientela de educandos do pré e do ensino fundamental de toda a rede escolar, incluindo os 136 municípios paraenses.

Uma das ações, considerada de grande prioridade para a PEAE, é o desenvolvimento do processo de supervisão, já que é um ponto de estrangulamento para o Programa. É precária em função de requerer recursos humanos preparados e recursos financeiros disponíveis. Outra ação é a implementação de pesquisa em termos de educação alimentar, abrangendo desde as situações de aceitação dos produtos que fazem parte da pauta do PEAE, como a realidade do quadro nutricional dos educandos. Na estrutura para o Departamento de Educação Alimentar figura uma

3.2 - A Organização Sindical e as Greves

O Estatuto do Magistério é viabilizado no governo Hélio Gueiros, sendo cumprido até julho de 1987. Após esta data, o governador entra na justiça contra o piso, alegando que era proibido vincular salário de servidor ao salário mínimo. A partir daí, começa o arrocho salarial. Nesse sentido, configura-se a contradição da eleição Gueiros que teve a seu favor no campo da educação a bandeira do Estatuto do Magistério.

Em 1988, houve a greve de professores e servidores das escolas públicas com duração de 32 dias na capital e 29 dias no interior, caracterizando-se como uma greve política na medida que não era puramente econômica.

Esta greve foi marcada por forte repressão policial e pela ausência da Secretária de Educação no processo grevista e na direção da Secretaria de Estado de Educação. O nível de conflito foi tão exarcebado que os professores ocuparam a Assembléia Legislativa, em vigília de greve de fome. O governo do Estado mostrou-se inoperante em conduzir o processo de negociação a tal ponto que o interrompeu¹³⁵. (Anexo M).

Entre as medidas repressivas do governo, estava o corte de pagamento de quatro mil professores. A FEPPEP, para poder garantir a sobrevivência dos professores, promoveu a campanha "SOS Educadores do Pará".

A outra medida foi a demissão de 72 diretores de escolas da rede pública de ensino da capital, por não terem cumprido as determinações de corte do ponto dos professores.

As demissões atingiram até aqueles diretores que não participaram da greve, por estarem

¹³⁴Outras medidas tomadas no governo Gueiros:

- 1 - Decreto proibindo nomeações, passando a exigir o concurso público para as admissões regulares;
- 2 - Operação Recadastramento do Funcionalismo objetivando um enxugamento gradual do aparelhamento governamental;
- 3 - Lei do Funcionalismo, buscando nivelar por nível o funcionalismo;
- 4 - Implantação da Secretaria do Trabalho (SETEPS), com incorporação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), e a criação da Universidade Estadual do Trabalho, na estrutura da SETEPS.

¹³⁵ A autora desse trabalho na época era assessora especial da Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, tendo vivenciado toda a violência descrita. Inclusive tivemos que interferir junto ao Gabinete Militar do Governador para que retirasse a Polícia Militar de dentro da SEDUC. Dirigimo-nos também até o hospital para verificar quem estava machucado, ou tinha sofrido qualquer tipo de lesão.

de licença médica ou mesmo com a escola em recesso.

O governo concedeu aumento diferenciado, provocando um racha no movimento grevista de 120% para professores leigos e 90% para professores normalistas. Em Assembléia Geral promovida pela Federação Paraense dos Profissionais do Ensino Público do Pará (FEPPEP) decidiu-se pela suspensão da greve.

Este momento foi tão marcante para o movimento que mesmo os deputados governistas começaram a tomar partido das suas bases. A medida do governador também deu-se no sentido de esvaziar o movimento no interior do Estado. É interessante que, sem negociar, o decreto governamental concedeu um reajuste acima do inicial proposto.

A leitura que alguns segmentos da categoria fizeram do movimento foi de ganho político, pois a greve atingiu seu objetivo. No entanto, também ocorreram ganhos salariais, através de um aumento representativo.

Em novembro de 1987, aconteceu o V Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará, aprovando o texto "A Nova Estrutura da FEPPEP", como base para a transformação da atual entidade no Sindicato Estadual de Trabalhadores em Educação. Deliberou-se também sobre a necessidade de greve, caso o governo não atendesse às reivindicações da categoria. E como fecho, elegeu-se uma nova diretoria para a gestão da entidade.

Em outubro de 1988 a FEPPEP passou a ser Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Pará (SINTEPP).

Os professores e servidores da Secretaria de Estado de Educação, em junho de 1990, encaminhados pelo SINTEPP, paralisaram suas atividades em advertência contra as atitudes omissas do governador do Estado e da Secretária de Educação que não atenderam às reivindicações salariais da categoria. A intenção era pressionar o governo para que houvesse uma abertura nas negociações trabalhistas.

A categoria reivindicava a reposição integral das perdas salariais provenientes do "Plano Collor", somando um total de 166,89%, registrados nos índices inflacionários dos meses de março a abril; o pagamento do último percentual do 13º salário do ano de 1989; pagamento antecipado das férias de julho; definição da data-base para os aumentos salariais (de preferência para o dia 1º de março): que fosse encaminhamento imediato à Assembléia Legislativa do regimento dos trabalhadores, que, reformava o atual Estatuto do Magistério.

Mesmo com a recusa do governo em receber a comissão de negociação no Palácio do Governo, a mesma decidiu protocolar a documentação que explicitava suas reivindicações.

A categoria dos trabalhadores em educação, há um mês e dois dias em confronto com o governo estadual, conseguiu, após uma série de passeatas, frustadas tentativas de negociações e repressões violentas, um percentual diferenciado ao dos professores leigos e normalistas, revelando assim, para a opinião pública, o descompromisso do Estado para com a educação e educadores, que, para alcançarem suas justas reivindicações, necessitaram paralisar suas atividades docentes, o que, aliás, em uma sociedade classista, é o meio de negociação por excelência.

Com base nas informações das páginas anteriores, a situação é esta: a crise de credibilidade que enfrenta o ensino público, tão discutido e questionado, só será superado através de uma conjunção de fatores, como o cumprimento das responsabilidades dos governantes em resposta à população que os elegeu, o compromisso do educador na troca do saber, nas condições físicas adequadas de funcionamento das escolas, na distribuição de material de apoio pedagógico e salários dignos para o profissional da educação.

A situação dos professores é a situação da própria educação brasileira que, por sua vez, é a situação do país, precisando de uma revisão não só pelos profissionais da educação mas, principalmente, pela sociedade que deve ter conhecimento para influir nas decisões que dizem respeito ao ensino, à pesquisa, à difusão científica, e à informação destas políticas.

Assiste-se na sociedade moderna à mobilização dos trabalhadores em busca de seus direitos usurpados pelos dirigentes do Estado, aliados à ganância acumuladora do capital. Tal enfrentamento atinge as várias instituições da sociedade, e a escola é uma dessas instituições.

Greve de professor é essencialmente política, não é uma simples paralisação de uma categoria profissional, é o confronto entre trabalhador e Estado, onde as ideologias vêm à tona e, com elas, as incoerências, as contradições, os disfarces, acentuando-se o crescente nível de conflitos existentes na sociedade em geral¹³⁶.

¹³⁶Para um estudo da discussão sobre formas de mobilização trabalhista, relações entre governo e sindicatos, frequência das greves e da repressão policial, ver SALVADOR, S. 1994.

4 - Participação na Administração da Educação com Relação aos Recursos Financeiros

4.1 - A Centralização e Distribuição dos Recursos do Estado

Do ponto de vista do Estado, esbarra-se numa série de limitações, dentre as quais uma das mais importantes e imediatas é, sem dúvida a carência de recursos financeiros que, por sua vez, dá origem ou se desdobra em várias outras, relativas, por exemplo, a recursos humanos e materiais.

A deterioração da educação pública é fato público e notório no Brasil, tendo como uma das causas a variedade de esferas administrativas que nela atuam, levando à diversificação de ações e interesses. É o setor com o maior número de funcionários, é o mais espalhado no Estado do Pará com suas especificidades regionais; é o que mais absorve recursos orçamentários e extra-orçamentários, daí advindo a complexidade de problemas.

A Constituição Brasileira de 1988 assegurou uma relativa reforma tributária, instituindo alguns mecanismos de vinculação orçamentária, principalmente na área da educação. As mudanças nas taxas (Tabela 27) tendem a refletir, inicialmente, a população flutuante que frequenta a escola. Isso sugere que as variáveis principais no gasto com educação está na demanda entre os diferentes níveis de educação.

TABELA 27
DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO
PARÁ - 1980-1990

Ano	Despesas Corrente (%)		Despesas de Capital (%)		Evolução da Despesa (Base - 1980)			
	Programado	Realizado ^(*)	Programado	Realizado ^(*)	Programado	Realizado	Programado	Realizado
1980	97,52	97,82	2,48	2,18	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	98,95	99,38	1,05	0,62	101,47	101,60	42,17	28,26
1982	98,32	99,99	1,68	0,01	100,82	102,22	67,64	0,35
1983	99,01	99,88	0,99	0,12	101,53	102,10	39,78	5,58
1984	99,63	99,71	0,37	0,29	102,16	101,93	15,01	13,50
1985	99,11	99,80	0,89	0,20	101,64	102,02	35,70	9,14
1986	94,48	99,81	5,52	0,19	96,89	102,03	222,30	8,70
1987	-	99,98	-	0,02	-	102,21	-	0,92
1988	60,18	99,05	39,82	0,95	61,71	101,26	1.604,45	143,62
1989	-	95,26	-	4,72	-	97,38	-	217,62
1990	95,14	95,70	4,86	4,20	97,56	97,83	195,72	192,83

Fonte: Sistema de Informações do Orçamento Programado Anual - SIOPA/SEDUC.
 Departamento de Orçamento - DEOR. 1995.
 (*)Dados de 1987 e 1989 - SEDUC/ASPLAN.
 (-)Dados não encontrados.

Nos anos 70, o governo optou por investir pesadamente nas universidades, visando à formação de quadros técnicos que pudessem contribuir para o desenvolvimento do Brasil. A consequência imediata foi que sobraram menos recursos para o ensino fundamental e o ensino médio.

O sistema tornou-se particularmente perverso nos anos 80, pois, com a crise econômica, as poucas verbas destinadas ao ciclo básico tornam-se irrisórias. A decadência na qualidade do ensino, que já se insinuava na década anterior, tornou-se irreversível.

As intervenções no ensino fundamental foram desarticuladas, indício da falta de planejamento a longo prazo e de decisão política de reverter as distorções deste grau de ensino. O indicador desta afirmação é o comportamento da alocação de recursos. Questiona-se muito o mau emprego dos recursos para a educação. Entre as causas apontadas, destacam-se: ineficácia da máquina governamental; burocracia ineficiente; excesso de pessoal e recursos no órgão central; concentração de recurso nas atividades-meio em detrimento das atividades-fim. Tomando

o comportamento da distribuição das despesas com educação no Estado do Pará como parametro inicial de comparação entre a ação educacional desenvolvida nas gestões dos governos Jáder Barbalho (1983-1986) e Hélio Gueiros (1987-1990), Tabela 27 observou-se que as despesas correntes (pessoal e encargos, material de consumo e outros critérios) representaram a quase totalidade das despesas feitas com educação. As despesas de capital(obras e intalações, equipamentos e material permanente) permanecem abaixo de 1% durante quase todo o período, aumentando somente no final da década, quando atingiu o patamar em torno de 4%. O governo Gueiros, no seu segundo ano de mandato (1988), coincide exatamente com a obrigatoriedade constitucional de aplicação de, no mínimo, 25% da receita tributária.

Num relatório que compara os gastos nacionais com educação, o Banco Mundial dá ao Brasil o primeiro lugar na América-Latina em número de crianças em idade pré-escolar desnutridas.

Segundo ainda o Banco Mundial, o Brasil gasta mais verba de educação com ensino superior (58%) do que em escolas de ensino fundamental (15%). Isto significa que favorece os 20% dos brasileiros que detém a renda nacional e esquece os 40% mais carentes.

Para definir políticas sociais ou outras políticas públicas tem que se considerar os recursos de que se dispõe, a forma de como se estrutura o orçamento para que não seja uma falácia, e como se pode contar com a participação que possibilite uma efetiva fiscalização sobre a execução, não só da máquina do Estado, mas também da sociedade.

O orçamento do Estado deveria ser executado e aperfeiçoado na relação entre o Executivo e o Legislativo.

Os direitos são percebidos como dádivas paternalistas, concedidas pelas elites políticas e pelo Estado provedor de "benesses". Perfil que reflete este quadro: a centralização de recursos e de decisões a nível do governo federal; a consequente desapropriação de Estados e municípios; a segmentação de funções no desperdício de verbas e no emperramento burocrático das agências executoras; o bloqueio da participação social no controle e nos rumos das políticas; a privatização, seja pela imposição de uma lógica mercantil às ações públicas, seja pelo privilégio do acesso de grupos às "benesses" do Estado;o padrão insípido de financiamento, impresso na regressividade das contribuições sociais, na curta destinação fiscal ao orçamento social e no peso

que recai sobre os salários¹³⁷.

Há inúmeros aspectos sobre o financiamento público da educação escolar no Brasil¹³⁸. Os relatórios anuais da UNESCO divulgam que 18% dos gastos públicos no Brasil são canalizados para a educação. Mas, de fato, esses recursos não são gastos a que se destina, o Estado ou o município fazem outras despesas com o recurso da educação, atribuindo à Secretaria de Estado de Educação a responsabilidade sem que seja esta a beneficiada.

4.2 - Orçamento Nacional e do Estado do Pará para a Educação

A grande queixa pelas distorções no ensino público está na falta de verba para a educação. A Constituição de 1988 determinou que 25% da arrecadação de cada Estado e de cada município, e de 18% da receita federal sejam aplicadas obrigatoriamente nesse setor. A quem compete, porém, administrar esses recursos? Às três instâncias, concomitantemente.

Contudo, a falta permanente de recursos financeiros tem sido o alibi do governo para justificar a não prioridade da educação na administração estadual.

Como definir uma política educacional senão discutindo o papel da Secretaria de Estado de Educação e o conteúdo didático-pedagógico da educação? Isso não poderá ser feito apenas com discussão. Terão que ser aplicados recursos não só do governo estadual, como também do governo federal. A análise das políticas sociais ajuda-nos a responder tais questões.

5 - Principais Diretrizes Políticas e Reformas no Sistema Educacional do Estado do Pará

5.1 - A Política de Desenvolvimento da Rede Física Escolar

A construção de escolas, para além das necessidades, tornou-se uma das formas pelas quais

¹³⁷Os convênios são financiados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação, do Ministério da Educação e da Cultura, específicos para dar suporte ao Programa Nacional de Educação ao ensino fundamental e sobretudo ao Programa Nacional da Alfabetização e universalização do ensino básico.

¹³⁸O financiamento da educação no Brasil, com todas as suas implicações foram estudados por VELLOSO, J.R. 1985; CASTRO, J.N. 1985; MELCHIOR, J.C.A. 1987, 1989; MELCHIOR, J.C.A. *et al.*, 1988; PINTO, J.M.R. 1989.

os recursos são desviados. As decisões para construção de unidades escolares nem sempre atendem aos critérios de necessidades¹³⁹.

A nosso ver, um caminho profícuo seria o de responder a algumas questões tais como:- sob que condições se constroem escolas de ensino fundamental com determinada distribuição espacial no Estado do Pará?

A situação educacional do Estado do Pará vem agravando-se ao nível do planejamento da Rede Física Escolar, agravamento este intimamente ligado aos assentamentos humanos que o planejamento urbano vem tentando solucionar. As concentrações urbanas, assim como as atividades industriais, os grandes projetos, a construção de estradas, etc., tem contribuído, até o momento, para a degradação ambiental e o declínio da qualidade de vida da população. Particularmente, nos últimos anos, o aumento populacional urbano, devido às migrações internas, especialmente o êxodo rural e a saída de pessoas de cidades de pequeno e médio porte para as capitais, como no caso de Belém, tem gerado inúmeros problemas sócio-econômicos. Entre estes, destaca-se a grande parcela da população em idade escolar fora das salas de aula.

Além da questão da rede física, este trabalho pretende também levantar algumas questões que afetam o sistema educacional do Estado:

- O modo como o saber popular, conjugado com a forma de recriar técnica e cientificamente modelos e práticas educacionais, poderá constituir-se em uma das condições para repensar e recriar a escola e o saber próprios da sociedade em que vivem;
- A evasão e a repetência poderão ser atribuídos também à distribuição espacial das escolas de ensino fundamental fatores que podem ser reconhecidos, criticados, valorizados e reelaborados?
- As soluções que a sociedade oferece, no geral, têm sido absorvida por instituições oficiais? Quais os setores mais sensíveis à alocação de tais soluções¹⁴⁰?

¹³⁹O número de unidades escolares construídas e recuperadas não foi aqui trabalhado por esta informação não se encontrar disponível. Esta pesquisadora esteve na Secretaria de Estado de Educação e outros órgãos afins, sem obter a informação desejada.

¹⁴⁰Este quadro será importante conhecer "in loco" para identificar as soluções e que delas se faça uma análise crítica. Fazendo-se na suposição de que este aspecto, ainda que pouco estudado e experimentado na região, necessita urgentemente de atenção redobrada, tanto no que se refere à construção das unidades escolares, como aos procedimentos metodológicos que a fundamentam e orientam.

A análise da política educacional que leve em conta as considerações referidas acima, poderá fortalecer a regionalização do protótipo existente, aperfeiçoando e adaptando a tecnologia de acordo com as peculiaridades regionais, tendo em vista as condições ambientais, de acordo com as exigências pedagógicas e climáticas. Espera-se, deste modo, encontrar alternativas culturais ao lado das alternativas políticas.

É neste contexto que surgem as construções de unidades escolares, subordinadas a um conceito de tecnologia educacional que se caracteriza pela preocupação com a construção em si, não considerando os equipamentos e materiais em detrimento de suas implicações com os recursos humanos. Esta forma tradicional de construção de escolas não leva em conta as recentes conquistas no campo da aprendizagem e da didática, especialmente aquelas que colocam o princípio da atividade do aluno como fundamental para a educação. Podemos investigar tal questão perguntando o modo como o emprego de tecnologia se adapta às reais condições do espaço físico, dentro de uma metodologia, que faça da atividade do aluno seu fundamento didático, contribuindo para um melhor resultado quantitativo e qualitativo do processo ensino-aprendizagem da escola básica. Sabe-se que a super utilização das escolas com quatro turnos prejudica, sobremaneira a qualidade do ensino. Na organização escolar, os três turnos diurnos, que deveriam funcionar em quatro horas cada um, acabam perdendo uma hora diariamente de suas atividades em função do quarto turno. Tal organização impossibilita a manutenção e até mesmo a limpeza das escolas, uma vez que não há tempo suficiente entre o final de um turno e o início de outro para que os referidos serviços sejam realizados, comprometendo a utilização da biblioteca, por parte de alunos e professores. Consequentemente, a redução da permanência do aluno na escola acarreta interferência no processo ensino-aprendizagem e os alunos acabam sendo reprovados, "inchando" o sistema escolar pelo surgimento do fenômeno repetência.

Outra questão a ser apontada é a aquisição de vagas por parte da Secretaria de Estado de Educação nas escolas privadas. Elas elevam as despesas do Estado que poderiam ser utilizados na manutenção da rede física das escolas estaduais.

Paralelamente aos fatores mencionados, deve-se ressaltar, ainda, como pontos de estrangulamento do setor:

- má distribuição da rede escolar;
- falta de equipamento e de materiais didáticos;
- péssima condição de estrutura e de instalações física das unidades escolares;
- baixo padrão de remuneração salarial do pessoal técnico, docente e administrativo das

escolas;

- inadequação dos currículos e programas à realidade regional; e,
- insuficiência de estudos e pesquisas, direta ou indiretamente voltadas para a análise da política educacional.

Não devemos esquecer nesse contexto que a partir de um contraste entre métodos e técnicas, ou seja, entre a possibilidade de que os responsáveis pela construção de escolas têm de escolher como ocupar o espaço físico e a filosofia da educação, da escola e organização política, fogem ao seu controle. Quaisquer propostas de modificação nas linhas e conteúdos dessa programação de construção de escolas não seriam, por si só, garantia de ganhos qualitativos na produção técnico-científica, no caso, na sua concepção, execução e divulgação. Devemos, antes, entender e sistematizar a realidade econômica-social do Estado, compreendendo-a como produto de óticas política, social e culturalmente determinadas.

Para facilitar o acesso dos alunos às escolas, estas deverão ser construídas nos bairros onde o déficit de atendimento é bastante expressivo. Nestas construções não deverão ocorrer algumas deficiências detectadas na estrutura das unidades escolares do Estado. Destaca-se como uma das deficiências, a qualidade da construção que acarreta uma reduzida vida útil ao prédio, além dos altos custos de manutenção.

Hoje há proposta de expansão e de recuperação da rede física escolar com base nas peculiaridades locais, com padrões pedagógicos adequados, bem como, a utilização de espaços físicos existentes, compatíveis com as reais necessidades da demanda escolar.

É falsa a explicação de que a expansão da rede escolar, provocada pelo crescimento vertiginoso da população, teria tornado impossível à escola manter padrões mínimos de qualidade do ensino. O problema não reside nas dimensões da máquina educacional, mas no caráter deformado de seu crescimento. Nossa escola não cresceu onde devia. Substituiu-se uma educação razoável para poucos por uma péssima educação para muitos porque não se realizou o esforço indispensável para adaptar a escola a seu novo alunado.

A escola é tida pelos comunitários como um valor máximo, já que sua existência assegura a educação para os seus filhos.

A negação desses dados pelos órgãos institucionais ligados à educação tem sua razão de ser, justamente pelo caráter pouco crítico e questionador da educação que as instituições governamentais assumiram ou acentuaram nos últimos 20 anos face ao autoritarismo.

Este ponto encontra-se atrás de muitos dos problemas educacionais, aparecendo sob formulações diversas, sem ser frontalmente apontado.

Além das limitações originadas da própria base teórica do método, cabe assinalar também que os programas de construção de escolas geralmente não excediam os limites espaciais da zona urbana, atuando, portanto, sobre a base dos recursos locais sem relação alguma com os problemas econômicos e políticos mais gerais do Estado.

Nesta ampla concepção, incluem-se programas tão diversos como distintas formas de colaboração entre o governo e população para a prestação de serviços básicos e construção de obras de infra-estrutura, projetos de desenvolvimento industrial e de habitações populares e promoção de associações de centros comunitários.

"Como um processo, a participação popular deveria ser integrada em todo o tipo de programas ou ela pode constituir, em si mesma, o componente maior de um programa. A organização do povo para a participação é uma atividade de desenvolvimento válida por si mesma, distintamente dos resultados do programa social que ela ajuda a conseguir. A maioria das situações de participação popular não representam, na realidade, modalidades de plena participação, a tomada de decisões por parte da comunidade com relação à identidade de problemas, estabelecimento de prioridades, programação, implementação, acompanhamento e avaliação, representa tão pouco uma absoluta falta de participação. Embora exista uma questão de níveis familiares e amplamente tolerados em determinada situação, a participação comunitária na implementação dos aspectos de um programa iniciado e desenhado por grupos externos não conduz, ao longo do prazo, à autoconfiança¹⁴¹".

Em contrapartida, a arrecadação do Estado é insuficiente para atender a estrutura administrativa complexa do Estado, que se apresenta com problemas básicos: lotação de pessoal (máquina administrativa), remuneração, gerenciamento especificamente no setor educacional, manutenção e construção de escolas.

No Pará, observa-se nitidamente o contraste entre a área urbana e a periferia. Nesta última, o sistema habitacional, saneamento básico, arruamento, condições de infra-estrutura precária dificultam o escoamento e criam pontos de estagnação, os quais concorrem para a proliferação de doenças e as suas conseqüências.

No caso específico de Belém, esse quadro de condições, caracterizado por ser o centro de migrações da extensa zona rural do Estado, da Região Amazônica e de outras áreas, ao gerar uma urbanização acidentada, problemática e desagregadora, permanece marginalizando significativas parcelas da população dos benefícios sociais auferidos por reduzidas minorias.

¹⁴¹UNICEF, Program Development and Planning Division Office of the Senior Policy Specialist Community Participation. Integrating People's Participation into Country Programmes. New York, 1981. p.4.

6 - Avaliação da Gestão do Estado do Pará no Período Março 1983 a Março de 1991

Numa avaliação não se deve apenas considerar a administração do Estado, mas o que esses governadores (Barbalho e Gueiros) articularam com o projeto brasileiro de redemocratização: aderiram ao movimento das "diretas já", uma grande mobilização popular na tentativa de se fazer eleição direta; intervieram nas estâncias hidrominerais e nas capitais; influenciaram no rompimento da ditadura Figueiredo com uma nova forma de eleição; reconquistaram para o país as eleições gerais; o estado de direito; os votos das bancadas pela Constituinte. Nisso eles foram decisivos.

O jornalista Pinto (1991, p.2) resume a administração Jáder Barbalho, caracterizando-a essencialmente como um governo "concentrador":

"(...) o estilo de governar de Jáder Barbalho nesta reprise é o mesmo do primeiro governo: ritmo alucinante de trabalho (em parte para desfazer os boatos sobre a precária saúde do governador), uma agenda desorganizada, concentração absoluta de poderes, mando verticalizado, abandono de métodos e normas regulares de despacho (daí a transferência da sede real do governo do Palácio Lauro Sodré para a residência oficial) e a redução da equipe que conta de fato a uma dúzia de pessoas, ficando o restante quase como figuração (...) administrar, para Jáder, é fazer política - ainda mais porque mal a batalha vencida termina, a outra começa".

Numa avaliação mais ampla sobre a gestão Jáder Barbalho, concorda-se com Pinto em alguns pontos:

- a - "Jáder tem fôlego suficiente para passar de um século ao outro como o principal líder local, mas não oferece novidades para o futuro. Seu domínio ainda irá perdurar. Seu poder de transformação é que se esgotou";
- b - Na capital, Barbalho continua sendo para a maioria dos eleitores que não vota nele, o homem público que está "associado à malversação de recursos públicos";
- c - As acusações feitas no Parlamento contra a sua administração foram esclarecidas, resta serem comprovadas pelos órgãos competentes;
- d - Uma das características da administração Jáder Barbalho é ser "pública obreirista", é a realização de obras, apesar de não dar manutenção depois de concluídas. "Não

opera o que realiza¹⁴²".

Na gestão Jáder Barbalho no Estado do Pará, a centralização do poder local foi a tônica do seu governo.

O que faz o poder se constituir em perigo é o que aponta Tocqueville (1985, p.98):

"(...) não o fato de ele mandar mas o fato de que ele pode tomar conta da sociedade. Não o fato de controlar mas o fato de que pode privar os indivíduos de qualquer iniciativa política, e até do desejo de tomarem iniciativas".

Nos quatro anos de governo Jáder Barbalho foram planejadas e executadas mais obras do que no período 1964 a 1982.

O governo Gueiros iniciou sua gestão, afirmando que enxugaria a máquina administrativa, que na educação acabaria com a duplicidade de funções, que uma nova política educacional seria implementada com a participação dos profissionais da educação e da população. Este processo só foi iniciado após um ano de gestão. O governador Gueiros rompe com o ex-governador Barbalho, passando suas prioridades a serem outras.

A Secretária de Estado de Educação na gestão 1987 a março de 1991 assumiu o cargo, juntamente com seus assessores mais diretos, dizendo que desburocratizaria a Secretaria, fazendo uma administração "transparente", a fim de acabar com o "clientelismo" e o "fisiologismo", bem como a "má aplicação" do dinheiro público com a "máquina administrativa".

Apesar de toda essa fala, para não colocar em risco seu poder, adotou algumas formas de controle sobre os profissionais da educação: os planos, relatórios, boletim de frequência e avaliação, cursos de treinamento e especialização obrigatórios.

Com relação à política educacional, a não continuidade dos programas para a educação corresponde à falta de um Plano Estadual de Educação, estrutural, com prazo de dez a quinze anos para retorno dos resultados, além da rotatividade dos Secretários Estaduais das Secretarias, cujos trabalhos revertem para a educação. Estas Secretarias são: Educação, Planejamento, Fazenda, Administração e Obras Públicas.

Outro fator para a não-continuidade dos programas é a falta de acompanhamento e avaliação destes (programas), ou seja, não há retorno do trabalho que foi realizado porque o

¹⁴²JORNAL PESSOAL. 1993, Belém, p.4

planejamento não é uma continuidade, mas sim contigência de mandato. Talvez a causa mais geral seja a ausência de um projeto político e a falta do exercício democrático. É importante ressaltar que estes programas, para serem desenvolvidos, recebem recursos financeiros, não havendo nenhuma prestação de conta pública para saber em que foi gasto o recurso.

Avaliação dos entrevistados sobre as gestões dos governos Jáder Barbalho e Hélio Gueiros:

- a) "Acredito que Jáder cumpriu o seu papel transformando-se em um político populista. Foi o político que mais deu título de terra à população do interior, aos sem terra, aos agricultores, ao homem do campo. Disparadamente, não tem nem comparação com todos os outros governadores que passaram pelo Pará, isso é um parâmetro. Por outro lado, sempre foi um político que respeitou as regras do jogo democrático, foi extremamente contestado pelo Estado, criticado, e sempre teve uma postura de respeito aos direitos dos outros e do Estado. Realizou algumas obras importantes, mas evidentemente, não foi a redenção desse Estado, porque acredito que essas coisas não dependam, nem de uma pessoa, nem de uma geração, mas, de uma série de pessoas, de circunstâncias, de condições para que isso ocorra. Jáder é o "dono do pedaço" durante essa década, é quem dita as regras do processo político no Pará, por força do poder que alcançou. Mesmo assim, ninguém foi tão acusado de ladrão nessa terra quanto ele. No seu primeiro governo, foi implacavelmente combatido pelo "Grupo Liberal". Jáder hoje é uma pessoa absolutamente familiarizada com o poder. Em 1982, era um político de oposição, lutando para chegar ao poder. É uma pessoa que teve objetivo na vida e soube levar, buscar e alcançar esses objetivos. Sempre quis ser um político. É empresário em decorrência da política, subsidiária da função principal que é a política. Jáder tinha alguns empreendimentos antes de ser governador, possuía duas fazendas quando foi ser deputado. Tinha um caminho traçado, apenas aprofundou isso, porque considerava fundamental ter base econômica para poder manter-se como político, não é a carreira política miúda, mas sim uma carreira com ambição. O processo foi desideologizado. Desideologizou na medida em que equalizou a ideologia. Não existem diferenças substanciais. Existe diferenças de ótica entre Xerfan, Jáder e Passarinho. Não existem mais a luta pela volta ao estado de direito, não existe mais vínculo com as esquerdas. Existe o apoio que Jáder formou na cabeça dele, fez parte da sua formação humanística, que o fizeram um político populista, dar importância para o povo, porque sabe que o povo é que o elege¹⁴³". (Informação Verbal)
- b) "Nos primeiros quatro anos, Jáder fez um bom governo. Teve algumas divergências com a esquerda, mas, no essencial, fez um governo aberto, democrático¹⁴⁴". (Informação Verbal)
- c) "Para se avaliar as gestões Jáder e Gueiros tem que separar várias coisas: separar a administração, a questão do processo democrático, a questão da moralidade. Não se pode fazer uma análise sem citar esses fatos. O Jáder sob o ponto de vista da administração, foi um bom governador. É um cara trabalhador como ninguém, dedica-se 25 horas à política. Quem perdeu e perde muito na administração do Jáder é a organização popular em todos os seus níveis. O Jáder infiltra-se nos partidos, atualmente ele tem pessoas em todos os partidos, exceto na direção do PT e PSDB. Quando não atinge a direção do Partido, na direção política, ele atinge as organizações de base. Quem pode administrar Belém hoje com centenas de invasões oficiais, comandadas por ele e pela esposa? Ele diz na televisão que manda colocar luz, água etc. Que causa esse drama do agravamento da violência, da fome, da miséria, da desorganização urbana em Belém? Hoje não se vai a lugar nenhum que não tenha invasão, a não ser no centro da cidade. A primeira desapropriação que ele fez em Belém foi feita por mim: indiquei os caminhos legais para fazer a desapropriação, esperava através da Defensoria Pública organizar isso. Esta se deu no terreno que era do Ferro Costa, depois outras, centenas, onde tinha terra particular ou pública da prefeitura as coisas eram feitas, acho que é um grande mal. Não existe no Brasil nenhuma pessoa que tenha a sua vida pública e particular devassada como Jáder. Só não vê quem não quer, a Justiça, a Receita Federal, a polícia, os políticos, mas, a vida dele está clara, pública e notória, os fatos podem ser fotografados, escritos, datados. A diferença entre Jáder e

¹⁴³Depoimento concedido à autora pelo publicitário Pedro Galvão de Lima. Belém, agosto de 1993.

¹⁴⁴Depoimento concedido à autora, pelo Sociólogo José Mariano Klautau de Araújo. Belém, agosto de 1993.

Quércia é que este não ostenta, e Jáder ostenta. A única acusação que fiz contra ele foi de ostentar uma riqueza que não poderia ter, como: uma rede de televisão em um prédio na cidade de Belém, com a maior torre da cidade; um jornal que foi feito com o auxílio do MR8, além de emissoras de rádio. Acho até certo, a sociedade o apóia, os políticos também e os juizes idem, é o Governador do Estado, autoridade máxima, então, está certo, quem está errado sou eu. Escrevi um artigo criando uma outra palavra na língua brasileira o "ideota", quer dizer, aquele que através do idealismo das suas idéias, dos seus sonhos banca o idiota. Considero-me um "ideota". Jáder é um sujeito politicamente competente para esta misórdia que existe no país, eu sou o "ideota" que tive coragem de denunciar¹⁴⁵". (Informação Verbal)

- d) "A característica da gestão do governo Jáder é marcada por uma postura pragmática, na verdade vai fazendo o que dá para fazer. Essa é a contradição porque, se por um lado, houve avanço no campo profissional e salarial, é no governo Jáder, como reconhecemos, por força da luta da organização e do momento conjuntural que favoreceu, e por conta da sua postura para tentar preservar ainda a imagem de democrata, alguém que resistiu à ditadura, utilizando as imagens do movimento nesse sentido. Mas, o governo Jáder não tinha plano consolidado no campo educacional. Com relação às greves da educação, na medida em que a pressão aumentava, ele negociava. Demorava a ceder, tentava dificultar de todas as formas com ameaças e outras atitudes repressivas mais concretas, com polícia na rua, todo tipo de intimidação. Mas acabava por negociar. Nesse processo de negociação, ele sempre, eu posso dizer que não houve exceção, sempre buscava dividir, o que nós chamávamos "a tortura dos profissionais da educação." Jáder trabalhava bem com o nível de ideário dos profissionais da educação. Tudo que se conseguiu com ele foi com muita pressão. Houve várias conquistas financeiras e políticas, é bom que se diga, importantes, que não foram fáceis de serem implementadas. Na questão da prática clientelista Jáder é mais acintoso que Gueiros. A manutenção da maioria da bancada da Assembléia Legislativa está muito centrada na influência que o deputado tem de empregar, de resolver o problema funcional e tudo mais. Ele trabalhou mais claramente com a sua concepção de "curral". Esse aspecto realmente aflora na educação de forma marcante. Jáder, na greve de 1983, acusava que não poderia resolver o problema salarial porque encontrou a máquina com 35.000 quando há um ano e oito meses, ele dizia eram apenas 17.000 servidores. Acontece que quando ele sai já deixa em mais de 60.000¹⁴⁶". (Informação Verbal)
- e) "O governo do Jáder foi um pouco mais dinâmico, um pouco mais executivo, e sobre o trabalho em cima da questão da saúde pública sobretudo estrutura básica, serviço de água e esgoto etc. foi melhor. Jáder não colocou para fora a questão do planejamento até porque ele vinha de uma postura política, de um discurso que pretendia usá-la para fazer algumas coisas que a região precisava. O discurso do Jáder apresentado na Assembléia Legislativa em que encerra o seu governo faz um balanço, entre o que havia proposto em campanha e o que havia executado, teve um resultado muito positivo para um governo de um Estado pobre. As obras realizadas pelo Jáder foi o "Projeto Belém 2000" da Cosanpa. O problema do Pará era um problema de limitação de água, Jáder conseguiu superar esse tipo de problema. Fez a PA-150 uma estrada de cerca de mil quilômetros de extensão, com recursos do Estado. O Estado não tinha para aquilo, mas ele foi buscar, era um espaço de integração gerado pela Belém- Brasília, de ocupação que estava desintegrada. Internalizou os benefícios de Tucuruí (fornecimento de energia) para os municípios do Estado do Pará fez com recursos do Estado, recursos do governo federal. Este trabalho ainda não está concluído, tem várias regiões do Estado que não tem os benefícios da energia de Tucuruí. De lá para cá houve uma solução de descontinuidade nesta parte de utilização de internalização de benefícios, de um projeto puramente político. Jáder marcou sua administração com estas duas grandes obras¹⁴⁷". (Informação Verbal)

¹⁴⁵ Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, agosto de 1993.

¹⁴⁶ Depoimento concedido à autora pelo professor e deputado estadual Edmilson Rodrigues. Belém, janeiro de 1995.

¹⁴⁷ Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

Sobre o Hélio Gueiros:

- a) "Hélio é um político e foi um governador como outro qualquer. Tentou resolver a questão da educação que é fundamental para o país, não conseguiu. Acho que se levasse em frente o projeto do ISEP; da UEPA; da reformulação do ensino de História; da ecologia com relação a realidade da Amazônia, seria um grande serviço que teria prestado ao povo. Com a posse do Jáder o projeto foi interrompido, ocorreu um recesso administrativo na história do projeto educacional. Foi o primeiro governador que construiu escolas adaptadas ao clima da região, e nos locais onde a criança mora e não no centro. Atendeu muitas reivindicações, e teve a nível pessoal um comportamento honesto, não tem a estrutura de muitos deputados federais tendo sido Senador e Governador. Pessoalmente não tenho nenhuma queixa, apesar de no momento que eu era esquerda e tinha uma posição ideológica na política, eramos de lados opostos, não votei nele para Senador, votei no Itair Silva que era considerado de esquerda. Em 1982 o Hélio foi um dos raros que assumiu a posição clara, pública, porque era considerado conservador, como ainda hoje muita gente o considera. É um sujeito coerente, sempre teve envolvido com a política, nunca pediu-me nada como deputado federal que o apoiava, tem esta vantagem, é um cara que deixa os líderes coordenar, não pressiona. Atualmente é Prefeito de Belém, é o "papudinho", aquele que tem uma imagem popular, como do Barata, que a população adorava por causa da figura de justiceiro, de homem que diz aquilo que pensa, mesmo que esteja errado, porque é do temperamento dele¹⁴⁸". (Informação Verbal)
- b) "O governo Hélio Gueiros tem um perfil, autoritário até porque ele não negocia simplesmente, mas não se pode dizer que é marcado pelo pragmatismo. Cerca-se de um grupo de pessoas vinculadas à educação, com um certo cabedal, não só um know-how técnico, mas com uma história pregressa de compromisso com os movimentos sociais, que influencia, de modo que o governo acaba podendo lançar um plano com um diagnóstico da educação paraense, com as diretrizes gerais relativamente avançadas. Diga-se que na medida em que há uma ruptura, esse grupo de profissionais é excluído do seu poder de participação. Aí o plano passa a ser só no papel, vira "letra morta". Passa a ter influência uma nova filosofia que é a do Pedro Demo, que apreende experiências, recicla no Brasil experiências européias, que se expressam fundamentalmente na criação do ISEP. Que por mais que possam haver restrições não deixava de ser uma inovação considerável como coisa positiva, especializada, com um certo rigor, com incentivo a pesquisa, era um projeto audacioso. O que é uma contradição, que um governo autoritário pudesse ter algumas ações favoráveis. Apesar do arrocho salarial, do desrespeito à conquista ao Estatuto do Magistério, do não reconhecimento do Sindicato, não sentar na mesa para negociar, apesar de toda essa postura autoritária Hélio Gueiros dentro da educação acabou conseguindo ter uma penetração política e uma influência realmente. A avaliação que o movimento faz é que houve um trabalho a nível do simbólico, e acabou não sendo tão simbólico que fez com que o governo Gueiros fosse visto como dando uma certa prioridade à educação. Minha avaliação é que não houve mudanças substanciais exatamente porque não se conseguiu dar autonomia àqueles que poderiam ter levado de forma mais progressista um projeto pedagógico. Com relação a prática clientelista Gueiros elitiza um pouco, ele fala em protocolos. Então, "tal" deputado vai ser o representante protocolado em "tal" município. Mas que na essência acaba sendo muito parecido com a prática do Jáder. Gueiros deixa acho que mais de 70.000 servidores. Quer dizer, não foi pouco significativo, havendo também um certo empreguismo¹⁴⁹". (Informação Verbal)
- c) "Hélio era um pouco mais clientelista do que Jáder. Me lembro que Hélio procurava ficar sempre na expectativa do que eles iam decidir, tinha um tipo de informação, dados etc. pelo menos o governo, ele já tinha uma resposta pré-elaborada. Hélio botou para fora completamente a questão do planejamento. Deixou-se envolver por esse ódio na briga com Jáder, isso fez um efeito perverso. Daí em diante eles passaram a disputar em termos de clientelismo. Um era Ministro, outro era governador, então, quem fazia o clientelismo mais forte. Procuravam cooptar o maior número possível de líderes eleitorais, de líderes políticos regionais, municipais etc... para garantir tanto que as eleições terminaram mais ou menos tecnicamente empatada, com a vitória do Jáder, já na segunda gestão. Hélio tinha um tratamento também clientelista, ele encerrou seu governo com aquele programa de distribuição de eletrodomésticos no CENTUR. Uma prática extremamente forte, com a consagração de clientelista. A gente não encontra na administração do Hélio certo tipo de obra que marcou o seu governo¹⁵⁰". (Informação Verbal)

¹⁴⁸ Depoimento concedido à autora pelo político e escritor Benedito Monteiro. Belém, agosto de 1993.

¹⁴⁹ Depoimento concedido à autora pelo professor e deputado estadual Edmilson Rodrigues. Belém, janeiro de 1995.

¹⁵⁰ Depoimento concedido à autora pelo Dr. Nelson Ribeiro. Belém, janeiro de 1995.

A política do Pará hoje, trinta anos depois, está dividida entre os antigos remanescentes do PSD, que são os que dominam, enquanto que os grandes líderes do golpe foram obscurecidos e hoje ficaram "satélite" daqueles que vieram do passado por eles perseguidos. Revive-se a polarização da política paraense, acontecida na década de 50, até o golpe militar. Agora, centrada nos "atores" Hélio Gueiros (contrário ao Barbalho) e Jáder Barbalho (contrário ao Gueiros).

As duas forças correntes partidárias basicamente, são do PMDB que tem o ex-governador Barbalho como líder, e PFL que tem os ex-governadores Gueiros e Alacid como líderes. Os demais partidos têm uma representação débil, por não terem estrutura no interior do Estado. O próprio PMDB não tem, o ex-governador Barbalho nunca permitiu que ninguém do partido crescesse muito, prática de todo líder caudilho. O ex-governador Barbalho organizou uma estrutura para ficar tudo em torno dele. Por ser ainda um político jovem, acredita-se que vai dominar por muito tempo a política no Pará.

A partir do governo Hélio Gueiros, o panorama da política do Pará mudou completamente. A política paraense ficou dividida em duas correntes: jaderistas e gueiristas. Um exemplo da força política do ex-governador Barbalho é a subordinação do Senador Passarinho a este jovem político, considerando toda a sua experiência, enquanto Ministro de Estado, quatro vezes atualmente Senador da República e também por ser nome de expressão nacional¹⁵¹.

Rocque avalia este quadro:

"(...) hoje em dia Passarinho é satélite do Jáder, só será eleito se Jáder quiser, caso contrário ele (Passarinho) não se elegerá para nada. E Alacid passou a ser satélite do Hélio Gueiros."¹⁵² (Informação Verbal)

O que se tem observado na política paraense é que, o último fenômeno político gerado no Estado, é Jáder Barbalho: tem carisma, a vocação populista, mas a ela acrescentou uma capacidade de organização e instrumentalização de máquinas eleitorais. Manteve sob suas rédeas, o interior do Estado, e já demonstrou que é capaz de eleger quem quiser.

¹⁵¹Indicado e apoiado pelo ex-governador Jáder Barbalho, o Senador Jarbas Passarinho foi candidato ao governo do Estado nas eleições de 1994 pelo PPR, não tendo sido eleito.

¹⁵²Depoimento concedido à autora pelo jornalista Carlos Rocque. Belém, agosto de 1993.

Ao longo dessa exposição a bipolaridade do poder é uma constante na história política do Pará. Os "atores" atuais (Barbalho e Gueiros) são ganhadores em votação, mas não formam sucessores ou líderes para os quais esses votos poderiam ser repassados.

No Pará, há trinta anos, não há surpresas na eleição para o governo do Estado, ganha sempre aquele que tem a máquina oficial a seu favor. Num Estado com 136 municípios, sem unidade, pobre, o clientelismo continua a vigorar através da troca de favores. Talvez aí esteja a resposta para a falta do surgimento de líderes que sejam capazes de articular um projeto de Estado com significação dos interesses coletivos.

Nessa composição de classe exposta acima, sob a qual escondem-se até mesmo as diferenças nacionais na eleição presidencial de 1994, precisa-se resistir a todo o autoritarismo com relação ao Estado, pois o atual projeto paraense presente na Amazônia é de caráter político internacional, uma divisão de poder, a chamada divisão internacional do trabalho. O Pará é fundamental na Amazônia. Esse Estado surpreende na sua potencialidade. Por isso, não se pode achar que só a vontade de pessoas para unir a família paraense, seja um discurso que encerra em si. É um projeto de poder, vinculado a interesses econômicos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Duas são as faces da humanidade, o indivíduo e o povo. Duas são as máximas questões do direito: a questão civil e a questão política. Nenhuma delas foi já resolvida pela ciência. O problema da independência individual, como o da igualdade democrática, está ainda bem longe da solução."

José de Alencar

Devido à falta de registro da prática política exercida pelos políticos, nem tudo que ocorre é documentado e, conseqüentemente, não pode ser comprovado, limitando o trabalho do pesquisador em investigar os elementos públicos.

Dai depara-se com algumas dificuldades em proceder um estudo de política educacional devido às questões que envolvem o tema. Mesmo às mudanças na ordem político-institucional que requerem um acompanhamento da política a cada conjuntura. Por outro lado, é pequena a produção acadêmica na área de política educacional nos Estados brasileiros, mostrando a multiplicidade de situações que compõem a realidade nacional.

Elegeu-se como objeto de estudo a política educacional para o ensino fundamental do Estado do Pará, tendo como ponto de curvatura as eleições estaduais de 1982 e de 1986, buscando responder à pergunta sobre a educação como tema prioritário nos discursos de campanha e no decorrer da administração dos governos no período de 1983 a março de 1991, compreendendo os governadores Jäder Barbalho e Hélio Gueiros.

O programa do governo Jäder Barbalho, no seu conjunto, não faz um diagnóstico da educação, faz propostas genéricas, enquanto a proposta do governo Hélio Gueiros foi que apresentou mais sugestões concretas.

A análise inicial dos programas de educação dos governos do período estudado dá-nos a impressão, em vários momentos, que não se está avaliando programas de governo, e sim de campanha eleitoral. Os programas de governo normalmente "pecam" pelo excesso de boas intenções e pela falta de clareza com relação às prioridades de ação. As propostas dos governos para o setor educacional não fogem a esta regra. São muito ambiciosas e pouco específicas em relação aos seus instrumentos e aos recursos para implementá-las.

Na análise da situação educacional do Estado é visível o interesse que vem despertando em vários grupos a contribuição com estudos e novas soluções (alternativas?) aos problemas da

educação. Se não houver, entretanto, um planejamento bastante coerente entre a Secretaria de Estado de Educação e a ação desses grupos, os obstáculos que comprometem o êxito dessa instituição serão cada vez mais agravados, podendo levar, ainda mais, ao afastamento dos alunos da escola.

A maior questão no caso paraense não está na definição de novos conteúdos e nem no modelo especial de escola a ser implantado, mas sim na recuperação do sistema de educação do ensino fundamental, de modo a elevar a qualidade do ensino oferecido, e também no desafio de receber toda a população em idade escolar, e de oferecer oportunidades de atualização, reciclagem e complementação de escolaridade para os adultos e jovens que abandonaram os estudos prematuramente. No Pará, além dos gastos com a educação não serem suficientes para a superação dos problemas, nem sempre as medidas tomadas são adequadas, gerando desperdício dos recursos já escassos.

Cumprido, portanto, dar consecução a uma ampla reorientação da política educacional, com prioridade para um ensino fundamental de qualidade, ao qual tenha acesso a imensa maioria da população.

A mudança educacional também está vinculada a um processo social que é a resistência. Esta é entendida com a lucidez de não se deixar levar por coisas impostas, mas de ter o valor de propor outras coisas.

Pensar com resistência (a organização) e não como supérfluo, como resistência a essa reprodução (que é violenta), e ter possibilidades de enfrentar o problema. Mudar para não reproduzir o sistema de colonização através da resistência e esta tem que ser por opção.

O que pode mudar numa instituição? O que significa mudar uma instituição burocrática como a escola?

É preciso ter presente que o seu arcabouço como instituição é sólido, mas tem uma parte não acabada: seus componentes, as pessoas. O setor educação não está isolado e ele não é só o que aparece na periferia do sistema, mas o que está por trás e por dentro. É a busca de uma nova relação.

A educação não se dá sem contexto e nem termina com o objetivo com quem se está falando, mas encerra a necessidade de se perceber as muitas vozes que falam em torno do sujeito. Isto significa perceber o contexto em que se insere o educando: sua origem de classe, seu passado, seu presente, suas relações de vida.

Como, então, produzir uma nova educação? Com que meios? Isto é: compreender a mudança como resistência e crítica, uma vez que não se estará mudando (inovando), se não se sentir incomodado e não incomodar. A inovação deve e tende a passar não só pela aceitação: ela exige crítica, discordância e resistência, exatamente porque a educação e a escola, enquanto instituição, têm uma parte acabada e, portanto, possível de resistir à mudança. Assim, a educação não pode ser um treinamento, é preciso que seja mais, ou seja: aprende-se a ler, escrever, a se localizar, mas precisa-se aprender a ver a margem de liberdade de cada coisa.

As contradições apresentadas na sociedade exigem uma resposta, a qual virá por parte do homem consciente que examina a realidade com um olhar crítico, convicto de que deve atuar como agente de transformação desta sociedade.

Esta visão consciente possui uma força concreta e impulsionadora que leva o homem a organizar movimentos sociais, os quais configuram-se a partir da relação de forças, produzindo resultados que correspondam aos interesses das classes em luta.

Verificou-se também que as instituições educacionais são cerceadas pelas tradicionais relações políticas e burocráticas de efetuarem a democratização da educação com a participação de todos os segmentos da sociedade civil. Só assim conseguiremos a estabilidade das fontes dos recursos, exigindo do governo o bom uso das verbas públicas para os setores básicos, além de planejar ações conjuntas, rompendo com o clientelismo, fisiologismo e partidarismo existentes.

Necessita-se, portanto, de uma administração sistemática numa política social preventiva e global, politicamente integrada e concebida a longo prazo. A fim de alcançar isto, é preciso que se realize a transição dos princípios da causalidade para o princípio da finalidade. Está-se no processo de dar forma sistemática à política social, orientando-a no sentido de finalidades específicas. As possibilidades de planejamento social, com suas numerosas exigências, poderiam ser consideravelmente ampliadas, procurando estabelecer uma rede de comunicação. Isso permitiria obter um quadro exato dos efeitos concretos da política pública. Até o momento teve-se de depender frequentemente de casos individuais e de suposições, mesmo quando se trata de educação em que grandes somas de dinheiro são dispendidas. Uma política social preventiva deve ser integrada na sua estrutura política global, compreendendo, ao mesmo tempo, a política econômica e financeira, a política de emprego e a estrutural.

A história da conquista dos bens públicos, sociais e a história da luta, visando à erradicação da pobreza, para uma concepção mais ampla dos serviços públicos sociais, contribuam decisivamente à experiência e aos esforços de mobilização da última grande guerra,

incrementando até certo ponto o sentimento de unidade nacional. A guerra logrou despertar a atenção para os menos favorecidos, tornando-se um importante agente de avanço no campo dos serviços públicos sociais. Formou-se a consciência de que o fundamental é uma melhor redistribuição da renda de acordo com as necessidades de cada um. No combate à pobreza, cabia investir para tornar, a longo prazo, a educação e os serviços por ela prestados " iguais em qualidade aos melhores que a riqueza privada pode comprar". Para isto, requer-se que os programas sociais comportem ações preventivas. Isto significa dizer que um determinado programa social pode ser ao mesmo tempo eficaz e eficiente.

É necessário fazer uma revisão da questão regional, sendo necessário recuperar a Amazônia e, principalmente, o Pará, para que o paraense se torne sujeito da sua história e não um depósito de problemas que ele vê acontecer impotentemente.

A partir desse estudo, observou-se uma tendência geral para sistemas mais equilibrados com relação as atribuições, deveres e responsabilidades pelo produto final, em todas às instâncias. Observou-se também a busca de maior consistência na definição das políticas e práticas educacionais. Ressaltou-se aspectos da ação governamental que contribuam para o debate sobre a política pública da educação no Estado do Pará. Este trabalho pretendeu expressar uma breve revisão e reflexão efetuadas, externalizando as avaliações realizadas, os juízos emitidos, as possíveis conclusões referidas nos capítulos anteriores. Nossa consciência crítica mostra a necessidade de não nos arvorarmos a responder grandes questões, e sim construir um quadro demonstrativo onde figurasse os problemas que dispomos a analisar.

Os resultados alcançados têm um caráter preliminar, portanto referenciativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 06.3.1990

ABRANCHES, Sérgio. O Processo Legislativo. Brasília: UNB, 1973. Dissertação de Mestrado. UNB, 1973.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Saias, Laços & Ligas: Construindo Imagens e Lutas (um Estudo sobre as Formas de Participação política e Partidária das Mulheres Paraenses-1910/1937) Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1990. Dissertação.(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPa/NAEA, 1990.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ - 1990. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1991, v.2, t.1, 1991

ARELARO, Lisete R.G. Descentralização: uma forma de justiça social?. Revista ANDE. v.1, n.2, 1981.

ARNS, Otilia et al. A comunicação linguística paranaense: evasão e retenção escolar no 1º Grau. Curitiba: UFPR/INEP, 1978.

AVELAR, Lúcia. Clientelismo de Estado e Política Educacional Brasileira. Campinas: UNICAMP, 1994.

_____. **Crise política e eleições.** Estado de São Paulo, São Paulo, 29.11.1993. p.2

_____. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 1989.

BAER, Werner, NEWFARMER, Richard, TREBAT, Thomas. On State Capitalism in Brazil: Some New Issues and Questions, Inter-American Economic Affairs, 30, 1976.

- BARRETO, Elba S, ARELARO, Lisete R.G.** A polêmica da municipalização do ensino.
Revista ANDE. v.5, n.10, 1986.
- BARRETO, Elba S.** **O Planejamento educacional e as novas demandas educacionais.**
São Paulo: SEADE, 1989. (S. Paulo em perspectiva, 3).
- BARRETO, Elba S., ROSENBERG, Fúlvia (Org).** **Políticas Públicas e educação.**
Brasília: INEP, 1987.
- BARROS, Ricardo. P. de.** A Desigualdade de Renda no Brasil. São Paulo: Nobel, 1991: A
questão social no Brasil.
- BOBBIO, Norberto et.al.** **Dicionário de política.** Brasília: UNB, 1986.
- BRANDÃO, Zaia et.al.** **Evasão e repetência no Brasil: A Escola em Questão.** Rio de
Janeiro: Achiamé, 1983.
- BRASIL. Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília:
Gráfica do Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. SEPLAN. II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-1979.** Rio de Janeiro,
1975.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Coordenação Geral de Informática. Secretaria de**
Processamento de Dados. Perfil do Eleitorado Brasileiro. Brasília, 1989, 2v.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e**
municipais realizadas em 1982. Brasília, 1988.
- BURSZTYN, Marcel.** **O poder dos donos-planejamento e clientelismo no Nordeste.**
Petropolis: Vozes, 1985.

- CAMMACK, Paul. Clientelism and Military Government in Brazil, In: CLAPHAM, Christopher(Ed) Private Patronage and Public Power, New York:St. Martin's Press, 1982.**
- CARDOSO, F. H., MULLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.**
- CARDOSO, F.H. Dependência e Democracia. In: FLEISCHER, David (org) Da Distensão à Abertura - as Eleições de 1982. Brasília: UNB, 1988.**
- CARDOSO, F.H., FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina; ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.**
- CARNEIRO, José Queiroz. O PESSSEDISMO E O BARATISMO NO PARÁ. São Paulo: 1991. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991.**
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Contido a bala. Belém: CEJUP, 1994.**
- CARVALHO, I. M. de, LANIADO, R. N. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. In: MOURA, A.S (Org). O estado e as políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, 1989.**
- CARVALHO, Orlando. Ensaio de Sociologia Eleitoral. Belo Horizonte: UFMG, 1958.**
- CASTELLS, Manuel. Local Government, Urban Crisis and Political Change in Political Power and Social Therry, 1981, 2v.**
- CASTRO, Edna M.R., MARIN, Rosa E. A. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. Pará Desenvolvimento. Belém, n.20/21, 1986-1987.**

- CASTRO, José Nilo de. Morte ou Ressurreição dos municípios? Estudo da autonomia municipal no Brasil e na França.** Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Equipamentos Sociais, Política Partidária e Governos Locais no Estado de São Paulo(1968/1982).** São Paulo, 1987. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1987.
- CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros.** Brasília: UNB, 1985.
- COIMBRA, Creso. A revolução de 30 no Pará; análise, crítica e interpretação da história.** Belém: Imp. Oficial, 1981.
- CONFLITOS no campo Brasil 93.** Belém: Comissão Pastoral da Terra, 1994.
- CRUZ, Ernesto. História do poder legislativo do Pará:1935 a 1967.** Belém: UFPa, 1965, 2v.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco, Martins, Carlos Estevan. De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História da “Abertura”** In: SORJ, Bernardo., ALMEIDA, Maria H. Tavares de. **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Luís Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- DAHAL, Robert. Who Governs? Democracy and power in an American city.** Yale: Yale University Press, 1970.
- DELGADO, GARAY et al. Descentralizacion y democracia gobiernos locales en America Latina.** Santiago, CLACSO/SUR/CEUMT, 1989
- DIAS, Maria Tereza Ramos. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso.** Rio de Janeiro, 1979. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1979.

- DINIZ, Eli. Voto e Máquina Política.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- DRAIBE, Sônia M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas.** Campinas: NEPP, 1988.
- ÉBOLI, Norma. Estudo das classes de recuperação do antigo ensino primário da rede estadual em Niterói.** Rio de Janeiro, 1974. Dissertação de Mestrado. PUC, 1974.
- FAORO, R. Os donos do Poder.** Porto Alegre: Globo, 1976.
- FERNANDES, Florestan. Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada.** 2.ed. São Paulo: Liv. Pioneira Ed. 1971.
- FERREIRA, Rosa Maria. A relação de dominação na pesquisa social.** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- FLEISCHER, David. (Org) Os Partidos Políticos no Brasil.** Brasília: UNB, 1981, 2v.
- _____. O Novo Pluripartidarismo: Perfil Sócio-econômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983) In: **FLEISCHER, David (Org) Da Distensão à Abertura - as Eleições de 1982.** Brasília: UNB, 1988.
- FOLHA DE SÃO PAULO.** Brasil. 28.6.1993, p.1-8
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade.** 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade.** São Paulo: EDART, 1977.
- FUKUI, Lia et al. Escolarização e Sociedade: Um Estudo de Excluído da Escola.** São Paulo, 1981. (CERU, 14)
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação, Um Estudo Introdutório.* São Paulo: Cortez, 1983.**
- GATTI, Bernadete et al. *A reprovação na 1ª série do 1º grau.* São Paulo: USP, 1981.**
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura.* 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.**
- GRAZIANO, Luigi. *A Conceptual Framework for the Study of Clientelistic Behavior.* *European Journal of Political Research*, n.4, 1976.**
- GUSSO, T.A. *A Educação básica no Brasil: um desafio a democracia e a legitimidade.* São Paulo: Nobel, 1991: *A questão social no Brasil.***
- HAGOPIAN, Frances. *The Politics of Oligarchy: Contemporary Brazil.* Massachusetts, 1986. These (Doctorate in Philosophy). Institute of Technology. Dep. Political Science, 1986.**
- HENRIQUE, Wilnês., DRAIBE, Sônia M. *Políticas públicas e Gestão da crise. Um balanço da Literatura Internacional.* Campinas: NEPP, 1987**
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil. (1930-1970).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.**
- IBAM. *O FPM e a Política de Receitas Vinculadas.* Rio de Janeiro, 1976.**
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil.* Rio de Janeiro, 1986**
- IBGE. *Censo Demográfico - Pará.* Rio de Janeiro, 1983. V.1**
- IBGE. *Censo Demográfico.* Rio de Janeiro, 1970.**
- IBGE. *Censo Demográfico.* Rio de Janeiro, 1980.**
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD).* Rio de Janeiro, 1976.**

- IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD).** Rio de Janeiro, 1986
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD).** Rio de Janeiro, 1982.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem (PNAD).** Rio de Janeiro, 1983
- INCRA. Plano Nacional da Reforma Agrária.** Brasília, 1985.
- INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ.**
Informações Políticas e Sócio-Econômicas dos Municípios Paraenses. Belém, 1987
- INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ.**
Zoneamento ecológico - econômico do Estado do Pará - 1 Belém, 1991 (Estudos paraenses, 58)
- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PARÁ: Fundamentos para a implantação.** Belém, 1989. (Caminhos de Educação, 1).
- JAGUARIBE, Hélio. Política de Clientela e Política Ideológica.** Digesto Econômico, São Paulo. v.6, nº 68, 1950.
- JORNAL DE CAMPANHA. PMDB. JÁDER. É a vez do povo ganhar.** 1982.
- JORNAL PESSOAL.** Lúcio Flávio Pinto. v.4, n.71, ago. 1991.
- _____. Lúcio Flávio Pinto. v.5, n.80, dez.1991
- _____. Lúcio Flávio Pinto. v.6, n.109, mar.1993
- _____. Lúcio Flávio Pinto. v.6, n.98, set.1992
- KECK, Margaret E. PT a Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira.** São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria d' Alva G. Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966-1979.** São Paulo: Vértice, 1988.

- _____. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Centro de Estudos. Konrad Adenauer-Stiftung. n.1, 1983.
- _____. **O Legado Oposicionista do MDB: O Partido do Movimento Democrático Brasileiro.** Caxambu, 1993. (mimeo)
- LAMOUNIER, Bolivar., CARDOSO, Fernando Henrique. **Os Partidos Políticos e as Eleições no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra/CEBRAP, 1975.
- LAMOUNIER, Bolivar., MENEGUELLO, Raquel. **Os Partidos Políticos e Consolidação Democrática.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas - O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro.** Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo. Enxada e Voto.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os Partidos Políticos Brasileiros - a Experiência Federal e Regional: 1945/1964.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIMA, Rosângela Novaes. **Localização das Escolas de 1º Grau nos Bairros de Belém em Confronto com a Sócio-economia.** Belém, 1988. Monografia. (Especialização em Educação e Problemas Regionais). Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, 1988.
- MADEIRA, Felicia Reicher. Educação/Trabalho: um balanço crítico. **EM Aberto**, Brasília, v.3, n.19, 1984.
- MARTINS, José de Sousa. El café y la genesis de la industrializacion en São Paulo. **Revista Mexicana de Sociologia.** v.39, n.3, jul/sep. 1977.

- MARTINS, José de Sousa. O Poder de Decidir no Desenvolvimento da Amazônia- Conflitos de Interesses entre Planejadores e suas vítimas. *Tubinger Geographische Studien*. Tubingen, n.95, 1987.**
- MARTINS, L. Terra em transe. Folha de São Paulo, 17.01.1983, p.3**
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Reprodução do Capital. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.**
- MEIRA, Clóvis. Barata no centenário. Belém: Imp. Oficial, 1989.**
- MELCHIOR, J.C.A., et al. O financiamento instrumentos de análise (1987/1988). Campinas: UNICAMP, 1988.**
- MELCHIOR, José C. de A. O financiamento da educação no Brasil. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1987.**
- _____ **Algumas políticas públicas e o financiamento da educação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo, 1989. (mimeo)**
- MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas da educação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n.13, 1991.**
- MELLO, Guiomar Namó, et al. Educação e Transição Democrática. São Paulo: Cortez, 1985.**
- MESQUITA, Lindolfo. Magalhães Barata, o Pará e sua história. Belém, 1944.**
- MOSCA, Gaetano. The ruling class; Elementi di scienza política. New York: MC.Grawhill, 1939.**

- NASCIMENTO, Maria Jucirene Mota. Acumulação capitalista e opressão camponesa: a unidade da diversidade (Sul do Pará). Belém: 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPa/NAEA, 1983.**
- O'DONNELL, Guilherme, OSLAK, Oscar. Políticas Públicas y Estado en América Latina-Algunas sugerências para su estudio. Instituto Torcuato di Tella. Centro de Investigaciones em Administracion Publica, 1974 (mimeo).**
- O'DONNELL, Guilherme. Notes for the Study of Democratic Consolidation in Latin America. Desarrollo Economico. n.22, Jul/Sep. 1979**
- O'DONNELL, Guilherme. Reflexões sobre políticas públicas e Consolidação Democrática. In: MOURA, A. S.(Org) O estado e as políticas públicas na transição democrática. São Paulo: Vértice, 1989.**
- PAIVA, Vanilda , PAIVA, César. A Questão da Municipalização do ensino. Em Aberto, Brasília, v.5, N.29, jan/mar, 1986.**
- PALMA FILHO, João C. A questão da Municipalização do ensino na Constituição de 1988. Revista ANDE, São Paulo, v.9, N.16, 1990.**
- PARÁ. Constituição 1989. Belém: Imp. Oficial, 1989.**
- PARÁ. Governador, 1988-1990 (Hélio M. Gueiros). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1988. Belém: Imp. Oficial, 1988. p.95-97**
- PARÁ. Governo. Decreto, nº 2456 de 24 de setembro de 1982. Aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Educação; alterado pelo Decreto Nº 2999 de 31 de outubro de 1983. Belém: SEDUC, 1983.**

- PARÁ.** Governo. Decreto nº 4373 de 23 de junho de 1986. **Aprova o Regulamento da Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Educação Belém: SEDUC, 1987**
- PARÁ.** Governo. Estatuto e Regimento Geral da UEPA. Belém, 1994.
- PARÁ.** Governo. Lei Nº 5351/86 de 21.11.86. **Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará.** Decreto Nº 4714/87, de 09.02.87 Aprova o Regulamento da Lei Nº 5351/86. Belém: SEDUC, 1987.
- PARÁ.** Governo. **Plano Estadual de Educação 1987-1990.** Belém: SEDUC, 1987.
- PARÁ.** SEDUC. **Boletim Informativo Estatístico - Educacional.** Belém, 1986, n.2, v.2.
- PARÁ.** SEDUC. **Boletim Informativo Estatístico - Educacional.** Belém, 1991, n.3, v.2.
- PARÁ.** SEDUC. **Divisão de Estatística.** Belém, 1984.
- PEREIRA,** Luiz Carlos Bresser. Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil. In:
FLEISCHER, David (Org). **Da Distensão à Abertura - as Eleições de 1982.** Brasília: UNB, 1988.
- PINTO,** José M.de R. **As implicações financeiras da municipalização do ensino de 1º grau.** Campinas, 1989. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1989
- REIS,** Fábio Wanderley (Org). **Os Partidos Políticos e o Regime.** São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS,** Fábio Wanderley, **O'DONNELL,** Guilherme. (Org) **A Democracia no Brasil Dilemas e Perspectivas.** São Paulo: Vértice, 1988.
- REIS,** Fábio Wanderley. **Democracia Brasileira, Crise Econômica e Crise Constitucional.** In:
Democracy and Democratization: North and South. New York, 1983.

- REVISTA DO SINTEPP** - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará. Belém, n.3, dez. 1993.
- REVISTA VEJA**, junho. 1989.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. A Pedagogia da Repetência.** Rio de Janeiro, LNCC/CNPQ, 1990. (mimeo)
- ROBERTS, Geoffrey. A Dictionary of Political Analysis,** New York: St. Martin Press, 1971.
- ROCQUE, Carlos. A formação revolucionária do Tenente Barata.** Belém: Multigraph, 1983.
- _____. **Depoimentos para a história política do Pará.** Belém: Multigraph, 1981.
- RODRIGUES, Denise de Souza Simões. Pará/1935:Um Estudo sobre Liderança e Conflito.**Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação (1930/1973).** Petrópolis: Vozes, 1977.
- ROSENBERG, L. Relações entre origem social, condições da escola e rendimento escolar de crianças no ensino público estadual de 1º grau da Grande São Paulo.** São Paulo: FINEP, 1981.
- ROSENBERG, Lia et al. Municipalização do ensino. Revista ANDE,** São Paulo, n.4, n.8, 1984.
- SANDOVAL, Salvador. Os Trabalhadores Param. Greves e mudança social no Brasil: 1945 - 1990.** São Paulo: Ática, 1994.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça**, Rio de Janeiro: Campos, 1979.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Cortez, 1977, V.1
- SÃO PAULO. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP. Quem foi Quem na Constituinte - nas questões de interesse dos trabalhadores**. São Paulo: Oboré/Cortez, 1988.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.
- SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, Universidade e Ideologia**. São Paulo: Zahar, 1980.
- _____. **The Future of Higher Education in Brazil**. 1991 (mimeo)
- SOARES, Glaucio A.D. Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SOUZA, Márcio. O Empate contra Chico Mendes**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SOUZA, Maria do Carmo de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- TUPIASSÚ, Amílcar Alves. As eleições paraenses de 1962. Revista Brasileira de Estudos Políticos**. São Paulo, n.16, 1964.
- UNICEF, Program Development and Planning Division Office of the Senior Policy Specialist Community Participation. Integrating People s Participation int country Programmes**. New York, 1981.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Carta Consulta. Belém, 1994.

VELLOSO, Jaques R. O financiamento da educação na transição democrática, In: Educação e transição democrática. São Paulo: Cortez, 1985.

WALTON, Dominique. A Comunicação Política: Construção de um Modelo. 1994. (mimeo)

WEBER, Max. Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1977, 2v.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERNECK, Viana Luiz. A Ofensiva do Antigo Regime e a Conjuntura Pós-Eleitoral. Cadernos de Conjuntura. Rio de Janeiro: IUPERJ, n.3, 1985.

ZUCKERMAN, Alan. O Conceito de "Elite Política": Lições de Mosca e Pareto. Rev. Documentação e Atualidade Política. Brasília, n.8, Jul/Sep, 1975.

ANEXOS

É a vez do povo ganhar.



É a vez do povo cantar.

Cante com a música de "Adeus, Belém do Pará":

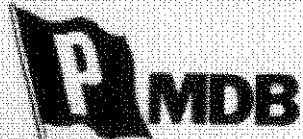
Peguei meu voto no Norte
e fui no Jader votar
alô meu pai, meu irmão,
que é pelo bem do Para.

Ai, ai... ai, ai
eu vou no Jader votar
ai, ai... ai, ai
que é pelo bem do Para.

Meu pai me deu um conselho
na hora de eu ir votar
meu filho vote direito
que é pelo bem do Para.

Ai, ai... ai, ai
eu vou no Jader votar
ai, ai... ai, ai

Jader governador



Estou com o Jader.

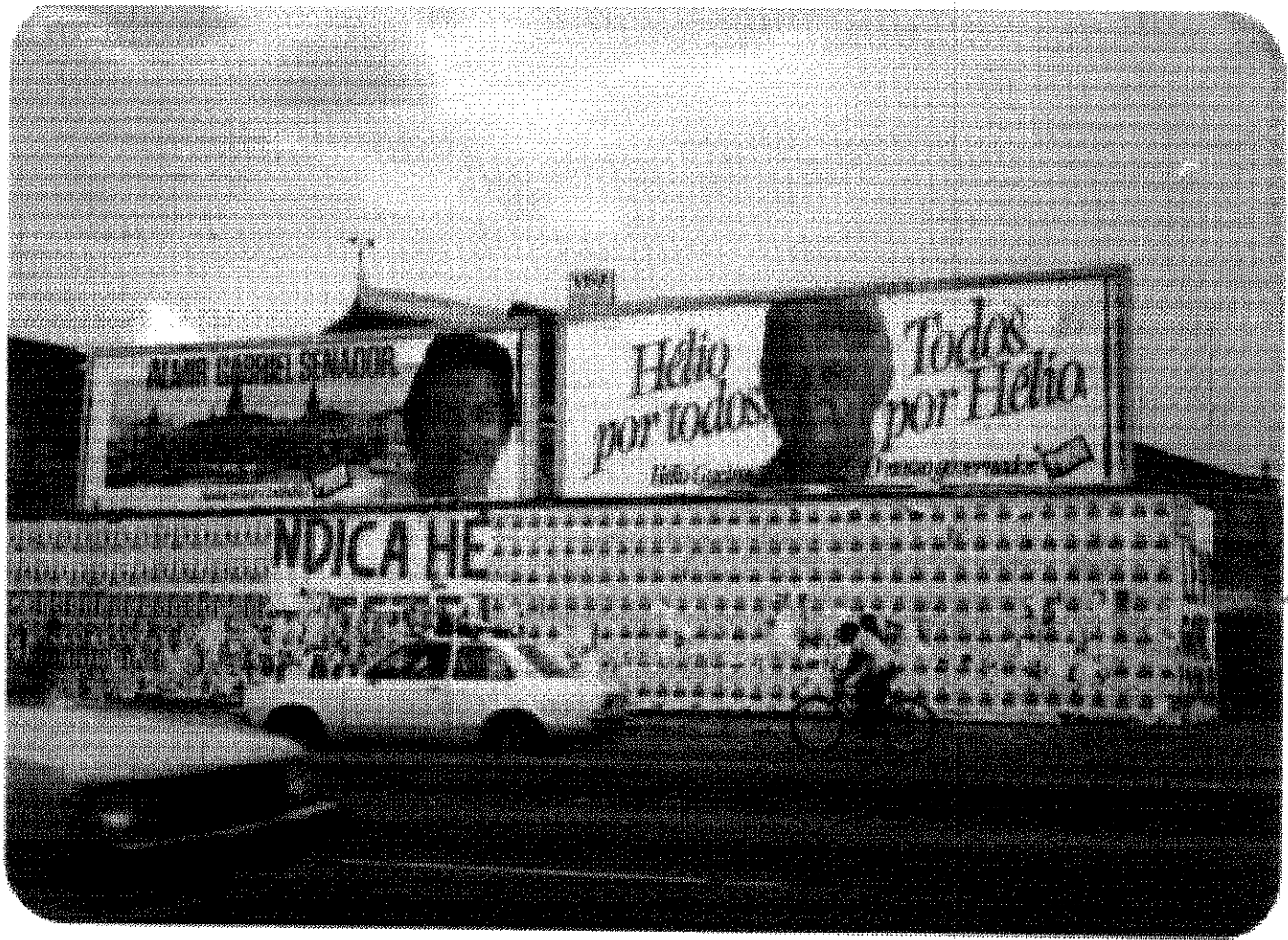
Chico Buarque



É a vez do povo ganhar.

Jader governador

ANEXO B



ANEXO C

QUADRO DAS MICRORREGIÕES E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Microrregião de Óbidos	Faro Juruti Óbidos Oriximiná Terra Santa
Microrregião de Santarém	Alenquer Monte Alegre Prainha Santarém Placas
Microrregião de Almerim	Almeirim Porto de Moz
Microrregião de Portel	Bagre Gurupá Melgaço Portel
Microrregião do Furo de Breves	Afuá Anajás Breves Currealinho São Sebastião da Boa Vista
Microrregião do Arari	Cachoeira do Arari Chaves Muaná Ponta de Pedras Salvaterra Soure Santa Cruz do Arari
Microrregião Belém	Ananindeua Barcarena Belém Benevides Santa Bárbara do Pará Marituba
Microrregião de Castanhal	Bajaru Castanhal Inhangapi Santa Isabel do Pará Santo Antônio do Tauá

Microrregião do Salgado	Colares Curuçá Magalhães Barata Maracanã Marapanim Salinópolis São Caetano de Odivelas São João de Pirabas Terra Alta Vigia	
Microrregião Bragantina	Augusto Corrêa Bonito Bragança Capanema Igarapé-Açu Nova Timboteua Peixe Boi Primavera Santa Maria do Pará Santarém Novo São Francisco do Pará Quatiburu Traquateua	
Microrregião de Cametá	Cametá Baião Igarapé-Miri Limoeiro do Ajuru Mocajuba Oeiras do Pará Abaetetuba	
Microrregião de Tomé-Açu	Acará Concórdia do Pará Moju Tailândia Tomé-Açu	

<p>Microrregião do Guamá</p>	<p>Capitão-Poço Garrafão do Norte Ipixuna do Pará Irituia Mãe do Rio Nova Esperança do Piriá Ourém Santa Luzia do Pará São Domingos do Capim São Miguel do Guamá Visau Aurora do Pará</p>	
<p>Microrregião de Itaituba</p>	<p>Aveiro Itaituba Novo Progresso Rurópolis Trairão Jacareacanga</p>	
<p>Microrregião de Altamira</p>	<p>Altamira Brasil Novo Medicilândia Pacajá Senador José Porfirio Uruará Vitória do Xingu</p>	
<p>Microrregião de Tucuruí</p>	<p>Breu Branco Itupiranga Jacundá Novo Repartimento Tucuruí Nova Ipixuna</p>	

Microrregião de Paragominas	Bom Jesus do Tocantis Paragominas Rondon do Pará Ulianópolis Abel Figueiredo Goianésia do Pará	
Microrregião de São Félix do Xingu	Ourilândia do Norte São Félix do Xingú Tucumã Cumarú do Norte Bannach	
Microrregião de Parauapebas	Água Azul do Norte Don Eliseu Eldorado do Carajás Cannã dos Carajás Curionópolis Parauapebas	
Microrregião de Marabá	Brejo Grande do Araguaia Marabá Palestina do Pará São Domingos do Araguaia São João do Araguaia	
Microrregião de Redenção	Redenção Rio Maria São Geraldo do Araguaia Xinguara Pau D' Arco	
Microrregião de Conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia Santa Maria das Barreiras Santana do Araguaia Floresta do Araguaia	

ANEXO D



Estudantes universitários, entre eles o presidente do DCE, Raul Meireles do Vale, manifestam, nesta foto, seu apoio a Jader Barbalho e Itair Silva.

ANEXO E



LIBERTE O POVO!

PARA GOVERNADOR

BENEDICTO MONTEIRO

ANEXO F

PROTOCOLO POLÍTICO

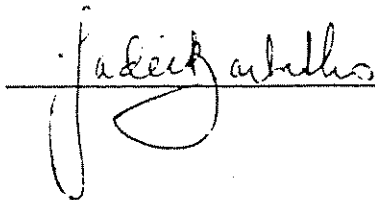
Por este instrumento, os signatários firmam um acordo político eleitoral a vigorar a partir desta data e tendo como objetivo derrotar os candidatos do Governo Federal ou PDS e seus eventuais aliados, nas eleições de 1982 no Pará.

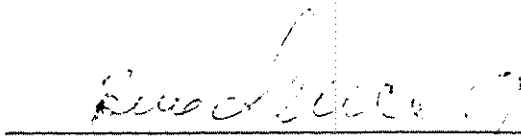
Em consequência da conjuntura política nacional, o Signatário Benedito Monteiro, retira a sua candidatura ao Governo do Estado ao mesmo tempo que pede seu desligamento do PDT, ingressando no PMDB acompanhado por seus correligionários do PDT, passando a apoiar as candidaturas a governador e senador indicados pelo PMDB as eleições de 1982.

O Signatário Jader Barbalho compromete-se a apoiar a candidatura de Benedito Monteiro ao Parlamento Federal, pelo PMDB, observando os seguintes itens:

- 1 - Acesso proritário à rádio e televisão através do horário gratuito de responsabilidade do Partido;
- 2 - Apoio preferencial em Belém;
- 3 - Apoio preferencial em Alenquer;
- 4 - 5 vagas a Deputados Estaduais, entre os quais os Srs. Apolonildo Sena Brito e Hermano Martins, e 5 vagas a vereador de Belém para seus antigos correligionários do PDT, na legenda do PMDB;
- 5 - Candidatos a vereadores nos municípios onde o atual PDT possui diretórios;
- 6 - Apoio logístico para a campanha.

Belém,





ANEXO G

SIGLA		NOME		DATA DE NASCIMENTO		
		BENEDICTO WILFREDO MONTEIRO		19/03/1924		
VIA		ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO E ESTADO		SEÇÃO	
2ª		19	BELEM - PARA		1402	
FICHA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	NOME DO PARTIDO	N.º DO TÍTULO	NATURALIDADE		ESTADO CIVIL	
		153.556	Parauapebas		Casado	
		FILIAÇÃO				
		PAI LUCCIANO EURLAMADO MONTEIRO				
		MÃE HERIBERTINA BATISTA MONTEIRO				
		PROFISSÃO	RESIDÊNCIA			
		ADVOGADO	GOU. JOSE MALCHER P. ANT. MINETTI			
		ASSINATURA DO ELEITOR - FILIADO				
		<i>Benedicto Wilfredo Monteiro</i>				
		ABONADOR DA ASSINATURA				
<i>Benedicto Wilfredo Monteiro</i>						
N.º DA INSC. NO PARTIDO			DATA DA INSC. NO PARTIDO			
11			30-10-1981			
VISTO - JUIZ ELEITORAL						

A ficha de filiação de Benedito Monteiro ao PMDB

Declaro que estou de acordo com o Programa e Estatuto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

30 / 10 / 1981 *Benedicto Wilfredo Monteiro*
 Data Assinatura do Eleitor

O compromisso do ex-candidato ao governo com o PMDB

ANEXO H

ano Tereza: os trabalhos
do futuro do Brasil. Tereza
é a primeira mulher a ser
eleita para o cargo de chefe
de governo. Ela também é
a primeira mulher a ser
eleita para o cargo de chefe
de governo.

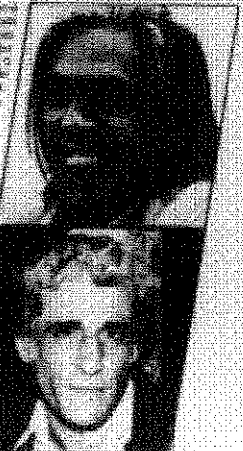


Mario Lago: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

Cláudio Nemer: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



Frederico Góes: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



Zirado: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

Dias Gomes: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



Gene Siler: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

Estamos com o Jader.



João Silveira: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

Luiz Alves: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



Leão Hirszmann: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



José Carlos: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



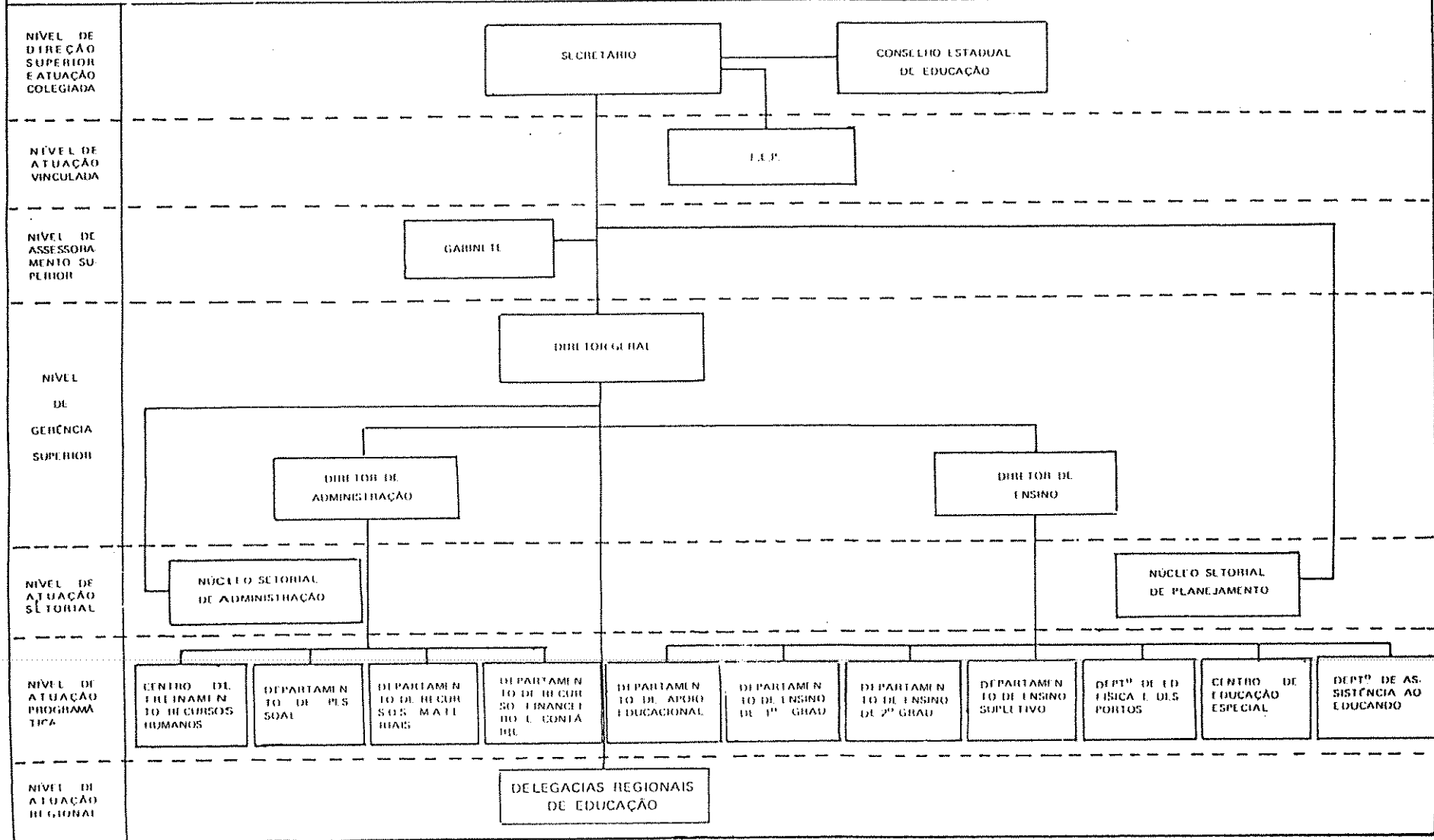
Antonio Maciel: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

Valério Figueira: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.



Osório Augusto: Ex-deputado federal, foi eleito governador de Mato Grosso do Sul em 1995. É o primeiro governador do estado a ser eleito por voto direto.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC



ANEXO J

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC

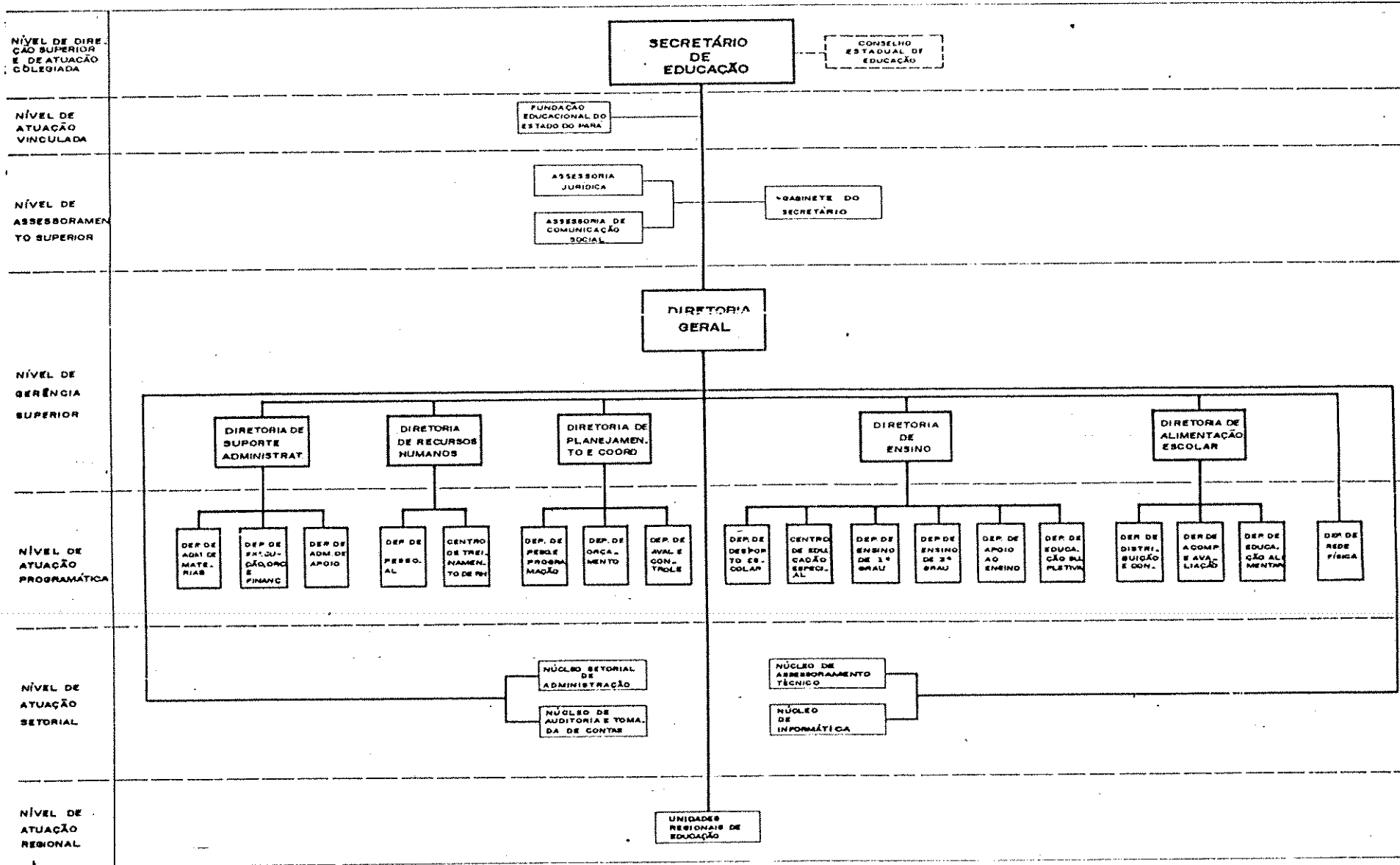


Foto Paulo Jares



Durante a assembléia de ontem, os professores do Estado resolveram entrar em greve

ANEXO M

Professores querem política salarial

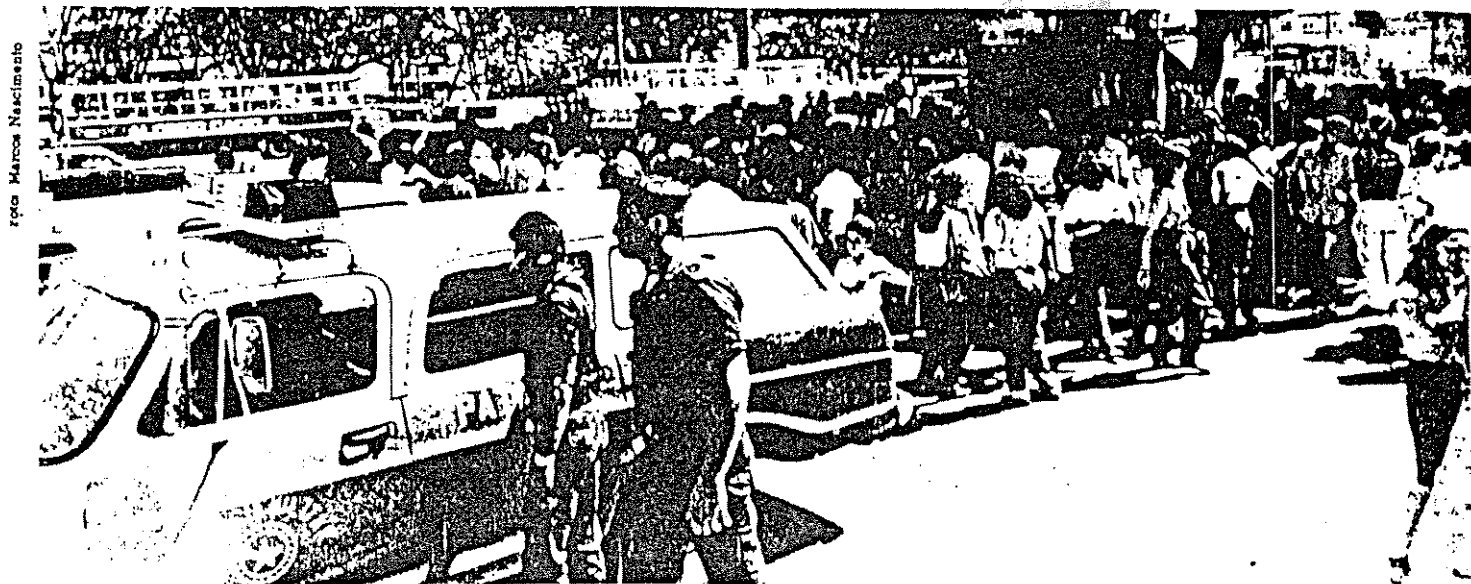
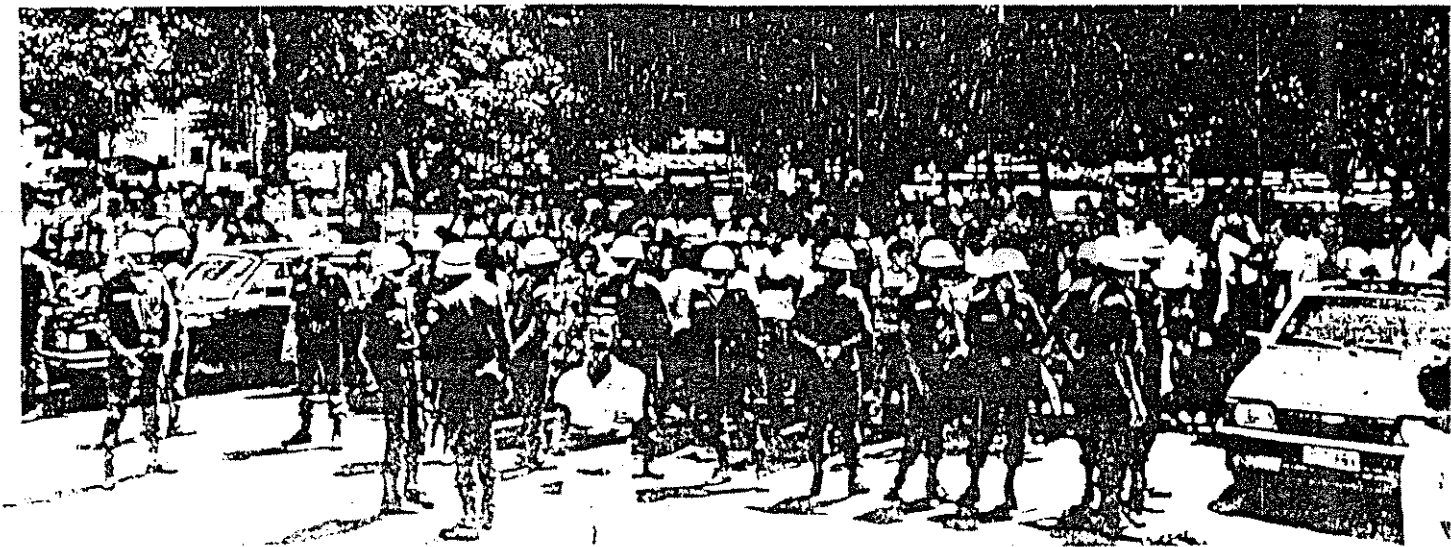


foto Marcos Nascimento

A passeata que reuniu poucos professores saiu da praça do Operário, em São Braz .



Concentração em frente ao Palácio Lauro Sodré. A PM acompanhou.